



**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

**Mineiridade, representações e lutas de poder na construção da
‘Minas Espírita’:
Da União Espírita Mineira a Francisco Cândido Xavier
(1930-1960)**

Raquel Marta da Silva

Florianópolis

2008

RAQUEL MARTA DA SILVA

**Mineiridade, representações e lutas de poder na construção da
‘Minas Espírita’:
Da União Espírita Mineira a Francisco Cândido Xavier
(1930-1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Relações de poder e subjetividades), da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do prof. Dr. Artur César Isaia.

Florianópolis – UFSC

2008

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. ARTUR CESAR ISAIA
ORIENTADOR

PROFA. DRA. MARIA CLARA TOMAZ MACHADO

PROFA. DRA. ELIANE MOURA SILVA

PROFA. DRA. MARIA TERESA SANTOS CUNHA

PROFA. DRA. TÂNIA WELTER

A PALAVRA MINAS

MINAS NÃO É PALAVRA MONTANHOSA.

É PALAVRA ABISSAL.

MINAS É DENTRO E FUNDO

AS MONTANHAS ESCONDEM O QUE É MINAS.

NO ALTO MAIS CELESTE, SUBTERRÂNEA,

É GALERIA VERTICAL VARANDO O FERRO

PARA CHEGAR NINGUÉM SABE ONDE.

NINGUÉM SABE MINAS.

A PEDRA

O BURITI

A CARRANCA

O NEVOEIRO

O RAIO

SELAM A VERDADE PRIMEIRA,

SEPULTADA EM ERAS GEOLÓGICAS DE SONHO.

SÓ OS MINEIROS SABEM.

E NÃO DIZEM NEM A SI MESMOS

O IRREVELÁVEL SEGREDO

CHAMADO MINAS

CARLOS DRUMOND DE ANDRADE

AGRADECIMENTOS

É muito gratificante chegar ao fim de uma etapa, principalmente, quando se pode contar com a contribuição de algumas pessoas. Assim, agradeço:

Ao professor Dr. Artur César Isaia, além do apoio e incentivo, pelas valiosas orientações.

À professora Dra. Maria Clara T. Machado, pela confiança e apoio que sempre dispensou ao meu trabalho.

À professora Dra. Maria Teresa Santos Cunha, por suas importantes sugestões na banca de qualificação.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Em especial, à Nazaré e ao Maurício, por terem sido solícitos em todos os momentos em que deles precisei; à Gizele e Rosângela, amigas de todas as horas, com quem dividi minhas angústias e dúvidas da pesquisa e com quem contei com a solidariedade na troca de idéias e textos.

À CAPES, pelo financiamento parcial que viabilizou a realização desta pesquisa.

À Leide Turini, pela amizade e pelo apoio ao longo deste trabalho.

À Adélia, Antônio, Regina, Rosânia, Rosiane e Rubiana, pelo incentivo e pelo amor incondicional que sempre me dedicaram.

Ao Rouverson, pelo carinho e incentivo, tendo compartilhado comigo todas as adversidades no desenrolar desta pesquisa, sendo seu apoio imprescindível na superação de mais essa etapa de minha vida.

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	vii
RESUMO	1
INTRODUÇÃO	3
1. A construção discursiva da mineiridade.....	16
1.1 Gilberto Freyre e o conceito mineiridade.....	16
1.2 Um balanço sobre os estudos da mineiridade	21
2. Francisco Cândido Xavier e as <i>representações da mineiridade</i>	36
2.1 Chico Xavier: um bem simbólico de Pedro Leopoldo?	36
2.2 Possíveis <i>representações da mineiridade</i> na produção memorialística de Chico Xavier.....	48
2.3 Primeiros contatos de Chico Xavier com a <i>União Espírita Mineira</i>	52
2.4 <i>Representações da mineiridade</i> na obra “Brasil Coração do Mundo”: “missão de Minas”	65
3. A construção da “Minas Espírita”	78
3.1 Inserção, reestruturação e participação de Minas no campo espírita brasileiro	78
3.2 Conflitos e disputas de poder no campo espírita da capital mineira (anos 1930 e 1940)	102
3.3 Novas disputas, velhos problemas: lutas de representação e apropriações.....	121
3.4 O 2º Congresso Espírita Mineiro e a construção da “Minas Espírita”	133
4. A Oferta de bens e de serviços religiosos e o fortalecimento da “Minas Espírita”.....	159
4.1 <i>O Espírita Mineiro</i> e a supervalorização de Chico Xavier como um bem simbólico nacional .	160
4.2 A imposição da “palavra autorizada” de Emmanuel no campo espírita nacional.....	169
4.3 <i>Ginásio O Precursor</i> : um bem de salvação para o mercado religioso mineiro?.....	175
4.4 A comemoração do 99º ano d’ <i>O Livro dos Espíritos</i> e a nova sede da <i>União</i> : estratégias para o reconhecimento da “hegemonia” espírita mineira	188
4.5 O Centenário d’ <i>O Livro dos Espíritos</i> : novas estratégias para impor o reconhecimento da “hegemonia” espírita mineira.....	197
4.6 Permanências e mudanças entre a <i>União</i> , o Movimento Espírita Mineiro e Chico Xavier no final dos anos 50.....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
FONTES.....	227
BIBLIOGRAFIA.....	229
ANEXO 1.....	234

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 1. Vista parcial da sessão solene do encerramento do 2º Congresso Espírita Mineiro.	158
Figura 2. Tribuna na sessão do encerramento do 2º Congresso Espírita Mineiro.	158
Figura 3. Fachada do prédio do Ginásio O Precursor.	186
Figura 4. Mesa diretora na instalação do Ginásio O Precursor. A direita de Chico Xavier: Camilo Chaves, Bady Curi e Ademar Duarte.	187
Figura 5. Mesa que instalou o Ginásio O Precursor. Chico Xavier lê mensagens psicografadas... ..	187
Figura 6. Camilo Chaves discursando na inauguração do Ginásio O Precursor.	187
Figura 7. Fachada da sede da União Espírita Mineira inaugurada em abril de 1956.	195
Figura 8. Antonio Wantuil de Freitas palestrando na inauguração da sede.	196
Figura 9. Tribuna da sessão solene na instalação da sede da União.	196
Figura 10. Mesa diretora de instalação da sede. No centro Wantui de Freitas, a sua direita: Bady Curi, Ademar Duarte e Oscar Coelho. A sua esquerda: Chico Xavier e Jôfre Lelis.	196
Figura 11. Acima: Miranda Ludolf, representante da União no Conselho Federativo. Abaixo: Bady Curi, presidente da União, na noite de 18 de abril de 1957.	204
Figura 12. Acima: Ademar Duarte expondo tese da “Unificação” no 3º Congresso Espírita Mineiro. Abaixo: Líderes discutindo a aprovação desta tese.	221
Figura 13. Acima: Bady Curi, presidente da União, na abertura do 3º Congresso Espírita Mineiro. A sua esquerda, Armando de Assis, vice-presidente da FEB. Abaixo: dirigentes de sessão plenária discutindo teses.	221
Figura 14. Tribuna da 2ª sessão plenária, acompanhando a discussão e aprovação das teses.	222
Figura 15. Congressistas na abertura do 4º Congresso Espírita Mineiro.	222
Figura 16. Vista parcial da tribuna no 4º Congresso Espírita Mineira.	222
Figura 17. Divaldo Pereira Franco palestrando no do 4º Congresso Espírita Mineira.	223
Figura 18. Palestra de abertura com Nestor João Massoti, presidente da FEB. Na mesa, Divaldo Pereira Franco, Marivaldo Veloso Matos, presidente da União, Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça de MG e Pedro Valente, ex-presidente da União.	223

RESUMO

Este trabalho problematiza as práticas discursivas e as lutas de representação empreendidas pelos líderes da *União Espírita Mineira*, entre os anos 1930 a 1960. Esta instituição religiosa foi fundada em Belo Horizonte, em 1908 e, ao longo da primeira metade do século XX, disputou o poder e a liderança do espiritismo no estado. Nesta época, esta instituição procurou divulgar a idéia de que Minas era um modelo para os demais movimentos espíritas estaduais. Observou-se que os líderes desta instituição apropriavam-se das *representações da mineiridade* para justificar essa idéia da “hegemonia” do movimento mineiro. Com o tempo, passaram também a justificá-la e a relacioná-la à presença de Francisco Cândido Xavier no estado. Ao supervalorizarem tal presença, redimensionaram o valor simbólico que esse médium poderia ter para esta instituição e para o prestígio do movimento que lideravam. Passaram a divulgar a representação que afirmava que Chico Xavier era a “Usina de Luz” de Pedro Leopoldo e de Minas Gerais. Em pouco tempo, o próprio estado de Minas também ganhou esse *status*, elevando-se também à condição de “Usina de Luz” do país e do mundo.

PALAVRA-CHAVE

Representações – Movimento Espírita Mineiro – Francisco Cândido Xavier

ABSTRACT

This work has as objective to understanding discursive practice and the fights of representation undertaken by the leaderships of “*União Espírita Mineira*”, between the 30’s and 60’s. This religious institution was established in Belo Horizonte, Brazil, in the beginning of the XX century, and at that time, disputed the leadership of the state’s spiritual movement. At this time, these leaders sought to spread the idea that this state worked as a model to the other spiritual movements of the state. It was observed that, at first, these leaders took the representations of “*mineiridade*” to justify such “hegemony” of the state’s spiritual movement. But, as time went by, they started to justify and relate it to the presence of the medium Francisco Cândido Xavier in the state. Overestimating such presence, they re-dimensioned the symbolic value that this medium could have for this institution and to the prestige of the movement they would lead. Among the representations, they started to defend that Chico Xavier was the “Machine of Light” of Pedro Leopoldo and Minas Gerais. In a short time, the Minas state itself also gained this status, that is, leaders of the Machine started to spread the representation that lifted Minas state to the position of “Machine of Light’ of the country and the world.

KEYWORDS

Representations – Spiritual Movement of Minas Gerais – Francisco Cândido Xavier

INTRODUÇÃO

Eleger como objeto de estudo um determinado “campo”, apesar de instigante, não se trata de uma tarefa fácil. Isto porque, o “campo”, segundo Bourdieu (1999), é o espaço onde os indivíduos ou as instituições (que geralmente possuem capitais simbólicos em diferentes proporções) se encontram em um processo de luta, medindo forças entre si, com intuito de disputarem melhores posições dentro de sua estrutura. Deste modo, os campos não possuem estruturas fixas e o que determina a sua existência é a ação dos indivíduos, constituídos e constituintes das relações de forças e que investem tempo e trabalho neste campo a fim de acumularem capital simbólico. Então, a acumulação desigual deste capital é o que torna esses indivíduos distintos um do outro, é o que os possibilita ter reconhecimento sobre sua condição de ocuparem melhores posições (de poder e de autoridade) dentro deste campo.

Bourdieu compreende também que o social é formado por diferentes campos. Daí, cada campo criar seu próprio objeto, sua área de compreensão. Desta maneira, pode-se falar em “campo político”, “artístico”, “religioso”, entre outros tantos. Esses campos se interagem, se entrelaçam dentro do mundo social. E, obviamente, quem efetua esse entrelaçamento entre estes diferentes campos são os indivíduos que os compõem. Indivíduos constituídos de *habitus* que denotam suas maneiras de se inserirem no mundo, isto é, denotam seus modos de pensar, julgar, agir e conceber o mundo ao seu redor. Por sua vez, esses *habitus* podem criar práticas e representações dentro deste mundo ou, mais especificamente, dentro do campo em que são geradas (BOURDIEU, 1999). No que diz respeito, especificamente, ao campo religioso, Bourdieu afirma que:

Em função de sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do capital religioso na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política de mundo social (BOURDIEU, 1999, p.57).

Diante destes pressupostos, entende-se que o campo religioso, mais do que instigante, é ainda hoje um campo aberto às investigações, pois as instituições continuam não só investido tempo e trabalho nas mais diversas práticas com o intuito de ampliarem sua participação neste mercado religioso, e assim, acumularem capital simbólico; como também, continuam impondo, por meio das

representações, suas verdades, a fim de ampliarem seu poder e sua autoridade. Desta maneira, pode-se considerar que a temática *religião e religiosidade* ainda se apresenta como:

(...) um campo de investigação privilegiado para aqueles que a entendem como práticas e representações culturais coletivas, presentes nas experiências concretas de vida dos indivíduos e, portanto, parte constitutiva do social, no qual uma teia complexa de relações se inscrevem (MACHADO, 1998, p.176).

A partir dessas premissas é que esse trabalho, que ora está sendo apresentado, foi constituído, tendo como objetivo empreender um estudo sobre o campo espírita belo-horizontino entre as décadas de 1930 a 1950 do século XX, com o intuito de problematizar certas construções discursivas produzidas dentro deste campo e, também, algumas tramas que envolveram as lideranças da *União Espírita Mineira* (Instituição que desde sua fundação, em junho de 1908, dentro da capital mineira, arrogou para si o papel de representante do espiritismo, não só da capital, mas de todo o estado). Faz-se necessário ressaltar que as indagações que despertaram o interesse por esta pesquisa e motivaram a sua concretização surgiram a partir de uma análise prévia do órgão oficial desta instituição – sobretudo, do período que abrange o fim do século XX e início do XXI. Nesta rápida incursão, pode-se constatar a existência de questões intrigantes, como a que se observa na edição maio-junho de 2002, onde o jornal *O Espírita Mineiro* – porta-voz autorizado da *União* – veiculou reportagem informando que:

Em 1998, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprovou a lei nº 12757, criando o ‘Dia Estadual do Espírita’, numa iniciativa do Deputado Ambrósio Pinto. Segundo a lei, ficou estabelecido o dia 18 de abril como sendo a data comemorativa, por ser a do lançamento de ‘O Livro dos Espíritos’, por Allan Kardec, em Paris, na França.

A Comunidade Espírita foi convidada a comparecer, e o fez em bom número, à casa do legislativo mineiro, em 23 de abril último, para a realização de solenidade comemorativa de seu dia, fazendo-se presentes irmãos representando diversas entidades do Movimento Espírita, mormente da União Espírita Mineira.

(...). A mesa dos trabalhos foi constituída pelo Deputado Ailton Vilela, pelo presidente da União Espírita Mineira, irmão Pedro Valente da Cunha, pelo Chefe do Departamento de Assuntos de Unificação da UEM, irmão Honório Onofre de Abreu, pelo Presidente do Conselho Deliberativo da UEM, irmão Bady Raimundo Cury e pelo Deputado Ambrósio Pinto, autor da lei (...).

(...). Dada a palavra para o Deputado Ambrósio Pinto, este lembrou o encaminhamento da lei nº 12757, que criou o ‘**DIA ESTADUAL DO ESPÍRITA**’, tendo mencionado o trabalho em prol do bem, desempenhado por grandes médiuns mineiros, notadamente, Eurípedes Barsanulfo, José Arigó e Francisco Cândido Xavier’. (...).

O Deputado Ailton Vilela fez entrega ao Presidente da UEM de uma placa de prata alusiva a solenidade, com os seguintes dizeres:

‘As religiões são como ilhas em um grande oceano. São pontos de luz, paz e reflexão. Fundado em 1857 por Alan Kardec, o Espiritismo tornou-se uma religião digna do Criador. **A homenagem do Poder Legislativo Estadual à União Espírita Mineira pelo importante trabalho de assistência social traduzido pelo nome de caridade**’.

(...). Ato contínuo, o Deputado Ailton Vilela deu por encerrada a sessão solene que marca, indelevelmente, a aproximação da comunidade espírita com os representantes do legislativo mineiro (*O Espírita Mineiro*, maio-junho de 2002. Grifos do autor. Sublinhado nossos).

O surgimento da *União Espírita Mineira*¹ se deu, sobretudo, em virtude do trabalho desempenhado pelo carioca Antonio Joaquim de Lima,² que a presidiu desde o momento da sua fundação até 1913. Em agosto de 1908, a *União* criou o seu órgão oficial, *O Espírita Mineiro*.³ Por meio da análise das páginas deste jornal, percebe-se que essa instituição religiosa nasceu embalada pelo ideal de se tornar *Casa Mater* do espiritismo no estado. Deste modo, reivindicou para si o papel de líder de um movimento que, naquela época, estava ainda em gestação. Papel que ela queria desempenhar contando com a filiação dos *Centros Espíritas* espalhados pelo estado. Enfim, queria se tornar a legítima representante desses centros: fosse para defendê-los de possíveis problemas com a igreja ou com a justiça;⁴ fosse com o intuito de integrá-los ao movimento nacional, tendo na

¹ Na verdade, quando esta instituição nasceu, ela havia recebido o nome de *Federação Espírita Mineira*, mas, foi acatando uma sugestão da *Federação Espírita Brasileira*, que, por volta de outubro de 1908, os diretores desta instituição resolveram mudar o seu nome para *União Espírita Mineira*.

² Em um dos poucos registros biográficos existentes a respeito de Antonio Lima (LUCENA, 1997, p. 23-26), consta que quando esse líder espírita chegou a Belo Horizonte, em 1908, ele tinha 44 anos de idade. Nessa época, já possuía vivência com a causa que defendia, visto que foi um dos pioneiros do espiritismo no Rio de Janeiro, sendo um intransigente defensor da “pureza doutrinária”. De um modo geral, Lima é descrito como um homem de prestígio dentro do movimento carioca. Certamente, isso se devia a sua experiência adquirida nos anos em que trabalhou na própria *FEB* e no seu órgão oficial, o jornal *Reformador*. Consta na biografia produzida por Lucena que, junto à *FEB*, Lima também traduziu e publicou, em 1904, alguns livros da Codificação. Além de tradutor, também consta que era escritor, jornalista e árduo expositor da doutrina, por isso ele era apresentado como um palestrante respeitado, sobretudo, nas cidades mineiras de Juiz de Fora, Teófilo Otoni, Bicas e região limítrofe ao estado Fluminense. Ainda, segundo Lucena, Lima teria sido um dos incentivadores do movimento de unificação junto a Bezerra de Menezes, quando este foi presidente da *FEB*. Lima teria residido em Belo Horizonte até 1913. Depois, de volta ao Rio de Janeiro, ainda trabalhou e ajudou na fundação de algumas instituições assistenciais, além de ter criado em 1944, a *Sociedade Editora dos Livros de Allan Kardec*. Em dezembro de 1934, Lima retornou a Belo Horizonte, onde ficou até meados do ano seguinte. Nesse período, reeditou o jornal *O Espírita Mineiro*. Com base tanto na análise biográfica de Lima, bem como, na análise do jornal *O Espírita Mineiro*, publicado ao longo dos anos de 1908 a 1912, é possível afirmar que quando Lima chegou em Belo Horizonte, sua finalidade naquela capital foi por em prática a orientação da *FEB*, e, então, fundar uma instituição federativa com intuito de colaborar para os planos de “unificação da família espírita brasileira”. Em função deste seu objetivo, não só tirou o sossego do clero local, como também enfrentou grandes embates com a igreja mineira.

³ Esse jornal circulou nessa época de agosto de 1908 até junho de 1912. Depois, quando Lima retornou a *União*, em 1934, esse jornal voltou a circular por um curto período: de março à julho de 1935. Depois, retornou em novembro de 1936, sendo veiculado até aproximadamente o início dos anos 40. Em abril de 1948, teve um novo retorno, mas, encerrando em dezembro do ano seguinte. Em março de 1952, ele voltou a ser veiculado. Nessa época, só parou no final da década de 50, retornando em 1961. A partir daí, não parou mais de circular, portanto, encontrando-se ativo até os dias atuais.

⁴Em face ao “avanço” das práticas mediúnicas, também era comum naquele contexto brasileiro as constantes perseguições judiciais aos médiuns. Ao longo da gestão de Antonio Lima foram detectados dois casos de processos criminais que contaram com o apoio e defesa desta instituição. O primeiro, ocorreu com o médium Caetano Marques, do *Centro Espírita São João Baptista da Cachoeira*, da cidade de Pouso Alegre e filiado à *União*. O segundo, teve como vítima a própria *União*. O médium receitista desta instituição, José Modesto Branco, foi processado, sendo acusado de exercício ilegal da medicina, pois uma criança teria morrido durante o período em que recebia o seu tratamento. Essa

Federação Espírita Brasileira, sua maior representante. Assim, certamente, esperava contar também com a obediência desses, uma vez que procurava disciplinar, normatizar, impor e vigiar os seus procedimentos no estudo e na prática da doutrina. Em seus primeiros anos de vida, a *União* pareceu vivenciar experiências muito semelhantes à *FEB*, então, aos moldes dessa instituição, a *União* também fazia seus apelos para conseguir a adesão e o reconhecimento dos centros quanto a sua condição de “líder”.

Além dessa busca por reconhecimento dentro do próprio campo espírita, a *União* trabalhou para ser aceita e reconhecida dentro de todo o campo religioso mineiro.⁵ Assim, medindo forças com a igreja, procurou prestar seus serviços de salvação, com a finalidade de acumular capital de autoridade e de fazer concorrência dentro daquele mercado religioso. Ao buscar prestígio, aceitação e eficácia na propagação da sua doutrina, colocava-se como exemplo de conduta, como um “modelo institucional” a ser seguido – dentro e fora de Minas Gerais.⁶

Diante desses poucos dados, a análise da citação acima sugere que seja questionado qual o significado desta solenidade para a *União Espírita Mineira*. Isto porque, ao se observar a estrutura dessa reportagem, percebe-se que ela (ao informar sobre a realização de uma “sessão solene” ocorrida dentro da Assembléia Legislativa; sobre os discursos ali proferidos e ainda a respeito da entrega de uma placa ao presidente da *União*), deixa subentendido certa pretensão desta instituição: a de querer que o leitor compreenda a ocorrência desse evento como resultado do reconhecimento da classe política quanto ao seu trabalho, ou melhor, quanto ao capital religioso acumulado por ela dentro do seu campo de atuação. Porém, tão importante quanto avaliar o significado desta “solenidade” para a *União*, também o é pensar sobre a representação que essa instituição quis construir e divulgar sobre o espiritismo no estado mineiro.

Assim, é possível supor que o intuito da *União* com essa reportagem acima fosse transmitir a idéia de que Minas era concebida pela classe política como “mãe generosa” de “renomados médiuns”, que muito trabalharam em prol da doutrina, fortalecendo e fazendo do movimento

história foi divulgada pelo *Minas Gerais*, em 17 de agosto de 1910, por meio do delegado de higiene, que fez a denúncia do caso. Lima procurou dar seus esclarecimentos sobre o caso, com o intuito de defender o médium e o nome de sua instituição. Na edição de novembro de 1910, em artigo intitulado *Pá de cal, O Espírita Mineiro* dizia que o promotor público da comarca havia arquivado o processo por não ver nenhum vestígio de crime.

⁵ Há de se considerar que a *União Espírita Mineira* surgiu dentro de um campo religioso extremamente adverso a sua crença, pois no início do século XX pululava no imaginário brasileiro a representação de que Minas Gerais era o “Baluarte Católico” do país.

⁶ Esses dados vieram à tona a partir da leitura e análise d’*O Espírita Mineiro*, em sua primeira fase, quando circulou entre agosto de 1908 a julho de 1912.

mineiro um “destaque nacional”. Deste modo, parecia que a intenção desta instituição era construir a representação de que a aprovação desta lei que comemorava o “dia do espírita” significava o reconhecimento da classe política (e de toda a sociedade) sobre os “atributos” do espiritismo mineiro, o que, então, demonstraria a “hegemonia” deste movimento dentro do campo espírita nacional.

Desta maneira, é provável que, aos olhos da *União*, essa solenidade tenha sido concebida como uma cerimônia de imensurável valor. Cerimônia que, do ponto de vista deste trabalho, pode ser compreendida como aquilo que Bourdieu chamou de “ritual de instituição”. Para Bourdieu:

(...) instituir é consagrar, ou seja, sancionar e santificar um estado de coisas, uma ordem estabelecida, a exemplo precisamente do que faz uma constituição no sentido jurídico-político do termo. A investidura (...) consiste em sancionar e em santificar uma diferença (...), fazendo-a conhecer e reconhecer, fazendo-a existir enquanto diferença social, conhecida e reconhecida pelo agente investido e pelos demais (BOURDIEU, 1996, p. 99).

Neste sentido, embora desde a realização do seu *II Congresso Espírita Mineiro*,⁷ ocorrido em outubro de 1952, a *União* já tivesse garantido (pelo menos, aparentemente, visto que era isso o que havia sido negociado nas *Resoluções* desse congresso) o reconhecimento de sua liderança perante o movimento espírita do seu estado; talvez, o reconhecimento pela classe política tivesse um outro significado. Na verdade, um valor simbólico redimensionado, pois no ritual descrito na reportagem acima, a *União* havia recebido daquela que era considerada como a principal “Casa do Povo” (portanto, uma casa investida de poder e de autoridade para isso) uma placa de prata (simbolizando o *cetro* descrito por Bourdieu) sancionando, legitimando, reconhecendo e fazendo conhecer a sua própria autoridade (e, por isso, a sua suposta singularidade, como também, a singularidade do movimento que ela liderava) diante das demais instituições espíritas daquele estado e do país.

Partindo desta premissa, acredita-se que uma das preocupações da *União* na divulgação desta solenidade foi a de não deixar dúvidas quanto à importância deste evento, visto que este dava-lhe a possibilidade de enfatizar que ali havia ocorrido o reconhecimento da classe política (e, por sua vez, de todo o povo mineiro) quanto a sua condição de “líder” daquela comunidade religiosa. Além disso, certamente, esse evento ainda poderia, aos olhos da *União*, contribuir para reforçar o “prestígio” do espiritismo mineiro diante daquela classe política e, portanto, transmitir uma impressão de “superioridade” deste credo perante todo o campo religioso – não somente daquele

⁷ Sobre este congresso ver terceiro capítulo deste trabalho.

estado. Enfim, a legitimidade de sua liderança e o possível reconhecimento quanto a uma suposta “hegemonia” do espiritismo mineiro, pareciam ser as principais representações que a *União* pretendia propagar naquela reportagem.

Ao se vislumbrar essa intenção da *União* em construir tal representação, faz-se necessário ressaltar que numa investigação prévia, observou-se que, também, na década de 50 do século passado, esta instituição pareceu ter tido a intenção de divulgar uma representação semelhante à descrita acima: a de que Minas tinha a missão de ser um “modelo de conduta espírita” para todo o país. Na verdade, tudo indica que essa representação começou a ser construída após a participação de alguns líderes da *União* num congresso espírita nacional, ocorrido em São Paulo, em 1949. Em virtude desta participação, estes líderes pareciam querer convencer a si próprios, e ao movimento nacional, que Minas havia tido papel fundamental neste congresso, sendo então a *União*, praticamente, a responsável pelo acordo firmado e que entrou para a história do espiritismo com o nome de “Pacto Áureo”.

Em tese, esse acordo teria dado um rumo e colocado ordem e paz no movimento espírita e, então, conseguido a “unificação da família espírita brasileira”. Mas, de fato, o que se pôde perceber é que a partir deste acordo, as lideranças da *União* procuraram se organizar e mostrar que “Minas Espírita” também estava “unificada”, portanto, que o movimento mineiro era uma referência, um modelo a ser seguido pelos demais movimentos espíritas do país.

Ao remontar um pouco mais na história desta instituição e, ao empreender uma investigação sobre o interesse da *União* em construir representações sobre o espiritismo mineiro, observou-se que desde o surgimento desta instituição, Antonio Lima, o seu fundador, já procurava divulgar que Minas, um dia, se tornaria no “mais importante núcleo Espírita do Brasil” (*O Espírita Mineiro*, agosto de 1908). Obviamente, que este discurso deve ser compreendido dentro de seu contexto, isto é, era propagado num momento em que a igreja católica incomodava, demasiadamente, as lideranças espíritas deste estado. No entanto, nos anos de 1930 e 1940, pôde-se perceber a continuidade deste discurso ainda como consequência da luta de representação entre a *União* e a igreja mineira. Nesta época, as diretorias desta casa também demonstravam interesse em consolidar a representação que projetava a *União*, a capital mineira e, enfim, todo o estado, como um espaço predestinado a ser um “grande centro de irradiação da luz espírita” (*O Espírita Mineiro*, abril de 1938). Contribuía para a

construção desta representação, o fato desta instituição trabalhar para oferecer alguns serviços de salvação dentro do mercado religioso em que se encontrava instalada.⁸

No final da década de 1940 esta instituição começou a divulgar a idéia de que Minas era uma “terra especial” por ser a “mãe generosa” de “renomados médiuns”, tais como Eurípedes Barsanulfo, Zilda Gama e Francisco Cândido Xavier (*O Espírita Mineiro*, maio de 1948). Tudo leva a crer que essa representação passou a fazer parte do discurso desta instituição no momento em que ela começou a se dar conta de que o nome de Chico Xavier chamava a atenção dentro do cenário nacional como um importante “médium”. Tanto é que, a partir de 1952, o jornal *O Espírita Mineiro* passou a propagar a representação de que “Minas Espírita” possuía o mais importante bem simbólico do país: o médium “Chico Xavier”, que residia em Pedro Leopoldo (cidade localizada a 50 km da capital mineira). A partir deste momento, Xavier passou a ter um valor imensurável para essa instituição. Para se ter uma noção deste valor, é interessante destacar que esse médium – que, na década de 1970 e 1980, foi apresentado pela mídia como o “papa do espiritismo brasileiro” – era apresentado na década de 50, pelo jornal da *União*, como o “maior médium do mundo”. Ou melhor, o médium, e por projeção todo o estado de Minas, passaram a ser apresentados pelo jornal desta instituição como a “Usina de Luz” do mundo.

Na esteira desta análise, também em uma rápida investigação, foi possível constatar que, ao longo da primeira metade do século XX, era comum observar nos discursos de intelectuais, políticos ou religiosos, a afirmação de representações que apontavam o estado de Minas Gerais como um modelo de conduta e também, como responsável pelos rumos da política – bem como da religião – brasileira. Tais *representações da mineiridade* pareciam tratar-se de uma prática discursiva que há tempos havia sido internalizada na cultura deste estado, ou seja, pelo que tudo indicava, havia passado a compor o *habitus*⁹ do povo mineiro. Assim, ao se perceber que os discursos proferidos pela *União* – sobretudo, aqueles expostos nas páginas do seu jornal – também pareciam apresentar

⁸ Em 1934, a *União* encampou a construção do *Abrigo Jesus*, que tinha a pretensão de recolher “crianças do sexo feminino desvalidas da sorte”. Já em 1938, a *União* fundou o *Instituto Educacional Leopoldo Machado* com o intuito de oferecer o ensino primário para crianças pobres.

⁹ Como já mencionado, o conceito de *habitus* está sendo trabalhado aqui a partir das definições de Bourdieu (1999), portanto, compreendido como características que vão além dos costumes e dos hábitos de um povo, mas que tem a ver com a maneira dos indivíduos pensarem, conceberem, verem e se interagirem com o mundo.

tais características, é que se passou a suspeitar que as lideranças da *União* também se apropriavam¹⁰ dessas representações.

Enfim, foi diante desta consulta prévia da documentação que surgiu o interesse em se realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre essas questões, a fim de investigar até que ponto essas representações construídas pela *União* denotavam uma apropriação das práticas discursivas peculiares ao estado mineiro. Assim, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de problematizar tais construções discursivas produzidas, sobretudo, entre as décadas de 1930 a 1960, pelas lideranças da *União Espírita Mineira*, visto que essas pareciam se apropriar das *representações da mineiridade* para afirmar uma suposta “hegemonia” do espiritismo neste estado. Deste modo, foi também considerando que a *União* tratava-se de uma instituição que lidava com o poder – portanto, que estava sujeita a se envolver em disputas e lutas de representações – é que este trabalho foi se constituindo, pesquisando e analisando as articulações, as intenções e as tensões inerentes a este campo de forças.

Na análise destas questões, este trabalho buscou suporte em autores diversos, sendo referenciais teóricos que muito contribuíram para a compreensão do processo de constituição de algumas *tramas humanas* que são apresentadas por essa pesquisa. Quanto à concepção de *tramas*, seguindo as orientações de Paul Veyne, considerou-se que:

(...) [a] história, (...) não poderia contentar-se em ser uma narração; ela também explica, ou melhor, deve explicar. (...) e o que denomina explicação não é mais que a maneira da narração se organizar em uma trama compreensível. (...) explicar da parte do historiador, quer dizer ‘mostrar o desenvolvimento da trama, fazer compreendê-lo’. (...). O historiador procura fazer compreender as tramas. Como se trata de tramas humanas (...) os resultados serão humanos (VEYNE, 1982, p. 51-52).

Este trabalho também se inscreveu na perspectiva da História Cultural. Chartier, ao dissertar a respeito dessa linha de pesquisa, afirma que:

(...) [ela] tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. (...). [Deste modo,] As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam (CHARTIER, 1992, p.16).

¹⁰ O conceito de apropriação é trabalhado aqui a partir das definições de Chartier (1992, p. 24-26). Para esse autor, a apropriação de um discurso não se dá pelos sujeitos de forma apática, como se esses – usando aqui um termo de Chartier – comportassem-se como uma “cera mole”. Ou seja, como se os sujeitos, facilmente moldados, apenas reproduzissem o que vêem ou lêem; como se não houvesse uma pluralidade nos modos de ver, ler, enfim, na maneira de interpretar e de significar o que lhes é apresentado. Ao contrário, Chartier mostra que um discurso, ao ser apropriado por um indivíduo, este tende a reinterpretá-lo, conforme seu momento, o lugar social em que se encontra e sua compreensão de mundo. Daí a tendência deste indivíduo a dar a esse discurso um novo significado.

Portanto, para Chartier, o pesquisador, ao eleger uma dada realidade como objeto de estudo, deve estar sempre atento, pois essa “realidade” deve ser compreendida como uma representação, construída culturalmente pelos grupos sociais que a constituem e a vivenciam. Assim, o autor adverte ao pesquisador: ao enveredar suas pesquisas para esse campo de estudo, este deve se preocupar em desvendar as percepções que os diversos grupos investigados têm do real, procurando compreender os interesses, as relações (inclusive, as de poder) e os conflitos que envolvem esses mesmos grupos.

Essa pesquisa privilegiou o cotejamento e a análise crítica das fontes impressas, sobretudo os *Livros de Atas* produzidas pela diretoria da *União Espírita Mineira*, além de outros documentos pertencentes ao arquivo desta instituição. Porém, sua principal fonte, foi, sem dúvida, o jornal *O Espírita Mineiro*.¹¹ Faz-se necessário esclarecer que essas fontes não foram, nesta pesquisa, concebidas como meros meios de informações, imparciais e neutras de intenções e tendências. Ao contrário, elas foram tratadas como *documentos-monumentos*, e, como afirma Le Goff:

(...) o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (...) devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagens de si próprias. (...) É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção (LE GOFF, 1996, P. 547-548).

Assim, levando-se em conta, sobretudo, o contexto em que foi produzida, essa pesquisa propôs a “desmontagem” de sua documentação, procurando encontrar debaixo dos escombros, nas entrelinhas dos discursos, as vozes e os interesses dos segmentos sociais que as produziram e que, por meio dessa montagem, tentaram se impor, silenciar conflitos e fazer valer sua prática, sua visão e representação de mundo. De um modo geral, essa pesquisa partiu do princípio de que toda fonte é por si só subjetiva, portanto, passíveis de várias interpretações. Então, a análise dessa documentação não teve outra pretensão, se não, apontar caminhos para uma, entre outras tantas, possibilidades históricas.

Como já confirmaram vários estudiosos – entre eles Contier (1973) e De Luca (2005) –, na atualidade, o jornal tem demonstrado o quanto pode contribuir como precioso meio de investigação,

¹¹ Embora as análises aqui expostas se incidam sobre esse jornal espírita, para contrapor tais análises foram necessárias algumas incursões em alguns jornais leigos tais como o *Minas Gerais*, o *Estado de Minas*, a *Folha de Minas*, o *Diário da Tarde* e o *Diário de Minas*, quanto também ao jornal católico *O Diário*.

desde que, como foi ressaltado acima, analisado de forma crítica, contraposto a outras fontes, considerando sua subjetividade. Além disso, o jornal também vem demonstrado sua potencialidade enquanto *objeto de pesquisa*. Isto é o que comprovaram Capelato e Prado, ao afirmarem que:

(...). A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se pois, (...) aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO e PRADO, 1980, p. XIX).

Deste modo, mais do que fonte, pode-se dizer que *O Espírita Mineiro* também foi considerado um importante objeto dessa pesquisa. Assim, mais do que registrar (mesmo que de forma tendenciosa) os acontecimentos referentes ao movimento espírita da capital e do estado de Minas, esse jornal procurou transmitir a impressão de ser a *União* a liderança desse movimento; bem como trabalhou para veicular a impressão de que esse movimento atuava com grande destaque no panorama espírita nacional. Daí, a necessidade de se refletir e problematizar essa sua intenção. A partir dessa representação, percebeu-se como, através de seu discurso, esse jornal não só “funcionou” como “porta-voz” de uma instituição, como também pretendeu se impor como voz de um movimento.

Para Bourdieu, um porta-voz autorizado é aquele que “consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (BOURDIEU, 1996, p. 89). Buscando respaldo nessa análise, pode-se concluir que tanto uma pessoa, quanto uma instituição ou, um órgão de comunicação, quando instituídos de poder, comportam-se com autoridade para falar em nome daqueles que lhe reconheceram como locutor. É esse reconhecimento que legitima seu poder, e assim, confere-lhe tal capital simbólico. No caso d’*O Espírita Mineiro*, constatou-se que este quase sempre procurou demonstrar esse reconhecimento, portanto, portou-se como procurador tanto da *União*, quanto do movimento que esta dizia representar. Daí se considerar como “porta-voz autorizado” de ambos.

Nesta perspectiva, o discurso proferido pelo porta-voz – mais que uma forma de comunicação, de transmissão de pensamento e de idéias – é uma forma de se usar e demonstrar poder. Por isso, o discurso tende a impor “verdades”. Entretanto, de certa maneira, esse poder não está tanto nas palavras que o compõem, mas, principalmente, no reconhecimento da competência de quem o pronuncia. Ou seja, a eficácia do discurso depende muito mais da competência do porta-voz autorizado para fazê-lo. Nesse sentido, para Bourdieu (1996), é o emissor do discurso quem tem o

poder de impor as palavras.¹² Deste modo, o poder simbólico das palavras, isto é, do discurso, está na crença da legitimidade que seu porta-voz institui. Logicamente que, quando uma instituição confere tal autoridade a um porta-voz, ela faz dele seu mediador junto aqueles com quem pretende estabelecer e impor uma relação de poder. Assim, esse porta-voz tenta mediar e controlar a relação do discurso com o seu meio. No caso de um jornal, ele é o porta-voz do produtor/emissor, daquele que tem competência, que é dotado de capacidades técnicas e lingüísticas e, sobretudo por isso, tem autorização para discursar. Já o leitor é o consumidor/receptor dessas “verdades”. Nesse sentido, de acordo com as leis desse mercado, é o produtor que define as estratégias da relação discursiva, estabelecendo como e o que pode, ou não, ser dito. Por sua vez, o consumidor é aquele que, mesmo não compreendendo o que está sendo comunicado, pode reconhecer – ou não – aqueles dizeres como verdadeiros, porque, primeiramente, reconhece – ou não – no seu enunciador a competência e a capacidade para pronunciá-los.¹³

Então, para Bourdieu (1996), a relação discursiva estabelecida entre os grupos sociais, mais do que uma forma de comunicação, pode ser compreendida como uma maneira de um grupo se impor a outro, estabelecendo-se assim, uma relação de poder – mesmo que simbólico. Quando essas situações são vivenciadas, o que se percebe, de fato, é a existência de discursos tentando apresentar e impor como verdadeiros um dado saber ou, uma prática cultural, enfim, uma compreensão da realidade.

Chartier, ao discutir a respeito dos conflitos gerados pelo choque entre as diferentes representações do real, afirma que:

(...) as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em

¹² Essas palavras, na perspectiva de Foucault (1996, p.10), soam como saberes, portanto, como “verdadeiros”.

¹³ Para Bourdieu, a relação discursiva estabelecida nesse mercado é “uma relação de comunicação (...), fundada no ciframento e no deciframento, e portanto na operação de um código ou de uma competência geradora” (1996: 53). Assim, o que ocorre nessa operação é o que ele chama de *troca lingüística*, que para ele trata-se de “uma troca econômica que se estabelece em meio a uma determinada relação de força simbólica entre produtor, provido de um dado capital lingüístico, e um consumidor (ou um mercado), capaz de propiciar um certo lucro material ou simbólico. Em outros termos, os discursos não são apenas (a não ser excepcionalmente) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos. (...). [Enfim], os discursos alcançam seu valor (e seu sentido) apenas através da relação com o mercado, caracterizado por uma lei especial de formação particular dos preços: o valor do discurso depende da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências lingüísticas dos locutores” (BOURDIEU, 1996, p. 53-54).

termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1988, p.17).

Enfim, por se tratar de uma instituição religiosa, a *União* foi concebida nesta pesquisa como um campo (BOURDIEU, 1999) formado por especialistas, produtores e monopolizadores de um poder religioso, portanto, um espaço propício às disputas e às lutas de representação para a imposição deste poder. Um espaço com uma dinâmica própria, onde seus agentes estiveram sempre investindo tempo e trabalho para acumularem capital religioso, medindo forças entre si, vivenciando embates, numa busca incessante por uma autoridade que lhes dessem poder e legitimidade quanto à posição ocupada na estrutura deste campo.

Para se obter uma melhor compreensão deste trabalho, optou-se por estruturá-lo em quatro capítulos. Considerando-se que as *representações da mineiridade* permearam toda o trabalho, no primeiro capítulo realizou-se um balanço historiográfico a respeito desta temática, não apenas para discutir as diferentes abordagens teóricas, mas, sobretudo, para definir e apresentar a própria concepção deste trabalho sobre essa temática.

Já no segundo capítulo foi realizada uma análise estabelecendo uma relação entre o médium Francisco Cândido Xavier e as *representações da mineiridade*. A opção por esta análise se justifica, uma vez que Chico Xavier nasceu no início do século XX (em 1910), em Pedro Leopoldo, numa cidade próxima à capital mineira, portanto, numa época e numa região, onde tais representações começavam a ganhar força, propagando-se entre diversos setores daquela sociedade. Assim, defendeu-se neste trabalho, a possibilidade de conceber a idéia de que, em seu discurso, Xavier apropriava-se de algumas dessas representações, podendo ser observadas tanto em sua autobiografia, como também, em uma de suas obras psicografadas, a saber, o livro intitulado “Brasil, coração do mundo, pátria do evangelho”. Neste capítulo, também foi apresentada uma breve explanação sobre o início da carreira religiosa deste médium e o momento em que seus caminhos começaram a se cruzar com a história da *União Espírita Mineira*.

Na década de 1950, as *representações da mineiridade* também pareciam ter sido apropriadas pelos líderes da *União Espírita Mineira*, que, em seus discursos, procuraram ressaltar e enaltecer o papel dos mineiros dentro do movimento espírita nacional. Deste modo, no terceiro capítulo, foi discutida não só a participação desses líderes dentro deste movimento, mas, sobretudo, como articularam e divulgaram a representação de que Minas havia exercido papel fundamental em um acordo de paz que foi assinado pelas lideranças espíritas do país em 1949. Ainda neste capítulo,

foi demonstrado que, em virtude da presença de Chico Xavier no estado, a *União* não só procurou monopolizar o capital de autoridade religiosa deste médium, como também, procurou construir a representação que elevava Minas à condição de “Usina de Luz” do mundo, tentando, deste modo, comprovar a suposta “hegemonia” do espiritismo mineiro perante o movimento espírita nacional.

Já no quarto capítulo, foi realizada uma análise demonstrando como, a partir da representação de que Minas era uma “Usina de Luz”, a *União* procurou não só supervalorizar o capital religioso de Chico Xavier, reforçando sua condição de bem simbólico nacional; bem como, procurou capitalizar o seu próprio poder, criando e divulgando seus bens e serviços de salvação, inserindo-os no mercado religioso belo-horizontino como uma maneira de se impor e de disputar espaço dentro deste mercado.

1. A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA MINEIRIDADE

Há 37 anos escrevo a saga das Minas Gerais. O dia em que entender Minas deixo de escrever.

Autran Dourado

1.1 GILBERTO FREYRE E O CONCEITO MINEIRIDADE

Em sua posse, em 31 de janeiro de 1956, o então governador de Minas, José Francisco Bias Fortes, ressaltou, em um discurso imponente, o que seria a sua mais importante contribuição para o estado de Minas. Dizia ele:

(...). Quero dizer, por fim, aos Partidos Coligados e ao povo mineiro que nunca se apagará do meu espírito a impressão da generosidade com que me distinguiu a sua confiança. É com o mais sincero sentimento de humildade que recebo esta alta investidura. E peço a Deus que me ajude a ser, no governo, o mesmo homem sem ódio, sem prevenções e sem ressentimento, que tenho sido até agora. **Porque somente assim poderei contribuir para que se fortaleça a autoridade política de Minas, tão necessária, neste momento, à paz e à felicidade do Brasil** (BIAS FORTES, 1960, p. 8. Grifos nossos).

Não é objetivo deste trabalho recuperar o contexto político mineiro citado acima, mas, ao se buscar alguns dados sobre esse momento observou-se que, durante seu governo, Bias Fortes (1956-1961) dispôs “de acesso privilegiado ao centro do poder, o que se traduziu em decisões eminentemente políticas” (DULCI, 1984, p. 24). Há de se considerar que nesta época o presidente da república era o mineiro Juscelino Kubitschek. Ao contrário de seus antecessores, principalmente Milton Campos (1947-51), que, ao ser “politicamente afastado da administração Dutra, não recebeu qualquer cobertura federal para sua ação” (1984, p.24), o que lhe impossibilitou de colocar Minas no centro das decisões políticas do país.

Deste modo, esse trecho do discurso de Bias Fortes apresenta indícios intrigantes, visto que este governador firma compromisso de fortalecer a autoridade de Minas, como se deste fortalecimento dependesse a felicidade e o destino do país. Na verdade, as entrelinhas deste discurso parecem ter a intenção de transmitir uma mensagem implícita neste compromisso: a de restabelecer

em Minas uma força e uma posição de liderança política dentro do cenário brasileiro, que supostamente este estado já havia obtido em outros momentos.

Essa idéia ganha consistência quando somada à informação de que este compromisso foi lembrado nos outros tantos discursos que Bias Fortes pronunciou durante seu governo – e que foram compilados, dando corpo a um livro intitulado *Vocação de Minas* (1960). Na leitura destes discursos, percebe-se que o título do livro não foi uma escolha aleatória, pois o que se vê é uma incisiva exortação à Minas e à afirmação da sua “vocação”, sobretudo, para a política. “Vocação” que, para Bias Fortes, consolidou-se, principalmente, através do “sacrifício” e da “renúncia” dos “heróis mineiros” em nome da liberdade do Brasil. Daí, a exaltação de Bias Fortes à memória desses “heróis”. Memória que, para ele, deveria dar a Minas uma posição de liderança dentro da política nacional (BIAS FORTES, 1960, p. 228).

Vale ressaltar que, bem antes da publicação deste livro de Bias Fortes, um outro havia sido publicado dentro desta literatura regional, chamando também a atenção pelo seu título e pelo seu conteúdo: *Voz de Minas*. Foi em 1945, que a literatura regional mineira registrou a publicação deste livro com título, no mínimo, intrigante, de autoria do escritor “não mineiro”¹⁴, ou melhor, do carioca Alceu Amoroso Lima.¹⁵ No subtítulo, o autor afirmava tratar-se de um “ensaio de sociologia regional”. Esta obra não se fundamentava “num modelo sociológico de análise, mas na perspectiva do humanismo cristão” (DIAS, 1985, p. 12). Ao defender que se tratava de um “ensaio de sociologia”, o autor ainda afirmava ter como intenção produzir outras obras, culminando em um ensaio geral sobre “As cinco vozes do Brasil”. Segundo Lima, neste livro, deixaria falar então a voz do Centro, “uma delas pelo menos, – a Montanha”:

(...). Por hoje é Minas apenas que procuro interpretar. É o povo mineiro em sua psicologia, em sua sociabilidade, em sua cultura e em sua espiritualidade, que tento reduzir a um retrato coletivo. Quanto possível fiel e expressionista. Quanto afastado da apologia ou do criticismo sistemáticos. Não escondo a minha simpatia pela concepção mineira da vida. Não oculto as afinidades que encontro, em mim mesmo, com o que vejo e sinto na alma de Minas. Não deixo, entretanto, de registrar as dúvidas e as discordâncias. (...).

Não tenho a mínima pretensão de resolver, nas paginas que se seguem, o enigma de Minas Gerais. Procuro apenas trazer o meu concurso a uma obra de aproximação descritiva e

¹⁴ Expressão usada por Gilberto Freyre ao referir-se a si próprio, em conferência lida na Faculdade de Direito da Universidade de Belo Horizonte, a convite dos estudantes, na noite de 16 de julho de 1946. (FREYRE, 1965, p. 1).

¹⁵ Amoroso Lima (1893-1983) foi intelectual bastante atuante no cenário político, expressando suas idéias através de livros e artigos de jornais. Bacharel em Direito, em suas obras, defendeu a “ordem” e a aplicação das leis. Como católico fervoroso, atuou também no campo religioso brasileiro em defesa de seu credo. Segundo a historiadora Tânia de Luca, ele foi um dos colaboradores da “Revista do Brasil”, sendo ele responsável por iniciar nela “debates apaixonados” sobre a história brasileira (DE LUCA, 1999, p. 90).

interpretativa, que nunca por natureza pode cessar. (...). O essencial é não ter a pretensão de chegar a resultados definitivos (LIMA, 1945, p. 9-10. Grifos nossos).

Neste trecho do referido livro é possível observar que, além de anunciar sua pretensão em interpretar, entre outras coisas, a “psicologia mineira”, Lima ainda dizia não ser a sua intenção resolver um suposto “enigma de Minas”. Porém, no final do livro, em suas últimas linhas, o autor confirmou que foi exatamente a tentativa da decifração desse “enigma” o que ele pretendeu fazer ao longo de sua obra:

(...). Esse sortilégio do humanismo mineiro é que pretendi traduzir nas páginas que aí ficam. Seu papel não é outro senão uma tentativa de decifração do enigma mineiro, não é outro senão um convite a meditação de Minas sobre si mesma (LIMA, 1945, p. 236).

Mais importante do que compreender essa possível contradição, seria observar a sutileza que se esconde no jogo dessas palavras, pois, ao negar sua pretensão em resolver esse “enigma” sobre Minas (mas, posteriormente, ao afirmar sua tentativa em “decifrá-lo”), Lima reforçou a existência de inúmeras características, consideradas por ele como sendo próprias da “alma mineira”. Deste modo, ao longo do livro, o autor delineou o mineiro como sendo um indivíduo de temperamento calmo e equilibrado, dotado de extrema sabedoria e generosidade, com aptidão a renunciar seus próprios interesses, afeito à ordem e ao bem estar comum, conservador, religioso e um tanto misterioso. Essas, entre outras características, foram reafirmadas em todos os capítulos, nos quais o autor retratou o que ele chamou de “psicologia”, “sociologia”, “cultura” e “espiritualidade” do mineiro. Enfim, ao apresentar essa “decifração”, Lima acabou elaborando uma reflexão que mais contribuiu para reforçar um suposto enigma, um mito dentro deste imaginário social, do que para desvendá-lo. Ao concluir sobre esse seu trabalho, o próprio autor questionou:

(...). Que concluir de tudo o que vimos sumariamente analisando?
Que há uma concepção mineira de vida. Que essa concepção não se isola, mas se integra no humanismo brasileiro. E que Minas tem uma missão a cumprir no Brasil e no mundo contemporâneo (LIMA, 1945, p. 217).

Concluir que existe uma “concepção mineira” de vida, ou, um “humanismo”, uma “alma mineira” talhada pela mão divina, foi a maneira encontrada pelo autor de realimentar a existência deste “enigma” em torno do “povo montanhês”. Este, em função dessa suposta peculiaridade, deveria então, assumir um compromisso com a sua nação. De acordo com a análise deste autor, mais do que compromisso, tratava-se de uma “missão” com o país:

(...). **Esse primado dos valores morais, que é comum à alma de Minas e à alma da própria nacionalidade, cria para nós uma grande responsabilidade.** (...). Um dos primeiros imperativos da missão de Minas no Brasil é justamente a preservação dessa primazia moral. (...).

Essa missão é de ordem preservativa, reformadora e compensatória.

Preservativa, porque Minas é a imagem da tradição e do passado. (...). Minas deve figurar, perante o Brasil, como o espelho de sua consciência. É a raiz. É a âncora. É a conservação do que nos ficou de bom. É a preservação de nossa brasilidade tradicional. (...). Pois defender o passado, defender as origens, defender a tradição não é, de modo algum impedir o progresso. É impedir os desvios. É impedir a ruptura. É evitar os saltos no escuro. [Por isso], Minas é a voz do bom senso. (...).

A missão de Minas, porém, não é apenas preservativa e conservadora. É reformadora. Trata-se também de corrigir o que o tempo já tenha corrompido. (...). Trata-se de lutar contra influências deletérias no organismo nacional e no seu próprio organismo. A missão de Minas no Brasil e, através dele no mundo contemporâneo, coincide com um trabalho contínuo sobre si mesma (...) dentro das linhas gerais do que me parece ser a grande missão de Minas no Brasil. (...).

A Minas cabe, pois, a missão de preservadora do passado, de reformadora das influências cosmopolitas que vão levando o Brasil para o indistinto ou a servidão moral e finalmente de compensadora de todos os desequilíbrios extremistas (LIMA, 1945, p. 217-235. Grifos nossos).

A partir deste trecho, pode-se inferir que, para Lima, seria sua tarefa (diga-se de passagem, de extrema importância) fazer os mineiros compreenderem essa “missão” que carregavam consigo. Inclusive, intitulou de *Missão de Minas* a conclusão deste seu livro. Nela, o autor endossou uma antiga tese (ou melhor, uma representação) defendida tanto por alguns governantes mineiros, assim como pelo seu povo, como também, pela Igreja deste estado: baseava-se na idéia de que Minas possuía “vocação” para liderar os rumos da política, da cultura e da religião no país.

Nesse sentido, uma observação significativa a ser feita é que, na década de 1930, então, antes mesmo de publicar seu livro, Lima fez veicular na imprensa belo-horizontina inúmeros artigos enfocando essa “missão” de Minas para a religião. Utilizando o pseudônimo de Tristão de Athayde, deu uma longa entrevista a um jornal da época declarando que “Aqui palpita a alma catholica do Brasil” (*Estado de Minas*, 2 de setembro de 1936). Na verdade, Lima fez essa declaração dentro de um contexto em que a igreja mineira havia tentado consolidar, como afirma Da Mata (1996), o mito da “Minas Católica”. Deste modo, obviamente no seu livro *Voz de Minas*, também procurou reforçar essa representação, dizendo que Minas era possuidora de uma “vocação religiosa”. Porém, uma vocação para o catolicismo que, afinal – para Lima, um católico convicto – representava o “verdadeiro cristianismo”:

(...). A fé católica é um dos dados fundamentais da civilização mineira, não só por tradição mas por vocação. (...)

Podemos dizer que o catolicismo, em Minas, não é apenas tradicional ou histórico, é vocacional e psicológico. Daí a naturalidade com que o mineiro é católico (...).

O sobrenatural é familiar ao mineiro. É o cotidiano. A religião, para ele, não é uma efusão do coração. É uma condição normal da vida. Daí a aceitação que, em Minas, tem o chamado Movimento Litúrgico, como tem a Ação Católica. Não é por acaso que isso acontece. É que o realismo místico do

mineiro o leva a compreender sem esforço a Liturgia não como um pedantismo exterior ou uma moda passageira, mas como sendo a própria expressão daquela sacralidade, natural e sobrenatural, que torna as coisas de Deus tão próximas de nós, tão congêntas aos movimentos mais profundos de nossas almas e às atividades mais correntes de nossa vida contemplativa (LIMA, 1945, p. 207-210).

Enfim, para Lima, confirmar, tornar compreensível e divulgar as “vocações” de Minas era a sua própria missão. Ao realimentar a representação do mineiro como sendo um povo de elevada moral cristã, conservador e apegado às “tradições” – defendendo que eram, sobretudo, essas características (míticas) que os tornavam responsáveis pelos rumos e equilíbrio da nação –, Lima remeteu essa “missão” ao passado histórico de Minas. Aliás, essa prática em resgatar essa história a fim de construir e reforçar um “enigma” de Minas, não era, na década de 1940, nenhuma novidade na literatura regional. Inclusive, faz-se necessário ressaltar que essa prática cultural vinha de longa data. Desde a época dos poetas arcádicos¹⁶ já se registrava certo “gosto de falar de Minas”. Tudo indica que esse gosto foi constituindo-se, no decorrer dos anos, em um *habitus*. Um “gosto” que foi sendo apropriado e (re)elaborado nas mãos de inúmeros escritores e nos discursos de muitos políticos, mineiros e “não mineiros”.

Entre os “não-mineiros” a se apropriar desta prática, também pode-se citar o pernambucano Gilberto Freyre que, na década de 1940, ocupava cargo de deputado pelo seu estado. No que se refere ao conceito e ao uso do termo *mineiridade*, segundo Dias, foi Freyre quem “o colocou em circulação e em destaque, em 1946, quando proferiu uma conferência na Faculdade de Direito, em Belo Horizonte” (DIAS, 1985, p. 9). Essa conferência recebeu o título de *Ordem, liberdade e mineiridade*. Nela, Freyre também enfatizou um suposto “papel conciliatório” de Minas dentro do cenário nacional, frente ao radicalismo de direita ou de esquerda. Assim, afirmou:

(...). ‘Grave senso da ordem’ é uma frase saída de Minas, do mais profundo do ser mineiro, e impregnada da mais pura mineiridade, que o Brasil inteiro conhece. (...). ‘Revolução latina’ chamou alguém a revolução mineira da Inconfidência, não por ter sido, como em grande parte foi, uma revolução latinistas e até de padres (...) mas por ter sido um reflexo da Francesa, tão latina no seu universalismo meio lírico (...). A verdade é que as duas afirmações de espírito mineiro – a que em bom português exalta a necessidade de ordem e a que em latim quase de livro santo consagra a necessidade de liberdade – nos fazem pensar no problema imenso a ser resolvido pelo homem

¹⁶ Mello e Souza (1975) demonstrou que a produção literária mineira do século XVIII, estava, sem dúvida, inserida no contexto de sua época, por isso, os traços universalizantes – tão em voga na literatura européia – predominavam no conteúdo daquelas poesias. Porém, esses traços apresentavam-se mesclados com as questões concernentes à realidade da região aurífera. Assim, essa produção literária também expressava em seu conteúdo, preocupações que condiziam com o cotidiano vivenciado por aqueles poetas, tais como Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antonio Gonzaga. Para Dias, esses poemas representavam uma forma de consciência destes homens sobre sua realidade social (DIAS, 1985). Desta maneira, mais do que uma forma de expressão artística, essa literatura apresentava-se também como uma alternativa, um meio utilizado por esses homens para compreenderem e refletirem sobre as circunstâncias daquele momento, tornando-se um registro significativo sobre os problemas vivenciados pelos mineiros setecentistas.

moderno: o de conciliação do desejo de ordem com o de liberdade. O de conciliação do desejo de unidade com o de diversidade. O de conciliação do que é pessoal no homem com o que é impessoal na organização social; do que é local com o que é universal nessa organização.

(...)

Não vejo gente brasileira mais capaz que a de Minas de resolver (...) para o Brasil, problema hoje tão nosso (...) como o da conciliação da liberdade da pessoa com a ordem da sociedade. (...)

Ainda há pouco, lendo as páginas em que vêm resumidos os princípios e métodos de ação seguidos por outro político tipicamente mineiro, Carlos Peixoto, encontrei-me com um conceito do qual, em pequeno discurso feito há três ou quatro meses na Constituinte, eu desajeitadamente me aproximara sem conhecer ainda aquelas páginas de introdução psicológica **ao que venho chamando mineiridade**. (FREYRE, 1965, p. 22-36. Grifos nossos.)

Como se pode observar, ao endossar a representação de que o mineiro era um hábil conciliador da “ordem” e da “liberdade”, Freyre criou o conceito que ele então denominou de *mineiridade*. Isto é, ele – e a grande maioria dos pensadores que se ocuparam em falar sobre Minas – passou a chamar assim a essa suposta capacidade do mineiro em conciliar posições políticas antagônicas, promovendo um possível equilíbrio entre elas. Para sustentar esse conceito, Freyre obviamente também se remeteu à história pregressa de Minas, remontando-se à Inconfidência para nela fundamentar essa “tese” da “conciliação”.

1.2 UM BALANÇO SOBRE OS ESTUDOS DA MINEIRIDADE

Em seus estudos sobre o *discurso da mineiridade*, Dulci (1984) concluiu que a construção da imagem de Tiradentes havia sido iniciada pela ação dos próprios políticos mineiros. Para este autor, desde a época do Império,¹⁷ esses já remetiam seus discursos à Inconfidência, com o intuito de respaldarem-se nela e, então, criarem no imaginário a idéia de que existia uma “tradição política em Minas” que os responsabilizavam pelos rumos da nação. Portanto, atribuíam a si papel importante na liderança do país. Desta perspectiva, caberia aos mineiros superarem suas divergências partidárias, unirem-se e conciliarem-se em prol da liderança da política nacional.

¹⁷ Para Dulci, este costume de associar o posicionamento político de Minas à Inconfidência tornou-se uma tradição não só dentro da literatura regional, mas, principalmente, nos discursos dos políticos, ainda no período do Império – época que era proibido falar da Inconfidência. Para exemplificar, Dulci afirma que, mesmo em meio a essa proibição, em 1828, em uma carta aos eleitores de Minas, o político Bernardo de Vasconcelos, teria lembrado-os de que “Os mineiros, gente intrépida e ciosa de sua liberdade, nunca consentiram que os reis de Portugal lançassem impostos; quase todos que hoje paga (sic) aquela província foram estabelecidos pelas Câmaras, bem como o método de sua arrecadação. Só depois de aniquilados pelo despotismo é que os mineiros se sujeitaram a pagar impostos (...). A história de um novo tributo em Minas é tinta de sangue (...)” (VASCONCELOS, apud DULCI, 1984, p. 14).

Tendo como referência para análise, sobretudo, o ensaio *Voz de Minas* (de Alceu Amoroso Lima), Dulci confirmou que inúmeras qualidades atribuídas por Lima aos políticos mineiros (tais como o apego à ordem, à tradição, o senso de equilíbrio, a prudência) habitavam o imaginário político do século XIX. Essas características davam a impressão de que os governantes deste estado primavam, de fato, pela “conciliação” – aliás, “tese” defendida com vigor por Amoroso Lima. Segundo Dulci, toda essa representação havia sido construída e divulgada, principalmente, por esta própria elite, sendo difundida, dentro e fora do estado,

(...) a ponto de propiciar todo um folclore político. [Isto porque, esta elite concebia-se como] portadora de tais atributos, [julgando-se] consciente da sua ‘especificidade’, e em função disso situa[ndo] o seu papel na cena política. Assim, a ‘mineiridade’, concepção comum das elites, torna[va]-se o código que as un[ia], que aproxima[va] os seus membros, definindo sua identidade e seus critérios. (...) essa concepção cumpr[ia] portanto uma importante função ideológica, tanto em termos de unificação das elites [opositoras] quanto no sentido de justificar sua hegemonia social (DULCI, 1984, p. 13).

A fim de compreender o processo embrionário dessa prática, Dulci mergulhou no contexto de Minas. Nesta imersão histórica traçou rapidamente a trajetória de três políticos que atuaram ativamente na época do Império: Bernardo Vasconcelos, Honório Hermeto e Teófilo Otoni. A despeito das possíveis divergências partidárias entre eles, Dulci tentou demonstrar que esses políticos, cada qual a seu modo, reforçaram a idéia de que existia uma “especificidade mineira” na maneira de lidar com o poder. Mas, uma especificidade baseada no “senso de adaptabilidade às circunstâncias políticas. E a capacidade de delas tirar partido, em função dos [seus] objetivos. [Esse comportamento era o reflexo do] traço crucial da imagem elaborada em torno do ‘estilo mineiro’” (DULCI, 1984, p. 15-16). Desta maneira, essa representação foi sendo construída a partir do próprio fluxo histórico de Minas, isto é, dos comportamentos desempenhados pela elite política.

Para Dulci, se as raízes dessa “ideologia da conciliação” estavam no período Imperial, foi, então, após a implantação da República que, de fato, se deu o nascimento da “ideologia da mineiridade”. Isso, num momento,

(...) [em que] Os estados começaram a existir efetivamente e a definir suas identidades (...) através da afirmação das peculiaridades regionais. [Na região mineira,] A composição de facções, atada solidariamente no ‘partido da ordem’, garantia a influência de Minas na esfera nacional. A política dos estados, que assinalou o regime de 1891, servia aos grandes estados. São Paulo e Minas eram o eixo das composições. (...). Foi em face desse sistema fechado, desse federalismo confessadamente discriminatório, que se construiu a representação da identidade política de Minas (DULCI, 1984, p. 17-19).

Como mencionado acima, nesse momento, outras regiões também vivenciavam essa busca por uma “identidade”, visto que “esse processo se relacionava intimamente com a formação da república no seu formato federativo. As reivindicações de autonomia provincial se assentavam na afirmação das idiossincrasias. E estas eram apresentadas com o aval da História” (DULCI, 1984, p. 19). Em Minas, tal aval teria se fundamentado na “feição liberal” de movimentos como a Inconfidência Mineira. Aliás, ela,

(...). A Inconfidência, convenientemente esquecida sob o Império (afinal, havia sido um levante contra a dinastia reinante), volta à memória e tem início o culto a Tiradentes. Desenvolve em torno de Tiradentes o que Friedrich designa por ‘mito da fundação’. Muito próximo da lenda, o mito da fundação consiste tipicamente na personalização da origem do sistema em um herói com qualidades especiais que o teriam capacitado a cumprir seu destino. No caso, o martírio pela liberdade abrindo caminho à emancipação política (DULCI, 1984, p. 19-20).

Enfim, a Inconfidência e seu personagem mais ilustre inspiravam e sustentavam o “mito fundador” da identidade mineira. Dessa maneira, a elite política teria buscado aí o “suporte ideológico” para seu discurso, divulgando a representação de que em Minas – mais do que em qualquer outra região – os mineiros renunciavam suas vidas e se sacrificavam em nome da liberdade da nação.¹⁸ Assim, forjava-se, neste estado, um discurso político que reivindicava uma reflexão sobre a sua identidade regional. Discurso que, aliás, foi apropriado, endossado e reafirmado pelos futuros “analistas de Minas”. Esta reflexão se fundamentava, também, na idéia de que essa identidade se encontrava ainda na postura dos mineiros de superarem suas divergências e buscarem a conciliação a fim de apontarem o rumo político do país. Neste sentido, para Dulci, a *mineiridade* seria esse discurso, ou melhor, seria esse jogo ideológico manipulado pela elite política mineira para se manter no poder. Deste modo, na perspectiva daqueles que endossavam essa postura (sendo, obviamente, este o caso de Alceu Amoroso Lima, em seu prolapado *Voz de Minas*) essa seria a “vocação” de Minas: preservar o passado, equilibrar e conciliar os extremos e assim, corrigir e liderar os rumos da nação.

Para se compreender melhor a questão mencionada por Dulci, sobre a idéia de conceber Tiradentes como um “mito fundador”, deve-se, ainda, reportar a análise de Chauí (2000), realizada

¹⁸ Na mesma medida, esse discurso também enfatizava haver, entre os mineiros, uma “grave noção da ordem”. Isto porque, como se sabe, “[a Inconfidência não foi um movimento popular e sim uma] conspiração de elite (...). Nesse sentido, a lembrança de Tiradentes avalizava adequadamente a identidade mineira em construção, a qual incluía também o senso da ordem e da estabilidade. Essa dimensão conservadora foi reforçada pela evocação dos grandes nomes da política mineira (...).[como os nomes de Vasconcelos, Hermeto e Otoni, que] passaram a coexistir no mito de fundação da subcultura política mineira” (DULCI, 1984, p. 20-21).

em seu livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. Para essa filósofa, quando se fala em *mito*, não deve-se tomá-lo

(...) apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (...), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Se também dizemos *mito fundador* é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela (CHAUI, 2000, p. 9).

Como se pode observar, para Chauí, o *mito fundador* pode ser compreendido como uma narrativa mítica que procura “explicar” uma dada realidade a fim de conciliar, ou solucionar possíveis situações de conflito. Trata-se de uma narrativa que obscurece a análise histórica, criando uma versão imaginária sobre o passado desses acontecimentos, estabelecendo sua “origem”. Sempre (re)elaborada e recriada, essa versão mantém esse “passado” vivo no presente, dificultando a compreensão sobre o mesmo.

Dando seqüência em sua análise, Chauí, amparada em Hobsbawm, demonstra que o século XIX foi um período em que muitos povos vivenciaram a invenção de inúmeros *mitos fundadores*, entre eles, o mito do “Estado-Nação”. Inclusive, a “história” construída pelo Instituto Histórico Geográfico sobre o Brasil representou um exemplo típico dessa invenção, o que contribuiu imensamente para consolidar-se, neste momento, a fundação mítica da “nação brasileira” (CHAUI, 2000, p. 11-29).

Chauí também chama a atenção para a prática simbólica da “sagração do poder”. Prática que, nessa época, foi posta em ação por diversos Estados-Nações. No Brasil, o período da implantação da República foi emblemático nesse sentido, uma vez que os políticos republicanos recorreram à imagem do mártir da Inconfidência – Tiradentes, o herói mítico e transcendental, carregado de forte apelo religioso – para sagrá-la e, assim, legitimarem a si próprios, estabelecerem e se firmarem no poder. Aliás, para Chauí, a respeito deste assunto, foi José Murilo de Carvalho o historiador que, ao estudar o imaginário republicano, primeiramente analisou a imagem mítica construída em torno de Tiradentes como um “Cristo cívico”. Assim, a partir desta análise, pode-se considerar a imagem de Tiradentes como uma “outra invenção” que o Brasil conheceu no século XIX. Invenção que, se analisado na perspectiva de Chauí, deve ser compreendido como um *mito fundador*, pois trata-se de um personagem histórico cuja imagem foi, ao longo dos anos trabalhada – seja pela historiografia,

ou nos discursos dos políticos – visando criar no imaginário a idéia deste homem como o mártir da nação brasileira.

Para melhor entender a construção desse mito, sem dúvida, como alerta Chauí, faz-se necessário reportar-se a Carvalho. Para esse autor, a historiografia brasileira havia começado a tratar da Inconfidência meio tardiamente, porque, antes dela, por volta de 1840, a literatura já havia manifestado seu interesse por essa temática. Deste modo, algumas obras de poesia, romances ou teatro foram lançadas com o intuito de vangloriar os feitos da “Conjuração Mineira”, sobretudo, a ação revolucionária de Tiradentes (CARVALHO, 1990, p. 60).

Dentro da historiografia, um livro realmente dedicado a discutir a Inconfidência, foi publicado somente em 1873, por Joaquim Noberto de Souza Silva, intitulado *História da Conjuração Mineira*. Antes dele, alguns autores haviam apenas comentado sobre esse assunto. A obra de Noberto teria então tornado-se uma importante referência sobre a Inconfidência, apesar de ter sido muito bombardeada pelos críticos. Isso aconteceu porque o autor, além de ser funcionário público, era monarquista convicto. Daí, aqueles que o criticavam o acusarem de servir à Monarquia, bem como, de tentar “amesquinhar a Inconfidência”, denegrindo a tão decantada imagem de Tiradentes.

As críticas e as suspeitas quanto ao fato de Noberto estar a serviço da Monarquia ocorriam, principalmente, em função das suas “revelações” quanto à figura de Tiradentes. Segundo Carvalho, Noberto afirmava que, por Tiradentes ter ficado um longo período trancafiado na prisão, submetido aos constantes interrogatórios e ainda, sob os cuidados de frades franciscanos, estes teriam trabalhado pela mudança de comportamento e de personalidade do preso. Desta maneira, o preso teria se transformando em um ardente cristão. Assim, na hora de seu enforcamento, Tiradentes, a exemplo de Cristo, não teria vestido roupa por baixo da alva. Ainda, a fim de expressar o seu perdão, teria beijado os pés e as mãos dos seus carrascos. Enfim,

(...). Seu ardor patriótico teria sido substituído pelo fervor religioso, o patíbulo da glória se teria transformado em ara de sacrifício. Tiradentes, segundo Noberto, tinha escolhido morrer com o credo nos lábios em vez de o fazer com o brado da revolta (CARVALHO, 1990, p. 63).

Essas afirmações de Noberto teriam provocado grande irritação nos republicanos que, revoltados com essas “injúrias”, teriam protestado, pois acreditavam que esse “herói cívico” estava sendo mistificado. Não aceitavam a possibilidade de pensar que Tiradentes tivesse sofrido uma forte transformação durante o período em que esteve preso. Enfim, que “tivesse perdido o impulso da rebeldia patriótica que fizera dele a principal figura da conjuração”. Para Carvalho, tendo em vista,

a “força da experiência traumática da prisão e da verdadeira lavagem cerebral que lhe aplicaram os frades franciscanos”, essas suspeitas de Noberto faziam sentido, portanto, plausíveis “do ponto de vista histórico”.

No entanto, Carvalho avalia que, tanto Noberto quanto os republicanos, enganaram-se ao crerem que aquele “misticismo” de Tiradentes poria fim ao “seu apelo patriótico”, desfazendo de “sua credencial de herói cívico”. Muito pelo contrário, essa imagem havia sido tão providencial que “as representações plásticas e literárias de Tiradentes, e mesmo as exaltações políticas, passaram a utilizar cada vez mais a simbologia religiosa e a aproximá-lo da figura de Cristo” (CARVALHO, 1990, p. 63).

Sendo assim, a partir desse momento, não só inventava-se no Brasil a tradição do culto cívico-religioso a Tiradentes, como também consolidava-se a fundação de sua imagem mítica. Com a proclamação da república, a data do enforcamento deste “mártir-cristão” foi transformada em feriado nacional, comemorado por meio de desfiles, que, segundo Carvalho,

(...) lembrava a procissão do enterro de sexta-feira santa. (...). O préstito saiu dos arredores da Cadeia Velha, em que Tiradentes estivera preso, prosseguiu até a praça Tiradentes e daí até o Itamaraty, onde Deodoro saudou os manifestantes. (...) Era a celebração da paixão (Cadeia Velha), morte (praça Tiradentes) e ressurreição (Itamaraty) do novo Cristo. Em celebrações posteriores, acrescentou-se ao final do desfile uma carreta para lembrar a que, em 1792, servira para transportar o corpo da ‘santa vítima’ após o enforcamento. Era o ‘enterro’ da nova via-sacra (CARVALHO, 1990, p. 64-65).¹⁹

Enfim, de um modo geral, toda essa análise de Carvalho sobre Tiradentes como “Cristo Cívico”, vai também ao encontro da análise sobre *mito fundador*, produzida por Marilena Chauí. Como se pode observar, as representações criadas e narradas em torno da Inconfidência e de Tiradentes foram apresentadas pela historiografia positivista como uma solução para os conflitos gerados, sobretudo, pela implantação da república brasileira. Certamente, esta resolução era assim apresentada uma vez que não se encontravam “caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUÍ, 2000). A repetição e a reinvenção dessa narrativa mítica não só obscurecia a

¹⁹ Ainda no que diz respeito ao processo de construção da imagem de Tiradentes, uma outra questão mencionada por Carvalho, refere-se à óbvia influência política de Minas nesse processo de construção. Carvalho ressalta que a origem de Tiradentes muito contribuía para o êxito de sua imagem, visto que ele provinha “de uma área que, a partir da metade do século XIX, já podia ser considerada o centro político do país – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, as três capitânicas que ele buscou, num primeiro momento, tornar independente. Aí foi mais forte o republicanismo e mais difundidos os clubes Tiradentes” (CARVALHO, 1990, p. 67). Esse apontamento de Carvalho vai ao encontro da análise de Dulci (1984), já aqui comentada. Isto porque, para ambos, os políticos da região mineira tiveram, nessa época, significativo destaque na política nacional, sobretudo, em função da representação que procuraram construir em torno do “passado glorioso” de Minas. Representação que, aliás, segundo Dulci, muito contribuiu para reforçar nas obras dos “analistas” como Amoroso Lima a suposta “vocaçãõ” dos mineiros para a política.

análise histórica, como também, impunha “um vínculo interno com o passado como origem” (Idem), reelaborando-se constantemente dentro do imaginário social da “nação” – o que garantia a sua permanência dentro dele. Deste modo, se no âmbito nacional Tiradentes pode ser lido como *mito fundador* da república brasileira, no que tange à história regional mineira, esse personagem deve ser compreendido como *mito fundador* da história de Minas e que, ainda hoje, fomenta e alimenta a tão decantada *mineiridade*.

Segundo Arruda (1990), foram os viajantes estrangeiros do século XIX, em suas andanças pelo Brasil, os observadores que mais produziram registros sobre a região e a vida mineira do século XIX. Em seus *relatos de viagens*, de um modo geral, procuraram descrever, em detalhes, os costumes, as crenças e as tradições do povo brasileiro. Nesses escritos, Minas Gerais foi o estado a que muitos se detiveram. Para Dias (1985), essas descrições correspondiam às observações feitas ao povo da região aurífera. Mas, provavelmente, com o tempo, essa caracterização sobre a cultura dos moradores dessa área foi se difundindo por todo o estado, culminando na homogeneização da imagem do mineiro.

Nesses relatos, parecia que Minas Gerais, com sua geografia montanhosa, centralizada e fazendo fronteira com várias outras regiões, inebriava tais viajantes, atraindo seus olhares, suas atenções. Além disso, as manifestações artísticas, representadas através da arquitetura, da escultura, da música e, principalmente, da literatura mineira foram bastante destacadas nesses relatos, que acabaram se transformando em uma farta documentação. Esta passou a ter, para muitos estudiosos, “[um] inegável valor historiográfico (...) [visto que, as] anotações de John Mawe, Richard R. Burton, George Gardner e, principalmente, Auguste De Saint-Hilaire, dentre outros, têm servido de subsídios para análises (...) da antiga vida mineira” (DIAS, 1985, p. 7).

Nesses escritos, esses viajantes pareciam empenhados na missão de compreender o “povo das Minas” e, assim, traçar o seu perfil. Segundo Arruda, para Charles Ribeyrolles a grande opressão sofrida em Minas na época da derrama justificava a rebeldia mineira. Essa rebeldia havia chamado a atenção também de Saint-Hilaire que “admirou-se do pouco senso de submissão dos mineiros: ‘Os comandantes das vilas exercem um poder despótico sobre seus subordinados, estes, sempre que podem, desafiam, mesmo quando tratados sem mostra de autoridade’” (SAINT-HILAIRE apud ARRUDA, 1990, p. 69). Saint-Hilaire também afirmou ter observado o interesse dos mineiros (principalmente dos mais ricos) por assuntos políticos, pelas leituras e pelas artes, daí, atribuir a esse povo algumas características tais como: polidez, sabedoria, forte sentimento libertário, de insubmissão, etc. John Mawe foi um dos que destacou a positividade da convivência

racial, enfatizando a existência de uma brandura nas relações entre senhores e escravos, por isso, defendeu a existência de uma certa “democracia” nessas relações. Já Richard Burton, em seus escritos, além de endossar vários desses aspectos, também afirmou que: “essa grande e heróica Província tem razão de sentir-se orgulhosa, por ser ele (Tiradentes) ligado diretamente à Independência do Brasil” (BURTON apud ARRUDA, 1990, p. 67).

Para Arruda, essas visões de espírito de democrático, insubmisso, o gosto pelas belas-artes – entre outras características atribuídas aos mineiros – foram pinçadas dentro de um imaginário que se encontrava em construção mesmo antes da Inconfidência Mineira, germinando, ganhando vida a partir das idéias que dali foram geradas, endossadas, (re)elaboradas e, muitas vezes, (res)significadas. Um exemplo disso pode ser observado na “noção de que as Minas Gerais eram incontroláveis, bastante enfatizada por seus administradores que vislumbravam, possivelmente, uma forma de valorizar os serviços prestados ao rei, [mas que, porém,] aparece trabalhada depois como exemplo de caráter libertário dos mineiros” (ARRUDA, 1990, p. 69). No entanto, com o tempo, essas idéias foram apropriadas, principalmente, pelos políticos. Bernardo dos Vasconcelos, por exemplo, já fazia menção a esse movimento, quando em seu discurso, em 1828, afirmava que o povo mineiro era gente “intrépida e ciosa de sua liberdade” (VASCONCELOS apud ARRUDA, 1990, p. 217). Nesta época, em pleno Império, já podia se perceber a apropriação – e a glorificação – da imagem de Tiradentes, e dos letrados que participaram daquele evento.

A partir desse exemplo, pode se compreender como uma idéia elaborada podia dar vida à outra. Assim, a (re)elaboração de algumas possíveis características dos mineiros foram sendo mitificadas, significadas e (res)significadas pelo próprio povo deste estado (principalmente pelos políticos); como também, por aqueles que os observavam (como os viajantes europeus). Com o tempo, essas características construídas foram dando vazão aos trabalhos dos ensaístas, aos memorialistas, enfim, aos escritores que se dedicavam a perfilar e a enaltecer o “caráter” deste povo conforme lhes fossem convenientes.²⁰ Já os políticos vindouros, em particular, souberam se

²⁰ De um modo geral, pode-se observar que desde o início da formação das *Minas Gerais*, foi-se gestando entre os mineiros, e os “não mineiros”, uma necessidade de refletir sobre os acontecimentos concernentes à história deste estado. Tanto a classe política, quanto os escritores, demonstraram estar sempre envoltos com os dilemas dessa história, refletindo-os sempre a partir dos dramas, vividos, principalmente, no primeiro século da formação desta região. O sociólogo Fernando Dias chama a atenção para três momentos em que o povo mineiro teria manifestado, em seu passado histórico, uma “consciência de si”, ou melhor, que Minas teria se pensado com intensidade: o primeiro momento teria sido na época de sua formação, representadas nas manifestações artísticas e políticas, culminando na Inconfidência Mineira. O segundo seria na fase da implantação da República, quando os mineiros passaram a discutir o seu papel dentro da nova ordem política. E, por último, por volta de 1920, quando um grupo de jovens intelectuais desse estado, passaram a criticar o academicismo passadista da geração anterior (DIAS, 1985, p. 18).

apropriar e aproveitar dessas características para que, também, conforme a conveniência, construíssem em torno de si a aura de “Salvadores da Pátria” brasileira.

Ainda, no que diz respeito aos relatos dos viajantes, segundo Arruda, foram, sobretudo esses homens – ao tentarem caracterizar o perfil de cada região brasileira e do seu povo – que muito contribuíram para que essas características referentes ao mineiro fossem mitificadas, (re)elaboradas e disseminadas. Pretendendo compor um relato objetivo e real, essas caracterizações eram, na verdade, frutos de sua subjetividade, mergulhados, por um lado, no cientificismo, por outro, no romantismo de seu tempo. Essas subjetividades, por sua vez, também eram frutos de um “quadro ideológico de comparações, construído a partir de referências à Europa” (ARRUDA, 1990, p. 44-53).

Para Arruda, é provável que tenha ocorrido um impacto entre esses viajantes e a paisagem mineira. Mais especificamente, esse impacto ocorreu quando do encontro com as montanhas de Minas, como se essas tivessem provocado-lhes um saudosismo, evocando neles lembranças de suas próprias terras. Daí, terem suas sensibilidades tocadas, produzindo descrições primorosas, detalhadas, repassando “ao leitor a sensação da descoberta” (ARRUDA, 1990, p. 51). Assim, as montanhas, os rios, os vales, de um modo geral, toda a natureza foi descrita. A posição centralizada do estado também foi mencionada, mas essa posição ganhou novo sentido, principalmente para Burton que, em seu relato, de centro geográfico, este estado passou a ser lembrado como o centro da nação, como “o coração vigoroso da nacionalidade”, ou melhor, “o berço da rebelião patriótica” (ARRUDA, 1990, p. 67).

Segundo ainda a mesma autora, provavelmente, foi a partir dessa posição geográfica, que nasceu, posteriormente, pelas mãos dos políticos a idéia da “centralidade mineira”, ligada também à idéia do compromisso com a “unidade da nação”. Isto porque, uma vez Minas tendo sido formada pelo encontro de brasileiros provenientes das mais diferentes regiões do Brasil, em busca de ouro, estes, ao reunirem-se ali, no centro, teriam feito com que este estado representasse toda a nação. Esta análise, somada às imagens confeccionadas com a derrama e com a Inconfidência, levaram às construções de outras representações.²¹ Da (re)elaboração da idéia de centralidade surgiram às idéias da responsabilidade do mineiro com a unificação da nação, com a capacidade de conciliarem forças opostas, de equilibrá-las e estabilizá-las em virtude do seu bom-senso e comedimento, de seu

²¹ Entre as outras representações se encontra a de ordem psíquica, podendo essa ser exemplificada com a característica da introspecção. Para explicá-la, o ex-governador Milton Campos assim se manifestou: “que o fato de o mineiro ter vivido isolado obriga o mineiro a uma introspecção profunda. Todo o mineiro é meditativo, todo mineiro é um homem voltado para a sua interiorização ou o aprofundamento de suas forças internas, suas forças interiores” (CAMPOS apud ARRUDA, 1990, p. 223).

compromisso com o todo. Daí Minas se apresentar como o fiel da balança. Nesta dinâmica, o gosto pela liberdade se manteve, mas a insubordinação e a idéia de separação foram trabalhadas, dando vez à idéia de moderação. Essa renúncia à liberdade deu a dimensão do sofrimento e do sacrifício feito em nome da “ordem” que está sempre rumo ao “progresso”, em nome da “civilização” da nação.

No que tange aos costumes e às crenças do povo mineiro, a forte religiosidade também foi uma das características apontadas pelos viajantes. Para Saint-Hilaire, essa religiosidade se aproximava de um comportamento supersticioso, próprio dos povos ainda “não civilizados” (Apud ARRUDA, 1990, p. 52). Entre outras características comportamentais foram citadas: a simplicidade, a desconfiança, a altivez, a educação, a generosidade e a sensatez. Certamente, dado ao aspecto positivo dessas características, essas foram alimentadas, sobretudo nos trabalhos dos ensaístas e memorialistas mineiros. No entanto, outras características (que, certamente, não devem ter agradado a esses escritores) também foram salientadas nos relatos dos viajantes, tais como o gosto do mineiro pelo ócio. Para Mawe, por exemplo, em virtude do apego ao ouro – e, portanto, à idéia de enriquecimento rápido e fácil –, esses povos das minas, sempre acostumados com o trabalho dos escravos, apresentavam grande preguiça. Isso (somado à decadência do ouro e à esperança de redescoberta de novas minas; ainda aliado à falta de visão para os negócios) fazia com que os mineiros não prosperassem em outras atividades, daí, viverem no século XIX sobre a sombra da decadência.

Já na visão de Sant-Hilaire, o ócio era explicado por outro viés: quando as necessidades básicas desse povo se encontravam satisfeitas, em virtude da falta de ganância e do clima não convidativo ao trabalho, tudo isso gerava na população uma apatia, uma ociosidade. Porém, é interessante ressaltar que, obviamente, essa idéia do ócio não colou no imaginário mineiro. Logo no início do século XX, com a vinda dos imigrantes foi difundida a idéia de valorização do trabalho (ARRUDA, 1990, p. 53-54). Ainda, nesses relatos, os viajantes apontaram outra característica: a da hospitalidade mineira. Mas, em alguns relatos – como, por exemplo, o do português Raimundo Matos – essa hospitalidade se devia ao tempo não direcionado ao trabalho, isto é, ao ócio, que, então, era revertido em atitudes generosas de receber seus visitantes com simpatia e dedicação (ARRUDA, 1990p. 53-54).

Em suma, Arruda, ao fazer a análise sobre as características identitárias atribuídas aos mineiros por esses viajantes, demonstra que, de modo geral, algumas dessas características, não só permaneceram, como também, foram alimentadas, mitificadas, (re)elaboradas e divulgadas no

imaginário social que se formava em Minas Gerais. Outras, como a idéia de insubmissão, tiveram seus sentidos transmudados, sendo (res)significadas, aproximando-se, neste caso, da idéia de ordem e de equilíbrio. A imagem da hospitalidade, por exemplo, foi mantida, mas, obviamente, foi desvencilhada da sua idéia de ócio para se aliar e reforçar a característica da generosidade, da simplicidade e outras afins. Já a ociosidade sequer chegou a ser lembrada, sendo silenciada, recriando-se no lugar a idéia de que Minas era dotada de um povo trabalhador.

Alguns pesquisadores são unânimes ao defenderem que essas características construídas – em parte, graças ao trabalho dos viajantes –, ganharam forma, foram reforçadas e amplamente divulgadas, principalmente, quando foram apropriadas nos discursos dos políticos, ou quando se tornaram objeto de interesse dos ensaístas, memorialistas e dos analistas sociais. Como aludido anteriormente, para Dulci (1984), esses discursos serviram de instrumento ideológico para as elites políticas mineiras que, desde o século XIX, faziam uso dessa prática, sendo ela continuada ao longo de todo o século XX. Para Arruda, “A figura do mineiro encontra-se acabada, de forma definitiva, primordialmente nas obras dos ensaístas. Foram eles os codificadores terminais da construção [dessa figura]” (ARRUDA, 1990, p. 105).

Dias (1985), ao fazer um balanço sobre a produção das pesquisas que abordam a temática mineira, concluiu que os ensaístas, ao se apropriarem e, então, reforçarem essas características atribuídas aos homens dessa região, muito contribuíram para naturalizá-las. Segundo este autor, boa parte desses ensaios, criou no imaginário aquilo que se convencionou a chamar de *mineiridade*. Isto é,

(...) [criou] uma constelação de atributos consignados aos habitantes desse território, tanto a título individual como coletivo. Na descrição e na interpretação do que é ser mineiro, começam a aparecer determinadas conotações. Os [estudos] menos elaborados e mais anacrônicos são aqueles que insistem nesses atributos como sendo naturais, que falam em ‘raça mineira’, que ignoram possíveis diferenciações internas sob pontos de vista ecológicos (sub-regiões) ou de organização social (grupos diversificados e classes) (DIAS, 1985, p. 8).²²

²² Segundo Dias, foi somente a partir de 1920, que começaram a surgir “os analistas sociais dotados de critérios próximos do científico”. Entre eles, se encontravam Oliveira Viana, tentando compreender os aspectos domésticos de Minas, em *Pequenos ensaios de Psicologia Social*, (1921); e Nelson Senna, com seus dois volumes de *A Terra Mineira*, (1922), estudando os traços dos mineiros. Embora procurassem questionar e desnaturalizar certos atributos, não deixaram de retratar e reforçar algumas imagens construídas em torno do mineiro. Já nas “décadas de 30 e 40, aparecem os primeiros ensaios com ampla ambição interpretativa. Mencionem-se, primeiramente, pela ordem cronológica, os de Miran de Barros Latif, *As Minas Gerais* (1938) e o de João Camilo de Oliveira Torres, *O Homem e a Montanha* (1944). Têm em comum o fato de que se basearam, simultaneamente, em achados na historiografia social e em observações pessoais dos respectivos autores, hauridas no contato direto com a realidade mineira” (DIAS, 1985, p. 11).

Ao expor seu conceito de mineiridade, Dias forneceu condições para outros estudiosos observarem que eram justamente esses atributos que – ao serem apropriados pela literatura – davam vida e fortaleciam as tais imagens “enigmáticas” que pululavam no imaginário social de Minas. Inclusive, foi nesta perspectiva de análise que Arruda desenvolveu seu trabalho.

Após observar os relatos dos viajantes, os livros de crônicas, poesias, memórias, ensaios e também alguns discursos políticos, Arruda chegou a uma conclusão: a *mineiridade* tratava-se de uma construção mítica que, embora possuísse aparência atemporal, havia emergido, principalmente, no cenário oitocentista da região mineradora. Baseando-se nessa assertiva, a autora propôs-se a mergulhar nesse cenário a fim de compreender a formação desse mito, seu processo de criação. Ao investigar a história de Minas, constatou que foi em pleno século XIX, o momento em que esse mito encontrou condições propícias para se desenvolver. Isto porque, nesta época, a sociedade mineira vivenciava um processo de ruralização e de desenvolvimento da atividade agrícola em virtude da crise provocada pelo esgotamento das minas.

Esse processo teria desencadeado significativas mudanças no comportamento da sociedade. Assim, algumas famílias, sobretudo as mais abastadas, acostumadas com o ritmo e a comodidade da vida urbana, buscaram a complementação de suas rendas nas atividades rurais. A venda dos produtos agrícolas possibilitou a emergência de um mercado interno, criando um espaço social autônomo, responsável pelo surgimento de inúmeras pequenas cidades. Por sua vez, isso demonstrava o amalgamento entre os espaços urbanos e rurais como característica desse período, marcado, em algumas regiões, pela pobreza e pela falta de ocupação, principalmente dos homens brancos.

Tendo em vista este novo cenário, Arruda observou que os registros deixados pelos homens daquelas épocas (final do século XVIII ao XIX), não só faziam referências a essas mudanças, como também, em tons melancólicos, mencionavam certas dificuldades vivenciadas pela população mineira, sugerindo – outras vezes, afirmando com veemência – a existência de uma “decadência” pairando sobre os “ares de Minas”. A fim de refletir sobre essa questão, a autora indagou se, de fato, fazia sentido pensar numa decadência para esse contexto. Ao analisar o assunto, ponderou afirmando que:

(...). Poder-se-ia argumentar que a decadência de Minas é relativa, pois, muito embora na inversão da economia mineira houvesse certa tendência ao isolamento, este nunca foi absoluto. Após a ocupação das novas áreas, em pleno século XIX, Minas Gerais passou a prover de produtos outros mercados provinciais. Daí, não haveria decadência efetiva, mas apenas a confecção de nova etapa da vida humana coletiva (ARRUDA, 1990, p. 159).

A partir dessa reflexão, sugerindo cautela para se falar numa possível decadência no que tangia ao aspecto econômico mineiro daquela época, a autora também não perdeu de vista o aspecto cultural. Nesse sentido, afirmou que:

(...) talvez não fosse desmesurado dizer (...) [que] o novo contexto social tivesse assistido a uma perda cultural substantiva. A ruralização da vida social mineira estaria acompanhada pelo cerceamento dos contatos culturais, pela emergência de padrões societários rebaixados, quando comparados a fases anteriores (ARRUDA, 1990, p. 158-159).

Desta maneira, essa “decadência” teria sido muito mais um juízo de valor, elaborado tanto pelos homens que vivenciaram e expressaram os seus dramas em poemas, ou em livros de memórias; quanto também, por aqueles que a observaram apenas como expectadores – sendo este o caso dos viajantes estrangeiros, que registraram suas impressões nos seus *relatos de viagens*.

De um modo geral, essa análise torna compreensível como os homens desse contexto interpretaram essa crise e, a partir dessas percepções, como eles (re)elaboraram as reminiscências de uma época ilusoriamente considerada como “áurea”. Assim,

(...) [no caso dos viajantes, estes] pareciam exprimir os ditames do progresso, absorvidos que estavam pela ideologia imperante nos seus países de origem. (...). Neles está[vam] afirmada[s] a natureza capitalista do trabalho. [Por outro lado,] os mineiros do século XVIII e até XIX manifesta[va]m claro afastamento desse princípio. Aqui ocorreria um encontro entre o saudosismo e o pensamento conservador, visto serem ambas formas negadoras particulares; em outro patamar, compartilha[va]m com as visões atuais, efetivamente transformadoras, a mesma dimensão utópica (ARRUDA, 1990, p. 160).

Nesta perspectiva, independentemente do local social de onde emergisse a percepção sobre essa crise, a idéia de “fase áurea” persistia no imaginário mineiro, perseguindo as gerações futuras. Por isso, fazia-se necessário falar desse passado, de sua magnitude, como também, chorar sua decadência, tentar imitá-lo, para mantê-lo vivo nas memórias do porvir. Mas, como fazê-lo? A estratégia encontrada para obter-se tal intento foi, sobretudo através da prática literária, visto que, decantando-o através dos versos, das prosas e das memórias, os mineiros perceberam a eficácia deste meio, por ser esta uma forma de ritualização. Assim, a ritualização, mais do que recuperar o passado, representava uma forma de recuperar uma identidade perdida, pois tomando como exemplo as famílias ricas de outrora, estas somente se conformavam com sua condição de pobreza quando, ao olharem para trás, viam que, apesar de sua situação no momento presente, descendiam de uma estirpe nobre. Então, reforçar suas origens, “manter diferenças e relevos sociais” – mesmo que “a despeito da existência concreta” –, era o que lhes dava forças para reviver uma tradição. Eis, deste

modo, o fundamento do ritual: manter viva uma *tradição inventada*, definidora de uma sociedade estamental. Nelas, as famílias ricas do passado, embora empobrecidas no presente, acalentavam seus prantos diante da única herança que lhes restavam que, neste caso, era sua ascendência social.

Assim, Arruda demonstrou que Minas, no seu período oitocentista, comportava uma sociedade dotada de características próprias, possuidora de certas especificidades. Deste ponto de vista, a autora observou que aquele cenário rural (que também compartilhava seu espaço com o urbano, ritmado pela lentidão do tempo, mantenedor de um imaginário pautado nas lembranças nostálgicas de um passado considerado “esplendoroso”) possibilitou aquela sociedade a adquirir

certa autonomia, criando uma sub-cultura singular, fruto do amálgama entre o passado e o presente, que se poderia denominar por *mineirismo*. O mineirismo constitui, portanto, a expressão de uma sub-cultura regional. A [sua] manifestação quotidiana (...) é a *mineirice*, enquanto um modo de aparecimento das práticas sociais inerentes aos mineiros e que servem para distingui-los de outros tipos regionais. A *mineiridade* exprime, em contrapartida, uma visão que se construiu a partir da realidade de Minas e das práticas sociais. Por fundar a figura abstrata dos mineiros, a mineiridade tem as características do mito; estes ao identificarem-se com essa construção absorvem o pensamento mítico e colaboram para a sua permanência (ARRUDA, 1990, p.198).

Diante do exposto, percebe-se que para Arruda, enquanto a *mineirice* pode ser compreendida como sendo a manifestação da prática da sub-cultura mineira, a *mineiridade* já se refere às representações construídas em torno do mineiro, abarcando as características míticas que lhes foram atribuídas: as idéias de sacrifícios e sofrimentos; de generosidade e hospitalidade; de vocação religiosa; sua eterna desconfiança; o gosto pela liberdade, marcado pela rebeldia e insubmissão, mas também, pela ordem, pelo senso de equilíbrio e, assim, pelo seu papel de liderança dentro do cenário nacional.²³

Enfim, o que então concluir a respeito do conceito de *mineiridade*? Como se viu, enquanto para Dulci, trata-se de um discurso ideológico, manipulado, sobretudo, pelos intelectuais ou pelas elites políticas mineiras, para que essas se mantivessem no poder; para Arruda, a *mineiridade* são representações, frutos das características míticas construídas em torno do povo mineiro e que reafirmam uma identidade bastante mitificada.

²³ Como já demonstrado, ao analisar suas fontes, essa autora investigou o surgimento dos mitos citados acima, além de outros, procurando compreender como eles contribuíram para criar essa idéia de que Minas possuía “vocação”, sobretudo para a política. Assim, demonstrou como eram apropriados, (res)significados e mantidos dentro do imaginário social. Dentre todos, a autora dedicou especial atenção para aqueles construídos em torno do posicionamento “revolucionário” dos mineiros, constituído em decorrência de um dos primeiros movimentos de caráter político ocorrido em Minas: a Inconfidência Mineira. Também para Arruda, foi, principalmente, a partir deste movimento que se começou a construir a imagem “de que os mineiros reagem a todas as formas de despotismos, em nome da liberdade”. Assim, a identidade de Minas começou a ser gerada a partir de “uma derrota e daí o seu caráter vitorioso, permitindo aos mineiros cultivar sua própria permanência no desenlace da vida, de onde advém a tradição ritualizada” (ARRUDA, 1990, p. 91).

Na análise desses conceitos apresentados por cada um desses autores, observou-se que, embora tenham perspectivas diferentes, essas duas formas de abordagem não se excluem – ao contrário, aproximam-se, complementam-se. Na tentativa de fazer a junção de ambas, neste trabalho que ora se apresenta, optou-se por utilizar o termo “representações da mineiridade”, compreendido como fruto de uma prática discursiva há tempos internalizada no *habitus* do povo mineiro. Essa prática, ao ser articulada, respalda-se na própria história de Minas e, ao mitificá-la, mitifica também algumas das possíveis características identitárias deste povo. Desta maneira, compreende-se que as *representações da mineiridade* são práticas discursivas que foram historicamente construídas, a fim de enaltecer os feitos do povo e do estado mineiro. Assim, na medida em que esta prática foi sendo (res)significada pelos sujeitos sociais, estes acabaram construindo outras tantas representações em torno do povo e da história deste estado.

2. FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER E AS REPRESENTAÇÕES DA MINEIRDADE

Nasci em Pedro Leopoldo, Minas, em 1910. E até aqui, julgo que os meus atos perante a sociedade de minha terra são expressões do pensamento de uma alma sincera e leal, que acima de tudo ama a verdade; e creio mesmo que todos os que me conhecem podem dar testemunho da minha vida repleta de árduas dificuldades, e mesmo de sofrimentos.

Chico Xavier

2.1 CHICO XAVIER: UM BEM SIMBÓLICO DE PEDRO LEOPOLDO?

Quando se realiza análise de uma autobiografia, há de se levar em conta que tal estudo permite:

(...) demonstrar a relação entre o indivíduo e o seu modo social e compreender a um só tempo a sociedade e as formas de sensibilidade, paixão, ilusão e interesse que dão sentido à vida das pessoas. (...). [Desta maneira, a biografia é compreendida] como expressão de um quadro sócio-histórico sem perder de vista particularidades e singularidades (DITZEL, 2004, p. 16).

É nesse sentido que este trabalho apresenta uma breve análise da biografia do médium Chico Xavier,²⁴ buscando nela a interação entre esse sujeito e o seu meio e os sentimentos que foram sendo tecidos ao longo dessa trama biográfica. Aliás, a primeira vez em que Francisco Cândido Xavier apresentou sua autobiografia – em um dos raros momentos em que escreveu sobre si²⁵ – esta foi exposta em poucas páginas, como prefácio intitulado *Palavras minhas*, de seu primeiro livro mediúnico: *Parnaso do Além-Túmulo*. Isso ocorreu por volta de 1932, quando contava apenas com 22 anos de idade, portanto, ainda muito moço. Este livro, como o próprio título sugere, era composto de poesias assinadas por nomes de poetas renomados já falecidos. Daí, a razão deste jovem rapaz

²⁴ Faz-se necessário esclarecer que essa breve biografia compreenderá apenas o período que esse médium residiu em Pedro Leopoldo, sua cidade natal, portanto, do período de 1910 a 1959.

²⁵ Segundo Stoll (1999, p. 111) Chico Xavier escreveu sua própria biografia apenas neste prefácio, intitulado *Palavras minhas*, do livro *Parnaso do Além-Túmulo* (1932), e em um outro intitulado *Explicando*, inserido no livro *Cartas de uma morta* (1935).

querer explicar que aquele livro que se seguia não era fruto das suas idéias, mas daqueles espíritos que assinavam as poesias ali apresentadas. Lançado mão de sua memória, primeiro procurou se apresentar aos seus leitores:

(...). Nasci em Pedro Leopoldo, Minas, em 1910. E até aqui, julgo que os meus atos perante a sociedade de minha terra são expressões do pensamento de uma alma sincera e leal, que acima de tudo ama a verdade; e creio mesmo que todos os que me conhecem podem dar testemunho **da minha vida repleta de árduas dificuldades, e mesmo de sofrimentos.**

Filho de um lar muito pobre, órfão de mãe aos cinco anos, tenho experimentado toda a classe de aborrecimentos na vida e não venho ao campo da publicidade para fazer um nome, porque **a dor há muito já me convenceu** da inutilidade das bagatelas que são ainda tão estimadas neste mundo (XAVIER, 1932. Grifos nossos).

Percebe-se, a partir deste pequeno trecho que, Xavier se apresentava como um jovem mineiro, que contava com a aprovação das pessoas de sua terra para publicar aquele livro. Acredita-se que ele estava buscando esse reconhecimento a fim de tentar se tornar uma “voz autorizada” para falar. Nessa provável busca, demonstrava sua preocupação com o julgamento de seus leitores, por isso afirmava que os seus conterrâneos já sabiam da sua lealdade, da sua sinceridade. Talvez esperasse que essa afirmação lhe proporcionasse credibilidade diante daqueles que iriam lê-lo.

Paralelo a essa preocupação, demonstrava também uma necessidade em afirmar sua origem humilde, sua orfandade, enfim, as situações que lhe teriam rendido, desde cedo, muitas dores, renúncias e sofrimentos. Xavier não chegou a escrever sobre essas histórias sofridas de sua vida, mas chegou a contá-las por diversas vezes. Aliás, como mostrou Stoll (1999), a vida deste homem tornou-se conhecida ainda na sua juventude, justamente em função desses casos, ora tristes e comoventes, ora cômicos, contados por ele próprio. Isto porque ele foi

(...) um bom contador de histórias. De sua vida, ele contou várias, registradas mais tarde em livros, por terceiros. Sem fazer muita conta do cenário, esses ‘casos’, descrevem em flashes rápidos experiências da infância, da família, do trabalho e, sobretudo, da mediunidade. Retratos soltos que permitiram múltiplas composições (STOLL, 1999, p. 122).

Como assinala Stoll, Xavier deixou a tarefa de escrever sobre esses “casos” para seus biógrafos e estes tenderam a enfatizar as histórias de sacrifício, sofrimento e renúncia do médium. Ao se consultar alguns desses biógrafos,²⁶ percebe-se, de fato, uma exacerbação em relação tanto aos sofrimentos quanto aos feitos de Chico Xavier. Condensando esses casos em uma só história

²⁶ Consultar entre outros: BARBOSA, (1968); MACHADO, (1998); SOUTO MAIOR, (1999); MATTOS, (2000); RANIERI, (1973); TAVARES, (1967).

observa-se que, como Xavier já anunciava, ela havia iniciado em Pedro Leopoldo – cidade localizada a 50 km da capital mineira.

De acordo com a literatura consultada, nos primeiros anos do século XX, Pedro Leopoldo era uma cidade pacata, conservadora e muito católica. Seus moradores acompanhavam o seu ritmo. Entre esses se encontrava o casal João Cândido Xavier e Maria João de Deus. Ele, vendedor de bilhetes de loteria; ela, lavadeira de roupa. Juntos tiveram nove filhos. Francisco Cândido Xavier, nasceu em 2 de abril de 1910. Com o falecimento de Maria João de Deus, em 1915, e devido às precárias condições financeiras da família, João Cândido repartiu os filhos entre parentes e amigos. Chico Xavier foi morar com sua madrinha, Rita de Cássia que lhe infringia maus-tratos configurados através de agressão física.²⁷ O martírio ao lado de Rita durou dois anos, só vindo a terminar quando seu pai se casou com Cidália Batista. A pedido desta, João Cândido reuniu novamente seus filhos. A madrasta de Xavier teria se comovido ao ver algumas feridas em seu corpo, por isso prometeu-lhe que enquanto vivesse ninguém mais o machucaria.

Ao se verificar os casos sobre a fase em que Chico Xavier residiu com Rita de Cássia, esses afirmam que, em suas orações, ao pedir ajuda para os seus problemas, o espírito de sua mãe aparecia-lhe, aconselhando-o a ter paciência e confiança de que a sua situação melhoraria, pois um “anjo bom” surgiria em sua vida. Nessa literatura, Cidália é apresentada como sendo este anjo anunciado por Maria João de Deus, por dispensar cuidados maternos a Xavier. Exemplificando um desses cuidados, consta que, por querer ver o menino na escola e, não tendo condições financeiras para tal fim, teria plantado uma horta e com a venda das verduras, teria comprado o material, conseguindo, assim, matriculá-lo no grupo escolar.

Os biógrafos de Xavier afirmam que, desde pequeno, ele via e conversava com pessoas já falecidas. Este fato é apresentado como causador da ira de seu pai que, por duvidar da sanidade do filho, pretendeu interná-lo em um sanatório. No entanto, por recomendação do padre da cidade, João Cândido procurou ocupar o tempo do garoto com tarefas dedicadas à Igreja: impôs-lhe que freqüentasse missas, participasse das procissões, entre outras atividades religiosas. Além disso, empregou-o numa fábrica de tecidos, que lhe exigia sacrifício. Nesta fábrica, entrava às 15 horas e só saía às 2 horas do dia seguinte, tendo ainda que ir para a escola pela manhã. Esta rotina estafante é apresentada como sendo o motivo que o levou a abandonar os estudos aos doze anos, tendo

²⁷ Consta em sua biografia que além de surras diárias, sua madrinha machucava-lhe o corpo, espetando-lhe garfos na região do abdômen (SOUTO MAIOR, 1999).

concluído apenas o 4º ano primário. Além disso, este emprego teria contribuído para fragilizar ainda mais sua precária saúde.

Após alguns anos na fábrica de tecido, teria ido trabalhar na cozinha de um bar, depois, no balcão de um armazém, numa rotina que começava por volta das 07 horas da manhã, se estendendo até às 20 horas da noite.²⁸ Enfim, Xavier é apresentado como um homem que desde pequeno trabalhava muito e ganhava pouco, ajudando com seus poucos rendimentos no orçamento familiar.

Consta que desde criança Xavier cumpria rigorosamente as obrigações que lhes eram impostas pela igreja. São vários os casos que contam sobre essa sua primeira fase religiosa: suas confissões junto ao padre, sua participação de coroinha nas missas, as procissões que acompanhava, etc. Sobre essa fase, recorrendo ao Prefácio do livro *Parnaso do Além-Túmulo*, nele Xavier afirmava que:

(...) minha família era católica e eu não podia escapar aos sentimentos dos meus. Fui pois criado com as teorias da igreja, freqüentando-a mesmo com amor, desde os tempos de criança; quando ia às aulas de catecismo era para mim um prazer (XAVIER, 1932).

Neste trecho, percebe-se que Xavier não renegava e nem entrava em conflito com seu passado religioso. Pelo que consta, essa sua fase católica se encerrou em 1927, momento em que se deparou com o espiritismo. Isso ocorreu em decorrência de uma doença acometida por sua irmã. Os médicos não encontravam a causa, que se manifestava através de uma “perturbação mental”. Apesar de ser muito católico, João Cândido levou a filha a um casal espírita: Carmem e José Hermínio Perácio. Este casal diagnosticou que a moça estava com “obsessão”, isto é, tratava-se de uma “perseguição” de um “espírito sofredor”. Após algumas sessões de tratamento, a moça foi curada. Teria sido então graças a essa “obsessão” que Xavier se converteu ao espiritismo.

Logo após algumas reuniões entre os seus familiares, estes formaram o *Centro Espírita Luiz Gonzaga*, que tinha sua sede nas dependências da casa de José Cândido, irmão de Chico Xavier. Em uma das primeiras sessões, Xavier teria tido uma surpresa: um espírito teria lhe ditado uma extensa mensagem psicografada. Este fato teria sido o marco inicial da sua tarefa mediúnica. Segundo palavras do próprio Xavier:

(...) foi nessas reuniões que me desenvolvi como médium escrevente, semimecânico, sentindo-me muito feliz por se me apresentar essa oportunidade de progredir, datando daí o ingresso de meu

²⁸ Na década de 1930, conseguiu emprego como datilógrafo e secretário na Inspetoria Regional do Serviço de Fomento à Produção Animal, onde trabalhou até 1961, quando veio a se aposentar (SOUTO MAIOR, 1999).

humilde nome nos jornais espíritas, para onde comecei a escrever sob inspiração dos bondosos mentores espirituais que nos assistiam (XAVIER, 1932).

Neste momento, Xavier deixou claro que não era ele o autor intelectual dos seus textos, portanto, atribuiu essa autoria aos “bondosos mentores espirituais”. Assim, se apresentou apenas como um porta-voz desses mentores. Ao se observar essa necessidade de Xavier em fazer tal ressalva, há de se considerar que sua fala está fundamentada em sua crença, por isso, possui uma lógica aceitável dentro da cosmologia espírita, compatível com o universo simbólico em que ele se encontrava inserido. Deste modo, baseando-se nas suas práticas culturais, procurou naturalizar o contato humano com os espíritos do “outro mundo”. Mas, por outro lado, ao atribuir essa autoria aos espíritos, e ao se colocar na condição de um porta-voz, demonstrou que estava tendo a autorização desses mentores para falar em seus nomes.

Para Bourdieu (1996), o reconhecimento de um discurso proferido por um porta-voz, mais do que nas palavras, está na autoridade de quem o pronuncia. No entanto, mais do que isso, está, primeiramente, na autoridade daqueles que o permite ser pronunciado. É isso que garante o reconhecimento deste pronunciamento pelos seus receptores. Considerando tal perspectiva de análise, é provável que Xavier esperasse que seu público leitor reconhecesse essa autoridade dos espíritos, para os quais ele se colocava como porta-voz.

Neste trecho acima, Xavier fala também do seu despertar para a mediunidade. Segundo Stoll, foi a partir daí que Xavier começou a desenvolver seus “dons” que, por sinal, consta que apareceram de forma espontânea. Para Stoll, num primeiro momento,

(...). O caráter fortuito das manifestações literárias por meio mediúnico fica consignado nas suas afirmações (...). [Mas] Alguns anos mais tarde, porém, essa imagem vai ser retificada. À medida que se desenvolve sua carreira religiosa, Chico Xavier redefine o lugar da atividade mediúnica na sua biografia, passando a retratá-la como uma ‘missão’, isto é, como um ‘dom’ que se manifesta em função da (pré)existência de um projeto (STOLL, 1999, p. 113).

Assim, como demonstra Stoll, somente num momento posterior, em período já avançado de sua carreira, é que Xavier passa a afirmar que sua tarefa mediúnica caracterizava-se como uma “missão” em sua vida.

Outro dom aparece na biografia de Xavier. Aliás, Xavier afirmava que desde sempre apresentou um gosto, um dom pelas letras, pelos estudos. Ainda em *Palavras minhas*, assim se manifestou sobre esse assunto:

(...) **sempre tive o mais pronunciado pendor para a Literatura**; constantemente, a melhor boa vontade animou-me para os estudos. Mas, estudar como? Matriculando-me, quando contava oito

anos, num grupo escolar, pude chegar até o fim do curso primário, estudando apenas uma pequena parte do dia e trabalhando numa fábrica de tecidos, das quinze horas às duas da manhã; cheguei quase a adoecer com um regime tão rigoroso. (...).

Nunca pude aprender senão alguns rudimentos de Aritmética, História e vernáculo, como o são as lições das escolas primárias. É verdade que, em casa, sempre estudei o que pude, mas **meu pai era completamente avesso à minha vocação para as Letras**, e muitas vezes tive o desprazer de ver meus livros e revistas queimados. (...).

Jamais tive autores prediletos; aprazem-me todas as leituras (...). Os **meus familiares não estimulavam, como verdadeiramente não podem, os meus desejos de estudar, sempre a braços, como eu, com uma vida de múltiplos trabalhos e obrigações e nunca se me ofereceu ocasião de conviver com os intelectuais da minha terra.**

O meu ambiente, pois, foi sempre alheio à literatura; ambiente de pobreza, de desconforto, de penosos deveres, sobrecarregado de trabalhos para angariar o pão cotidiano, onde se não pode pensar em letras (XAVIER, 1934. Grifos nossos).

Ao afirmar sua boa vontade para os estudos e sua vocação e inclinação para as letras, Xavier, por outro lado, deixou claro o motivo pelo qual teve que renunciar a algo que lhe proporcionava tanto prazer: as adversidades da vida. Daí, a necessidade de trabalhar e, então, a falta de tempo para os estudos. Enfim, dificuldades em virtude da sua infância sofrida, o que impossibilitou o investimento e a compreensão da sua família em relação a sua educação. Assim, com essas explicações, procurou comprovar a sua impossibilidade de ser o verdadeiro autor daqueles escritos.

Ainda, em uma dessas sessões do *Centro Luiz Gonzaga*, o espírito de sua mãe, após uma ausência de sete anos, teria reaparecido, dirigindo-lhe uma mensagem através da mediunidade de uma outra pessoa, falando-lhe dos caminhos difíceis que estavam por vir. Confirmando essa mensagem, Xavier afirmou ter sofrido com a psicografia, pois esta lhe exigia renúncia de seus afazeres e certo sacrifício físico: tinha que despender muito esforço, visto que tratava-se de um “exercício extenuante”, causando-lhe fortes dores na cabeça e no braço. Durante quatro anos esteve apenas a exercitá-la. Esta fase foi considerada como sendo seu período de aprendizagem. Consta que, aos poucos, ele foi conquistando mais familiaridade e, de certa forma, mais facilidade com esta modalidade mediúnica. A respeito desse primeiro momento, Ubiratan Machado, um dos biógrafos de Xavier, afirmou que:

(...). Aos poucos, Chico foi aperfeiçoando sua faculdade de psicografia. (...).

As mensagens psicográficas, porém, se multiplicavam. (...). Chico sentiu-se então num dilema. Por que não divulgá-las? Mas, publicá-las com o nome de quem? O médium sentia escrúpulos. Afinal, não se tratava de obras suas. (...) [Resolveu] escrever para o Aurora, um jornal espírita do Rio de Janeiro, expondo o problema. Assinar ou não assinar? Inácio Bittencourt, diretor da publicação, respondeu que não via nenhum inconveniente publicar aquelas páginas com o nome do médium. (...). Foi a partir daí que o nome F. Xavier (como Chico assinava) começou a figurar em várias publicações, assinando sobretudo poesia. Seus trabalhos apareciam no Jornal das Moças e no Suplemento Literário de O Jornal, ambos do Rio de Janeiro, e no Almanaque de Lembranças Luso-

Brasileiro, editado em Portugal. (...). Mais tarde, através de Emmanuel, Chico soube que se tratava do Espírito de Auta de Souza (MACHADO, 1998, p. 37-38).

Anos depois Xavier teria se deparado com o espírito de seu protetor: Emmanuel. Este apareceu-lhe e anunciou que se tornaria o seu guia. O primeiro contato entre os dois teria ocorrido em 1931, num ambiente ao ar livre, “debaixo de uma árvore, próximo a um açude, na saída de Pedro Leopoldo” (MACHADO, 1998, p. 39), quando Emmanuel teria perguntado a Chico Xavier se ele estava disposto a difundir o espiritismo através de sua mediunidade. Então, teria sido neste ano que Xavier começou a psicografar poesias “ditadas” pelos espíritos de vários poetas: Casimiro Cunha, Castro Alves, Olavo Bilac, Casimiro de Abreu, Júlio Diniz, entre outros. Segundo Machado, no ano seguinte, em 1932:

(...). Manoel Quintal, da Federação Espírita Brasileira, reuniu todas aquelas poesias em livro, com um título que, por isso só, já era um achado e um chamariz: *Parnaso de Além Túmulo*. A repercussão foi explosiva. Caíra uma bomba bem no meio da aldeia literária brasileira (MACHADO, 1998, p. 44).

Como visto acima, tudo indica que foi por volta de 1932 que a *Federação Espírita Brasileira* descobriu Chico Xavier e assim, logo em seguida, tratou de dar publicidade as poesias psicografadas por ele. Neste caso, há de se chamar atenção aqui para duas questões: primeiro, para quem a publicou e, segundo, para o alvoroço que sua obra provocou ao ser lançada ao público. Em se tratando da primeira, interessante observar que a publicação de seus primeiros livros coube²⁹ a uma instituição que, dentro do campo espírita, se dizia a mais autorizada para fazer aquele reconhecimento: a *FEB* – ou melhor, a *Federação Espírita Brasileira*. Segundo Bourdieu, para se compreender a eficácia simbólica de um discurso, faz-se necessário, antes, levar em conta a relação estabelecida entre a conjunção de três elementos, isto é, “entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo” (1996, p. 89). Deste modo, Xavier, como porta-voz de renomados espíritos, não só contou com a autorização destes, como também da instituição que possuía maior capital de autoridade para fazer aquele reconhecimento. Então, o que esperar desta publicação? Talvez, sua expectativa fosse a melhor possível, mas, apesar deste recurso, pelo que consta, o lançamento desta obra foi polêmica, vindo a ter difícil aceitação, sobretudo, pelos críticos literários. Inclusive, assim escreveu Souto Maior a respeito desta recepção:

²⁹ De acordo com o que se pode observar na tabela exposta no anexo 1, verifica-se que no início de sua publicação até por volta da década de 60, a grande maioria das suas obras foi publicada pela editora da *FEB*.

(...). A coletânea de 59 poemas assinados por 14 defuntos ilustres chegou às livrarias em 1932 e provocou alvoroço. Os céticos enfrentavam dilemas. Se os versos foram criados mesmo pelo jovem de Pedro Leopoldo, por que ele não assumia a autoria? Por que trocava a possível consagração como poeta de talento, ou como imitador genial, pela inevitável suspeita de ser um impostor, um mentiroso?

O escritor Zeferino Brasil, integrante da Academia Rio-Grandense de Letras, traduziu a perplexidade geral numa crônica publicada no jornal do Correio do Povo, de Porto Alegre (...).

Os mais desconfiados folheavam o ‘Parnaso de Além Túmulo’ e arriscava palpites psicanalíticos sobre o autor. O matuto, leitor compulsivo, dono de memória prodigiosa, incorporava o estilo dos poetas inconscientemente. Os versos vinham de seu subconsciente. (...). Outros, menos freudianos, defendiam uma tese curta e grossa: o livro era pura jogada de marketing. Francisco Cândido Xavier queria chamar a atenção. Em breve, ele convocaria a imprensa mineira, estufaria o peito e revelaria: ‘Estes poemas foram escritos por mim mesmo. Sou poeta’.

O dia da confissão demorava a chegar. O autor não só insistia em renegar o mérito dos versos como dispensava o dinheiro arrecadado com a publicação. Reverteu todos os direitos autorais para a Federação Espírita Brasileira, responsável pelo lançamento da coletânea, e começou a repetir o bordão que o acompanharia nas seis décadas seguintes:

_ O livro não é meu. É dos espíritos (SOUTO MAIOR, 1999, p. 33-34).

Interessante ressaltar que, nessa época, inclusive, dentro de Minas, já existiam médiuns psicográficos com certo reconhecimento: Zilda Gama com seus romances era um exemplo. Diante deste dado, porque, então, do alvoroço em torno do livro de Chico Xavier? Tudo indica que o problema estava nos nomes que assinavam aqueles poemas, daí, poder-se compreender a surpresa e o mal-estar que esta obra provocou, principalmente, entre os críticos literários, os jornalistas e os padres católicos. Por isso, vários deles teriam se manifestado, tecendo críticas a Xavier, alegando que tratava de um trabalho de imitação de baixa qualidade, um pastiche dos poetas mencionados. Raros teriam sido os que lhe fizeram elogios.

Se a publicação desse livro trouxe tormentos a esse médium, por outro lado – podendo ser analisado quase que como uma jogada de marketing – trouxe-lhe também muita fama, pois segundo Stoll:

(...) [a] publicidade dada pela imprensa ao seu primeiro livro e, (...) a série de reportagens publicada à época fez do médium Chico Xavier, em pouco tempo, um nome nacionalmente conhecido. Com isso, ele passou a ser convidado a participar das sessões públicas, tanto em Belo Horizonte como em outras cidades. Em março de 1936, por exemplo, apresentou-se na Sociedade Metapsíquica de São Paulo (STOLL, 1999, p. 154-155).

Assim, na medida em que foi ficando conhecido, foi crescendo o seu trabalho no *Centro Espírita Luiz Gonzaga*, pois as pessoas começaram a procurá-lo: tanto queriam conhecê-lo, quanto receber dele receitas mediúnicas que eram ditadas, principalmente, pelo espírito do médico Bezerra de Menezes.

Para além dos sacrifícios em decorrência de sua mediunidade e da vida humilde que levava, a doença também era um fator sempre lembrado como causador de suas dores e sofrimentos. Em outras palavras, Xavier apresentava-se como um homem de debilitada saúde: afora as várias doenças na infância, como, por exemplo, uma moléstia na pele, quando adulto, começou a sofrer de catarata no olho esquerdo, o que lhe causou quase uma cegueira. Com o tempo, vieram várias outras doenças: angina, rinite e labirintite. Xavier afirmava que o fato de ser médium não o poupava das provações da vida, por isso a doença era justificada em seu discurso religioso, ora como uma prova, ora como uma maneira de expiar seus erros do passado.

Segundo consta em sua biografia, Xavier apresentava ainda uma história de vida repleta de renúncias: quando não estava no trabalho, seu pouco tempo era apenas dedicado às suas psicografias ou ao atendimento no centro espírita onde assistia aqueles que o procurava, solicitando sua atenção, seus préstimos. Assim, não dispunha de tempo livre para o lazer, isto é, para as viagens, passeios, para cuidar da vida amorosa, muito menos para pensar em casamento. Inclusive, a opção pelo celibato – para se disciplinar e dedicar-se totalmente ao trabalho mediúnico – foi apresentado pelos seus biógrafos como sendo o maior sinal de renúncia da sua vida.

Além dos casos citados resumidamente neste trabalho, vários outros foram contados por Xavier e endossados pelos seus biógrafos: casos vivenciados na sua infância sofrida, devido às dificuldades financeiras e aos seus problemas de saúde; ou, vividos durante a sua experiência católica e na difícil conversão ao espiritismo; entre tantos outros. Stoll, ao analisá-los, afirma que Chico Xavier extraiu essas condutas do modelo católico, isto é:

(...) [ele] fundiu a prática da mediunidade espírita ao modelo de virtuosidade característica da religião culturalmente dominante no país. Com isso criou em torno de si uma aura de credibilidade que contribuiu para consolidar sua liderança religiosa” (STOLL, 1999, p. 154). [De um modo geral, essa história de vida é composta por] práticas, gestos e comportamentos que se inspiram nos votos católicos, com os quais Chico Xavier se familiarizava na infância e que reelabora tendo em vista a produção de um modelo exemplar de conduta. Esse modelo tem, na verdade, como fonte de inspiração a vida de santo, cuja espiritualidade se expressa de forma heróica. O santo não é apenas aquele que realiza milagres. O que faz o santo é o modelo de conduta, (...), o estilo de vida. E este tem como uma de suas marcas fundamentais o exercício da renúncia, prática que se traduz freqüentemente em experiências de sofrimento e sacrifício, duas outras categorias que fundam a noção de cristã de santidade (STOLL, 1998, p. 53).

Enfim, para Stoll, a história construída por meio do discurso de Xavier e de seus biógrafos, o retratam como uma liderança religiosa marcada por características que acenavam para um modelo de santidade: sofrimento, sacrifício e renúncia. Assim, foi a partir desta produção de biógrafos é que foi sendo construída a imagem deste médium, que para Stoll, retrata um “homem santo”. Um

homem que, ao abandonar o catolicismo, passou a professar uma outra religião. Esta foi importada da França, mas, ao aportar-se no Brasil, fundiu-se com os valores morais e cristãos católicos, “fundantes da cultura religiosa brasileira” (STOLL, 1998, p. 53).

Somente por volta de 1939, é que Xavier começou sua parceria com Emmanuel. Daí, vieram seus primeiros romances: *Há dois mil anos, Paulo e Estevão* e tantos mais. Um outro espírito – que, em sua biografia era apresentado como médico, cujo pseudônimo era André Luiz – também passou a fazer parceria com Xavier, publicando em 1943, *Nosso Lar*, livro que virou *best-seller* (STOLL, 1999, p. 77).

Antes de André Luiz, o escritor maranhense Humberto de Campos também teria ditado mensagens para Xavier. Na verdade, Humberto de Campos, antes de falecer, em 1934, teceu alguns comentários a respeito do trabalho do médium, questionando a veracidade dos seus “livros psicografados”. No entanto, por volta de 1939, Chico Xavier passou a publicar alguns livros atribuídos ao espírito deste escritor. Este fato causou-lhe problemas com a justiça, pois, segundo consta, os livros *Reportagens de Além-Túmulo; Brasil Coração do Mundo, Pátria do Evangelho; Novas Mensagens* entre outros, por apresentarem uma boa vendagem, teriam atizado os ânimos da viúva do falecido escritor, Catarina Vergolino Campos, que entrou com uma ação contra a *Federação Espírita Brasileira* e, ainda, contra Chico Xavier. Catarina teria alegado que, se os livros eram realmente do seu falecido esposo, ela queria ter uma porcentagem nos direitos autorais dessas obras. A justiça não aceitou tais argumentos, justificando que não tinha como provar ao certo quem era o autor desses livros. Em virtude desta situação e, a fim de não mais ter problemas, por volta de 1944, Xavier afirmou que Humberto de Campos continuaria a trabalhar a seu lado, porém, passaria a assinar o pseudônimo de “Irmão X”.

Pelo que se observa, nesta época, Xavier vivenciou vários outros dilemas. Inclusive, sua cidade, Pedro Leopoldo, acabou sendo influenciada com sua presença. Isto, em decorrência dos vários turistas, em especial, dos jornalistas, que correram para lá a fim de averiguar a veracidade de seus textos psicografados. Esse enalço teria começado com o repórter do jornal carioca *O Globo*, Clementino Alencar, que teria ido em abril de 1935 para Pedro Leopoldo, ficando por lá por aproximadamente dois meses, com o intuito de acompanhar as atividades e de colher entrevistas com o médium. Essas reportagens foram publicadas a partir de 1º de maio e até julho daquele ano elas teriam rendido uma boa vendagem ao jornal. Segundo Zanardi (Apud ARANTES, 2003), foi com a divulgação dessas entrevistas que:

(...) o médium saiu do anonimato para as manchetes, recebendo por isso grande quantidade de cartas e visitas de todo o País. Acaba o sossego de Chico Xavier e familiares. A pequena cidade de Pedro Leopoldo passa a ser uma espécie de ‘Meca’ do Espiritismo (ZANARDI apud ARANTES, 2003).³⁰

Na biografia que produziu a respeito de Chico Xavier, Machado (1998) não chegou a fazer nenhum comentário sobre a passagem desse repórter pela cidade. No entanto, afirmou que desde meados da década de 30, Xavier já havia adquirido fama suficiente para provocar um *frenesi* na vida sócio-econômica de Pedro Leopoldo, tornando-a conhecida dentro e fora do meio espírita como:

(...) a meca do Espiritismo brasileiro. As romarias sacudiram a vida pacata da cidade. Pelas ruas, onde ainda se ouviam o chiado dos carros de boi e o cincerro das tropas de mulas, rodavam automóveis do último tipo. (...).

Gente de todo o país, inclusive do exterior, se desloca àquela perdida região das Gerais, desbravada séculos antes pelo bandeirante Fernão Dias Paes em sua busca de ouro. Os novos bandeirantes, espichados nas poltronas de seus carros ou sentados nos bancos dos velhos trens da Central, iam em busca de outro ouro, que o tempo não desgasta e o ladrão não rouba.

A responsabilidade de Chico aumentou. Para atender a todos, multiplicou-se. Nas sessões públicas, psicografava cerca de 700 receitas. A maioria delas, ditada pelo Espírito do médico Bezerra de Menezes. Todas prescrevendo tratamento homeopático (MACHADO, 1998, p. 55-57).

Como se pode perceber, ao exaltar o trabalho desenvolvido por Xavier no *Centro Espírita Luís Gonzaga*, Machado apontou o médium como sendo a mais nova riqueza descoberta nas terras mineiras, o seu mais novo bem precioso: aquele que o tempo não desgastava e o ladrão não roubava. Nesta perspectiva, Xavier teria sido o motivo da visitação de tantos repórteres, de intelectuais e de tantos outros anônimos, ricos ou pobres, que ao movimentarem à pacata cidade de Pedro Leopoldo, teriam a transformado na “Meca” do espiritismo.³¹

Ainda no que diz respeito aos casos envolvendo Chico Xavier e à imprensa, alguns desses jornalistas deixaram o médium em situações bastante embaraçosas. Um exemplo ocorreu quando dois repórteres da revista *O Cruzeiro* (na sua edição de 12 de agosto de 1944) publicaram uma matéria com o médium, na mesma época em que ocorria o julgamento do “caso Humberto de Campos”. Seus biógrafos não explicitaram esse acontecimento entre Xavier e essa revista, a não ser Souto Maior, que fugindo à regra, tentou, de forma um pouco polida, dar algumas informações, dizendo que o médium teria sido vítima de engodo, sendo flagrado e fotografado em situações consideradas vexatórias e que o indispsôs com a sua cidade natal (SOUTO MAIOR, 1999, p. 80-85).

³⁰ Esse comentário se encontra em um panfleto de propaganda, veiculado junto ao livro organizado por Arantes (2003), *Notáveis reportagens com Chico Xavier*, demonstrando as entrevistas feitas em 1935, pelo repórter do jornal *O Globo*, Clementino Alencar.

³¹ Neta época, Chico Xavier além da psicografia dos seus livros, também se dedicava a distribuir receitas mediúnicas, sendo Bezerra de Menezes um dos espíritos que assinava tais receitas (SOUTO MAIOR, 1999, p. 51).

Ao se analisar a reportagem produzida por tal revista, constata-se a publicação de um texto um pouco irônico, ilustrado com fotos. Em uma delas, Xavier se encontrava dentro de uma banheira, simulando o recebimento de mensagens; em outra, apresentava-se deitado em sua cama, fazendo leituras. Tudo indica que teria sido, sobretudo, essas duas fotografias as causas de “tamanho escândalo” em torno do seu nome nessa época. Xavier não se manifestou sobre esse episódio, por isso, é provável que, em função do constrangimento sofrido, seus biógrafos, em sinal de respeito, tentaram abafar esse caso.

De um modo geral, o que se pode observar é que, na mesma proporção que crescia sua fama, aumentavam também os seus problemas, os quais, quando inconvenientes, Chico Xavier e seus biógrafos procuravam ocultar. Estes se configuravam através de atritos com os repórteres, com a população da cidade e, principalmente, com os próprios familiares. Inclusive, no que diz respeito a esse assunto, Stoll afirmou que:

(...). Chico Xavier foi alvo de uma campanha de difamação promovida por um sobrinho, também médium. Amauri Pena Xavier, que morava em Sabará, procurou o Diário de Minas e declarou que tudo o que havia escrito até então era mentira. ‘assim como meu tio Chico tenho enorme facilidade para fazer versos, imitando qualquer estilo de grandes autores [...] Tio Chico é inteligente, lê muito e, com ou sem auxílio do outro mundo vai continuar escrevendo seus livros e versos [...]’ (Souto Maior, 1994: 122). A polêmica na imprensa se reacendeu. Chico Xavier foi manchete de edições do mês de julho no Jornal do Brasil, n’O Globo e Diário da Tarde. Este último resolveu apurar a acusação. Em Sabará, o pai do rapaz e o delegado da cidade desmentiram as acusações, declarando que Amauri era alcoólatra. Entrevistado pelo Diário de Minas, Chico procurou aparentar calma. Não revidou as acusações. Nem atacou o sobrinho. Com isso, a polêmica esmoreceu. Mas os problemas com familiares continuaram: ‘Lucília, a irmã com quem ele morava, estava cansada de tanto entra-e-sai, tanta campanha, tanto telefone. O marido dela, Pacheco, que era católico, não entendia tanto movimento e não suportava a invasão diária de sua privacidade’ (Souto Maior, 1994: 129). Deu-se, por fim, o ultimato: ‘Você sai ou saímos nós?, perguntou Lucília. Sem comunicar nada a família, Chico Xavier pediu sua transferência para Uberaba. A 4 de janeiro de 1959, [...] bateu a porta (da casa) e sumiu. Sobre a cama ainda estendido num cabide, ficou um terno de linho branco. Na sala, (ficaram) a vitrola, discos de Beethoven, Bach e Noel Rosa e um retrato a óleo de Emmanuel. No escritório, sua mesa tosca, quatro cadeiras, um baú repleto de papéis e os 400 volumes de sua biblioteca [...] Não se despediu de ninguém. Com a roupa do corpo, (foi embora) para Uberaba’(idem: 129). Mais tarde, alegaria à imprensa problemas de saúde, um labirintite, para explicar a sua saída de Pedro Leopoldo (STOLL, 1999, p. 158-159).

Desta maneira, teria sido em virtude desses transtornos que, no final da década de 1950, o médium optou por mudar-se para Uberaba, na região do Triângulo Mineiro.³² Diante desses dados, vale encerrar esta análise não com afirmações, mas, ao contrário, lançando no ar algumas questões:

³² A respeito da mudança deste médium para Uberaba e a repercussão desta presença junto ao movimento espírita, a classe política e a imprensa local, e ainda sobre a construção do imaginário espírita que elevava essa cidade à condição de “Capital do Espiritismo”, ver SILVA (2002).

nesta época, Chico Xavier era valorizado pelo povo de Pedro Leopoldo como um bem simbólico da cidade? Teria essa população se ressentido com o médium por conta do tumulto que sua presença parecia provocar em Pedro Leopoldo? Considerando essa possibilidade, teria essa cidade, posteriormente, se arrependido por não tê-lo reconhecido como um bem simbólico? Ou ainda, teriam empreendido alguma luta com a cidade de Uberaba na tentativa de obter de volta o seu precioso bem perdido? Por se tratarem de indagações instigantes, vale ressaltar que as possíveis lutas de representações empreendidas entre as cidades de Pedro Leopoldo e Uberaba³³ – e todas as questões que advirem dessa luta – podem se constituir em um interessante filão para uma pesquisa futura.

2.2 POSSÍVEIS REPRESENTAÇÕES DA MINEIRIDADE NA PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA DE CHICO XAVIER

Como foi ressaltado anteriormente, Chico Xavier escreveu pouco sobre si, mas, em compensação, contou inúmeras histórias de sua vida. Compreende-se que, ao contá-las, o que vinha à tona era a sua lembrança sobre os pequenos casos vivenciados, interpretados e apresentados a partir de sua memória. Assim, embora não os tenha diretamente escrito, não deixou de ser produtor desta. Deste modo, a produção memorialística que se formou em torno dessas histórias foi (re)elaborada e representada por terceiros – neste caso, por seus biógrafos. Mas, certamente, essas, ao serem norteadas pelas palavras do médium, receberam dele o tom pretendido, daí conceber-se, nesta pesquisa, Xavier como o produtor de suas memórias e os seus biógrafos como co-produtores das mesmas.

Em sua análise sobre a produção memorialística mineira, Maria Arminda Arruda destacou que esta

(...) não é apenas extremamente vasta; mas, sobejamente imbuída das particularidades dos mineiros e das especificidades do estado. Nesse sentido, poderíamos afirmar que os memorialistas mineiros se encontram impregnados de um forte sentimento da mineiridade, nesse passo, na sua dimensão

³³ Essa possibilidade pode ser levantada uma vez que tais cidades concederam títulos a Chico Xavier: Pedro Leopoldo, em janeiro de 1967, concedeu-lhe o título de “cidadão benemérito”. Já Uberaba, concedeu-lhe o título de “cidadão uberabense” em abril de 1968. Esses dados podem ser confirmados nas edições de março-abril de 1968 e de setembro-outubro de 1969, do jornal *O Espírito Mineiro*.

exclusivamente identificadora. Isto é, tais obras localizam-se no centro do imaginário de Minas e contribuem, significativamente, para recriá-lo e revivê-lo (ARRUDA, 1999, p. 199).

Como se pode perceber, esta análise é bastante oportuna para se refletir sobre as produções memorialísticas elaboradas sobre este médium, visto que muito das características míticas que compõem as *representações da mineiridade* – portanto, forjadas sobre a história de Minas e dos mineiros – se encontram internalizadas e (res)significadas na memória e nas falas, tanto do próprio médium, quanto daqueles que falavam em seu nome.

Não se tem, neste trabalho, a intenção de pormenorizar essa análise, mas apenas, pretende-se apontar algumas dessas possíveis apropriações que, provavelmente, foram incorporados nos discursos que deram origem a essa produção memorialística em torno da memória de Chico Xavier. Retomando a reflexão de Arruda, pode-se observar que a autora chama a atenção para, talvez, uma das mais importantes características dessas produções dos mineiros. Afirma ela que:

(...) [quando esses memorialistas] se voltam para as singularidades das suas histórias, ao dirigirem-se para seu passado, empreendem uma viagem na companhia dos seus conterrâneos. Em termos mais explícitos, queremos ressaltar o tão decantado caráter dos mineiros, como componente mediador dessas auto-expressões, permeando o fluxo narrativo e imiscuindo-se nas lembranças. Os memorialistas de Minas possuem o sentimento marcante da sua origem regional e definem-se como mineiros (...). Por isso, em grande parte das memórias, entra em cena a aura envolvente da mineiridade (ARRUDA, 1999, p.199).

Diante dessa reflexão, ao se buscar pelo próprio relato de Chico Xavier em *Palavras Minhas* (título do prefácio de *Parnaso do Além Túmulo*), percebe-se que, uma das primeiras preocupações do médium, ao se apresentar aos seus leitores, foi expor a sua origem mineira. A partir daí, falou da cumplicidade de seus conterrâneos quanto a sua lealdade e sinceridade naquelas poesias que se seguiam. Aliás, no que diz respeito aos seus conterrâneos, muitos dos casos descritos pelos biógrafos de Chico Xavier envolveram o médium e os moradores de sua terra. Ainda neste prefácio, uma das preocupações de Xavier foi deixar claro seu gosto pela cultura, seu apego à literatura, ou, assim como ele próprio definiu, sua “vocação” para as letras.

Para Arruda, a afirmação e a demonstração do “gosto pela leitura”, também é uma característica bastante comum na produção de muitos memorialistas mineiros. Isto, pois, os saraus e as práticas de leitura foram hábitos muito desenvolvidos, sobretudo, na região próxima a área mineradora, visto que a população dessa região conviveu

(...) com uma elite ilustrada (...). Em torno desse grupo gerou-se toda uma mística, principalmente porque foi grande a participação de intelectuais no movimento dos inconfidentes. A junção entre a cultura e as aspirações separatistas estabelece o nexo entre o ideal libertário dos mineiros e o gosto

pelas belas-letras. (...). À glória de ser concebida como o berço dos ideais de liberdade, agregou-se o ornamento de ser a matriz da mais nobre arte – a literatura. A partir do movimento literário do século XVIII, floresceu toda uma geração embalada no gosto pela cultura, ou, pelo menos, representando um centro irradiador das ‘coisas da inteligência e do saber’ (ARRUDA, 1999, p. 74-75).

Deste modo, não se pretende negar a possibilidade de um gosto nato de Chico Xavier pela literatura. Mas, por outro lado, mesmo que ele afirmasse que o ambiente onde havia nascido fosse alheio à prática da literatura, ou ainda, não ter tido convivência nenhuma com os intelectuais de sua terra, ele – como um homem, fruto de seu tempo – não deve ter deixado de receber a influência daqueles ares espirados pelos intelectuais mineiros, sobretudo, daqueles que agitavam a vida da capital mineira.³⁴

Na medida em que o texto do item anterior – que apresenta a biografia de Chico Xavier – foi sendo elaborado, procurou-se apontar alguns momentos, e em que condições, o tripé *sacrifício*, *sofrimento* e *renúncia* foram sendo articulados na fala de Xavier e de seus biógrafos. Como já mencionado, de acordo com a análise de Stoll, essas mesmas características muito contribuíram para a construção da aura de santidade em torno deste médium, daí, na análise desta autora, Xavier ser apontado como construtor de um “modelo de conduta católica”. Porém – não pretendendo invalidar essa análise –, é possível apontar uma outra possibilidade para se pensar e tentar compreender essa prática discursiva de Xavier.

Segundo Arruda (1999), essas mesmas características também compunham as *representações da mineiridade*. Ou seja, *renúncia*, *sofrimento* e *sacrifício*, tratavam-se de características míticas que foram sendo forjadas a partir da história da Inconfidência, visto que o mártir desse movimento foi mitificado em função desses atributos que foram sendo construídos em torno da sua produção biográfica. Essas características foram divulgadas, num primeiro momento, nos relatos dos viajantes como sendo atributos próprios dos mineiros – que foram, nessa perspectiva, apresentados como sujeitos afeitos à “missão” de renunciarem, sofrerem e se sacrificarem em nome de sua pátria. Tempos depois, esses atributos teriam sido tanto apropriados nos discursos dos políticos, como também, disseminados na literatura deste estado. Tomando como exemplo o político Tancredo Neves, Arruda afirma que:

³⁴ Nesta época em que Chico Xavier estava a publicar seu primeiro livro o movimento modernista de intelectuais mineiros, formado entre outros por Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gustavo Capanema Francisco Campos, e tantos outros, estavam em pleno vigor, a difundir seus valores políticos, culturais, principalmente, a partir da literatura, que da capital mineira, extrapolava para o Brasil a fora. Sobre esse assunto ver BOMENY (1994, p. 17).

(...). Cabe lembrar que não se encontra ausente na fala de Tancredo a idéia da renúncia e do sacrifício, que vigoram até a vitória do colégio eleitoral: ‘Não foi fácil chegar até aqui. Nem mesmo a antecipação da certeza da vitória, nos últimos meses, apaga as cicatrizes e os sacrifícios que marcaram a história da luta que agora se encerra’. A noção de sacrifício, de forte componente mítico, como vimos, liga-se a uma dimensão catastrófica da história. A validade de sacrifício repousa num universo simbólico arcaico, que intenta reforçar o coletivo contra o individual. O que se pretende, em última instância, é impor um certo tipo de racionalidade e fazê-la predominante em face das expressões divergentes. (...). o apelo ao sacrifício conecta-se a revivescência da imagem de salvador. Assumindo o papel redentor, Tancredo criou um *analogon* com a trajetória de Tiradentes. E nesse momento, concretiza-se a figura mítica do Inconfidente na pessoa de Tancredo, significando, pois, a morte desse tipo de imaginário político, senão em definitivo, pelo menos no que diz respeito ao seu poder anterior. Também por isso, a morte de Tancredo possui grande significação simbólica e assim foi recebida: ‘Minas não esteve indiferente a tudo isso. Uniu-se. Comandou-se a restauração política. Praticou a conciliação ativa. Foi decisiva na busca da renovação da nacionalidade. Sacrificou um de seus grandes. Sintetizou, uma vez mais, por anseios e atos, a alma nacional’. (...). Nessa perspectiva, a questão fundamental da política mineira extrapola os limites regionais, porque no universo das suas práticas e das suas percepções o nacional jamais esteve ausente do horizonte. O poder do Estado afigurou-se, portanto, como a miragem política dos mineiros (ARRUDA, 1999, p. 226-227).

Este exemplo de Tancredo Neves é emblemático para se entender a mística construída em torno da representação de “missão” com a nação que se encontra formulada nesses discursos. Assim, essa análise de Arruda é fundamental para se compreender o papel que os mineiros criaram para si dentro da política nacional, visto que fazia parte do *habitus* de muitos políticos mineiros tentar convencer seus receptores (por meio de uma prática discursiva) que essa “missão” já havia sido internalizada no *habitus* do “povo mineiro”, como se essa “missão com a pátria” já fizesse parte do “jeito mineiro”, do seu modo de agir, pensar, conceber e viver a vida.

Ao se chamar a atenção sobre os políticos de Minas com seu suposto “comprometimento”, sobretudo, com a questão da “unidade nacional”, pode-se observar indícios apontando intenções análogas entre estes e os espíritas ligados à *União Espírita Mineira*. No entanto, faz-se necessário destacar que o “comprometimento” destes líderes espíritas era dentro do campo em que atuavam, isto é, era em relação à política do movimento espírita do seu estado. Deste modo (como ainda será demonstrado no próximo capítulo), observou-se que essas mesmas características míticas (sacrifício, sofrimento e renúncia) pareciam ter sido apropriadas também nos discursos desses líderes, os quais faziam questão de dar provas de suas boas intenções com a “unificação da família espírita brasileira”, “comprovando” assim, o senso de “responsabilidade” dos espíritas mineiros com a “unidade” do movimento espírita nacional.

Aliás, conforme será demonstrado no item a seguir, esse “senso de responsabilidade” com a “unificação” deste movimento, também se encontrava nas mensagens psicografadas por Chico Xavier. Na verdade, para além das mensagens, ao enfatizar em seu discurso que a mediunidade lhe

exigia renúncia e sofrimento, Xavier assumia este sacrifício como “prova” de sua responsabilidade com a sua “missão” de propagar e ajudar na aceitação do espiritismo nas terras brasileiras – visto que esta era “a pátria do evangelho”. Missão com a sua mediunidade, com a produção e disseminação das obras espíritas, em suma, com a salvação evangélica da sua pátria.

Como demonstra Stoll, essa missão aparecia na biografia de Xavier como se fosse um “dom”, um projeto dos espíritos, cabendo a ele apenas cumpri-lo (1999:113). Daí, com base nas três características que predominavam em seu discurso – *sofrimento, sacrifício e renúncia* – Stoll apontou para a possibilidade de Xavier ter construído em torno de si uma biografia de um “homem santo”, um “modelo de conduta”.

No entanto, acredita-se que há uma outra maneira de se analisar a biografia de Chico Xavier. Ou melhor, acredita-se que também seja possível pensar que, sobretudo essas três características míticas, que faziam parte do imaginário político mineiro, tenham sido incorporadas e (re)significadas nas falas deste médium, sendo articuladas em sua biografia. Diante disso, vislumbra-se a possibilidade de também compreender esta biografia como uma produção memorialística construída a partir das *representações da mineiridade*.

2.3 PRIMEIROS CONTATOS DE CHICO XAVIER COM A *UNIÃO ESPÍRITA MINEIRA*

Segundo Ubiratam Machado (um dos biógrafos de Chico Xavier), a primeira vez que o médium visitou a capital mineira teria sido por volta de janeiro de 1933, quando, por lá permaneceu por aproximadamente três meses, a fim de obter seu ingresso no mercado de trabalho de Belo Horizonte.³⁵ Como não atingiu seu intento, em março desse mesmo ano teria regressado a Pedro Leopoldo. De volta a sua terra natal, retornava também ao seu trabalho no armazém; mas, pouco tempo depois, deixava-o para ser secretário na Inspetoria Regional do Serviço de Fomento à Produção Animal – na época, órgão do Ministério da Agricultura – onde trabalhou até 1961, quando veio a se aposentar (MACHADO, 1998, p. 47-51).

Não se pode afirmar se nesse curto prazo de tempo o médium chegou a visitar a sede da *União Espírita Mineira* (como já foi comentado, tratava-se de uma instituição fundada em 1908,

³⁵ Segundo Machado (1998), teria sido José Alves Santos, poeta residente em Belo Horizonte, quem convidou Chico Xavier para ir morar e trabalhar em Belo Horizonte.

com o intuito de se tornar a *Casa Mater* do espiritismo no estado). Ao certo, o que se sabe é que o dado informado nessa biografia, quanto ao fato desta ser a primeira vez que Xavier teria pisado na capital, contrapõe-se à informação fornecida pela *União* que, em um livro publicado em sua própria editora,³⁶ afirma ter recebido a visita deste médium durante o ano de 1932, onde este teria psicografado a seguinte frase de Emmanuel: “Cada um deve incalculáveis tributos às almas com quem convive” (UNIÃO, 1997, p. 131).

Controvérsias à parte, esse livro contém outras duas mensagens que, pelo que consta, também teriam sido recebidas por Xavier na sede da *União* ao longo dos anos de 1934 e 1935. Embora pareçam singelos, estes dados dão pistas para se pensar sobre os primeiros contatos estabelecidos entre Chico Xavier e a *União Espírita Mineira*. Dados que levam a supor que após a publicação de seu primeiro livro, que causou tanta polêmica na capital federal, este contato de Xavier e a *União* tenha passado a ser um tanto próximo.

Na verdade, foi com a volta d’*O Espírita Mineiro* (em março de 1935³⁷) que se tornou possível traçar análises um pouco mais precisas sobre a relação entre o médium e a *União*.³⁸ Essas análises se fazem importantes para avaliar o grau de envolvimento deste médium com as causas defendidas por essa instituição, como por exemplo, com a causa da “unificação da família espírita” – tão cara aos líderes desta casa.³⁹ Ou, com outras causas, nem sempre de interesse coletivo, mas, de alguns indivíduos ligados à instituição, podendo-se citar como exemplo, um caso ocorrido com Antonio Lima.

Na primeira edição, após o retorno d’*O Espírita Mineiro*, em março de 1935, Chico Xavier publicou uma longa mensagem intitulada *Poema de uma alma*, cuja autoria foi assinada pelo espírito de “Martha”. Nas edições seguintes, tanto Xavier, quanto alguns outros poucos médiuns,

³⁶ Essa informação se encontra no livro produzido pela *União*, publicado em 1992, para homenagear o médium, intitulado *Chico Xavier, mandato de amor*.

³⁷ Como já foi informado na introdução deste trabalho, este jornal foi fundado por Antonio Lima em agosto de 1908 e, nessa época, circulou até julho de 1912. Depois, por conta de um breve retorno de Lima a essa instituição, esse jornal voltou a circular. Essa “segunda época” d’*O Espírita Mineiro* durou de março a julho de 1935.

³⁸ No que diz respeito a este assunto, antes desta data, pode-se contar apenas com as informações descritas acima.

³⁹ Como comentado anteriormente, os espíritas ligados à *União* demonstravam ter intenções análogas aos dos políticos mineiros no que diz respeito ao “comprometimento” com os rumos da nação. Porém, cada qual defendia esse “compromisso” de acordo com o seu campo de atuação, isto é, enquanto os políticos se referiam à unidade política do país, esses líderes espíritas estavam preocupados com a política do movimento religioso em que atuavam. Portanto, (re)significando essa representação, esses líderes espíritas vão demonstrar interesse em não só liderar a “unificação da família espírita brasileira”, como vão ressaltar essa liderança mineira a fim de obter o reconhecimento sobre esse papel “apaziguador” e “conciliador” que reivindicavam para si.

continuaram a ter espaço para suas mensagens psicografadas. Mas, no que diz respeito às mensagens assinadas por Xavier, interessante observar que na edição de maio foi publicada uma outra mensagem intitulada *Ditado*, cuja psicografia foi atribuída a este médium com a parceria do espírito de Teixeira Magalhães (antigo diretor desta casa, na época em que Lima era presidente da instituição). Tratava-se de uma mensagem que continha palavras de incentivo ao trabalho espírita. Abaixo, na mensagem, foi publicada uma nota de rodapé querendo dar a entender que essa mensagem havia sido endereçada a Antonio Lima, onde esse espírito confirmava a necessidade de sua presença naquela instituição. Assim dizia a nota:

Este ditado foi obtido pelo médium Francisco Xavier, de Pedro Leopoldo, exatamente no dia [9/12/34] em que embarcava para Belo Horizonte o fundador da União Espírita Mineira, com o propósito de lhe imprimir maior surto de atividades e vir pessoalmente dirigir esta Revista (*O Espírita Mineiro*, março de 1935).

Antes de prosseguir com a análise sobre a relação de Xavier e a *União*, faz-se necessário tecer alguns esclarecimentos sobre a relação de Antonio Lima e a instituição que ele fundou: a *União Espírita Mineira*. Lima, que tinha partido de Belo Horizonte em 1913,⁴⁰ havia retornado naquele momento para “dar sugestões” na administração da *União*, que se encontrava com problemas causados por desentendimentos dentro da sua diretoria. Inclusive, alguns líderes que haviam sido responsáveis pela volta de Lima fizeram campanha para dar a ele o título de “sócio-fundador”, dando-lhe também o direito de, sempre que estivesse na capital, viesse a “orientar a marcha da sociedade, intervindo com a sua velha experiência para solucionar qualquer embaraço e perturbações sociais” (*Livro de Ata*, 15 de dezembro de 1934). Porém, diante desta concessão, boa parte da diretoria se viu incomodada, pois, de acordo com as pistas deixadas pela documentação, provavelmente, além de publicar e dirigir o jornal, Lima quis intervir na direção da casa, uma vez que fez circular folhetos “esclarecedores” que provocaram a ira de muitos diretores. Enfim, se antes de sua chegada àquela casa já enfrentava disputas pelo poder, com a sua presença os conflitos redimensionaram-se.

Em virtude da rejeição que sofreu, Lima começou a esboçar sinais de descontentamento com a direção da *União*. Assim, em maio de 1935, publicou um artigo intrigante no jornal *O Espírita Mineiro*, intitulado *Lobos e Cordeiros*. Nele, percebiam-se referências evasivas a sentimentos e comportamentos humanos que, apesar de reprovados por ele, este concebia a possibilidade de serem

⁴⁰ Os motivos que levaram Antonio Lima a abandonar a instituição que fundou e então, regressar para o Rio de Janeiro não se encontram esclarecidos na documentação.

vivenciados no meio espírita, inclusive, vindo a atribuí-los a uma “intromissão dos Espíritos do mal”. Parecia que Lima pretendia fazer um alerta, daí afirmar: existia lobo com pele de cordeiro dentro do meio espírita. Por se tratar de um assunto que demonstrava certo constrangimento e ressentimento, é bem provável que Lima estivesse, por meio deste discurso, mandando algum recado para seus confrades da *União*. Embora Lima não anunciasse explicitamente os aborrecimentos pelos quais estava passando, não deixava também de, indiretamente, “alfinetar” os membros daquela direção que tentavam acuá-lo. Ao comentar as eleições ocorridas no início do mês de junho, publicou um artigo com título, no mínimo, provocativo: *Pacto de Paz*.

Esse artigo foi veiculado na edição de junho, em um momento em que a ajuda de Lima já estava sendo dispensada da *União*. No entanto, a despeito disso, ao continuar a lançar *O Espírita Mineiro*,⁴¹ ainda insistia em falar em nome daquela casa. Daí, aproveitar a oportunidade para, não só fazer suas críticas a todos que até então vinham dirigindo-a (sobretudo, aqueles que haviam o expulsado dali), quanto para reafirmar a necessidade de sua presença, colocando-se na condição de alguém que tivesse autoridade e poder para revitalizar o que julgava estar adormecido. Deste modo, remetendo o leitor ao passado da *União*, fazia conhecer e reconhecer que, na época em que presidiu a instituição, havia acumulado ali um capital religioso, fruto de muito investimento de trabalho, de serviços de salvação: atividades caritativas, que, segundo alegava, “havia repercutido simpaticamente” dentro daquela sociedade. Assim, procurou supervalorizar o possível reconhecimento da sociedade belo-horizontina aos seus préstimos, a fim de obter a autoridade que tanto buscava. Na verdade, naquele momento – 1935 –, ele queria o reconhecimento daqueles novos líderes sobre uma “tradição de trabalho” que ele teria imprimido ali, na sua época de presidente, naqueles “tempos áureos”. Ou seja, Lima buscava reconhecimento sobre uma representação de “tradição de trabalho” que ele acabava de inventar.⁴²

⁴¹ Nesta época, esse jornal circulou até julho de 1935. Depois, voltou em sua “terceira fase”, em novembro de 1936.

⁴² Vale destacar uma outra tradição inventada por Lima, relacionada ao fato da *União* ter sido fundada no mesmo dia em que, na cosmologia católica se comemorava a festa de São João. Este fato foi comentado por Lima, no jornal *O Espírita Mineiro*, em junho de 1912, portanto, somente depois de quatro anos da fundação desta instituição. Mas, neste comentário, apenas indicou tal fato como uma coincidência. Portanto, certamente foi depois deste comentário é que Lima inventou uma tradição em relação a essa data: passou a atribuir a João Batista – aquele que na história bíblica é considerado como o precursor de Cristo – a condição de patrono daquela casa. Assim, tudo indica que, na década de 30, apesar de ainda não ter se tornado um costume entre os sócios, essa tradição já havia ali sido construída, enfim, inventada. Mas, com o retorno de Lima a esta instituição, essa tradição passou a ser cultuada e ritualizada, sobretudo, nos aniversários da *União*. Na análise desta documentação trabalhada, observou-se que antes deste pronunciamento de Lima, essa referência a esse patrono tinha sido feita uma única vez nesta, por Cícero Pereira, na reunião, em 23 de junho, para eleição da diretoria do ano de 1934, em um momento em que este pede para que fosse feita uma prece para João Batista. Um outro exemplo pode ser demonstrado na comemoração dessa data, em junho de 1939, quando *O Espírita Mineiro* publicou em primeira página uma matéria intitulada *UEM: casa do precursor do cristianismo*. Nesta, afirmava

Diante desses esclarecimentos, ao se retomar o assunto sobre a mensagem psicografada por Chico Xavier, a impressão que fica é que, como o momento não era favorável à estadia de Lima dentro da *União*, este procurou na publicação de uma psicografia, um recurso para legitimar-se e obter reconhecimento sobre os seus “préstimos” àquela instituição. Se o nome do espírito que assinou essa mensagem possuía algum peso, se era uma “voz autorizada” para chancelar esse reconhecimento, isso não é possível avaliar. Porém, o médium que havia se responsabilizado por aquela mensagem, tratava-se de alguém que começava a se despontar não só no meio espírita. Talvez, por isso, já tivesse condição de impor respeito e o reconhecimento nas mensagens que assinava. Assim, possivelmente, foi interessado em se apropriar do capital religioso que Xavier começava a acumular, que Lima publicou a mensagem com a tal “nota esclarecedora”.

Interessante destacar que uma atitude semelhante teve também Cícero Pereira. De acordo com a análise da documentação, é possível afirmar que quem articulou a volta de Lima à *União* foi exatamente Pereira que, na época, era o 1º tesoureiro da casa. Quando o restante da diretoria começou a questionar as ações de Lima, a situação de Pereira se complicou, vindo a ser sutilmente criticado em reunião de assembléia geral (*Livro de Ata*, 7 de abril de 1935). A despeito desses contratemplos, Pereira foi eleito, em junho de 1937, presidente da *União*, vindo a dirigi-la até junho de 1940 (a partir daí, assumiu a vice-presidência até março de 1948). Talvez por enfrentar alguma resistência, Pereira teria dito que havia consultado Emmanuel para saber se poderia aceitar o cargo para o qual foi eleito, o que, então, Emmanuel teria consentido e incentivado a presidi-la (*Livro de Ata*, 27 de junho de 1937).

Neste caso, embora Pereira não citasse nominalmente Chico Xavier, o fato de “consultar” o guia espiritual deste médium, mais do que demonstrar a relação de proximidade com Xavier, essa atitude sugere que a parceria Chico Xavier e Emmanuel possuía certa credibilidade, no mínimo, dentro daquela casa. Uma credibilidade que, mesmo ainda sem haver tido a publicação de nenhum livro assinados por ambos (fato que só viria a ocorrer no ano seguinte, em 1938, com o lançamento de *A Caminho da Luz*) já rendia a apropriação da “palavra autorizada” deste guia espiritual por aqueles que queriam a confirmação e o reconhecimento dos seus atos.

que: “Hoje, 24 de junho de 1939, a União Espírita Mineira, fundada sob o alto patrocínio de João Batista, o Divino Precursor do Cristianismo, completa o seu 31º aniversário, soberanamente, útil a todos (...) sendo, como é, a casa de João Batista, é também a casa de Jesus” (*O Espírita Mineiro*, 24 de junho de 1939). Em junho do ano seguinte, Clotilde Veiga – uma senhora espírita que teria vindo de São Paulo, especialmente, para realizar uma série de palestras em Belo Horizonte – fez, justamente na noite do dia 24, uma conferência na *União*. O tema por ela escolhido foi a cabeça de João Batista. Enfim, com esses exemplos percebe-se que, nesta época, essa tradição já havia sido instalada na *União*, continuando, a partir de então, a ser cultuada, como se, de fato, aquela instituição tivesse sido fundada no dia 24 de junho por ter escolhido como patrono o personagem bíblico de João Batista.

Como foi ressaltado anteriormente, para Bourdieu (1996), é o produtor de discurso quem define as estratégias da relação discursiva, com a esperança de obter do receptor o reconhecimento sobre a sua competência e sobre a validade do que está sendo enunciado. Desta forma, ao adotar o recurso de obter a chancela e o apoio de um “guia espiritual”, tanto Lima quanto Pereira, como produtores de discursos, pareciam buscar a legitimidade de seus atos.

Ainda no que se refere à publicação das mensagens de Chico Xavier no jornal *O Espírita Mineiro*, quando aconteceu o terceiro retorno deste jornal (em novembro de 1936), Xavier continuou a ter espaço garantido para suas mensagens. Porém, a partir de então, tais mensagens passaram a ser atribuídas a espíritos de autores renomados: Casimiro Cunha, João de Deus, Guerra Junqueira, Augusto dos Anjos, José Tosta, Belmiro Braga, entre outros. Segundo consta, algumas dessas mensagens teriam sido recebidas pelo médium na própria sede da *União*, geralmente, nas conferências ou reuniões de estudos corriqueiros, ou em eventos como o que ocorreu em 3 de outubro de 1937,⁴³ em comemoração ao aniversário de Allan Kardec. Neste evento, o médium, sentado à mesa junto à diretoria da casa teria psicografado “2 sonetos alusivos a Kardec, e que lidos, foram muito apreciados” (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1937).

Um outro evento, digno de nota, ocorreu em 24 de julho de 1938, quando, em função da visita do professor Leopoldo Machado à *União*, Chico Xavier também teria comparecido “para a imponência dos festejos”.⁴⁴ Acredita-se que este evento seja emblemático, pois apesar da consideração a Xavier, obviamente, o paladino em foco, nesse momento, era o renomado educador espírita Leopoldo Machado, que era proprietário de um colégio⁴⁵ em Nova Iguaçu, RJ. Machado, além de participar do movimento em prol da educação espírita, era também um importante articulador da imprensa brasileira, inclusive, tendo muita participação no jornal carioca *Mundo Espírita*.

⁴³ Em 4 de abril desse ano Chico Xavier também esteve psicografando durante um concerto de violinista promovido pela *União* para a arrecadação de recursos para a construção do *Abrigo Jesus*. Esta instituição foi fundada pelos sócios da *União* em julho de 1937, mas teve sua sede inaugurada apenas em julho de 1946. Tal *Abrigo* se tornou um importante bem simbólico para a *União Espírita Mineira*. Mais detalhes sobre esta instituição ver SOUZA (2001).

⁴⁴ Em agosto de 1937, um “confrade” da cidade de Lafaiete, MG, compareceu para palestrar na *União*. Chico Xavier também compareceu e psicografou algumas mensagens (*O Espírita Mineiro*, agosto de 1937).

⁴⁵ Em janeiro desse ano, a *União* tinha instalado em sua sede uma escola com o nome de Instituto Educacional Leopoldo Machado, justamente como uma homenagem a esse educador. Como ele não compareceu na sua inauguração, ficou de comparecer num “momento mais oportuno”, enfim, adiou sua ida para julho daquele ano. Essa escola vigorou até meados de 1939.

Enfim, do ponto de vista deste trabalho, acredita-se que, nessa época, embora Chico Xavier já fosse conhecido em virtude do seu trabalho com a psicografia (inclusive, sendo por isso bastante visitado em Pedro Leopoldo, por jornalistas, escritores, ou por pessoas comuns em busca de seus préstimos), talvez, aos olhos da *União*, esse médium ainda não possuísse um nome bem consolidado no cenário espírita do Brasil, visto que era bem jovem e estava iniciando sua carreira. Não se pretende com essa suposição negar o reconhecimento desta instituição em relação à autoridade que seu nome já apresentava. Como demonstrado, a palavra de seu guia apresentava certo peso dentro dessa casa. Mas, possivelmente, esse reconhecimento foi sendo construído aos poucos. Por isso, obviamente, em meados da década de 1930, tratava-se de um reconhecimento bem menor do que Xavier viria a ter nos anos 50. Em outras palavras, o reconhecimento sobre o trabalho e sobre a autoridade religiosa de Chico Xavier – e de Emmanuel –, paulatinamente, foi se redimensionando dentro daquela instituição.⁴⁶

Um outro dado ainda pode corroborar com essa possibilidade: nesta época, normalmente, o nome do médium aparecia nas páginas do jornal *O Espírita Mineiro* apenas relacionado às mensagens recebidas. No entanto, um dos primeiros momentos em que seu nome foi citado com mais destaque foi na edição de julho de 1937, quando o jornal anunciou que o médium passaria a ser o agente do jornal na cidade de Pedro Leopoldo. Dizia a nota:

Pedro Leopoldo __É nosso agente n’esta cidade, **o querido amigo Francisco Candido Xavier, nome que, mercê do apostolado que a Providencia lhe confiou e que com grande humildade vem exercendo, já transpor as fronteiras, para ser alvo da estima e consideração geral.** Está assim “O Espírita Mineiro” de parabéns. A este amigo, endereçamos o nosso agradecimento profundo (*O Espírita Mineiro*, julho de 1937. Grifo nosso).⁴⁷

Neste trecho, Francisco Xavier é tratado como um “querido amigo”, como alguém que parecia estar próximo, sempre por ali, de fácil alcance aos líderes espíritas daquela casa. Diante dessas observações, acredita-se que, embora houvesse um reconhecimento e agradecimento quanto ao “apostolado mediúnico” de Xavier, para os líderes espíritas da *União*, talvez, esse médium ainda se apresentasse como uma promessa para um tempo vindouro.

⁴⁶ Por volta de 1935, a instituição contava na sua diretoria, com a presença de uma médium famosa na época: Zilda Gama. Está ficou em Belo Horizonte até por volta de 1938, quando transferiu sua moradia para o estado do Rio de Janeiro. Provavelmente, nesta época, para a *União*, Xavier ainda fosse um bem simbólico em formação, isto é, um bem que, perante os olhos daquela instituição, ainda estava se constituindo dentro do mercado espírita brasileiro.

⁴⁷ Tendo em vista o conteúdo expresso nesta nota, é provável que, neste momento, o *Centro Espírita Luiz Gonzaga*, fundado por Xavier e sua família em Pedro Leopoldo, já estivesse filiado à *União*. Supõe-se isso, pois, até alguns anos antes, essa filiação ainda não havia ocorrido.

A propósito, por se falar em “lideranças da *União*”, consta na documentação⁴⁸ que, em novembro de 1939, Chico Xavier participou das eleições da diretoria desta instituição, tendo recebido 2 votos para a vice-diretoria desta casa. Alguns meses antes, em agosto (*Livro de Ata*, 21 de agosto de 1939), ele havia sido nomeado “sócio-médium” da *União*, o que implicava na sua desobrigação quanto ao pagamento da mensalidade de sócio. Antes disso, em 24 de junho de 1939, ele havia participado de uma *Comissão de Sindicância* criada naquela casa. Anos depois, em dezembro de 1941, Xavier foi eleito para compor o *Conselho Deliberativo* da *União*, com mandato de 3 anos. Esses dados denotam que, no início dos anos 40, o médium circulava com certa desenvoltura por essa instituição: era seu sócio, participava de sua diretoria, estava sempre presente nas noites solenes para psicografar. Ou melhor, possuía uma relação de proximidade com essa instituição, uma familiaridade, certamente, reconhecendo nela a posição de liderança que ela tanto reivindicava para si.⁴⁹

Pode se observar que, de fato, paulatinamente, foi crescendo o reconhecimento da *União* quanto ao capital religioso acumulado por este médium. Deste modo, talvez, tenha sido por isso que esta instituição foi dando a Xavier tal espaço dentro daquela casa. Paralelamente, parecia crescer, também, a tentativa da *União* em se apropriar deste capital. Assim, certamente, era visando capitalizar esse bem, é que a *União* utilizava de um interessante recurso: sempre que um paladino do espiritismo ia até a cidade de Pedro Leopoldo para visitar ou conhecer Chico Xavier, a *União* acabava convidando-o para palestrar em sua tribuna. Um desses casos ocorreu em junho de 1939, quando o vice-presidente da *FEB*, Manoel Quintão – procedente de Pedro Leopoldo e de regresso ao Rio de Janeiro – foi convidado para palestrar para a platéia da *União*. O contrário também acontecia, isto é, quando algum confrade visitava a instituição, esta sempre organizava uma caravana para levá-lo até o médium. Uma situação exemplar ocorreu na inauguração do *Instituto Educacional Leopoldo Machado*, em janeiro de 1938. Para prestigiar o evento, compareceram à *União* alguns confrades cariocas, entre eles, o diretor do jornal *O Mundo Espírita*, que estava representando Leopoldo Machado que, não podendo ir, mandou representantes. No dia 23, antes de ocorrer a inauguração, foram para Pedro Leopoldo almoçar com Chico Xavier. Só depois é que voltaram para realizar o evento (*O Espírita Mineiro*, janeiro de 1938).

⁴⁸ Ver *Livro de Ata*, 7 de novembro de 1939.

⁴⁹ Afirma-se isso, pois, até junho de 1935, talvez Chico Xavier e os seus amigos que lideravam o *Centro Espírita Luiz Gonzaga*, ainda não tivessem essa consideração, visto que, por esse, ou por outro motivo, ainda não haviam filiado esse centro à *União* (*O Espírita Mineiro*, junho de 1935).

No entanto, a despeito dessa atitude, embora Xavier tivesse bastante receptividade dentro daquela casa, é provável que o seu nome ainda não soasse como um bem simbólico valiosíssimo para a *União*. Suspeita-se isto porque, talvez, para essa instituição, pelo fato de Xavier estar em início de sua carreira religiosa, ele ainda não era um bem simbólico tão raro e inacessível, mas um bem que se apresentava ao fácil alcance da instituição.

No que diz respeito às mensagens de Xavier que eram publicadas n’*O Espírita Mineiro*, faz-se necessário ressaltar que boa parte das que foram veiculadas nas edições de 1936 e 1937, foram atribuídas ao espírito de Emmanuel. E, em se tratando do conteúdo, o assunto era quase sempre o mesmo: o cenário político e religioso do Brasil. Tendo em vista que o país estava na eminência de sofrer um golpe de estado, essas mensagens pareciam se apresentar com sentido dúbio, assim, tanto procuravam chamar a atenção para a situação do país, quanto também pareciam alertar os espíritas quanto ao perigo de caírem na tentação das disputas pelo poder. A idéia que a *União* parecia querer transmitir com a publicação dessas mensagens era de que essas caíam como bênçãos, visto que, na maioria das vezes, o teor das mesmas parecia vir ao encontro dos seus interesses mais prementes.⁵⁰ Na edição de agosto de 1937, por exemplo, Emmanuel teria feito um *Apelo à União*. Tratava-se de uma mensagem especial para *O Espírita Mineiro* e, como o próprio nome anunciava, nela, havia um pedido aos espíritas para que se unissem, uma vez que assim fortaleceriam o movimento:

(...). Colabores para que se unam todos na ação e no movimento, colocando o trabalho das interpretações em um plano secundário, mesmo porque tereis de considerar sempre aquela ‘zona lúcida’ de cada personalidade humana, a qual, na escalada evolutiva e no trabalho da iniciativa e do esforço, determina a cada criatura a um ‘quantum’ de compreensão”.

(...). Toda a nossa palavra está adstrita ao melhoramento do homem e somos felizes, constatando a vossa predileção por semelhantes atividades, pois que aos espíritas não podem fascinar os espetáculos das competições do mundo.

Foi voltada para o poder temporal e seduzida pela ambição de dominismo que a Igreja Católica perdeu a sua feição de cristianismo, unindo-se ao Estado, para disputar o poder junto de Constantino.

(...). Que Deus vos ilumine e vos dê paz e que cada um de vós, que encontrais reunidos, saibais escolher no turbilhão das lutas do mundo, o fruto saboroso e divino da vida espiritual (*O Espírita Mineiro*, agosto de 1937).

Ao procurar lembrar que a igreja católica, em nome do poder, aproximou-se do mundo temporal e se afastou do “verdadeiro cristianismo”, essa mensagem parecia querer transmitir a idéia de que os conflitos – e, portanto, algum tipo de disputa – ou ainda perdurava dentro da *União*, ou

⁵⁰ Na edição de maio de 1938, *O Espírita Mineiro* trazia uma mensagem também assinada por Emmanuel, intitulada *A grande imprensa e o Espiritismo*. Nela, Emmanuel, com sua palavra autorizada, dá sua opinião sobre a imprensa espírita, procurando convencer o leitor da importância de se assinar um jornal espírita. Considerando que *O Espírita Mineiro* estava sempre às voltas com pedido semelhante, é de supor que essa mensagem vinha ao encontro dos interesses da *União*.

dentro do movimento espírita nacional. Deste modo, a mensagem pedia por paz entre os espíritas, para que superassem as suas diferenças, fossem nas interpretações doutrinárias, fossem nas questões políticas e ideológicas. Assim, procurava alertá-los de que não deveriam se afastar da sua “missão”: darem o exemplo do que deveria ser um “verdadeiro cristão”.

Essas mensagens, às vezes, também se referiam especificamente às questões do mundo temporal. Um exemplo pode ser visto com uma mensagem veiculada na edição de julho de 37, intitulada *Os Espíritas e a Política*, que afirmava que os fiéis do espiritismo até poderiam participar da vida política do seu país, entretanto, por serem espíritas, possuíam uma responsabilidade redobrada com a “missão” assumida. Daí chamava a atenção daqueles que pretendiam trilhar tal caminho, alertando que:

(...). É preciso considerar que, se é lícito aos espíritas lançarem as suas bandeiras, no meio desses campos inimigos da sua sinceridade, (...) e da sua boa fé, não será ocioso chamar-lhes a atenção para os perigos da caminhada, em perspectiva, a fim de se afastarem dos desfiladeiros íngremes e escabrosos, onde perderam, fatalmente, a flâmula sagrada do seu idealismo. Todo zelo se requer das suas preferências pessoais, nos quadros do partidarismo político, procurando discernir a situação com a clareza devidas evitando as ilusões perigosas que percorrem todos os departamentos das atividades do homem moderno.

(...). Os espíritas, pois, podem colaborar na política, mas entendendo sempre que a sua **missão evangelizadora** é muito mais delicada e nobre (*O Espírita Mineiro*, julho de 1937. Grifos nossos).

Ao que tudo indica, especialmente naquele momento, os acontecimentos do país e do mundo apresentavam-se como uma grande preocupação para os espíritas da *União*. Deste modo, procuravam colocar o espiritismo no espaço crível dos interesses mundanos. Com isso, ao pretenderem se envolver nos assuntos concernentes à política nacional, teciam – a partir do religioso – discursos articulados, dissimulados de “boas intenções espirituais”, mas que visavam influir na realidade com projetos que se adequavam à política conservadora e capitalista, em voga naquele contexto brasileiro. Enfim, diante destes artigos, percebe-se não só o interesse deste jornal em abordar assuntos referentes a essas questões, como também, observa-se a cumplicidade da parceria Xavier/Emmanuel com esta instituição, uma vez que, as mensagens psicografadas e atribuídas ao espírito de Emmanuel, endossavam os interesses desta casa.

Se, nesse momento, o conteúdo dessas mensagens refletia as preocupações concernentes, sobretudo, à política brasileira – e ao papel dos espíritas nesse campo – já, no final da década de 1940 e início dos anos 1950, as preocupações tomavam um rumo um pouco diferente. Nesse novo momento, os interesses passavam a refletir uma preocupação muito em voga entre os espíritas daquela época: a “unificação do movimento”. Como ainda será apresentado por neste trabalho, este

foi um período de efervescência, pois as lideranças espíritas passaram a se preocupar em organizar congressos, encontros e confraternizações, a fim de discutirem assuntos de variados aspectos: voltados para a evangelização e a educação espírita, questões relacionadas à doutrina, entre outros. Mas, as discussões que mais estavam em evidência – e que muito pareciam interessar à *União* – realmente, eram aquelas que diziam respeito à “unificação”. “Unificar” significava tentar apaziguar, acalmar os ânimos do tumultuado movimento que mais parecia um campo de batalha. Ou seja, tratava-se de um verdadeiro campo de lutas simbólicas, onde as instituições disputavam o poder de representar o movimento (sendo este, principalmente, o caso da *Federação Espírita Brasileira* e da *Liga Espírita do Brasil*), medindo forças entre si. Daí, as mensagens – fruto da parceria entre Chico Xavier e Emmanuel – trazerem à tona essa preocupação quanto à necessidade de haver paz e “união de vistas” dentro do movimento espírita nacional, para que houvesse a tão decantada “unificação da família espírita brasileira”.

Um exemplo a ser citado ocorreu quando as lideranças da *União das Sociedades Espíritas de São Paulo* estiveram em Belo Horizonte para convidarem seus confrades da *União Espírita Mineira* para participarem de um congresso que realizariam em outubro de 1948. Estes foram levados até Pedro Leopoldo, onde “solicitaram” a Emmanuel uma mensagem “a propósito do Congresso” que estavam organizando, com o intuito de discutirem medidas para apaziguar o movimento. Essa solicitação não só foi atendida, como também, foi, obviamente, publicada nas páginas d’*O Espírita Mineiro* na sua edição de dezembro de 1948. Em outros momentos, em circunstâncias semelhantes, a parceria Chico Xavier /Emmanuel também foi solicitada para dar a anuência e apoio a outros congressos, inclusive – como ainda será analisado – àqueles congressos que a própria *União* patrocinou.

Ainda quanto às mensagens psicografadas por Chico Xavier – e, publicadas no jornal da *União* na década de 1930 –, em sua edição de agosto de 1937, *O Espírita Mineiro* fez interessante menção de combate à guerra com o objetivo de lembrar que, se o mundo lá fora estava a um passo de ser bombardeado, no Brasil, reinava a paz. Neste artigo, apesar do jornal referir-se ao país como uma nação de administração política de “absoluta falência moral”, por outro lado, procurou também reforçar o seu aspecto pacifista. Possivelmente, o intuito foi reforçar a idéia de que o país era uma “Pátria do Evangelho Espírita”. Na verdade, essa representação foi mencionada de forma explícita e, pela primeira vez, nas páginas desse jornal, numa mensagem psicografada pela parceria Chico Xavier e Emmanuel, intitulada *Missão do Brasil*:

(...). Amigos, nunca é demais repetir-vos a relevância da missão do Brasil como pátria dos princípios evangélicos. Se, fisicamente, todas as nações representam, num admirável conjunto, o patrimônio da Humanidade, em comum, cada país e cada povo tem, dentro de seus característicos idiossincrasias, um papel determinado na evolução geral. (...).

A tarefa dos brasileiros é, portanto, edificante e dignificadora. Não desdenhamos com essas afirmativas a parte científica da doutrina, mas consideramo-la somente um acessório ao esclarecimento das almas, sem representar a essência vital do ensinamento, que reside justamente na parte moral e religiosa, destinada a transformar o plano evolutivo das criaturas. Que Jesus ampare o Brasil, nesta hora amarga em que o choque dos extremismos criou o ambiente doloroso das revoluções e das guerras. E que os brasileiros prossigam, nos seus núcleos de cristianização verdadeira, disseminando a palavra do amor e da vida em Jesus, que vem faltando ao mundo inteiro, corajosos e infensos a qualquer paixão empolgante e nociva que caminhem dissipando as trevas seculares das estradas comuns (*O Espírita Mineiro*, novembro de 1936).

De acordo com as informações fornecidas pelo *O Espírita Mineiro*, essa mensagem teria sido recebida por Chico Xavier, em outubro de 1936, na sede da *União*. Dois anos depois de sua publicidade neste jornal, este médium lançou, pela sexta vez, mais um livro, editado novamente pela *Federação Espírita Brasileira*, intitulado *Brasil Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*. Porém, o “autor espiritual” não era o mesmo da mensagem acima. Nesta obra, Humberto de Campos – escritor maranhense, falecido em 1934 – era o seu autor. Como o próprio nome do livro sugere, trata-se de uma obra que apresenta como proposta, justamente revelar porque o Brasil havia sido escolhido para ser a “Pátria do Espiritismo”. Assim, o livro apresenta um caráter histórico onde, em cada capítulo, se vê o desenrolar dessa história: primeiro, o processo da escolha das terras brasileiras, o “coração do mundo”, para ser o lugar onde seria transplantado a “Árvore do evangelho de Jesus” (isto é, para onde seria trazido e desenvolvido o espiritismo). Depois, o livro passa a discorrer sobre a “formação” da “Terra do Cruzeiro”: a sua colonização necessária, o encontro das “três raças”, o amadurecimento político e sua independência pacífica e a implantação da república, como culminância desse processo “ordeiro e progressista”. Todo esse processo teria sido guiado pelas mãos do Cristo, ajudado, é claro, por uma “plêiade de espíritos benévolos”, que teriam como “missão” realizar a transplantação dessa “Árvore” para o Cruzeiro.

Segundo Silva (2004), “o embrião destas idéias” apresentadas nesse livro, certamente não surgiu nesta obra de Chico Xavier, mas foi gestado dentro da própria *FEB*. Isto é o que afirma um artigo publicado na revista *Reformador* (órgão oficial desta instituição), em 1930:

(...). No Brasil, onde o Espiritismo conquistou cerca de seis milhões de adeptos, desde o catedrático ao lavrador, graças ao número excepcional de médiuns, as polêmicas do velho continente sobre a imortalidade, ou não, da criatura, vem produzindo uma onda de espanto e dor. No Brasil, imenso país, em cujo céu parece sorrir, como anúncio do novo Evangelho, o ‘Cruzeiro do Sul’ e no qual as

imensas florestas cobrem um solo igual ao de toda a Europa, tácito convite à imigração para uma terra prometida (REFORMADOR, 1930: 314 apud SILVA, 2004, p. 42).

No *Escorço Histórico da Federação Espírita Brasileira*⁵¹ consta que essa tese realmente teria sido lançada pela própria *FEB*, no entanto, isso teria ocorrido em 9 de março de 1920, em sua sede, onde o médium Albino Teixeira teria psicografado uma mensagem em que o autor teria sido o próprio Cristo, revelando essa “missão” do Brasil. A fim de demonstrar a veracidade e seriedade dessa mensagem, esse escorço afirmou que:

(...). Essa belíssima mensagem (...) fala da transferência da ‘Árvore do Evangelho’, expressão emblemática, para o Brasil, numa clara alusão à grande responsabilidade decorrente a missão aceita por muitos Espíritos que reencarnam na Terra do Cruzeiro. Quanto à autenticidade da mensagem e de sua procedência, diversos são os testemunhos a confirmá-las, ressaltando o de Bittencourt Sampaio (Espírito), também presente à sessão, revelando, por outro médium, que o Espírito da Verdade [Jesus Cristo] a transmitiu por intermédio do Anjo Ismael (SOUZA, 1984, p. 20).

A partir da leitura deste escorço, pode-se perceber que, em plena década de 80, a *FEB* sentiu a necessidade de datar o momento do nascimento dessa representação, que, segundo ela, teria ocorrido, aproximadamente, no ano de 1920. Ou melhor, o que se percebe é uma explícita necessidade desta instituição em alimentar e conferir sentido e legitimidade a uma representação ainda tão presente na memória do movimento espírita brasileiro.⁵²

Assim, retomando a respeito da mensagem psicografada por Chico Xavier em 1936, intitulada *Missão do Brasil*, acredita-se que ela foi, convenientemente, apresentada pela *União Espírita Mineira* nas páginas d’*O Espírita Mineiro* com um intuito bem claro: também legitimar essa representação tão oportuna para os espíritas brasileiros de que o Brasil era a perfeita “Pátria do Evangelho Espírita”. Representação que anos depois foi novamente endossada pelas mãos do médium Chico Xavier, em seu livro *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*.

Na verdade, esses dados levam a seguinte questão: até que ponto este discurso expresso numa narrativa onde o Brasil é apresentado como uma pátria perfeita e missionária – fundado pela *FEB* e endossados pela *União* e por Chico Xavier – pode ser relacionado com as *representações da mineiridade*? Tentar compreender o entrelaçamento dessa, entre outras questões, será o próximo passo deste trabalho.

⁵¹ Trata-se de um texto de Juvanir Borges de Souza, publicado pela *FEB*, em 1984. Encontra-se disponível em www.febnet.org.br/apresentação. Acesso em 9 de julho de 2007.

⁵² Ainda hoje se observa autores espíritas publicando textos com o intuito, não apenas de endossar, mas, sobretudo, de alimentar e fortalecer essa representação. Um exemplo disso pode ser observado através do livro intitulado *A destinação do Brasil*, publicado em 2000, pelo Instituto de Divulgação Espírita de Franca, São Paulo.

2.4 REPRESENTAÇÕES DA MINEIRIDADE NA OBRA “BRASIL CORAÇÃO DO MUNDO”: “MISSÃO DE MINAS”

A literatura mediúnica⁵³ que foi produzida pelo médium Francisco Cândido Xavier, falecido no ano de 2002, vem constituindo-se como precioso objeto de estudo dentro das ciências humanas. Antropólogos e historiadores não apenas têm demonstrado interesse em analisar tal produção, como também, vêm confirmando a pertinência e relevância dessa análise para a compreensão do campo religioso brasileiro.⁵⁴

Segundo Lewgoy, o espiritismo “é uma religião do livro, da leitura e do letramento” (LEWGOY, 2000, p. 10), tratando-se, portanto, de uma religião que forja uma cultura letrada. Deste modo, é justamente por mobilizar um riquíssimo mercado editorial, um dos motivos que tem provocado a expansão dessa religião no Brasil. Conseqüentemente, na medida em que se amplia o número de leitores por meio dessa prática, essa religião amplia também o seu número de fiéis. Em meio a esse mercado, Chico Xavier foi “um dos expoentes mais significativos [na produção dessa literatura mediúnica brasileira], secundado por uma plêiade crescente de sucessores e substitutos nos tempos atuais” (LEWGOY, 2000, p. 10).

Entre os aproximadamente 400 títulos de livros publicados por Chico Xavier, alguns marcaram época: *Brasil coração do Mundo*, *Pátria do Evangelho*, como já ressaltado, atribuído ao espírito de Humberto de Campos “é (...) um dos livros mais importantes na história do espiritismo brasileiro, sendo reconhecido como uma das obras mais importantes a nortear a prática dos espíritas” (LEWGOY, 2000, p. 212). Como aponta Lewgoy, nesse livro

(...) há uma reflexão sobre a missão histórica da implantação do espiritismo em solo tupiniquim, onde emerge uma certa vocação brasileira triunfante do kardecismo, em que a história da colonização e da formação dessa nação passa a ser lida à luz de uma programação no plano espiritual inferior (LEWGOY, 2000, p. 212).

⁵³ Toma-se aqui este termo emprestado da antropóloga Sandra Stoll que o formulou para designar “a produção psicográfica dos médiuns, cujas obras são consideradas como de autoria ‘dos espíritos’”. Então, nesta pesquisa, este termo será apropriado para a mesma finalidade (1999, p. 55).

⁵⁴ Ao analisar algumas das obras deste médium, a antropóloga Sandra Stoll se propôs a estudar seus “principais temas, valores e modelos de conduta sustentado pela doutrina espírita” (1999, p. 66). O antropólogo Bernardo Lewgoy pesquisou como a prática da leitura espírita, sobretudo baseada nos livros de Chico Xavier condicionavam comportamentos, performances, enfim, uma representação cultural da realidade (2000). Já o historiador Fábio Luiz Silva (2004) propôs uma análise histórica de duas obras de Chico Xavier: *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* e *A Caminho da Luz*.

Embora Lewgoy chegue a traçar uma rápida análise sobre essa obra,⁵⁵ não foi seu intuito pormenorizar um estudo sobre a mesma. Ao contrário, a esse trabalho se propôs Silva (2004), que realizou uma análise detalhada sobre as representações contidas nas narrativas históricas deste livro. Considerando tratar-se de uma obra, fruto de seu tempo, Silva chama a atenção para o contexto em que esse livro foi publicado:

(...) [justamente no] período do Estado Novo, quando as políticas públicas na área da cultura passaram a pretender a construção de uma nova visão da história do Brasil. (...). A valorização do nacionalismo exigia que [ess]a história (...) fosse recontada e amplamente divulgada. (...) a versão da história do país propagada pelo Estado autoritário denunciava as experiências liberais da República Velha, enfatizando a capacidade de luta do povo (...) e tinha como protagonista uma raça mestiça, (...) pacifista. Era uma narrativa de uma história gloriosa que culminava na grandeza e unidade da pátria (...). Portanto, é dentro deste contexto que devemos entender a obra *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* (SILVA, 2004, p. 34-35).

Para Silva, influenciada pela visão historiográfica de sua época, a *Federação Espírita Brasileira* formulou e divulgou a representação de que o Brasil, magnânimo, era a “Pátria” do evangelho espírita. Esta foi endossada por Chico Xavier que, ao lançar seu livro ao público, contribuiu tanto para consolidar essa representação dentro do seu meio religioso,⁵⁶ quanto para unificar o movimento em torno da *FEB* (Unificação que, como será demonstrado no próximo capítulo, teoricamente, se consolidou com a sagração do “Pacto Áureo”⁵⁷).

Tendo em vista que a história do Brasil foi concebida neste livro de Chico Xavier como uma “criação divina” (sendo, portanto, a “missão” dos “espíritos superiores” fazerem desta “Terra do Cruzeiro” um “Celeiro Espiritual” do mundo), Silva chama a atenção para a permanência nesta obra, da idéia que apresenta o Brasil como sendo o “Paraíso Terrestre”. Desta forma, essa associação de imagens, tão comum nos tempos medievais,

(...) atravessou os séculos e foi reutilizada pelos homens que conduziram a política portuguesa e brasileira, no final do século XVIII e início do XIX, como argumento para a construção de um poderoso império formado por Portugal e Brasil. [Daí, no século XIX, ocorrer a retomada deste discurso que apresentava o Brasil como sendo] um Estado de imensas dimensões, natureza exuberante, rios caudalosos, terra fértil e rico subsolo. [Assim, a permanência dessas idéias] revela a força destas representações, capazes de chegar não somente ao século XIX, mas, igualmente, até o

⁵⁵ Giumbelli também tece um pequeno comentário a respeito deste livro, enfatizando que ele contribuiu para a afirmação do aspecto religioso da doutrina no Brasil (1997: 253).

⁵⁶ Apesar dessa consolidação, Silva adverte para o fato de que essa idéia não foi unânime dentro do movimento espírita brasileiro, visto que tanto na época, quanto os tempos mais atuais a *FEB* recebeu críticas por essa postura de criar uma idéia de “privilégios espirituais” ao Brasil em detrimento das demais nações (2004, p. 62-63).

⁵⁷ Esse “pacto” ainda será comentado no próximo capítulo.

século XX, na forma da narrativa que passamos a analisar, em *Brasil Coração do Mundo...*(SILVA, 2004, p. 38).

Não se tem, neste trabalho, a intenção de percorrer, passo a passo, todo o caminho realizado por Silva,⁵⁸ mas é válido destacar que, ao analisar alguns enredos que nortearam a construção dessa narrativa mítica, este autor demonstrou que em todos eles prevaleceu a idéia do “determinismo” dos acontecimentos. De fato, ao se realizar uma análise, mesmo que sumária deste livro, observa-se a pertinência desse apontamento, pois um certo “determinismo celestial”, ou melhor, a predestinação traçada espiritualmente, esteve a permear as narrativas, tecendo as tramas, ora vividas pelos humanos, ora pelos próprios espíritos.

Como já ressaltado, de um modo geral, este livro, fruto da parceria dos nomes de Chico Xavier e Humberto de Campos, apresenta uma narrativa norteada por uma visão religiosa e, por sinal, também positivista e eurocêntrica. Por isso, anuncia a conquista e a ação colonizadora de Portugal como uma “missão cristã”, providenciada pelas mãos do próprio Cristo que tinha como objetivo transformar essas “Terras do Cruzeiro” num grande “Celeiro”. Através desta narrativa, o livro comenta os diálogos que teriam ocorridos entre Jesus, o *Espírito da Verdade*, e Helil e Ismael, seus fiéis “mensageiros da face do orbe terrestre”. Num primeiro momento, o narrador (considerado como sendo o espírito de Humberto de Campos), demonstra o momento – final do século XIV –, em que Jesus, em uma visita periódica à Terra, desce a essa “esfera inferior”, “a fim de observar os progressos de sua doutrina e de seus exemplos no coração dos homens”. Entristecido com os rumos tomados pela humanidade, resolve visitar as terras onde “seria mais tarde, o mundo americano”. Em um diálogo com os seus missionários Cristo teria perguntado:

– Helil (...) onde fica, nestas terras novas, o recanto planetário do qual se enxerga, no infinito o símbolo da redenção humana?

– Esse lugar de doces encantos, Mestre (...) fica mais para o sul. (...)

Mãos erguidas para o Alto, como se invocasse a benção de seu Pai para todos os elementos daquele solo extraordinário e opulento, exclama então Jesus:

- **Para essa terra maravilhosa e bendita será transplantada a árvore do meu Evangelho de piedade e amor. No seu solo dadivoso e fertilíssimo, todos os povos da Terra aprenderão a lei da fraternidade universal.** Sob estes céus serão entoados os hosanas mais ternos e misericordiosos do Pai Celestial. Tu, Helil, te corporificarás na Terra, no seio do povo mais pobre e mais trabalhador do Ocidente; instituirás um roteiro de coragem, para que sejam transpostas as imensidades desses oceanos perigosos e solitários, que separam o velho do novo mundo. Instalaremos aqui uma tenda de trabalho para a nação mais humilde da Europa, glorificando os seus esforços na oficina de Deus.

⁵⁸ Várias outras questões interessantes são apontadas por Silva sobre este livro de Chico Xavier. Entre elas, vale destacar a análise demonstrando que, no contraponto desta idéia de Paraíso, o livro também apresenta a idéia de que o Brasil, paradoxalmente, seria o “purgatório das almas” para cá trazidas. Além disso, Silva discute a representação simbólica da “Árvore” que seria transplantada; discute a “intencionalidade espiritual” da “descoberta do Brasil”, entre outras análises.

Aproveitaremos o elemento simples de bondade, o coração fraternal dos habitantes destas terras novas, e mais tarde, ordenarei a reencarnação de muitos espíritos já purificados no sentimento da humildade e da mansidão, entre as raças oprimidas e sofredoras das regiões africanas, para formarmos o pedestal de solidariedade do povo fraterno que aqui florescerá, no futuro, a fim de exaltar o meu Evangelho, nos séculos gloriosos do porvir. Aqui, Helil, sob a luz misericordiosa das estrelas da cruz, ficará localizado o coração do mundo! (XAVIER, 1990, p. 23-24. Grifos nossos).

Assim, determinando o futuro daquelas terras e dos povos que nela habitavam – ou, que passariam a habitar – Cristo teria então planejado o encontro, a “confraternização” daquelas diferentes “raças”: para povoar ainda mais essas terras, e, por outro lado, para forçar o contato das “raças evoluídas cientificamente” com as “raças ignorantes”, teria optado pelo regime de escravidão. Por meio desse regime, forjaria a “evolução” material e espiritual dessas diferentes “raças”, o que, conseqüentemente, traria o “progresso” necessário para a edificação daquelas terras. Os jesuítas também seriam chamados para fazer parte dessa empreitada. Estes teriam como missão trabalhar para a redenção e a defesa das almas pagãs dos “habitantes simples” daquelas plagas. Enfim, tudo estava previsto nas “amorosas determinações” de Cristo.

Isaia, em seus estudos sobre a temática religiosa, sobretudo a respeito do espiritismo,⁵⁹ demonstra que no final do século XIX, as idéias de “evolução”, “progresso” e “ordem” foram os pilares da doutrina espírita francesa. Quando essa doutrina chegou ao Brasil, tais pensamentos encontraram ressonância, visto que “ordem e progresso” eram os *slogans* da futura república brasileira. *Slogans* que também guardavam certo parentesco com os trabalhos dos primeiros intelectuais do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Para alguns desses intelectuais (como Martius, em seu livro *Como se deve escrever a história do Brasil*, ou Varnhagen, com sua obra *História Geral e do Brasil*) a idéia de “progresso” ganhava evidência na medida em que defendiam a ação civilizadora de Portugal como atitude exemplar, atribuindo a ela o mérito de ter garantido o “progresso” e a “evolução” das “raças” formadoras da nacionalidade brasileira. Segundo Isaia, esses autores não só influenciaram a historiografia de sua época, como também, nos anos posteriores, continuaram inspirando o trabalho da intelectualidade, sobretudo, da Hierarquia Católica do Brasil. Assim, como conseqüência dessa influência, na década de 1930, ainda perdurava a visão do país como fruto da ação catequizadora e civilizadora de Portugal e da Igreja. Ou seja,

⁵⁹ Entre os textos de Isaia sobre esse assunto, ver: *Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de Umbanda no Brasil da primeira metade do século XX* (1999); *Trabalho e Conciliação Social na Obra dos Intelectuais de Umbanda* (2000); *Espiritismo, utopia e conciliação social* (2001); *Allan Kardec e João do Rio: os jogos do discurso* (2003); e, *A Hierarquia Católica Brasileira e o Passado Português* (2003).

essas idéias ainda permeavam no imaginário brasileiro, vigorando nos discursos e nas obras de diversos pensadores brasileiros (ISAIA, 2003, p. 244-245).⁶⁰

Observa-se que essa interpretação histórica também estava presente na obra de Chico Xavier. Este, embora fosse espírita, possuía conduta moldada nos exemplos católicos de santidade (STOLL, 1999). Assim, por falta de tempo e da necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, costumava renunciar aos prazeres da vida. Mas, de um deles ele não abria mão: o gosto pela leitura. Deste modo, talvez, a história do Brasil fosse um estilo literário de sua predileção. Assim, *Brasil, Coração do Mundo, pátria do Evangelho* (atribuído ao espírito do poeta Humberto de Campos), será neste trabalho, também concebida como uma obra fruto do seu tempo.

Como já aludido, o livro enfatiza, sobretudo, a importância da ação cristã portuguesa e, assim, considera que essa ação visava, especialmente, a “confraternização” e “catequização” dos povos. A obra ainda justifica com eufemismos a implantação da escravidão e o sentido desta para a “regeneração” das “raças” que para essas terras foram levadas. Em síntese, trata-se de um livro que ratifica a necessidade da colonização para que ocorresse o “progresso” e a “ordem” da generosa “Terra de Santa Cruz” e a “evolução espiritual” do seu povo. Assim, defende que, somente por meio desse caminho, traçado pelo Cristo, é que essa nação, em formação, poderia se transformar naquilo para qual fora projetada: ser a “Pátria do Evangelho de Jesus”.

Uma outra característica deste livro, que contribui para concebê-lo como fruto de seu tempo, se encontra ao longo de sua narrativa, onde se percebe apropriações – às vezes, sutis, outras nem tanto – das *representações da mineiridade*. Estas se iniciam no capítulo intitulado *A Civilização Brasileira*, onde o narrador, ao descrever a importância de cada região que se formava no Brasil, assim se referiu ao estado mineiro:

(...). São Paulo e Minas de hoje foram as regiões escolhidas como as duas fontes poderosas que guardariam o potencial de energias orgânicas da terra, formando os primeiros indícios da etnologia brasileira. As águas do Paraíba do Sul e as de todo o percurso do São Francisco ainda constituem roteiro singular, onde se descobrem **os característicos mais fortes do povo fraternal da terra do Cruzeiro**. Cada Estado do Brasil tem a sua função essencial no corpo ciclópico da pátria que representa o coração geográfico do mundo; mas, em São Paulo e em **Minas Gerais se assentaram, por determinação do invisível, os elementos indispensáveis à organização da pátria esplendida**. Ambos serão ainda, por muito tempo, as **conchas da balança política e econômica da nacionalidade e os dínamos mais poderosos de sua produção**. Obedecendo aos elevados propósitos do mundo oculto, ambos ficaram irmanados junto ao cérebro do país, por indefectíveis disposições do determinismo geográfico, que os reúne para sempre. Os Espíritos infelizes e

⁶⁰ Sem dúvida, a publicação de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (2000), é exemplar nesse sentido, visto que sua obra enfatiza a “confraternização” ocorrida no encontro das “três raças”, defendendo essa ação catequizadora da missão portuguesa.

perturbados, inimigos da obra de Jesus, que, entretanto se converterão um dia ao supremo bem (...), agem de preferência nos bastidores administrativos dos dois grandes Estados brasileiros, provocando a vaidade dos seus homens públicos, levantando tricas políticas e conduzindo-os, muitas vezes, a lutas fratricidas e tenebrosas, no sentido de atrasar os triunfos divinos do Evangelho, no coração de todas as almas (XAVIER, 1990, p. 63. Grifos nossos).

Este trecho é emblemático visto que nele pode-se perceber, nitidamente, a apropriação da prática discursiva discutida no capítulo anterior. Assim, a região de Minas (apresentada, juntamente com a de São Paulo) é apontada como parte orgânica indispensável ao corpo da pátria. Ao falar do rio São Francisco, sutilmente, sugere que o roteiro que este faz dentro de Minas seja comparado à espinha dorsal deste corpo. Quanto ao povo mineiro, este é apresentado como fraterno e equilibrado, certamente, o que sugere, também, que esse equilíbrio é o que lhe dá o seu senso de ordem e de responsabilidade com os rumos políticos da nação. Responsabilidade, que, de acordo com a (res)significação desta leitura, havia sido determinado pelo plano espiritual. No entanto, se mazelas e lutas fratricidas ocorreram entre mineiros e paulistas, estas tramas não foram planejadas, mas urdidas pelos inimigos ocultos, que visavam atrasar “os triunfos divinos do Evangelho”.

Para Silva, essa visão do livro *Brasil, Coração do Mundo...*, associada à idéia da nação como um “corpo”, fazia parte do discurso político em voga na época do Estado Novo. Deste modo, este livro, não apenas se apropria desta visão, como também acrescenta

(...) um elemento novo a esta representação: *a alma*. Pois, se, como Alcir Lenharo observou, a nação era associada à idéia de corpo e de totalidade orgânica (1986: 16), o Espiritismo estava fornecendo uma *alma* a este corpo. Assim, como para os espíritas, cada indivíduo possui um corpo e uma alma, a nação (e, portanto, sua história) também teria duas realidades: uma terrena e outra espiritual. A existência espiritual do indivíduo precedendo e determinando a existência corporal, fornecia elementos para compreender a nação. A imagem de um corpo/nação, necessariamente uno, engendra a necessidade de explicar a função de cada uma das partes (SILVA, 2004, p. 47).

O discurso acentuando a importância de São Paulo e Minas foi retomado em um capítulo intitulado *As Bandeiras*. Nele, o narrador retratou como foi o planejamento desse movimento pelos espíritos do “plano superior”. Assim, consta que Ismael – mensageiro espiritual a quem Cristo teria delegado a função de “zelador dos patrimônios imortais da Terra do Cruzeiro” – havia conclamado as “almas heróicas” que “chegavam aos espaços depois do primeiro contacto com a vila de Piratininga” para “regressarem à luta terrestre”. Teria dito Ismael a estes espíritos:

– Meus irmãos (...) regressareis dentro de breves dias aos núcleos de trabalho estabelecidos no planalto piratiningano. (...) agora, levareis mais longe a vossa coragem e o vosso heroísmo. **Penetrareis o coração da terra do Cruzeiro**, rasgando as sombras de suas florestas imensuráveis. Com a vossa dedicação, novas atividades serão descobertas e novas possibilidades hão de felicitar a existência dos colonizadores do país, onde nos desvelaremos pela conservação da bandeira de Jesus,

desfraldada lá sobre todas as frentes e sobre todos os corações. (...). Muitos de vós conhecereis a **penúria e o sofrimento; sacrificareis** a fortuna e os afetos mais santos da família, **para construirdes a base do porvir [no solo mineiro] com as lágrimas abençoadas dos vossos martírios e das vossas renúncias exemplares. Vossa tarefa [missão] será rasgar as selvas remotas, patenteando o ouro depositado no seio da terra generosa** (XAVIER, 1990, p. 91. Grifos nossos).

Especialmente neste trecho, pode-se ainda observar as *representações da mineiridade* sendo (res)significadas dentro da lógica espírita, apresentando Minas como o “coração” do corpo chamado Brasil. Daí, toda sua riqueza: terra generosa, dadivosa, em cujo seio foi depositado ouro – ação que, certamente, também foi planejada pelo plano espiritual. Essa narrativa mítica procura ainda destacar que estes “heróicos bandeirantes”, antes mesmo de renascem no orbe terrestre para cumprir o “plano divino”, foram conscientizados das agruras das suas missões. Estas seriam compostas por *sofrimentos, sacrifícios e renúncias*. A ambição – desenfreada e incosequente – em busca do ouro é vislumbrada como uma necessidade para mobilizar aqueles espíritos a se aventurarem a abrir clareiras e levarem para aquelas terras os germes da civilização.

Em outros trechos, o narrador chega a cogitar a possibilidade desses homens, durante essa jornada missionária, virem a ser severos e até mesmo a cometerem crueldades uns contra os outros. No entanto, essas atitudes – diante da grandeza da obra empreendida – teriam sua razão de ser, ou seja, seriam empreendidas por uma causa santa.⁶¹ Para ilustrar esse pensamento, vale destacar a mensagem que Ismael teria transmitido a Fernão Dias, quando este bandeirante, depois de cumprida sua missão nas terras mineiras estava prestes a retornar para a “pátria espiritual”. Fernão Dias receava a justiça divina, pois, em peleja com seu próprio filho, ordenou-lhe a morte. Diante desse temor, Ismael assim teria lhe dito:

– Irmão, as quedas, com as suas experiências sombrias, constituirão os degraus do teu caminho para as mais gloriosas ascensões espirituais. **Atrás dos teus passos florescem cidades valorosas no coração das matas virgens, e os que recebem os teus benefícios abençoam o teu esforço e a tua energia perseverante** (XAVIER, 1990, p. 94. Grifos nossos).

Em virtude dessas palavras consoladoras, Fernão Dias teria aberto os olhos pela última vez e, então:

⁶¹ Outra explicação que essa leitura tenta transmitir é a de que os homens que se envolviam nessas causas e que, por ventura, viessem a sofrer alguma “queda”, esta, por sua vez, também teria sua razão de ser. Enfim, eles não estariam cometendo-as em vão, visto que esses atos tinham sua explicação: baseando-se na concepção espírita, esses atos eram justificados dentro da lei das “provas e expiações”. Assim, a cada encarnação, os espíritos, num processo de evolução, resgatariam ou pagariam suas dívidas conforme seus atos pregressos. Deste modo, todos aqueles espíritos que estavam sendo “convidados” a participar daquela empreitada, estariam apenas cumprindo um projeto pré-existente para cada um deles, conforme a lei de causa e efeito. Deste modo, essas “quedas” constituiriam os “degraus” da própria “evolução” desses homens, portanto, não necessariamente, configuraria em um crime injustificável aos olhos da “plêiade espiritual”.

(...). Uma lágrima pesada e branca lhe corre pelas faces emagrecidas; **mas sobre o seu coração paira a bênção cariciosa da terra dourada das minas**, e sentindo-se na posse das verdadeiras esmeraldas do seu grande sonho, o ínclito batalhador regressa de novo à vida do Infinito (XAVIER, 1990, p. 94-95. Grifos nossos).

Os fins minimizavam as atrocidades dos meios. Assim, cabia à “generosa terra mineira”, em sinal de agradecimento, derramar suas bênçãos sobre os corpos daqueles que lhe propiciaram, também generosamente, o tão propalado “progresso”. Desta maneira, nessa narrativa, as atrocidades cometidas pelos bandeirantes na região aurífera eram atenuadas em nome dos propósitos divinos empreendidos nessa ação: habitar, desenvolver e fazer progredir – mesmo à custa “de sangue e de morte” – a região considerada como o coração da pátria, parte vital deste corpo/nação. Corpo, cuja alma tinha fins nobilíssimos: tornar-se “Pátria do Evangelho”. No entanto, para que tal fim fosse alcançado era necessário manter a sua unidade. Aliás, a respeito dessa unidade, o narrador fazia questão de enfatizar que:

(...). **Só o Brasil conseguiu manter-se uno e indivisível na América**, entre os embates políticos de todos os tempos. É que a mão do Senhor se alça sobre a sua longa extensão e sobre as suas prodigiosas riquezas. O coração geográfico do orbe não se podia fracionar (XAVIER, 1990, p. 33. Grifos nossos).

Por isso, certamente, qualquer ação que propusesse a fragmentação do “Cruzeiro”, colocaria em xeque a proposta de torná-lo um “Celeiro do Mundo”. Deste modo, torna-se interessante observar que, ao comentar a respeito das revoltas ocorridas entre o final do século XVII e início do XVIII (tais como a *Revolta de Beckman*, no Maranhão e a *Guerra dos Mascates*, em Pernambuco, ou a *Guerra dos Emboabas*, em Minas), estas foram generalizadas e apresentadas como manifestações “nefastas”, “fratricidas”. A leitura que se faz dessas revoltas e que se tratavam de movimentos “revolucionários”, como se esses estivessem a propor o rompimento com a Coroa (sendo esta, inclusive, a visão que a historiografia da década de 1930 possuía sobre esses movimentos⁶²). Deste modo, estas revoltas seriam as causadoras de um desnecessário derramamento de sangue, pois, de acordo com esta narrativa, a independência do Brasil já havia sido planejada por Ismael. Sendo assim, caberia a este “guia espiritual” escolher a hora e a pessoa certa a dar a essa pátria a sua tão desejada liberdade, sem que ocorressem lutas, mortes e fragmentação do seu território. Nesta perspectiva, essas revoltas apresentavam-se como movimentos que ofereciam

⁶² Como atesta a historiografia atual, estes movimentos não tinham como propósito questionar a autoridade nem romper com o pacto colonial. No entanto, neste livro, esses “movimentos nativistas” foram, assim como outros acontecimentos, interpretados à luz da historiografia da década de 30, isto é, de acordo com a visão da época em que foi publicado.

perigo ao desmembramento do corpo/nação, portanto, ações que contrariavam os interesses divinos para o porvir desta terra.⁶³

Um outro movimento digno de comentário neste livro foi a Inconfidência Mineira. Neste trabalho, acredita-se que foi, sobretudo, o tratamento especial dado a essa conjuração e a apropriação das características míticas em torno da “missão política” do “povo mineiro”, o que possibilita empreender sobre este capítulo uma análise enfatizando as apropriações das *representações da mineiridade*.

Obviamente, do ponto de vista histórico, esse capítulo – como todos os outros – recebeu uma análise bastante semelhante a que a historiografia da época lhe concedia. Portanto, apesar de ser apresentada como uma manifestação regional que propunha justamente o rompimento da capitania de Minas com a Coroa Portuguesa (o que ocasionaria o seu desmembramento da colônia brasileira), esta revolta recebeu um tratamento diferenciado: enquanto os “movimentos nativistas” foram tratados de forma genérica, tendo sido ressaltado o seu “caráter fratricida”, a Inconfidência foi tratada com exclusividade e esse mesmo caráter foi citado em tom bastante ponderado. Aliás, o tom de ponderação foi mantido em todo o capítulo. Neste caso, a proposta do rompimento foi justificada, demonstrando a justeza desse movimento:

(...). Por esse tempo, o Brasil sofria o máximo de vexames, no que se referia ao problema da sua liberdade. **A capitania de Minas Gerais, que se criara e desenvolvera sob a carinhosa atenção dos paulistas, era então o maior centro de riquezas da colônia**, com as suas minas inesgotáveis de ouro e diamantes. A sede de tesouros edificara Vila Rica nos cumes enevoados e frios das montanhas, reunindo-se ali uma plêiade de poetas e escritores que sentiriam, de mais perto, as humilhações infligidas pela metrópole portuguesa à pátria que nascia. **A verdade é que em Minas se sentia, mais que em toda a parte, o despotismo e a tirania**. O clero, a magistratura e o fisco, juntos aos ambiciosos que aí se estabeleceram, apossavam-se de todas as possibilidades econômicas, presas de criminosa ânsia de fortuna. (...).

Eram então numerosos na Europa os estudantes brasileiros, os quais de lá voltavam ao país saturados dos princípios filosóficos de Rousseau (...). Por toda a capitania mais rica da colônia, desdobram-se quadros dolorosos da miséria do povo, esmagados pelos impostos de toda natureza. (...). **Em Minas, porém, uma elite de brasileiros considera a gravidade da situação. Intelectuais distintos se sentem compenetrados da maioria da pátria**, que ao seu ver, poderia tomar as rédeas dos seus próprios destinos (XAVIER, 1990, p. 118. Grifos nossos).

Anunciado o cenário em que essa conjuração teria ocorrido, a narrativa prossegue demonstrando que os homens que a haviam planejado eram intelectuais, portanto, homens de “razão

⁶³ Para Silva, essa idéia de unidade territorial brasileira também estava relacionada a “à antiga idéia de Paraíso (...). Se aqui haveria de ser o Paraíso, coração do mundo, é evidente que não poderia se fragmentar, repetindo o que ocorrera no passado [quando Adão desobedeceu e quebrou a unidade com Deus]” (2004, p. 52). Assim, as relações paraíso/corpo/nação correspondiam a unidades indivisíveis.

suprema”. Destaca-se, nesse momento, o pedido de ajuda que esses conspiradores teriam feito a outros estados, inclusive, a São Paulo. Sem êxito, a propaganda mineira prosseguia sem esmorecimentos:

(...). Embriagados pela concepção da liberdade política, mas, dentro dos seus triunfos literários, afastados das realidades práticas da vida comum, os intelectuais mineiros não descansaram. Idealizaram a república, organizaram seus símbolos, multiplicaram prosélitos das suas idéias de liberdade; porém, no momento psicológico da ação, os delatores (...) levaram todo o plano ao visconde de Barbacena, então Governador de Minas Gerais. **O governador age com prudência, a fim de sufocar a rebelião nas suas origens**, e expedindo informes para que o Vice-Rei Luís de Vasconcelos efetuasse a prisão do Tiradentes no Rio de Janeiro, prende todos os elementos da conspiração em Vila Rica, depois de avisar secretamente aos seus amigos do peito, simpatizantes da conjuração, quanto à adoção de tais providências, para que não fossem igualmente implicados (XAVIER, 1990, p. 120-121. Grifos nossos).

Se, por um lado, o narrador sugere que essa revolta se formou em função de motivos justos, por outro, o tom deste trecho acima denuncia a cumplicidade do autor desta narrativa com a ação empreendida pelo governador das Minas, quando este reprimiu a conspiração que ainda se encontrava “nas suas origens”. A narrativa prossegue seu curso. Depois de presos, os conjurados aguardavam o julgamento e a execução da pena. No dia seguinte, após a leitura da sentença, a rainha decidia pela modificação da mesma. Assim, descreve o momento em que somente Tiradentes havia sido levado para o cadafalso:

(...). **O mártir da inconfidência**, depois de haver apreciado, angustiadamente, a defecção dos companheiros, **reveste-se de supremo heroísmo. Seu coração sente uma alegria sincera pela expiação cruel que somente a ele fora reservada**, já que seus irmãos de ideal continuariam na posse do sagrado tesouro da vida. **As falanges de Ismael lhe cercam a alma leal e forte, inundando-a de santas consolações** (XAVIER, 1990, p. 121-122. Grifos nossos).

Este trecho também é emblemático. Nele observa-se como esta narrativa, formulada no livro *Brasil, Coração do Mundo...*, se apropriou da mítica construída em torno de Tiradentes: o ícone da mineiridade. Endossar essa mítica, falar sobre ela, ritualizá-la, parecia ser uma forma de contribuir para a sua permanência. Tanto a imagem do “herói cívico” – mistificada pela historiografia do século XIX, e, depois, endossada pela classe política, transformando-o em um “mártir-cristão” –, quanto às características míticas que foram criadas a partir da derrota da Inconfidência e associadas à imagem deste “mártir”, foram perfeitamente incorporadas a essa narrativa. A associação da idéia de que este foi um movimento revolucionário, mas também ordeiro, estava implícito. Desta maneira, percebe-se como todas essas representações que pertenciam ao imaginário mineiro (e à

historiografia da década de 1930) se imbricavam com as crenças concernentes à doutrina espírita, urdindo-se e transcendendo às tramas apresentadas nesse capítulo sobre a “Inconfidência Mineira”.

Portanto, a idéia que se queria transmitir era a de que, após Tiradentes ter experimentado instantes de sofrimento, por se ver só, recebendo a pena como se fosse o único culpado, ele não se revoltou porque seu ardor patriótico (que o caracterizava como um revolucionário) somou-se a um fervor religioso, demonstrando sua compreensão sobre a sua missão cristã, enfim, sobre a mística que o envolvia, daí, a necessidade da ordem. Desta forma, inspirado por Ismael, o mártir logo abandonou o sentimento de dor para dar vazão a uma “alegria sincera”, visto que teria tomado consciência do sentido do seu sacrifício: renunciar sua vida em favor da liberdade, da ordem e do progresso de toda uma nação.

De um modo geral, observa-se que esse capítulo elabora uma narrativa mítica que, ao obscurecer a análise histórica, entrelaça, com desenvoltura, as tramas humanas aos desígnios espirituais. Nesta perspectiva, essa narrativa tem como desfecho a cena em que Ismael, o guia da “Terra do Cruzeiro”, aproxima-se de Tiradentes, no momento em que este estava para morrer. Neste instante, esse “anjo bom” recebe:

(...) em seus braços carinhosos e fraternais a alma edificada do mártir.

– Irmão querido – exclama ele – resgatas hoje os delitos cruéis que comeste quando te ocupavas do nefando mister de inquisidor, nos tempos passados. Redimiste o pretérito obscuro e criminoso, com lágrimas do teu **sacrifício em favor da Pátria do Evangelho de Jesus. Passarás a ser um símbolo para a posteridade, com o teu heroísmo resignado nos sofrimentos purificados. Qual novo gênio surges, para espargir bênçãos sobre a terra do Cruzeiro, em todos os séculos do seu futuro.** Regozija-te no Senhor pelo desfecho dos teus sonhos de liberdade com as suas obras (XAVIER, 1990, p. 122. Grifos nossos).

Enfim, a impressão que fica com a leitura deste capítulo é que, ao se apropriar deste mito fundante das *representações da mineiridade* – e, ao (res)significar a imagem de Tiradentes – essa narrativa procura, de fato, transcendê-la: mais do que um “herói cívico” ou, mais que um “mártir-cristão”, Tiradentes adquire *status* de “guia espiritual”, a espargir, para todo o sempre, as suas “bênçãos” sobre a “Terra do Cruzeiro”. Mais uma vez, os desígnios celestes não só se mesclavam, mas, acima de tudo, se sobrepunham às tramas humanas. Assim, Tiradentes, como guia, transformava-se em um “gênio inspirador”, passando a compor a “plêiade celestial” que zelaria pelos rumos do Brasil. Inclusive, para essa “plêiade”, a independência do país estava prestes a acontecer, porém, isso ocorreria “sem os abusos criminosos das lutas fratricidas”, pois:

(...). Se o Brasil se aproxima da sua maioridade como nação, ao influxo do amor divino, **será o próprio Portugal quem virá trazer, até ele, todos os elementos dessa emancipação política, sem**

o êxito incerto das revoluções feitas à custa do sangue fraterno, para multiplicar os órfãos e as viúvas na face sombria da Terra... (XAVIER, 1990, p. 122. Grifos nossos).

Deste modo, como “gênio inspirador”, Tiradentes teria recebido a “missão”, não apenas de acompanhar, mas, especialmente, de promover, sob a sua própria inspiração, a independência do Brasil. Essa determinação partiu da voz de Ismael, guia do Brasil, que – em um “conclave espiritual”, realizado no mesmo espaço físico onde se localizava o Colégio Piratininga, composto de inúmeros “heróis das lutas maranhenses e pernambucanas, mineiros e paulistas” – assim teria se expressado:

(...). O nosso irmão, martirizado há alguns anos pela grande causa, acompanhará D. Pedro em seu regresso ao Rio e, ainda na terra generosa de São Paulo, auxiliará o seu coração no grito supremo da liberdade. **Uniremos assim, mais uma vez, as duas grandes oficinas do progresso da pátria, para que sejam registradoras do inesquecível acontecimento nos fastos da história. O grito de emancipação partiu das montanhas e deverá encontrar aqui [São Paulo] o seu eco realizador** (XAVIER, 1990, p. 158. Grifos nossos).

A análise deste trecho sugere que a seguinte leitura: de Minas partia o grito que traria o “progresso” e que garantiria a “ordem” da pátria brasileira. Por isso, a liderança mineira era fundamental para equilibrar e guiar os rumos do país. Mas, se Minas estava ali, a participar daquele momento glorioso da história do Brasil, isso ela devia a São Paulo, que havia possibilitado a sua existência. Daí sua constante parceria, sua conciliação com as forças políticas paulistas. Assim, nada mais justo do que render a este estado suas devidas honras. Nesta representação simbólica, mais uma vez essas “duas grandes oficinas” se uniam para, juntas, liderarem os rumos da nação brasileira. Desta maneira, também, não seria nada mais justo do que, oferecer a Tiradentes, a honra de promover, em “espírito”, aquilo pelo qual ele renunciou a sua vida: a independência da sua pátria. Assim:

(...). Tiradentes acompanhou o príncipe nos seus dias faustosos, de volta do Rio de Janeiro. Um correio providencial leva ao conhecimento de D. Pedro as novas imposições das Cortes de Lisboa e ali mesmo, nas margens do Ipiranga, quando ninguém contava com essa última declaração sua, ele deixa escapar o grito de “Independência ou Morte!”, **sem suspeitar de que era dócil instrumento de um emissário invisível, que velava pela grandeza da pátria**” (XAVIER, 1990, p. 158. Grifos nossos)

Sem haver a preocupação com o obscurecimento da análise histórica – e, nem sendo intenção deste trabalho prosseguir na análise da narrativa de todo o livro – sem dúvida, o que mais chamou a atenção no encerramento deste capítulo, foi o desfecho que ele reservou para esse mito da história de Minas e do Brasil: embora morto e esquartejado, Tiradentes foi apresentado como um

herói indelével, cujo espírito espargia-se, zelando pelo destino da pátria brasileira. Desfecho este previsível para um livro publicado em um momento no qual a literatura mineira – respaldada num fluxo histórico que também foi mitificado – fazia questão de esbanjar a sua mineiridade. Sendo assim, como não encontrar nesta obra uma representação do mineiro como um povo cristão, libertário e ordeiro? Deste modo, supõe-se que a representação que predominou neste capítulo foi a de que o mineiro é um povo que se sacrifica e que se renuncia, se preciso for, à própria vida. Isto porque ele tem como “missão” um propósito maior: salvar, libertar e apontar os rumos políticos da sua grande nação.

Desta maneira, tendo em vista tal representação, acredita-se que, na continuidade deste trabalho, seja relevante demonstrar a participação de Minas no campo espírita brasileiro, a fim de analisar se, nesta época, essa representação também se encontrava presente nos discursos das lideranças espíritas deste estado.

3. A CONSTRUÇÃO DA “MINAS ESPÍRITA”

A idéia da unificação dos Espíritas partiu de Minas Gerais. Partiu do Primeiro Congresso Espírita realizado de 16 a 24 de junho de 1944 (...). Em São Paulo, no Congresso de 5 de novembro de 1948, que de regional alterou-se para nacional – Congresso Brasileiro de Unificação Espírita – o tema foi o mesmo, porque o mesmo era o anseio de todos. (...). Minas Gerais compareceu representada por digna e heróica representação. Aliás, a que, juntamente com a do Rio Grande do Sul e de São Paulo, mais teve o que fazer. E a unificação é, ainda, para mineiros e paulistas, o ideal de hoje e de sempre.

Leopoldo Machado

3.1 INSERÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE MINAS NO CAMPO ESPÍRITA

BRASILEIRO

Os estudos que tratam do espiritismo francês demonstram que os fenômenos que deram origem ao Kardecismo iniciaram na primeira metade do século XIX, na América do Norte, em função de alguns acontecimentos envolvendo a família *Fox*. Ou melhor, envolvendo duas irmãs, Katherine, de 9 e Margareth, de 12 anos, moradoras da aldeia de Hydesville, do Condado de Wayne. Elas, que diziam escutar pancadas nas paredes, passaram a alegar que aquele barulho tratava-se de código usado pelos mortos para se comunicarem com o mundo dos vivos.

Tais fenômenos passaram a virar objeto de curiosidade e de divertimento. Da América, eles se expandiram para a Europa, onde, passaram a ter outras modalidades. Nas festas dos grandes salões europeus, por exemplo, passou a ser comum assistir ao “movimento aleatório das mesas girantes e falantes”. Para alguns, esses fenômenos tornaram-se um modismo e divertimento, mas

para outras, foram consideradas “paranormais”, por isso, logo se transformaram em objeto de estudo. Inclusive, um dos que se interessou por esse fenômeno foi o francês Hippolyte Leon Denizard Rivail, que, ao pesquisá-lo, criou sua teoria: o espiritismo. Ao publicar seus livros adotou o pseudônimo de Allan Kardec.⁶⁴

Na segunda metade do século XIX, da França, esse movimento chegou até o Brasil, onde se disseminou de forma vertiginosa. Em um balanço bibliográfico, logo se constata que, no Brasil, os debates acerca desta temática há tempos vêm sendo realizados por várias áreas do conhecimento: a Antropologia e a Sociologia,⁶⁵ por exemplo, já desenvolveram importantes investigações a respeito dessa prática religiosa, analisando-a a luz de suas reflexões teóricas. A História – na maioria das vezes, dialogando com essas áreas – também tem lançado seu olhar para essa temática, procurando compreendê-la, sobretudo, a partir das suas práticas e representações.⁶⁶

Então, a partir da análise das pesquisas que abordam esta temática, pode-se concluir que foi um pequeno grupo formado, sobretudo, por imigrantes franceses – que ainda se mantinham ligados ao seu país e viviam sob a influência das principais correntes científicas migradas da Europa⁶⁷ – é que introduziu tal doutrina no Rio de Janeiro. De acordo com Santos,

(...) [os livros, as idéias e] as práticas do espiritismo chegaram da França ao Brasil fazendo o mesmo caminho que já tinha servido para aqui disseminar as mesas girantes, das quais no país já se dava notícia em 1853. [Mas,] o interesse pelo espiritismo foi além das mesas girantes e tampouco ficou restrito aos membros da colônia francesa (...) difundindo-se por setores das elites do país, notadamente, na capital do Império e na Bahia (SANTOS, 1997, p. 11).

Na Bahia, o movimento espírita teve tal desenvoltura que em pouco tempo provocou a ira da igreja local. No entanto, enquanto essas leituras se disseminavam no estado baiano, provocando ardentes conflitos com os clérigos, na capital federal, a euforia e o modismo arrefeciam-se. Porém,

⁶⁴ Segundo Giumbelli (1997), Rivail nasceu em 1804, em Lyon. Foi aluno de Jean-Henri Pestalozzi, assim, tornou-se um educador liberal. Era leitor de Rousseau e escreveu uma série de obras nas áreas das ciências sociais e exatas. Quanto ao espiritismo, publicou cinco obras, que ficaram conhecidas como *O Pentateuco Kardecista*. São elas: *O Livro dos Espíritos*, 1857; *O Livro dos Médiuns*, 1861; *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, 1864; *O Céu e o Inferno*, 1865; e *Gênese*, 1868 (SILVA, s/d).

⁶⁵ Ver entre outros: GUIMBELLI (1997); LEGOY, (2000); SANTOS (1997); STOLL (1999).

⁶⁶ Ver entre outros: DAMAZIO (1994); FERNANDES (1993); ISAIA (2003); SILVA (2002).

⁶⁷ Entre essas correntes se encontrava o positivismo, o cientificismo e o darwinismo. O magnetismo mesmeriano, a prática do hipnotismo e do sonambulismo, da homeopatia, entre outros, eram práticas que, nesta época, também se difundiam pelo país e se mesclavam com as práticas de curas religiosas (SILVA, 2002, p. 37-49).

anos depois, por volta de 1870, ressurgia no Rio de Janeiro o interesse pelo espiritismo. Desta vez, essa crença religiosa voltava com força e dinamismo total.

Com o tempo, essa doutrina foi se alastrando para o resto do Brasil, propagando-se, principalmente, na região sudeste, entranhando e mesclando-se às práticas populares. Aliás, a respeito desse assunto, muitos estudiosos já demonstraram que a predisposição cultural do país em aceitar, e até mesmo amalgamar o encontro da prática kardecista⁶⁸ com as outras já existentes (ameríndias, africanas e européias que também evocavam “entidades”) facilitou a popularização e a disseminação dos “grupos familiares”⁶⁹ e dos centros espíritas pelo país afora. Esses grupos ou centros, normalmente, surgiam de iniciativas de indivíduos, que, de acordo com a herança e com a miscigenação cultural que apresentavam, optavam por uma “linha doutrinária”⁷⁰ (o que não impedia da adoção de outras, ou do sincretismo entre elas), possuíam suas normas de conduta, seus métodos, seus estatutos. Enfim, constituíam-se e difundiam-se, como uma sociedade civil adequadamente legalizada (SANTOS, 1997, p. 31). Deste modo, em função da autonomia que possuíam, apesar das muitas semelhanças, cada centro definia seu funcionamento, sua prioridade de trabalho.

Diante das várias modalidades da prática espírita, o que se sabe é que, por serem multifacetadas, plurais e dinâmicas, a adoção, ou a rejeição de uma ou de outra contribuiu para o surgimento de divergências e disputa de poder dentro do incipiente – e disforme – movimento espírita brasileiro. Assim, diante desse cenário, como propor a “unificação do movimento”, ou melhor, como pensar na homogeneização e na padronização das práticas espíritas nesse campo que,

⁶⁸ De acordo com Giumbelli, estas práticas se realizavam por meio dos estudos e discussões doutrinárias quanto também, por meio das atividades mediúnicas. Nestas, os “indivíduos teriam suas faculdades identificadas (...) e moldadas segundo orientações prescritas, por exemplo n’O livro dos médiuns de Kardec”. Essas também consistiam em práticas de doutrinação aos considerados “espíritos sofredores”, isto é, a orientações diversas a fim de que esses deixassem de sofrer em vão e assim, reconhecessem sua condição de “desencarnado”, aceitando a morte como uma passagem para uma nova etapa de sua “evolução” espiritual e em recebimentos de mensagens doutrinárias atribuídas aos espíritos. Outra modalidade da mediunidade se configurava nas práticas terapêuticas que, por sua vez, eram praticadas pelos médiuns receitistas (pessoas que afirmavam receberem “inspiração espiritual” de médicos já falecidos para receitarem aos doentes remédios homeopáticos ou alopáticos) como pelos “médiuns de cura”, aqueles que atendiam aos doentes impondo-lhes as mãos para “doarem” a eles “fluido vital” a fim de restaurarem a saúde.

⁶⁹ Muitas vezes, por não terem sede própria, o grupo idealizador de um centro reunia-se nas residências de seus líderes e membros, formando os “grupos familiares” (SILVA, 2002, p. 78).

⁷⁰ A grande maioria, por meio do desenvolvimento da mediunidade, trabalhava com a prática da incorporação (posseção de um indivíduo atribuída aos espíritos), porém, alguns centros permitiam a manifestação de espíritos de “pretos velhos” e de “caboclos” para darem orientação; outros, apenas aceitavam que essas orientações viessem dos chamados “espíritos superiores”. Alguns só estudavam as obras de Kardec, enquanto outros também aceitavam os livros de Rustaing. Uns, dedicavam-se mais aos “trabalhos de desobsessão” e de “cura mediúnica”. Havia aqueles que se dedicavam mais às “experiências científicas” da doutrina, enquanto outros davam mais ênfase aos “estudos evangélicos”.

além das divergências internas, ainda tinha contra si a oposição do clero, de alguns cientistas e da justiça? Enfim, como liderar um movimento dessa natureza?

No final do século XIX, enquanto essa prática se disseminava entre os grupos populares, paralelamente, disseminava-se também nos espaços intelectualizados da sociedade carioca. Em pouco tempo, indivíduos pertencentes à classe social de destaque (profissionais liberais, maçons,⁷¹ militares, políticos) passaram a se dedicar às leituras dos livros de Kardec e às práticas espíritas. Compunha-se, nesse espaço, uma pequena *elite fundadora* do espiritismo no Brasil (ISAIA, 2003), formada por pessoas que ocupavam “posições relativamente privilegiadas, o que garantia aos grupos de que eles participavam a possibilidade de se beneficiar de recursos, conhecimentos e redes de relações, valiosos em determinadas circunstâncias” (GIUMBELLI, 1997, p. 62-63).⁷²

A disseminação destes estudos e práticas dentro desse grupo social deu origem aos primeiros centros de renome na capital federal. Em 1873, por exemplo, surgia o *Grupo Confúcio* que, dentre outras atribuições, foi o responsável pela tradução de algumas obras de Allan Kardec no Brasil. Da dissidência deste grupo em 1876, surgiu a *Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade*. A partir deste ano, em função das divergências nas maneiras de praticarem e conceberem a nova doutrina, esses grupos foram se dividindo, às vezes, deixando de existir ou dando origem a vários outros grupos.⁷³

Segundo Damazio, já neste momento, começava a se delinear claras diferenças no modo de conceber a doutrina, vindo a constituir basicamente duas correntes dentro desse movimento: “científicos” *versus* “místicos”.⁷⁴ Divergências internas à parte, em geral os grupos vivenciavam os

⁷¹ Sobre a relação entre os espíritas e os maçons ver ISAIA, (2001) em seu texto *Espiritismo, Utopia e Conciliação Social*.

⁷² Na bibliografia indicada nesta pesquisa, são citados como participantes desses grupos nomes de políticos renomados como Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e Alcindo Guanabara, militares de alta patente como Ewerton Quadros, médicos e advogados de prestígio como Bezerra de Menezes, Joaquim Carlos Travassos, Bittencourt Sampaio, Antonio Luiz Sayão, entre inúmeros outros.

⁷³ Entre eles pode-se citar: Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade, 1879; Sociedade Espírita Fraternidade, 1880; Grupos de Estudos Evangélicos, 1880; Grupo Espírita Fraternidade e Humildade, 1881. Cf. DAMAZIO (1994, p. 105); GIUMBELLI (1997, p. 62).

⁷⁴ Os “místicos” recebiam esse nome em função da sua opção em privilegiar a parte cristã e evangélica da doutrina. Por sua vez, esses se subdividiam em Kardecistas e Rustanistas, por optarem respectivamente ou pelo evangelho espíritas segundo Kardec, ou pelas interpretações de Roustaing. Segundo Damazio, essa querela interna perdurou por longos anos dentro desse movimento. (DAMAZIO, 1994, p. 105-110) Discutindo sobre esses conflitos, Giumbelli afirma que boa parte da literatura que versa a respeito da história do espiritismo no Brasil, aponta que um dos principais papéis assumido pela *Federação Espírita Brasileira*, seria o de tentar “unificar” o recém-criado movimento espírita a fim de apaziguar as possíveis divergências surgidas no interior deste. Isso porque quando essa doutrina emergiu na França, embora seus praticantes propusessem “conciliar” os estudos científicos com a religião cristã, enfatizavam o papel científico e filosófico de sua doutrina. Tendo em vista esse dado, alguns estudiosos, inclusive Damazio, afirmam que,

ataques de seus opositores: tanto o clero como alguns intelectuais se indispunham com o espiritismo por ele arrogar para sua doutrina o *status* de “religião cristã” e de “ciência”. Assim como ocorria na Bahia, também no Rio de Janeiro estouraram alguns conflitos dentro do recém-criado movimento espírita carioca, sobretudo, com a igreja católica – até então considerada religião oficial do país e que, por isso, alegava professar o “verdadeiro cristianismo”. Enfim, tratava-se de um cenário onde, a partir de então, conflitos, disputas de poder e lutas de representação tornaram-se uma constante entre espíritas e católicos não só na capital federal, mas, de um modo geral, em todo o Brasil.⁷⁵

Tendo em vista esse panorama, certamente, tornava-se tarefa complexa para qualquer instituição ter como meta a “unificação do espiritismo” no Brasil. Mas, foi justamente a isso o que se propôs a *Federação Espírita Brasileira* – instituição fundada no Rio de Janeiro, em 1884. De acordo com Giumbelli, a princípio, quando a *FEB* surgiu, apresentou como finalidade apenas divulgar o espiritismo e, para isso, contou com o jornal *Reformador*.⁷⁶ No entanto, a sua criação foi apontada por vários estudiosos como “um esforço no sentido da articulação entre os grupos então existentes no Rio de Janeiro, como se sua principal razão de existência fosse a de assumir, diante deles, uma função de representação” (1997, p. 63). Discordando dessa teoria, em sua pesquisa Giumbelli concluiu que de “federativo” e de “brasileira” esta possuía somente o nome visto que, em seus primeiros anos de vida, sua função restringiu-se a servir de meio propagador da doutrina. Tempos depois é que, realmente, a *FEB* passou a lutar para se tornar uma instituição respeitada e reconhecida pelo meio espírita, vindo a reivindicar para si o papel de “órgão representativo” do recém-criado “movimento espírita carioca”.

quando esse movimento começou a se constituir no Brasil (mais especificamente no Rio de Janeiro), com o passar dos anos, essa proposta de “conciliação” teria se desfeito, como se houvesse se formado duas facções: uma propondo que o espiritismo priorizasse os fenômenos considerados científicos; outra defendendo que os espíritas se dedicassem basicamente aos estudos do evangelho cristão. Polemizando com essa literatura, Giumbelli procura demonstrar que embora existissem divergências, essas não devem ser consideradas como uma dicotomia, dando origem a uma compreensão de que havia duas correntes totalmente opostas – mesmo porque, as fronteiras entre elas se apresentavam bastante tênues. Desta maneira, seria mais prudente compreender que a diversidade nas maneiras de praticar e interpretar a doutrina, possibilitava a construção de uma síntese. Daí, o constante uso dos termos “ciência religiosa”, ou vice-versa, nos discursos dos membros do movimento espírita para se referirem a sua doutrina (GIUMBELLI, 1997, p. 71-72).

⁷⁵ Sobre os conflitos e as lutas de representações entre espíritas e católicos ver trabalho de ISAIA (2001) *Hierarquia católica e religiões mediúnicas no Brasil da primeira metade do século XX*. A respeito das disputas e poder e saber entre espíritas, católicos e médicos também ver ISAIA (2005), em seu texto *O catolicismo pré-conciliar brasileiro e as religiões mediúnicas: a recorrência ao saber médico-psiquiátrico*.

⁷⁶ “Tratava-se de um jornal publicado quinzenalmente desde janeiro de 1883 e que tinha uma coluna dedicada ao espiritismo. Na verdade, em sua quase totalidade era ocupado por assuntos a ele relacionados (...). Quando a FEB é criada, o Reformador passa a ser seu órgão de imprensa, veiculando o conteúdo de suas discussões e decisões”. (GIUMBELLI, 1997, p. 63).

Para Giumbelli, a compreensão dessa mudança de postura da *FEB*, necessariamente, passa pela questão da legitimação da sua doutrina no solo brasileiro. Isto significa dizer que quando o espiritismo começou a se desenvolver no Brasil, logo pretendeu se afirmar como doutrina religiosa e científica. Daí, ao tentar legitimar-se como ciência, obviamente, teve que enfrentar as resistências de alguns intelectuais, entre eles, médicos, juristas e jornalistas. Estes, assim como os clérigos, também associavam o espiritismo às práticas religiosas populares e, portanto, defendiam que os cultos espíritas se incluíam no rol das “práticas mágicas”. Essas perseguições se intensificaram, de fato, a partir do ano de 1890, justamente quando foi implantado o Código Penal, que, dentre outras finalidades, teve como objetivo repreender certas práticas culturais por meio dos artigos 156, 157 e 158. Estes artigos, de uma forma geral, condenavam o “exercício ilegal” das curas consideradas “mágicas”, as quais, segundo o Código, atentavam contra a saúde pública da sociedade brasileira.⁷⁷

Foi, então, a partir deste momento, que a *FEB* – dirigida ora por militares, ora por médicos e advogados de renome da sociedade carioca⁷⁸ – utilizou-se de seu prestígio frente às autoridades policiais e passou a alegar que seu intuito era também o de proteger e defender os espíritas, orientando e prestando serviços legais aos adeptos que sofressem perseguições judiciais. Desta maneira, passou a assumir não só a função de propagadora da doutrina, mas também, passou a tomar para si o papel de representante do movimento espírita carioca. Em pouco tempo, já arrogava também o papel de liderança do movimento nacional.

Ainda objetivando defender os espíritas das acusações de curandeirismo, charlatanismo, dentre outros crimes prescritos no novo Código, líderes do movimento – principalmente ligados à *FEB* – reagiram, contestando as leis impostas. A partir daí, como argumento de defesa, tentaram distinguir suas práticas das “práticas mágicas”, as quais desqualificavam, também considerando-as como “magia”, “feitiçaria”, etc. Embora reconhecessem algumas semelhanças entre suas práticas com essas outras, argumentavam que o espiritismo diferenciava-se delas pelo “rigor científico” utilizado em suas experiências, o que garantia sua distinção e o afastamento das “calúnias” e “difamações” sobre “ocultismo” e “magia negra”.

Aliás, respaldando-se em Bourdieu (1999), pode-se também compreender esta ação da *FEB* em pretender, através de seu discurso, controlar um saber popular – e, daí, transformá-lo numa

⁷⁷ Sobre esse assunto ver: DAMAZIO, (1994); GIUMBELLI, (1997); ISAIA, (2005).

⁷⁸ O primeiro presidente a tomar posse nesta instituição foi o major Ewerton Quadros, que ficou no comando da *FEB* até 1888. Segundo Damazio, por ser um admirador de Roustaing, foi Quadros quem traduziu para o português o polêmico livro *Os Quatro Evangelhos*.

“prática científica” – como uma forma de obter um poder simbólico sobre as mesmas. Nesse sentido, pode-se entrever também neste recurso uma forma eficaz para transformar uma prática cultural em discursos. Discursos que – na disputa para se ter o poder de controlar a “verdade” – vão gerar conflitos doutrinários, daí, ocorrerem lutas e disputas de poder, tanto com as outras religiões, (disputando-se espaço dentro do campo religioso brasileiro em nome da difusão e imposição de suas “verdades”); quanto dentro do próprio campo espírita (numa disputa pela normatização das práticas e pela liderança do movimento).

Retomando a questão sobre o empenho da *FEB* para legalizar sua doutrina por meio da distinção da prática espírita em relação às práticas mágicas, o que se percebia era que essas alegações utilizadas não configuraram em nenhuma mudança do Código Penal. Por isso, percebendo sua atitude inócua, esses líderes espíritas adotaram uma outra estratégia para tentarem obter do poder judiciário – e toda a sociedade brasileira – o reconhecimento e a legitimação de sua doutrina. Buscando novos caminhos, perceberam que, a partir desse Código, ficava explícito uma “incompatibilidade entre a condenação ao ‘espiritismo’ e a promoção da liberdade de consciência e de crença que faziam parte da plataforma republicana que constavam do projeto de Constituição então em avaliação” (GIUMBELLI, 1997, p. 84). Deste modo, a partir de um novo discurso, esse movimento passou a trilhar um outro percurso para atingir sua legitimidade: perceberam que o caminho a ser traçado deveria argumentar que, acima de tudo, a verdadeira identidade do espiritismo se encontrava em seu aspecto doutrinário.

Enfim, tratava-se de mostrar que o Código Penal – ao perseguir esses fiéis – estava não só sendo incoerente com a proposta da Constituição, promulgada em 1891, como também estava desrespeitando o direito e a liberdade dos cidadãos brasileiros em escolherem e praticarem suas crenças religiosas. Assim, a mudança no discurso da *FEB* estava diretamente relacionada à implantação do novo Código, pois:

(...) a reivindicação do caráter ‘religioso’ da ‘doutrina espírita’ representava a escolha de uma via de legitimação bem fundada. Isto é, não se tratava apenas de uma forma possível de definir um conjunto de concepções e práticas oportunizadas pelo seu sistema conceitual, mas de uma interpretação que poderia ser aceita por aqueles a quem cabia julgá-las (GIUMBELLI, 1997, p. 116-117).

Foi diante desses acontecimentos (ou seja, a partir do momento em que a *FEB* começou a lutar pela aceitação e legalização da sua doutrina e, simultaneamente, a partir também do momento em que passou a reivindicar o papel de liderança do movimento que surgia) é que essa instituição passou a cobrar a filiação de todas as instituições espíritas: fosse da capital federal ou de outros

estados. Em se tratando dos outros estados, a *FEB* começou a incentivar a criação de Federações Estaduais⁷⁹ para que essas, filiadas a ela, também contassem com a filiação dos centros espíritas espalhados em seus estados. Assim, estes estariam ligados a ela por meio dessas representantes estaduais. Desta forma, a *FEB* passou a afirmar que, somente deste modo ocorreria a organização do movimento, visto que assim ela poderia dar aos adeptos da doutrina, a assistência judicial necessária em casos de impetração de processos criminais.

Em síntese, foi esse modelo de “unificação” (baseado na filiação dos centros a uma instituição estadual e essa, por sua vez a ela) que a *FEB* passou a defender. Em outras palavras, foi nesse momento que a *FEB* começou a por em prática um discurso em prol da “unificação da família espírita”. A justificativa era simples: uma vez que essa “família” se unisse sob a sua égide, vindo a normatizar e uniformizar as práticas espíritas, evitariam que os espíritas sofressem com processos na justiça.⁸⁰ Mas, caso fossem processados, se filiados a *FEB* (ou a uma instituição federativa estadual), poderiam contar com a proteção destas instituições para se livrarem desses processos e professarem em paz sua doutrina.

No entanto, além dessa justificativa, existe uma outra possibilidade de análise quanto à atitude da *FEB* em querer tomar para si o papel de representante do movimento: mais do que querer defender os fiéis espíritas das perseguições do novo Código, estava em jogo saber aproveitar as circunstâncias desse momento para minar a pretensão de outras instituições que, assim como ela, ao nascerem, pretendiam também disputar a representação do movimento espírita.⁸¹ Na verdade,

⁷⁹ Em outubro de 1904, em uma festividade em comemoração ao aniversário de Kardec, a *FEB* havia conseguido reunir um número de representantes de grupos espíritas de todo o país. Estes acabaram aprovando um documento que ficou conhecido no meio espírita sob o título de *Bases de Organização Espírita*, que para Giumbelli, “significou um novo esforço de unificação institucional e de normatização doutrinária” (1997, p. 181). Neste documento, a *FEB* pedia para que esses estados se organizassem e criassem suas federações estaduais, para que essas, filiadas a ela, contribuíssem para a organização e unificação do movimento.

⁸⁰ Segundo Giumbelli, “Não por acaso, nesse mesmo período, a *FEB* promoveu uma série de conferências, visando, segundo nota do *Reformador*, ‘dar uniformidade aos trabalhos dos grupos’. Bezerra de Menezes, em sua exposição, relacionou esse objetivo à questão de federarem-se os grupos” (GIUMBELLI, 1997, p. 111). Bezerra assumiu a presidência da *FEB* em 1895. Até hoje ele é considerado um espírita de renome nacional: médico e político, aproximou-se do espiritismo por volta de 1875, mas só assumiu publicamente sua crença em 1886, daí, associou-se a *FEB*. Para Damazio, teria sido em sua gestão que a *FEB* teria desenvolvido a maior campanha em prol da “unificação da família espírita”. (DAMAZIO, 1994, p. 109-119). No entanto, Giumbelli adverte que apesar dessa fama de “unificador”, na verdade, “muito pouco de seu projeto de ‘unificação’ foi concretizado: nenhuma adesão à *FEB* foi registrada e nem esta procurou investir ostensivamente em um trabalho de disciplinarização dos grupos” (GIUMBELLI, 1997, p. 119-120). Mas, será anos depois, por volta de 1904, quando a *FEB* enfrentava nova onda de perseguição judicial é que ela vai se apresentar, de fato como representante do movimento espírita, portanto, modelo institucional a ser seguido.

⁸¹ Na verdade, antes de a *FEB* arrogar para si o papel de representante do movimento espírita, em 1889, havia surgido no interior dessa própria instituição o *Centro Espírita do Brasil*, (para os centros da capital federal “adesos” a ela, a *FEB* chegou até a ceder seu espaço para que esses ali realizassem suas reuniões), cuja presidência foi assumida pelo próprio

sobretudo a partir de 1900, os conflitos entre a *FEB* e os vários grupos existentes, passaram a ser constantes vindo a gerar acirradas disputas, não só dentro do campo espírita carioca, mas, dentro de todo o campo espírita brasileiro.

Como já comentado, ao se propor a defender e a representar o movimento nacional, também estava entre as prioridades da *FEB* impor uma normatização da prática mediúnica e doutrinária. Desta forma, passou a apresentar-se como “instituição modelo”, pregando em seu discurso a necessidade dos centros espíritas ou das Federações Estaduais não só a ela filiares-se, mas também, realizarem, preferencialmente, as mesmas atividades e os mesmos procedimentos adotados por ela (GIUMBELLI, 1997, p. 109-119). Em síntese, por meio de lutas de representação, a *FEB* tentava normatizar, disciplinar e distinguir suas práticas daquelas populares, consideradas “mágicas”, ou que se aproximassem de algum ritual católico. Deste modo, não só tentava controlar o movimento, como, acima de tudo, se impunha a ele como sendo a única instituição legítima capaz de representá-lo.

Ao analisar esse assunto, Santos afirmou que essa proposta da *FEB*, de se tornar a “representante” do espiritismo brasileiro, tratava-se de um projeto ambicioso, então, para levá-lo à frente,

(...) [essa instituição necessitou] definir qual o modelo de representação do espiritismo [pretendia encampar]. Isso foi feito num encontro do movimento espírita do Rio de Janeiro realizado no começo de 1889. Decidiu-se que o espiritismo brasileiro seria organizado numa base federativa, como, aliás, o nome da FEB sugeria (SANTOS, 1997, p. 19).⁸²

Entretanto, o primeiro passo um pouco mais efetivo, com vista a atingir esse objetivo, foi dado com a elaboração de um documento assinado durante uma assembléia, ocorrida no ano de 1904, entre a *FEB* e algumas agremiações estaduais. Este documento – intitulado *Bases de Organização Espírita* – representou um importante marco dessa tentativa porque não só visava à

presidente da *FEB* na época, isto é, por Bezerra de Menezes. Este centro afirmava ser sua intenção promover a “unificação” do movimento carioca. Para Giumbelli, o nascimento desse centro foi o primeiro momento em que se percebe no Brasil a elaboração de “uma proposta que articula a formação de um núcleo centralizador com o projeto de uma normatização doutrinária” (GIUMBELLI, 1997, p. 109). Porém, nem esse centro, muito menos sua proposta vingaram. Anos depois, em 1894, surgiu mais um outro grupo no interior da *FEB*: a *União Espírita de Propaganda do Brasil*, com as mesmas pretensões que o citado anteriormente. Logo este também declarou ter como objetivo o fortalecimento dos “laços de solidariedade da família espírita”. Obviamente, seu aparecimento também provocou conflitos no interior do movimento carioca (GIUMBELLI, 1997, p. 110).

⁸² Desde os tempos de Bezerra de Menezes – período em que os atritos entre os “científicos” e os “místicos”, assim, como entre os kardecistas e rustanistas já eram evidentes – essa instituição passou a pregar a necessidade da “união do movimento”. No entanto, segundo Santos, durante a época em que presidiu a *FEB*, Bezerra não realizou quase nada de concreto nesse sentido, mas, mesmo assim, o seu nome entrou para a história do espiritismo como o “grande precursor da unificação” (SANTOS, 1997, p. 19).

adesão das instituições existentes, como incentivava a criação de outras instituições estaduais também com funções representativas. Porém, segundo Guimbelli, de um modo geral, esse documento não surtiu um efeito muito significativo, pois não conseguiu mobilizar e ampliar, em grande escala, o número de instituições a ela filiadas. Por esse motivo, a *FEB* prosseguiu em sua empreitada para “unificar” o movimento, isto é, continuou cobrando das instituições a adesão e o reconhecimento de seu papel de líder do movimento espírita brasileiro.

Ao longo dos anos, a *FEB* efetuou diversas mudanças em seus estatutos a fim de garantir a tão sonhada “filiação” das instituições espíritas espalhadas pelo país. No entanto, a resistência e o aparente descaso por parte dessas instituições incomodavam a diretoria da *FEB*, que se queixava, alegando que, para muitas instituições, essas adesões não passavam de uma mera formalidade. Assim, reclamava do descumprimento das normas estipuladas, daí, lamentar pela indisciplina e “aberrações” no que dizia respeito às orientações doutrinárias postas em práticas por muitas das instituições que a ela eram filiadas (GUIMBELLI, 1997, p. 249-50).

Se a idéia da *FEB* era que os estados criassem Federações Estaduais para facilitar a organização e a estruturação do movimento espírita brasileiro (da qual ela queria ser líder, respeitada e reconhecida no interior deste como a *Casa Mater*), certamente, isso não foi uma tarefa fácil. Apesar de seu discurso – e também, de todo o seu empenho, durante, praticamente, toda a primeira metade do século XX –, algumas federações estaduais apresentaram muito mais do que uma mera resistência a sua pretensão. Na verdade, muitas negarem-lhe a filiação. Mais do que isso, muitas se indispueram com a *FEB*: fosse por conta de divergências nas questões doutrinárias, fosse quanto à maneira da *FEB* conduzir o movimento, discordando de sua intenção de querer assumir sozinha o papel de liderança.

Entretanto, na contramão desses acontecimentos, pareciam existir também aquelas Federações Estaduais que não só eram suas filiadas, mas, sobretudo, a respeitavam e ainda, cobravam de outras Federações “co-irmãs” um comportamento de obediência em relação à *FEB*. Esse, pelo menos, foi o caso da *Federação Espírita Mineira* (como já comentado, esta instituição foi fundada em Belo Horizonte, MG, em junho de 1908). Nesta época, tal era sua fidelidade e reconhecimento quanto ao papel da *FEB*, que, inclusive, acatando a sugestão desta, veio a mudar seu nome em outubro desse mesmo ano: de *Federação* passou a se chamar *União Espírita Mineira*. Na análise da documentação, é possível observar que, nos primeiros anos do século XX, a *União* prezou três princípios: sua fidelidade à *FEB*; a busca pelo reconhecimento de sua liderança dentro do

movimento espírita mineiro; e a busca pelo reconhecimento de sua “conduta modelar” perante o movimento nacional.

Retomando o assunto a respeito dos conflitos dentro do campo espírita brasileiro, o que se podia perceber era que, a partir das décadas de 1920 e 1930, esse movimento religioso já não vivenciava atritos ferrenhos entre “místicos” e “científicos”. Isto porque, segundo Giumbelli, nessa época, vinha se consolidando nesse imaginário religioso a idéia de que “não se tratava de negar que o espiritismo deixara de ser uma ‘ciência’, mas que, no Brasil, o mais propício era que ele se desenvolvesse como uma ‘religião’ ” (1997, p. 253). Entretanto, por outro lado, as disputas de poder pela liderança do movimento estavam cada vez mais explícitas.⁸³ Enfim, tudo indica que, nessa época, existia no Brasil um campo espírita bem consolidado.

Assim, considerando que o campo (BOURDIEU: 1999) é o espaço onde os indivíduos e as instituições se enfrentam e se impõem em busca de uma melhor posição dentro da estrutura de poder, o que esperar senão lutas e disputas dentro do campo espírita que se formava no país? Disputas que, por um lado, procuravam modificar a estrutura deste campo, por outro, procuravam mantê-lo.

Deste modo, neste momento, o que se via no campo espírita brasileiro era a composição de grupos que, por se oporem à *FEB* – e às instituições federativas filiadas a ela – procuraram criar outras instituições com o intuito de que essas viessem a concorrer pelo controle do movimento nacional. Foi nesse cenário que, por exemplo, surgiu no Rio de Janeiro, em 1926, a *Liga Espírita do Brasil*, fundada com o mesmo fim que a *FEB*. A justificativa para a sua criação fundamentou-se na alegação de que *FEB* adotava equivocadamente as obras de Roustaing, sendo que a recomendação dessa *Liga* era que se fizesse uso exclusivo das obras de Kardec (GIUMBELLI, 1997, p. 252).

De acordo com Giumbelli, essa *Liga* nasceu da iniciativa de um grupo de representantes de instituições não filiadas e opositoras à *FEB*, que se reuniu no Rio de Janeiro e realizou uma *Constituinte Nacional*. Daí, nasceu

(...) [essa] entidade de caráter federativo à qual poderiam se filiar instituições de âmbito municipal e estadual. A *FEB* mesmo convidada [para participar desse encontro], não se fez representar e justifica sua ausência pela impossibilidade de colaborar ‘na execução de uma obra que é de natureza semelhante a que ela vem de longe procurando efetuar’ (GIUMBELLI, 1997, p. 251).

⁸³ Por volta de 1920, em função da reprovação da *FEB* quanto a manifestação dos “pretos velhos” e “caboclos”, “entidades” de descendência africana e ameríndia, houve por parte de alguns espíritas uma oposição com aquilo que entendiam como um “kardecismo intelectualizado”. Daí proporem a criação de uma religião sincrética. Enfim, daí ter ocorrido o surgimento da umbanda como fruto dessa ruptura (SANTOS, 1997, p. 56).

Para Santos, um outro motivo alegado pelos opositores da *FEB* para a realização dessa *Constituinte* foi a sua insatisfação quanto à falta de ação dessa instituição

(...) quando da reforma parcial da Constituição, ocorrida no ano anterior, ocasião em que uma corrente clerical do poder legislativo havia apresentado emendas favoráveis à Igreja Católica, dispondo sobre o ensino religioso nas escolas e a definição do catolicismo como religião do povo brasileiro. A FEB foi acusada de omissão, e a oposição espírita às emendas que não foram aprovadas, ficou por conta de iniciativas individuais (SANTOS, 1997, p. 54).

Como reação à realização desse encontro que ficou conhecido como *Constituinte Nacional*, a *FEB* convocou, nesse mesmo ano, uma reunião do seu *Conselho Federativo*. Este era formado pelos representantes das associações filiadas (geralmente, residentes na capital federal) e tinha como objetivo discutir o *Regulamento de Adesão*⁸⁴ – documento que havia sido definido pela sua diretoria para normatizar a filiação das entidades. O resultado apresentado nesse *Conselho* pareceu satisfatório para a *FEB*, uma vez que essa havia conseguido triplicar o número de entidades filiadas: de 23, por volta de 1920, passou para 72, no ano de 1925. No ano de 1941, esse número pulou para 330 filiadas. Dessas, 162 eram agremiações diretamente filiadas e 168 estavam ligados por intermédio de suas instituições estaduais (GIUMBELLI, 1997, p. 256).

A despeito desses números, a discordância quanto à “estrutura” do campo religioso espírita proposto pela *FEB* ficou mais explícita na década de 1940. Nesse momento, as instituições representativas do movimento de São Paulo (A *Federação Espírita do Estado SP*, a *Liga Espírita SP* e a *União Espírita Federativa Paulista*), e que, portanto, disputavam entre si a sua liderança, uniram-se e fundaram a *USE*, ou melhor, a *União Social Espírita* (órgão composto pela participação de cada uma das três instituições federadas do estado). Uma vez formada, a *USE* conclamou aos centros do seu estado para reproduzirem

(...) [esse] modelo federativo em escala municipal, formando (...) Uniões Municipais Espíritas, as UMEs. Mais de 550 instituições de todo o Estado aderiram e muitas UMEs começaram a ser

⁸⁴ Somente em 1925, após a criação do *Regulamento de Adesão*, é que a *FEB* teria conseguido um maior êxito no controle sobre as instituições a ela filiadas. Neste regulamento estava previsto uma série de normas que lhe possibilitava um certo controle do movimento. De acordo com Guimbelli, a partir desse *Regulamento* ficava definido que “Todo grupo, direta ou indiretamente filiado à FEB, teria de lhe remeter periodicamente informações sobre sua organização e atividades, além de contribuir monetariamente para uma ‘caixa de propaganda’; a FEB, por sua vez, devia-lhes assessoria jurídica e doutrinária e auxílios materiais, além do envio de obras doutrinárias e do *Reformador*. (...) A fidelidade e pureza doutrinárias deviam se refletir no programa de atividades, necessariamente divididas em sessões públicas (de esclarecimento doutrinário e moral, permitindo-se apenas a manifestação de ‘guias’) e privadas (trabalhos práticos’) e, quando possível, na manutenção de serviços assistências (citam-se ‘caixas de socorros materiais’, ‘gabinetes mediúnicos receitistas’, postos farmacêutico e cursos de instrução escolar)” (GIUMBELLI, 1997, p. 250-51).

estabelecidas. (...). Montada essa estrutura, tratou a liderança espírita paulista de convencer outros estados sobre suas vantagens. Esses propósitos foram definidos em 1947 no Primeiro Congresso Espírita do Estado de São Paulo, que, visando a ‘dinamização da unificação dos demais Estados’, decidiu convocar um Congresso Espírita Centro-Sulino, realizado na capital paulista em 1948, com representantes de 15 Estados (SANTOS, 1997, p. 60).

Assim, foi nesse Congresso – realizado entre os dias 31 de outubro a 3 de novembro de 1948 – que surgiu a “proposta conciliadora” para se efetuar a tão decantada “unificação” do movimento espírita nacional.

A respeito desse congresso, Leopoldo Machado⁸⁵ afirmou que, enquanto as instituições federativas de Minas Gerais (que era filiada à *FEB*), do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, mandaram representantes próprios; outros estados, que também aderiram ao encontro, fizeram-se representar por meio de pessoas que lá estavam presentes.⁸⁶ Machado exemplificou, dizendo que ele próprio representou vários estados do norte do país. Em virtude de um número significativo de representados, esse congresso – que, a princípio, tinha como proposta ser regional – acabou sendo considerado como nacional, passando então, a se denominar *Congresso Brasileiro de Unificação Espírita*.

Apesar de ter sido concebido pelos participantes como um “congresso nacional”, a *FEB* se recusou dele participar, portanto, tratou-se de um congresso que não contou com o aval daquela que arrogava para si o papel de representante do movimento espírita brasileiro. A despeito disso, Machado alegou que a discussão que prevaleceu neste congresso teve como eixo central a “unificação direcional do espiritismo”. Enfim, as pistas deixadas na documentação levam a crer que as teses apresentadas e discutidas visaram – ao menos teoricamente – buscar soluções para as constantes brigas existentes dentro deste campo de forças. Ou melhor, procuravam apontar caminhos para que houvesse conciliação e tomada de rumo dentro do movimento espírita brasileiro (*O Espírita Mineiro*, 31 de dezembro de 1948).⁸⁷

⁸⁵ Como já comentado no capítulo anterior, tratava-se de um paladino do movimento espírita da época, muito atuante na área da educação espírita, inclusive, era proprietário de um colégio em Nova Iguaçu, RJ. Nessa época se envolveu, sobretudo, com os congressos que propunha a discussão sobre a educação dos jovens espíritas. Quanto a sua posição no movimento, a documentação dá pistas de que Machado estava ali como um representante da *Liga Espírita do Brasil*.

⁸⁶ Em um artigo publicado no órgão oficial da *União*, Machado afirmava que os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, não só tinham mandado seus próprios delegados, como também, destacavam-se por serem as maiores delegações. Também relatou que 16 outros estados que não estavam presentes se fizeram representar por meio dos que ali estavam (*O Espírita Mineiro*, 31 de dezembro de 1948).

⁸⁷ Infelizmente, esta edição publicou apenas as teses apresentadas pela *União*, o que impossibilitou uma análise sobre as demais e assim, poder avaliar as possíveis lutas de representação entre as delegações ali presentes.

No que se refere à participação da *União Espírita Mineira* nesse congresso, segundo os dados informados nas atas de sua diretoria,⁸⁸ consta que, apesar da *FEB* ter enviado um telegrama à *União*, prometendo punição caso ela aderisse àquele certame, o presidente da *União*, Camilo Chaves, teria esclarecido os motivos pelos quais sua instituição participaria do congresso. Não foram citados, nesta documentação, quais teriam sido esses motivos. Mas, independente disso, o que se pode concluir é que, nesse momento, a *União* – que até então fazia questão de demonstrar sua subserviência à *FEB* – passou a assumir uma outra postura.⁸⁹ Assim, como delegados da *União*, foram a este congresso, o próprio presidente da casa, Camilo Chaves, o vice, Bady Curi e o presidente do *Conselho Deliberativo* da *União*, Noraldino Castro.⁹⁰

É interessante assinalar que, na edição de 31 de dezembro de 1948, *O Espírita Mineiro* – publicou longa matéria assinada por Leopoldo Machado, informando as deliberações do congresso. Ao relatar sobre as delegações presentes, Machado não mediu seus elogios quanto à participação de alguns confrades que teriam tido “espírito de combatividade em prol da harmonia e unificação que ali se concertavam”. Entre esses, citou os nomes de Noraldino Castro e Bady Curi. Ressaltou também que a presidência daquele evento havia sido entregue “a Minas Gerais, na respeitável figura do venerando Dr. Camilo Chaves”.⁹¹ Há de se supor que o título de ex-senador, ostentado por

⁸⁸ Ver *Livro de Atas*, de 29 de setembro e 13 de outubro de 1948.

⁸⁹ Certamente, isso pode ter a ver com a mudança de diretoria da *União*, ocorrida em 1946. Na verdade, de junho de 1936 a maio 1946, a *União* foi administrada pela diretoria encabeçada ora por Cícero Pereira, ora por Rodrigo Antunes. Esses dois mantinham uma administração muito semelhante à administração do fundador desta instituição, Antonio Lima, cuja principal característica de sua gestão parecia ser sua obediência à *FEB*. Na análise da documentação deste período Pereira/Antunes, por algumas vezes, encontrou-se referências extremamente respeitadas feitas à *FEB*, reconhecendo nela seu papel de liderança. Ficava claro, que mais do que filiada, a *União* se colocava como uma aliada. Essa mesma postura também parecia ter tido a gestão anterior, encabeçada por Antônio Paraíso (1929 a 1934). Nas atas deste período, por algumas vezes também se encontrou na documentação, referências feitas respeitadas ao *Conselho Federativo* da *FEB*, deixando claro que a casa obedecia as suas determinações (*Livro de Ata*, 31 de novembro de 1931; e, 8 de abril de 1934). Quando Camilo Chaves assumiu a presidência, muitas medidas foram tomadas para distinguir sua gestão das anteriores. Assim, é provável que essa mudança de postura, se propondo a ser mais ativo dentro do movimento nacional fizesse parte dos planos dessa nova diretoria. Mas, com essa decisão, talvez, não se possa falar que ela tenha sido uma “afronta” direta à *FEB*, ou, pelo menos não era essa a impressão que Chaves queria causar, visto que no dia 2 de novembro de 1948, ainda em São Paulo, enviou um telegrama à *FEB*, cumprimentando-a em nome da presidência do congresso, referindo-se a ela, como sendo a “veterana Organização Espírita Nacional”.

⁹⁰ Noraldino Castro também era o redator do jornal *O Espírita Mineiro*. Aliás, por seu intermédio, esse jornal (que havia circulado pela última vez, em outubro de 1944, pelas mãos de Cícero Pereira) havia retomado sua circulação em maio de 1948, vindo a sobreviver até dezembro de 1949. Deste modo, a documentação produzida pela *União* em função desta sua participação nesse congresso, foi de fundamental importância para essa pesquisa.

⁹¹ Quanto ao restante da mesa diretora, também destacou que a vice-presidência havia sido indicada a Roberto Michelena (representante da *Federação Espírita do Rio Grande do Sul*) e a ele mesmo, como representante do estado do Rio de Janeiro. A secretaria foi indicada a um representante de Santa Catarina e a outro de São Paulo.

Chaves,⁹² pode ter contribuído para que ele – como um “ilustre” representante das delegações presentes – fosse nomeado presidente do congresso.

Obviamente que, nesta edição, *O Espírita Mineiro* publicou na íntegra as duas teses que a *União* apresentou no congresso como sendo as “Indicações Mineiras ao C.B.U.E”: uma delas tratava-se da proposta, feita por Chaves, sobre a criação de uma Universidade, com um sistema educacional completamente voltado para a juventude espírita. Já a outra tese, tendo como proponente Noraldino Castro, referia-se justamente à criação de uma *Confederação Nacional do Espiritismo*, propondo que:

(...). Indicamos que o Congresso Nacional Espírita, ora reunido em São Paulo, promova, por intermédio de uma comissão de três membros, entendimentos com as Uniões e Federações Espíritas dos Estados do Brasil e da Capital da República, no sentido de se concertar a forma da unificação direcional do Espiritismo, observadas as seguintes condições principais:

(...) 2º – **Organização do Conselho diretor da Confederação Nacional do Espiritismo, que presida, oriente e dirija o movimento espírita no Brasil, à qual se filiarão e prestarão assistência as Uniões ou Federações estaduais.**

3º – O Conselho da Confederação Nacional do Espiritismo será eleito pelas Uniões ou federações filiadas pelo prazo de cinco anos, composto de cinco membros, com exercício na capital da República. (...).

5º – As Uniões ou Federações estaduais será assegurada a direção do Espiritismo nos respectivos Estados e a elas deverão filiar-se as sociedades, centros, ligas espíritas de sua jurisdição. (...).

7º – Realizado seu objetivo, a comissão indicada dará conhecimento de suas conclusões aos membros deste Congresso e sugerirá a conveniência e oportunidade da convocação de um Segundo Congresso Nacional Espírita para o fim de regulamentar a Confederação Espírita Brasileira e eleger o seu primeiro Conselho Diretor.

8º – Com a aprovação dos membros deste Congresso e demais sociedades federadas, que estejam de acordo, a citada Comissão convocará o Segundo Congresso Nacional Espírita para a Unificação do Espiritismo no Brasil. Esta indicação está condicionada ao pensamento da União Espírita Mineira, sem pretensão a imposição de idéias ou programas. Ela aceita e coopera com qualquer outro programa que mais se coaduna com os interesses superiores da Doutrina. O que mais almeja é contribuir para a Unidade Direcional do Espiritismo no Brasil (*O Espírita Mineiro*, 31 de dezembro de 1948).

Como se pode observar, nesta tese, Castro, em nome da *União*, propunha que a partir daquele congresso surgisse uma comissão capaz de promover o entendimento das instituições federativas existentes, além de organizar e marcar um novo congresso. Neste “2º Congresso Nacional”, a *União* propunha que fosse formada uma *Confederação Nacional do Espiritismo*, constituída de um *Conselho Diretor* (formado por 5 membros, eleitos pelas instituições federativas). Diante dessa proposta, percebe-se que o objetivo desta tese era claro: ao propor uma mudança na estrutura do campo espírita nacional, de acordo com esta tese, seria este conselho que passaria a

⁹² No item seguinte, esse trabalho apresentará uma breve biografia de Camilo Chaves.

dirigir e a liderar os rumos do movimento espírita no Brasil, independente de alguma instituição federativa já existente. Assim, é possível supor que a idéia era a de que esse Conselho deveria ficar acima de qualquer instituição.

No entanto, ao sugerir que se criasse um novo órgão representativo do espiritismo no país, a *União* – embora fosse filiada à *FEB* – no mínimo, estava sendo conivente com o “não reconhecimento” da autoridade desta instituição (e do seu já constituído *Conselho Federativo*) quanto ao papel que esta reivindicava para si. Ou seja, ela propunha que esse papel viesse a ser assumido por um outro órgão, certamente, mais heterogêneo, composto por um maior número de líderes espíritas, representantes de todo o país. Diante de tal proposta, é possível crer que a *União* estava propondo, de certa forma, um rompimento com a idéia de “liderança” da *FEB*.

Essa postura da *União* – contrariando a reverência adotada pelos antigos líderes mineiros–, levou alguns membros da casa a reclamarem da direção, inclusive, alertando que aquela participação (e a apresentação da tese) teria soado como uma afronta à *FEB* (*Livro de Ata*, 5 de dezembro de 1948). Segundo os reclamantes, esta instituição teria assumido uma postura de desrespeito contra àquela que até então era reconhecida como a *Casa Mater* do espiritismo brasileiro. Embora a direção da *União* tenha negado tal postura de afronta, a questão é que esta direção não contou com o apoio unânime dos espíritas mineiros quanto a sua participação no congresso de 1948. E, certamente, foi como “traição” que a *FEB* interpretou estes fatos, haja vista que, demonstrando-se ressentida, passou a comunicar aos centros espíritas mineiros o desligamento da *União* de sua instituição.⁹³ (Situação que durou até novembro do ano seguinte, quando, após um acordo assinado entre as lideranças nacionais, denominado *Pacto Áureo*, e que será discutido a seguir, a *União* voltou a afirmar sua adesão à *FEB*).

Entretanto, a despeito desta postura, tudo indica que a *União* parecia se preocupar em transmitir à *FEB* uma outra impressão, pois, é no mínimo intrigante, o fato de *O Espírita Mineiro* ter informado que, durante o congresso em São Paulo, em 1948, o presidente da *União* teve a iniciativa de enviar um telegrama cumprimentando à *FEB*, em nome da presidência do congresso, inclusive, referindo-se a ela como sendo a “veterana Organização Espírita Nacional”. Talvez isso demonstrasse a necessidade de não romper abertamente, mas buscar uma aceitação dessa instituição com o que estava sendo proposto e deliberado naquele congresso. É provável que fosse pretensão da *União* – e, talvez, também de outros congressistas – que a *FEB* se conciliasse com as demais

⁹³ Tudo indica que outras instituições também receberam tal comunicado. Pelo menos, esse foi o caso da *FERGS*, que também foi informada sobre o seu desligamento daquela instituição.

instituições e aceitasse a possibilidade de não ser reconhecida como a única líder do movimento nacional.

Na verdade, essa atitude de Chaves – e do congresso – lembrava uma atitude atribuída ao *habitus*, principalmente, dos políticos mineiros: buscar o consenso, a conciliação entre os grupos adversários.⁹⁴ Deste modo, pretende-se assinalar que Chaves, como ex-senador que era, parecia querer transmitir uma impressão: estava pondo em prática algumas de suas possíveis “habilidades”, seu *habitus*, que o levava a buscar e a propor a conciliação com aquela que se opunha à realização desse congresso.

Em relação à proposta da tese anunciada acima, a *União* alegava que era sua intenção apenas apresentar uma solução que pudesse por fim aos conflitos vivenciados dentro do movimento espírita, ou seja, que seu intuito era “contribuir para a Unidade Direcional do Espiritismo no Brasil”. Tendo em vista que esta proposta parecia implicar no rompimento com a idéia de “liderança” da *FEB*, o que se pode vislumbrar quanto às possíveis intenções da *União* com a apresentação dessa tese? O que de fato estaria em jogo? Somente a *União* fez proposta de se criar um órgão que visasse à representação nacional do movimento?

A análise da documentação demonstra que as instituições que tiveram uma maior participação neste congresso – fosse na proposição de teses ou que intervieram na tomada de decisão – foram: a *União das Sociedades Espíritas de São Paulo* (que, aliás, foi a proponente do congresso), a *Federação Espírita do Rio Grande do Sul*, a *Federação Espírita do Paraná*, a *Federação Espírita de Santa Catarina* e a *União Espírita Mineira*. Além das teses apresentadas pela *União*, *O Espírita Mineiro* não apresentou, na íntegra, as demais teses, apenas fez comentários gerais sobre as mesmas. Desta forma, a partir desses comentários (e, também, a partir de um *Manifesto* redigido neste congresso) é possível ter uma noção a respeito do que propunham as outras instituições. No entanto, não é possível afirmar se foi somente a *União* quem propôs a criação de um órgão que viesse a assumir a representação do movimento ou, se outras instituições também fizeram sugestões semelhantes.

Ao certo, o que se sabe é que Noraldino Castro (como já informado, era, na época, o presidente do *Conselho Deliberativo* da *União*, além de ser o autor da tese proposta pela *União*) em um discurso para as eleições do biênio 1951-1952 (quando concorria ao cargo de presidente de sua instituição), “relembrou” aos seus “correligionários” sobre o papel da *União* neste congresso, daí,

⁹⁴ Segundo Arruda, era comum ver os políticos mineiros desta época “reivindicando a ‘honrosa missão de mediadora entre as forças políticas que se desaviam em contendas acidentais’” (ARRUDA, 1990, p. 221).

afirmou que sua tese “logrou aprovação, parte como sugestão, parte como resolução, graças a nossa interferência na Comissão de teses e **disso resultou um ano depois o Pacto Áureo**” (*Livro de Ata*, 2 dezembro de 1950. Grifo nosso.). Essa afirmação chama a atenção, pois, como será demonstrado, esse “pacto” entrou para a história do espiritismo como sendo o acordo que promoveu a paz e a “unificação de vistas” do espiritismo brasileiro. Isto é, aquele que “salvou” e que deu rumo ao movimento, pondo fim aos conflitos vivenciados no interior deste.

Embora Castro não tenha detalhado em seu discurso em que medida sua tese teria contribuído para essa negociação, subentende-se que sua intenção era demonstrar que o novo *Conselho Federativo* que veio a se formar como resultado deste acordo teria sido fruto da sua contribuição. Deste modo, pode-se observar que em seu discurso, Castro queria transmitir a impressão de que a participação da *União*, neste congresso, foi fundamental para solucionar os problemas do movimento. Nesta perspectiva, é provável que a interpretação pretendida fosse justamente essa: a de que a sua tese, ao propor a criação de um outro órgão (sugestão que, de certa forma, foi acatada), acalmou e conciliou os interesses divergentes e, assim, apontou “os rumos da política espírita brasileira”.

Essa possibilidade de análise também sinaliza para uma outra observação: sendo, ou não, a *União* a única instituição a propor a criação de um outro órgão, a questão é que, durante o congresso, possivelmente, estava em jogo empreender uma luta de representação com as demais instituições presentes e, assim, “demonstrar” qual o papel que lhe cabia naquele congresso.

Como foi anteriormente demonstrado, habitava o imaginário mineiro da época, algumas *representações da mineiridade*, entre elas, a de que os políticos deste estado tinham a “vocação” para liderar os rumos da política nacional. Inclusive, segundo Arruda, “Entre os elementos formadores da constelação mítica de Minas encontra-se a idéia de que os mineiros são portadores da missão de promover a unidade nacional” (1990, p. 215). Considerando essa análise – e, também, as possíveis intenções presentes no discurso de Castro – há de se indagar até que ponto essa representação não estava sendo (res)significada por esse líder espírita da *União*? Questiona-se isso porque, como ainda será demonstrado, ao longo da década de 1950, essa instituição trabalhou para se apresentar como um “modelo institucional” perante as demais instituições federativas, como aquela que apontava os rumos e contribuía para o bom andamento do movimento espírita nacional. Desta maneira, é muito provável que, durante esse congresso em 1948 – ou, mesmo depois dele – fosse intenção desta instituição impor a representação de que a solução dos problemas da “família espírita” havia partido de suas mãos, em função da sua “capacidade” de apaziguar e unificar o

movimento, daí, ser sua “missão” buscar uma conciliação entre as instituições conflitantes a partir da criação de um novo órgão.

Em suma, a partir da indicação desta tese – e dos discursos proferidos posteriormente – pode-se supor que a *União* possuía um interesse a mais naquele congresso: mais do que apontar uma “solução”, talvez, fosse seu interesse ser reconhecida como a instituição que teve habilidade e capital de autoridade para equilibrar e dirigir os rumos do movimento brasileiro. Essa postura, como exposto acima, também estaria acorde com o *habitus* atribuído aos políticos mineiros daquela época, daí, talvez, ter sido apropriado pelos espíritas em seu campo de atuação.

Uma outra questão também parecia estar em jogo: com a formação de uma comissão naquele congresso – visando, posteriormente, a organização de uma *Confederação* – a *União* poderia vislumbrar a possibilidade de ver a liderança do movimento espírita brasileiro sendo compartilhada entre aqueles congressistas. Assim, poderia vislumbrar a possibilidade de obter reais mudanças na estrutura daquele campo. Neste caso, não é exagero supor que se tal comissão tivesse sido formada, muito provavelmente a *União* teria se candidatado para compô-la. Portanto, a “solução” apontada pela *União* poderia ser bastante conveniente, uma vez que, ela própria poderia se habilitar para participar, fosse da comissão que viabilizaria a formação da confederação, fosse para ter um representante entre os membros do conselho dessa *Confederação*.

Enfim, a proposta dessa tese evidenciava três possibilidades quanto às intenções da *União*: 1º) minar ou enfraquecer o papel da *FEB* como liderança do movimento; 2º) entrar para a história como a instituição que solucionou (ou, que ajudou a solucionar) os problemas do movimento espírita brasileiro no período em que ele se encontrava em crise; 3º) obter mudanças na estrutura daquele campo e, assim, vir a participar ativamente do órgão que passaria a liderar a política espírita do país.

Possibilidades à parte, o que se sabe ao certo é que, a princípio, essa comissão não foi ali formada, pois – como se verá abaixo – ficou acertado que a responsabilidade de buscar o consenso e o entendimento entre as instituições não ficaria ao encargo de uma comissão. De modo geral, conforme o *Manifesto* elaborado neste congresso, ficou determinado que:

(...) a Federação Espírita do Rio Grande do Sul, com seu passado de marcantes realizações e como mandatária, coordenasse a Unificação da Família Espírita Brasileira, dentro das normas básicas, traçadas e aprovadas em plenária:

I – Promoverá entendimento com as entidades federativas dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, no sentido de consertar a forma direcional do Espiritismo.

II – Que esses entendimentos sejam feitos em torno de organização federativas existentes, que se adapte como entidade confederativa ou federativa de âmbito nacional.

III – (...).

IV – **Que as Uniões ou Federações estaduais elejam seus representantes** – um por Estado, Distrito Federal ou Território – **para a formação de um Conselho Confederativo ou Federativo Nacional**, com sede na capital da República e mandato de cinco anos.

V – **Que esse Conselho seja presidido pelo Presidente da entidade Federativa que adotar o caráter definitivo do item II**, regulamente e dirija o espiritismo unificado.

Realizado o objetivo constante dos itens enumerados, a Federação Espírita do Rio Grande do Sul sugerirá a conveniência e oportunidade de um Congresso Espírita Nacional, em prazo superior a um ano para o fim de organizar o funcionamento da entidade adaptada. (...).

Ficou assentado que, sob o patrocínio do Congresso, seja fundada uma UNIVERSIDADE ESPÍRITA para ensino em todos os graus. Para o importante empreendimento foi nomeada uma comissão integrada por elementos de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. (...) (*O Espírita Mineiro*, 31 de dezembro de 1948).

Ao se fazer a análise deste *Manifesto*, o que se pode observar sobre sua proposta? Primeiramente, ao contrário do que sugeria a *União*, em relação à formação de uma comissão, foi escolhida uma única instituição para fazer a busca do entendimento entre as instituições conflitantes. Assim, a *Federação Espírita do Rio Grande do Sul* – e não a *União Mineira* – foi reconhecida por seu “passado de realizações”, portanto, com capital de autoridade religiosa suficiente para desenvolver o papel que lhe estava sendo atribuído: buscar acordo, equilíbrio e conciliação dentro do movimento.

Vale ressaltar uma segunda observação: neste *Manifesto*, os congressistas concordavam com a idéia proposta na tese da *União* de que, futuramente, fosse criado um *Conselho Federativo*. Mas, ao contrário do que a tese da *União* propunha quanto ao número de conselheiros, neste *Manifesto* a idéia era de que esse órgão fosse composto, não por cinco, mas por um número maior de membros, contendo um representante de cada estado.⁹⁵ Ou seja, composto por representantes das instituições federativas existentes. Outra diferença se encontrava na idéia de que este Conselho, ao ser formado, viesse a girar em “torno de [uma] organização”, e não que estivesse acima de todas elas, como propunha a tese da *União*. Desta forma, esse órgão gravitaria em torno daquela “que [melhor] se adapte como entidade confederativa ou federativa de âmbito nacional”. Tudo indica que esse *Manifesto* considerava a possibilidade de que uma daquelas instituições, ali presentes, viesse a se adaptar à condição de representante do movimento espírita brasileiro. É provável que isso implicasse em uma subordinação deste órgão a essa instituição federativa escolhida, uma vez que o seu presidente seria, automaticamente, o mesmo presidente desta instituição. No entanto, também, implicava numa descentralização do poder, uma vez que este conselho passaria, juntamente com

⁹⁵ Esse modelo de conselho proposto se assemelhava àquele subordinado à *FEB*. Como já comentado, a *FEB* criou em 1926 um *Conselho Federativo* formado pelos representantes das associações filiadas a ela (GUIMBELLI, 1997, p. 250).

esta instituição, a gerir o movimento. Assim, de forma contrária ao que propunha a tese da *União*, esse órgão estaria ligado a uma instituição e, portanto, não seria totalmente autônomo.

Enfim, apesar da criação deste “novo” órgão, as mudanças propostas para a direção do movimento nacional não se apresentavam muito significativas, pois, o comando central deste movimento continuaria partindo da mão de uma instituição federativa que viesse a ser escolhida. Mas, por outro lado, não é possível afirmar que ele não provocaria nenhuma mudança na estrutura de poder daquele campo. Certamente era possível vislumbrar isso porque existia a possibilidade do comando sair das mãos da *FEB* para ser compartilhado com as demais instituições federativas, o que, de certa forma, provocaria uma descentralização deste campo de poder, não permitindo que este se concentrasse nas mãos de uma única instituição.

Possibilidades à parte, a questão é que as indicações propostas neste *Manifesto* começaram a ganhar corpo, aproximadamente, um ano depois deste congresso realizado em São Paulo. Mais especificamente, começaram a se concretizar durante a realização do *Segundo Congresso Pan-Americano Espírita*, ocorrido no início de outubro de 1949, sediado na *Liga Espírita do Brasil*.⁹⁶ Neste congresso, parecia ser intenção daquele mesmo grupo (formado por representantes das Federações Estaduais de São Paulo, Paraná, Minas Gerais,⁹⁷ Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) apresentarem essa proposta para a direção da *FEB*, a fim de convencê-la a, não só participar do congresso, como também, para buscarem um possível entendimento a respeito dos problemas quanto à estrutura de poder do movimento.

De acordo com o que havia sido previamente acordado naquele *Manifesto*, o primeiro contato ficou ao encargo da Federação gaúcha que, segundo Santos,

(...) [por sua vez,] recorreu à intermediação de Lins Vasconcelos. Empresário e político de renome, Lins de Vasconcelos era um espírita com atuação em vários Estados (...). [Após sua intermediação] os representantes das federações estaduais puderam finalmente se reunir com o presidente da FEB, e, no início de outubro de 1949, as partes celebraram um acordo a que deram o nome de Pacto Áureo. Por ele a FEB ficava no centro do processo de unificação e aceitava a instalação de um Conselho Federativo Nacional com representantes dos Estados. Estabeleceu-se também que a obra de Kardec seria a referência básica do movimento espírita. Nada se disse, porém, sobre Roustaing (SANTOS, 1997, p. 61).

⁹⁶ Como foi comentado, a *Liga*, também sediada no Rio de Janeiro, foi criada por um grupo de opositores à *FEB*, em 1926.

⁹⁷ Representando a *União* foram a esse Congresso Noraldino Castro, presidente do *Conselho Deliberativo*, Bady Curi, vice-presidente e Osório de Moraes, que era presidente do Abrigo Jesus (entidade asilar construído pelo trabalho dos sócios da *União*).

Desta maneira, neste 2º Congresso Pan-Americano, ficou determinada a criação de um novo Conselho Federativo Nacional, porém, a instituição “escolhida” para que este gravitasse ao seu redor, acabou sendo a própria FEB. Este órgão seria diferente

(...) do antigo Conselho Federativo da FEB, cujos participantes eram membros dos órgãos filiados a ela. Esse novo Conselho [seria formado por um representante de cada estado e] teria por atribuição específica a condução da unificação em âmbito nacional, e não se confundiria com a direção da FEB (SANTOS, 1997, p. 60).

Portanto, tudo indica que a solução negociada, e encontrada, não foi o rompimento com a FEB. Ao contrário, o novo órgão foi formado em torno daquela que há tempos vinha lutando para manter aquele campo intacto e, então, obter reconhecimento quanto a sua condição de liderança do movimento espírita brasileiro. Enfim, se o objetivo desses líderes que compunham tal campo era justamente promover uma modificação na sua estrutura, como se pode avaliar, essa mudança ocorreu, visto que os estados, por meio de um representante, passariam a participar das tomadas de decisão do movimento nacional. No entanto, se essa mudança seria muito significativa, essa já seria uma outra questão, pois, assim como antes, a FEB continuaria no topo do poder.

Diante desses dados, tudo indica que essa instituição realmente tinha capital de autoridade religiosa suficiente para fazer a Federação Espírita do Rio Grande do Sul ir ao seu encontro em busca de um entendimento, propondo-lhe um “acordo de paz”. Porém, ao nomeá-la como instituição que coadunaria o movimento, retiraram dela a condição que até então ela reivindicava para si: ser a única liderança do movimento nacional, uma vez que, ao menos teoricamente, essa liderança também caberia ao novo Conselho Federativo. Assim, o que se percebe é que a partir deste “pacto”, o campo espírita brasileiro acenava para a possibilidade de vivenciar uma certa reestruturação, visto que a proposta era de que, a partir daquele momento, a FEB viesse a descentralizar o seu poder sobre o movimento, passando a compartilhá-lo com as demais instituições federativas.⁹⁸

Não é intenção deste trabalho, analisar se, efetivamente, essa descentralização ocorreu, ou não; se, realmente, resolveu os problemas e os conflitos, ou não. Na verdade, levando-se em conta alguns indícios que ainda serão apresentados, acredita-se que os conflitos e, talvez, essa busca pela “harmonia” e “unificação” da “família espírita” em âmbito nacional tenha permanecido. Mas,

⁹⁸ Tendo em vista que constantemente o jornal *O Espírita Mineiro* publicava as súmulas das reuniões do Conselho Federativo Nacional, contendo as tomadas de decisões e as participações das diversas instituições federativas estaduais, o que se pode concluir é que esse Conselho não só se reunia com frequência, mas, provavelmente, também participava de fato das deliberações concernentes ao movimento espírita nacional. Enfim, tudo indica que ele usufruía o poder que lhe era de direito, fazendo valer sua posição na estrutura daquele campo religioso.

embora sejam bastante pertinentes, essas questões não serão propostas nesta pesquisa, visto que dão margem a uma outra investigação.

Ainda sobre a negociação que entrou para a história do espiritismo com o nome de *Pacto Áureo*, é interessante observar que a impressão que ficou é que este tratou-se de um acordo entre algumas instituições espíritas do país, onde a *FEB* não viu alternativa, senão, dele participar. Ou melhor, aderir, visto que o seu reconhecimento de “líder do movimento”, de certa forma, ainda poderia ficar resguardada. Entretanto, tudo indica que foi justamente essa leitura que a *FEB* tentou, *a posteriori*, evitar que se fosse feita sobre este acordo. Pelo menos foi isso que *O Espírita Mineiro*, por volta de outubro de 1958, deixou transparecer. Nesta referida edição foram republicadas várias entrevistas de Antonio Wantuil de Freitas – na época, presidente da *FEB* – concedidas a um jornal carioca. No final, foi apresentado um artigo intitulado *Pacto Áureo*, cujas primeiras palavras já deixavam claro à que vinha:

(...). Há quem insinue nos meios espíritas que a Casa de Ismael, orientadora do movimento espírita em terras brasileiras desde 1884, foi forçada a aderir, em 1949, ao Pacto Áureo e....

A fim de que os historiadores futuros tomem conhecimento da verdade dos fatos, aqui deixamos registradas as principais fases dos sucessos de 1949, tais como se desenrolaram (*O Espírita Mineiro*, agosto-outubro de 1958. Grifos nossos).

Após iniciadas suas explicações, em um dado momento, este artigo afirmou que quando a Federação gaúcha (por determinação do congresso ocorrido em novembro de 1948, em São Paulo) procurou pela *FEB*, apresentou a ela a proposta de que fosse criada uma confederação da qual seria subordinada. Proposta, aliás, recusada pelo seu presidente, Wantuil de Freitas. Tempos depois (mais exatamente no início de outubro de 1949, durante o período em que ocorria o *Segundo Congresso Pan-Americano*), ao ser procurado novamente para tratar desse assunto, Freitas teria recusado receber uma comissão formada somente por representantes paulistas e gaúchos. Porém, aceitou ouvir um grupo formado por representantes também das outras sociedades de âmbito estadual. Deste modo, esse artigo afirmou que, em 5 de outubro de 1949, na sede da *FEB* se encontraram representantes espíritas das instituições estaduais do Rio de Janeiro, de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Após algumas votações, a proposta dos congressistas paulistas, de que se criasse um *Conselho Superior* formado por apenas 3 membros foi recusada por todos que ali estavam. Então, após muitos debates é que Freitas teria

(...) [tirado] do bolso uma folha de papel datilografada e apresentou uma proposta, em nome da diretoria da *FEB*. Lida a proposta, todos os dezoito itens foram unanimemente aprovados e com eles

foi lavrada a Ata da Unificação, posteriormente cognominada de Ata do Pacto Áureo cujo inteiro teor pode ser lido à pagina 243 de ‘Reformador’ de 1949. (...).

Aí tem os nossos amigos a síntese histórica das ocorrências. A FEB não aderiu, ninguém a forçou a coisa alguma, e tais afirmativas só podem partir daqueles que não têm conhecimento dos fatos verídicos.

E desde então, a harmonia se estabeleceu em todo o meio espírita brasileiro, malgrado raras e inevitáveis vozes discordantes (*O Espírita Mineiro*, agosto-outubro de 1958. Grifos nossos).

O discurso explicitado nesse artigo deixa transparecer a cumplicidade da *União* (quase dez anos depois do “pacto”⁹⁹) com a versão da *FEB* quanto aos possíveis fatos ocorridos durante a assinatura daquele acordo. Essa versão destaca o papel da *FEB* como aquela instituição que não só apresentou a melhor proposta na negociação daquele “pacto”, mas, sobretudo, como aquela cuja proposta apresentada prevaleceu e possibilitou o acordo que trouxe “a harmonia para o meio espírita”.¹⁰⁰ Assim, uma década depois de ter apresentado uma tese sugerindo certo rompimento com a idéia de liderança da *FEB* (durante o congresso de São Paulo, em 1948), a *União* demonstrava que novamente reconhecia a autoridade desta instituição e do seu papel na condução do movimento espírita brasileiro – vindo, inclusive, a confirmar a mesma versão sustentada por ela quanto à atuação dela naquele acordo. Talvez, nesse momento (1958), já não fosse conveniente para a *União* ficar arrogando somente para si tal responsabilidade. Talvez, compartilhá-la ou atribuí-la à *FEB* fosse uma maneira de se redimir-se de seu passado e, então, tentar apagar qualquer resquício de mal estar existentes entre elas.

Ainda neste artigo, pode-se também perceber que, para a *FEB* (e, talvez, também para muitas daquelas instituições que participaram da reunião ocorrida em outubro de 1949, inclusive para a *União*), o que parecia estar em jogo não era o resultado desse acordo. Aliás, possivelmente, esse

⁹⁹ Nesse momento Bady Curi, que antes era vice, apresentava-se como o presidente da *União*.

¹⁰⁰ Versão que naquela época – outubro de 1949 –, o órgão oficial da *União* não apresentou. Aliás, na edição em que comentou o resultado do *Pacto Áureo*, a *União* não atribui a sua liderança nem a si, nem a nenhuma instituição, mas ressaltou a decisão da *Liga Espírita do Brasil* (que foi criada para fazer oposição à *FEB*) em ceder e se submeter a um *Conselho* presidido pela *FEB*. Daí, essa *Liga* vir a diminuir suas atividades, que antes também era de âmbito nacional, para se tornar uma instituição de representação local e que também deveria se filiar à *FEB* para, de fato, efetivar a tão decantada “unificação”. A esse respeito assim se referiu *O Espírita Mineiro*: “O movimento de unificação da Família Espírita Brasileira, concretizado no dia 5 de Outubro de 1949, justamente qualificado de ‘áureo’, representa fato tão auspicioso que, dificilmente podemos exprimir o seu relevo! Era justo e indômito anseio que palpitava os corações de quantos se encontravam empenhados na difusão da doutrina em terras do Brasil. Naquele dia em que as bênçãos dos céus desceram até nós, sepultaram-se as incompreensões existentes em todas as casas direcionais. Removeram-se barreiras aparentemente intransponíveis. Tudo se aclarou e pareceu fácil. Mas, pairava no ar interrogação muito séria: A Liga Espírita do Brasil se conformará com a resolução de seu presidente? E, no entanto, ali também venceu, de forma impressionante, o espírito concórdia: ela, em memorável reunião homologou a resolução. E foi a que o mais belo exemplo de renúncia proporcionou aos homens de boa vontade: reduziu as suas atividades ao Distrito Federal, ela, que há mais de 20 anos vinha trabalhando como entidade de âmbito nacional” (*O Espírita Mineiro*, dezembro de 1949).

resultado até tenha significado para a *FEB* certa perda de poder. Também, parecia que o que estava em jogo nem fosse tanto as questões referentes à propalada “unificação espírita”, ou quanto à suposta “harmonia” gerada com aquele acordo. Desta forma, tudo indica que para a *FEB*, a importância daquele evento residia no fato de conseguir transmitir a idéia de ter sido ela a “líder” daquela negociação, como se a importância do *Pacto Áureo* estivesse, justamente, nessa representação. Assim, é provável que para a *FEB*, mais do que ter dado as cartas, o importante era impor a sua versão, ou seja, era construir uma representação onde prevalecesse a idéia de que tal negociação havia sido conduzida por suas mãos. Nessa medição de forças, ganhava o jogo – e a luta – quem conseguisse impor a palavra final sobre os “fatos verídicos” em torno daqueles acontecimentos.

3.2 CONFLITOS E DISPUTAS DE PODER NO CAMPO ESPÍRITA DA CAPITAL MINEIRA (ANOS 1930 E 1940)

Até o momento, foi intenção deste capítulo demonstrar que, ao longo da primeira metade do século XX, o clima vivenciado pelos espíritas brasileiros não era outro senão de conflitos. Como ressaltado, a estrutura de poder deste campo religioso se encontrava composta por indivíduos e instituições que, por estarem desigualmente posicionados nesta estrutura, estavam sempre a medir forças entre si, a fim de galgarem melhores posições dentro do movimento e disputarem a liderança deste movimento.

Se em âmbito nacional esse era o cenário, pode-se supor que, em escala regional, a situação não fosse diferente. Pelo menos, essa parecia ser a situação do movimento espírita mineiro, ou melhor, isso era o que se podia observar, fosse dentro da diretoria da *União* (onde as disputas e as lutas pelo poder se faziam presentes, compondo e tentando forçar mudanças no campo espírita constituído na capital mineira); fosse fora desta *Casa Mater*.

Como já comentado, a *União Espírita Mineira* fazia parte de um projeto do carioca Antonio Joaquim Lima, que chegou a Belo Horizonte, em 1908, para fundá-la. Seu intuito era – assim como ocorria com a *FEB* no âmbito nacional – torná-la uma representante do espiritismo em Minas Gerais. Diante desta pretensão, era de se esperar que a sua presidência – ou, de um modo geral, qualquer

cargo em sua direção – fosse uma conquista bastante disputada pelos seus membros, isto é, pelo corpo de especialistas que a compunham.

Buscando respaldo em Bourdieu (1999), pode-se supor que uma possível disputa pela gestão desta instituição religiosa, não deixava de ter em vista a monopolização das “verdades doutrinárias” que esta instituição apregoava ou, dos serviços e dos bens de salvação que ela disponibilizava. Em outras palavras, seus diretores tornavam-se os detentores exclusivos do capital religioso acumulado por aquela instituição. Portanto, tratava-se de um capital que não estava à disposição de todos, que não tinha uma distribuição justa, mas sim, desigual. Essa situação, obviamente, poderia gerar embates entre agentes na disputa pelo poder da instituição. Enfim, este parecia ser o cenário apresentado pela *União* quando Antonio Lima resolveu a ela retornar, em dezembro de 1934.

Quando Lima deixou a capital mineira, por volta de 1913, Belo Horizonte tinha pouco mais de 10 anos, ou seja, tratava-se de uma cidade recém-fundada, portanto, com uma estrutura ainda em formação. Nas páginas d’*O Espírita Mineiro* não se cogitava o nome de nenhuma outra instituição espírita naquela cidade. Certamente, isso ocorria ou porque esses grupos não existiam, ou, se existiam, porque a *União* os desconhecia, ou não tinha interesse na sua divulgação.

Entretanto, na década de 1930, quando Lima decidiu retornar a essa cidade, Belo Horizonte já apresentava

(...) um acentuado desenvolvimento urbano que transforma[va] a cidade no efetivo pólo econômico planejado quando de sua fundação. As evidências de tal processo são várias: o crescimento físico-espacial da cidade, escapando para além dos limites do traçado original; o aumento significativo da instalação de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços; a quebra do isolamento da cidade em relação a outras regiões do estado e com outros estados através da inauguração de linhas telefônicas, construção de rodovias e ampliação do sistema ferroviário; a expansão da rede educacional (...); o grande aumento do número de habitantes (ANTUNES, 1995, p. 95).

Obviamente, o cenário espírita da cidade também não era o mesmo, visto que havia ocorrido, naquele momento, uma ampliação: a cidade já contava oficialmente com cerca de 9 centros espalhados pelos bairros, sendo que desses, 7 eram filiados à *União*. Apesar disso, a cidade continuava regida por um catolicismo forte, que disputava espaço e poder com as outras religiões, principalmente, com o espiritismo.

Se os tempos, a cidade e o movimento espírita eram outros, da mesma forma, pode-se supor que a *União Espírita Mineira* também não fosse a mesma de antes, daqueles tempos quando Lima foi seu presidente. Mas, por mais que tivesse se passado quase trinta anos de sua fundação, na

análise da documentação,¹⁰¹ o que se pode perceber é a existência de alguns resquícios daquela primeira diretoria,¹⁰² que estavam presentes, pelo menos, no pensamento de alguns diretores que cultuavam as idéias e os projetos daqueles que eram considerados fundadores daquela casa.

A documentação não menciona os prováveis motivos que levaram Antonio Lima a deixar, em 1913, a instituição que fundou em Belo Horizonte e, então, regressar para o Rio de Janeiro. Entretanto, o que se sabe ao certo é que, em dezembro de 1934, aos 70 anos de idade, ele retornava à *União*, justamente, num momento em que essa instituição parecia vivenciar alguns problemas administrativos.¹⁰³ Os motivos alegados para a sua volta, encontram-se registrados nas atas de reunião geral e da diretoria desta instituição. Tratava-se de um retorno que havia desencadeado tramas intrigantes, que evidenciavam conflitos, disputas, jogos de poder e ressentimentos¹⁰⁴ envolvendo os membros da direção desta casa, e que, portanto, tornaram-se dignos de nota.

A trajetória deste líder revelava a singularidade de um indivíduo que, devido à forma como impôs sua visão de mundo, possivelmente, cultivou na *União*, afetos e desafetos. Talvez, este retorno tenha ativado as lembranças que os sócios mais velhos da instituição tinham sobre Lima. Deste modo, é possível que alguns o vissem como um “digno fundador” da entidade que dirigiam. Talvez, outros não tivessem a mesma consideração. No entanto, o que se sabe é que ele estava novamente ali, e, certamente, junto consigo trazia à tona seu passado, ativando a sua própria memória quanto aos seus antigos projetos. E, em se tratando dos projetos, tudo indica que, por conta da dinâmica do tempo e das circunstâncias, Lima retornava repleto de novas idéias. Como afirma Velho, a “Consciência e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e a condução de projetos” (VELHO, 2003, p. 101). Deste modo, se os projetos de Lima iriam ou não ter credibilidade e continuidade dentro daquela instituição, em parte, isso iria depender da memória que foi construída sobre ele

¹⁰¹ Para este item, além do jornal *O Espírita Mineiro*, compõe esta documentação as Atas da diretoria da *União Espírita Mineira*.

¹⁰² Inclusive, um dos fundadores, Felipe Santiago, já falecido, havia se transformado em guia espiritual da instituição, estando ali, de acordo com a crença espírita, a orientar os rumos daquela casa.

¹⁰³ Não é possível afirmar se Lima retornou em outros momentos, pois as atas da instituição começaram a ser elaboradas a partir de 1922, e a elas não foi possível o acesso para essa pesquisa.

¹⁰⁴ O termo *ressentimento* como categoria de análise tem sido trabalhado nas discussões travadas pela história psicosocial e política, vinculados aos franceses, tais como Pierre Ansart, Claudine Haroche, Genevieve Koubi, entre outros. Nesse sentido, para uma melhor compreensão deste termo ver: BRESCIANE, S.; NAXARA (2001).

dentro da *União*. No entanto, isso também iria depender da trajetória que Lima traçaria ali, a partir daquele retorno.

Na análise, sobretudo das atas das reuniões desta instituição, pode-se observar que esse retorno começou a ser orquestrado na eleição da diretoria,¹⁰⁵ ocorrida em junho de 1934.¹⁰⁶ Consta que, nessa reunião, o seu 1º tesoureiro, o professor Cícero Pereira, teria sugerido que se concedesse o título de “sócio fundador remido” a Antonio Lima, que se encontrava, nessa época, na capital federal. A justificativa se respaldava numa cláusula do artigo 6º do estatuto da casa, que dizia que “todo aquele que fizesse uma doação superior à quantia de 1.000\$000 [Hum mil reis] deveria ser sócio remido”, sendo este, então, o caso daquele membro fundador da instituição. Porém, o conselheiro fiscal, Austen Drumond, manifestou-se discordando de Pereira, alegando que a diretoria deveria convocar uma nova reunião para decidir sobre aquela sugestão. Realizada então uma outra reunião, não constou na ata nenhuma menção de discordância dos sócios ali presentes quanto a essa decisão, sendo registrado apenas que havia sido acordado que tal título seria concedido a Lima. Este, após ser notificado do ocorrido, escreveu agradecendo esta honra.

Meses depois, (em uma reunião da diretoria presidida por José Borges, que era 1º secretário), Pereira teria apresentado a proposta de reeditar o órgão oficial da casa, *O Espírita Mineiro*, que se encontrava sem circular há cerca de 23 anos,¹⁰⁷ e informou que Antonio Lima havia escrito se prontificando a colaborar nessa empreitada. Ficou decidido que Pereira, como tesoureiro da casa, apresentaria, numa próxima reunião, um estudo financeiro para se verificar as reais possibilidades da instituição reeditar tal jornal. Deste modo, na reunião de outubro (novamente presidida pelo 1º secretário) ficou resolvido entre os membros presentes que – sob a responsabilidade de Pereira como redator e Lima como diretor – a *União* voltaria a publicar o seu jornal mensal.

¹⁰⁵ De acordo com o que consta em ata do dia 03/06/1934, foram reeleitos: para presidente – o Major Antonio Augusto de Souza Paraíso; para vice – o farmacêutico Rodrigo Agnelo Antunes; para 1º secretário – o Major José Joaquim Borges; para 2º secretária – Da. Gumercinda Santos (depois substituída por J. Matta Simplício); para 1º tesoureiro – o professor Cícero Pereira; para 2º tesoureiro – Garibaldi Bagno; para procuradora – Elizabety Welck (depois substituída por Geraldo Rocha); para bibliotecária – Myrtes Antunes; para conselheiros fiscais – o dentista Austen Drumond, Jovino Silva e Guilherme Oberda. Considerando que se tratava de uma diretoria formada em sua grande maioria por militares e profissionais liberais, pode-se constatar que, assim como em seus primeiros anos de vida, essa instituição era dirigida por uma pequena elite social.

¹⁰⁶ A respeito desses dados ver: *Livro de Ata*, 3 de junho de 1934.

¹⁰⁷ Apesar de em março de 1935 Antonio Lima ter publicado em nome da *União* a revista *O Espírita Mineiro*, anunciando que essa seria uma reedição do seu antigo jornal, sendo também, *porta-voz* da *União*, ao longo desses anos a *União* veiculou um outro órgão de propaganda. Na verdade, de janeiro de 1916 a abril de 1918, a *União* fez circular dentro da imprensa espírita mineira uma revista de propaganda doutrinária intitulada *A Reforma*.

Desde abril de 1934, Antonio Paraíso, presidente da *União*, havia passado uma procuração para que o vice, Rodrigo Antunes, o representasse nas reuniões da diretoria, pois afirmava que, em função de sua frágil saúde, encontrava-se impossibilitado de presidi-las. Por sua vez, Antunes, também vinha se ausentando das reuniões, alegando falta de tempo para presenciar e presidir às mesmas. Essa situação parecia refletir, de um modo geral, nos trabalhos da casa, pois na reunião de outubro, Pereira informou que os guias espirituais vinham chamando a atenção de todos quanto à falta de compromisso com a missão que haviam assumido perante a casa e com a doutrina que ela representava. Não se pode afirmar que tenha sido por conta desta advertência, mas o que de fato se sabe é que o presidente se fez presente na reunião seguinte, no mês de novembro. Porém, justificou-se, dizendo que se não estava cumprindo a todos os seus deveres e comparecendo aos trabalhos era porque seu estado de saúde não lhe permitia. Depois, queixou-se da atitude da diretoria, demonstrando-se ressentido por esta ter autorizado a republicação d' *O Espírita Mineiro* sem o seu consentimento. Mas, após ouvir os argumentos dos outros membros quanto à necessidade de sua reedição, afirmou que acataria a decisão previamente tomada.

Enfim, a partir desta exposição, o que se pode, previamente, concluir a respeito destes acontecimentos? Ainda buscando apoio nas reflexões de Bourdieu (1999), fica evidente a necessidade de conceber essa instituição como um microcosmo dentro do campo espírita de Belo Horizonte. Desta forma, como tal, deve ser compreendido como um espaço que demonstrava ter contornos e posições bem definidas, onde os indivíduos que compunham sua estrutura social tendiam a medir força entre si, atuando e lutando conforme sua posição nessa estrutura. Além disso, a impressão que fica é que o motivo que os moviam e os envolviam nessa luta era a busca pela legitimidade de suas ações, ou melhor, a busca por um capital de autoridade que lhes garantissem prestígio, honra e poder dentro daquele espaço.

Tendo em vista essas reflexões, o que esperar, neste momento, desta instituição religiosa, senão a possibilidade de conflitos dentro do grupo que a dirigia? Na verdade, há tempos a direção desta instituição demonstrava vivenciar conflitos de natureza semelhante e o motivo também não parecia ser outro senão a disputa pela administração daquela instituição. Isto é, a disputa deste poder parecia ser a questão que estava em jogo. Porém, a análise da documentação dá pistas para se pensar que esses conflitos ganharam uma nova dimensão quando a diretoria decidiu aceitar a proposta de

Antonio Lima para retornar a Belo Horizonte, tanto para dirigir o jornal, quanto para expor sua sugestão quanto à criação de uma *Caixa Beneficente*¹⁰⁸ dentro da *União*.

Na primeira assembléia geral¹⁰⁹ em que Lima se fez presente (em 15 de dezembro de 1934), certamente em sinal de respeito a sua condição de “fundador” da casa, ele foi convidado para presidir aquela assembléia. Usando da autoridade que lhe foi outorgada – ou, da autoridade que ele julgava ter – Lima fez um longo discurso chamando a atenção dos membros da diretoria que ali se faziam presentes. Considerando que Pereira vinha atuando como *porta-voz* de Lima diante daquela diretoria, é provável que ambos viessem se comunicando há um certo tempo, daí, era provável também que Lima estivesse inteirado a respeito dos possíveis problemas administrativos que se abatiam sobre a *União*. Talvez tenha sido este o motivo de Lima ter advertido aquela direção quanto ao que achava necessário fazer para que a instituição atingisse a finalidade para a qual foi por ele fundada. Assim, apontou quais os caminhos que acreditava que ela deveria trilhar para que obtivesse o reconhecimento de toda a sociedade belo-horizontina quanto a sua importância naquele meio social. Com base na análise da documentação,¹¹⁰ pode-se supor que Lima repetia ali o mesmo discurso que costumava proferir para os seus antigos confrades, naqueles tempos em que fora o presidente daquela instituição.

É provável que Lima tenha chegado a Belo Horizonte com alguns dias de antecedência para, juntamente com José Borges e Cícero Pereira, compor uma comissão responsável por estudar a reforma do estatuto da casa. Então, nessa assembléia de 15 de dezembro de 1934, Lima como relator, teria apresentado as sugestões para cada capítulo, constando em ata que elas foram, uma a uma, discutidas e aprovadas. Deste modo, não se cogitava nesta ata, se havia, por parte de algum membro, qualquer senão quanto às decisões ali tomadas, constando apenas que teria sido criado um capítulo especial para adequar a incorporação desta *Caixa Beneficente* aos estatutos da instituição. Após essa aprovação, foi lido um expediente assinado por Antonio Paraíso, Rodrigo Antunes e

¹⁰⁸ De acordo com o próprio Lima procurou explicar em uma nota no jornal, essa *Caixa Beneficente* tratava-se da criação de um fundo para socorrer os associados em caso de doença, invalidez ou de morte. Muito semelhante ao *Socorro Mútuo* criado pelas associações católicas, a idéia era também a de recolher dinheiro dos associados para a formação desse fundo (*O Espírita Mineiro*, março de 1935). Pelo que se pode observar por meio da análise de Guimbelli, há tempos, a *FEB* também já havia adotado uma atitude parecida ao criar a *Caixa de Socorro Material* (1997, p. 250-251).

¹⁰⁹ Consta que nessa assembléia estavam presentes, além dos membros da diretoria e do conselho fiscal, 26 sócios quites com suas mensalidades, portanto, de acordo com o estatuto ainda em vigor, um número suficiente para validar as decisões ali tomadas.

¹¹⁰ Ver o jornal *O Espírita Mineiro* do período de agosto de 1908 a julho de 1912.

Cícero Pereira, e que, depois iria ser incorporado como um capítulo a mais nos estatutos da *União*. Tal expediente fazia a seguinte concessão:

(...). O sócio iniciador e fundador da União Antonio Joaquim de Lima, enquanto viver, tenha assento na presidência quando vier a esta capital, podendo a todo tempo orientar a marcha da sociedade, intervindo com a sua velha experiência para solucionar qualquer embaraços e perturbações sociais (*Livro de Ata*, dezembro de 1934).

Como se pode perceber, este expediente tratava-se de um documento que contava com a anuência do próprio presidente da *União*, concedendo ao fundador desta o direito de intervir na administração da mesma. No entanto, é no mínimo interessante observar que, logo após a leitura deste expediente, Antonio Paraíso pediu a exoneração do seu cargo, alegando problemas de saúde, inclusive, sendo, naquele mesmo instante – e com a ajuda de Lima – eleito um novo presidente para dirigir a instituição.

Ainda naquela reunião, Lima teria informado a todos sobre o seu regresso ao Rio, porém, prometendo voltar a Belo horizonte em meados do ano seguinte, para verificar o andamento da *Caixa Beneficente*. No entanto, na análise da documentação, pôde-se constatar que, naquele momento, Lima não deixou a capital mineira, mantendo-se hospedado bem próximo à *União*.¹¹¹ Certamente, como um agravante destes fatos, a partir daquele momento, parecia que os ânimos haviam ficado ainda mais exaltados entre os membros da diretoria. Estes iniciaram uma série de reclamações, quanto àquilo que eles passaram a chamar de “arbitrariedade” de Lima em função de suas atitudes dentro da casa.

De fato, ao se fazer a leitura das atas, a impressão que fica é que Lima, ao participar das reuniões, procurou usar de sua autoridade de “sócio fundador” para dar sugestões quanto ao andamento dos trabalhos da casa,¹¹² inclusive, uma das propostas que mais chamou a atenção referia-se a compra¹¹³ de uma gráfica de sua propriedade,¹¹⁴ cujo valor de venda era de 10.000\$000

¹¹¹ Lima havia se hospedado no *Hotel Elite*, localizado na Rua Curitiba, que, aliás, era a mesma rua em que se localizava a *União*.

¹¹² Uma das sugestões que consta que teria sido acatada neste primeiro momento diz respeito à realização de reuniões mensais com os dirigentes dos centros espíritas da capital. Inclusive, em algumas reuniões de diretoria as atas citam a presença de alguns diretores de centros espíritas da capital, o que, talvez, tenha sido fruto de um convite de Lima ou da própria casa a esses diretores para participar de uma reunião até então realizada apenas com membros da diretoria da própria *União*. Uma outra sugestão que Lima também teria feito em reunião em 24 de fevereiro de 1935, refere-se à ampliação do prédio, com a construção de um galpão na área externa, além da realização de algumas modificações nos compartimentos da casa.

¹¹³ Ver *Livro de Ata*, 24 de fevereiro de 1935.

(dez contos de reis). Lima alegava que, deste modo, a *União* poderia voltar a publicar com mais comodidade o seu órgão oficial sem correr o risco de interromper sua circulação. Porém, o novo presidente, José Sette Câmara, recusou essa proposta, dizendo que a instituição não possuía o montante necessário para efetuar aquela compra. Diante disso, chegaram a um acordo: Lima assumiria o trabalho da tipografia do jornal. No entanto, como uma espécie de pagamento pelos seus honorários, ficaria com o dinheiro da venda das assinaturas e com o que fosse arrecadado nos anúncios das propagandas veiculadas em suas páginas. Por outro lado, as despesas com o material gasto na impressão ficariam ao encargo da *União*. (Essa nova fase d’*O Espírita Mineiro* teve vida curta, iniciando sua circulação em março daquele ano, vindo a encerrá-la poucos meses depois, ou melhor, em julho de 1935).

Esses dados dão pistas de que esse acordo teria sido o estopim da crise entre Antonio Lima e boa parte dos membros da diretoria – inclusive, entre alguns daqueles que lhe concedeu o título de “sócio remido”. O conflito ficou evidenciado a partir da reunião de 31 de março de 1935: nela, José Borges (como já anunciado, 1º secretário e também redator da ata), registrou a ocorrência de um “incidente lamentável”, visto que ele próprio teria pedido a Lima para se retirar da sala, mas este, “dirigindo-lhe impropérios”, teria se recusado a sair. Assim, ao que parece, num clima de tensão, foi lido pelo presidente da casa, um requerimento encabeçado por Austen Drumond (membro do conselho fiscal), com o intuito de informar sobre “as irregularidades que um certo irmão vinha praticando na casa”. Na verdade, esse “irmão” a quem referiam parecia ser Cícero Pereira, e a irregularidade da qual estava sendo acusado era, além de ter reformulado o estatuto da instituição, ainda ter dado – sem que os antigos estatutos assim o permitissem – o título de “sócio fundador remido” a Antonio Lima. Porém, nesta reunião, a discussão girou, sobretudo, em torno da proposta de anulação do novo estatuto.

Interessante notar que não foi mencionado nesta ata do dia 31 de março que, quando ocorreu tal reformulação e concessão do título, em dezembro, que essas tais “irregularidades” haviam sido consentidas por toda a diretoria. No entanto, alguns membros, entre eles Rodrigo Antunes, que havia assinado o expediente que concedia o título de “sócio remido” a Lima, colocou-se a favor do requerimento, alegando que antes, era favorável ao seu indeferimento, porém, diante da “belíssima

¹¹⁴ Na edição de junho de 1909 d’*O Espírita Mineiro*, foi publicado um relatório de prestação de contas, constando, sem maiores esclarecimentos, que a *União* havia ganhado uma tipografia, o que lhe possibilitava uma facilidade na tiragem de seu jornal. Em nenhum outro momento foi detectada alguma outra nota fazendo menção sobre essa tipografia, daí, não ser possível fazer afirmações precisas sobre o destino da mesma. No entanto, não é impossível pensar na possibilidade desta tipografia que Antonio Lima propunha à venda em 1935, ser aquela que afirmava ter ganhado em 1909. Mas, como já afirmado, por conta da ausência de dados, essa suspeita trata-se apenas de uma hipótese.

exposição feita pelo irmão presidente mudara de pensamento”. Cícero Pereira, nominalmente, não foi nem citado nesta ata. Deste modo, embora constasse que ele estivesse presente, não se cogitava a sua manifestação, nem para defender-se, nem se posicionar sobre os fatos em questão.

Decidindo-se que aquelas questões mereciam uma consulta aos sócios, a diretoria resolveu, então, convocar uma assembléia geral para abril. Lima, ao tomar a palavra, demonstrou-se indignado, ressentido, prometeu partir em breve e pediu que aquela diretoria dispensasse a assembléia, visto que, para desmanchar o que até então ele havia feito, não precisava de uma consulta aos sócios. Lima não só não foi embora da capital, como se fez presente nessa reunião de abril.¹¹⁵ Durante essa nova assembléia, foi mais uma vez lido e, depois, votado o requerimento.¹¹⁶ Embora assinado por todos os membros do *Conselho Fiscal*, o autor desse requerimento era Austen Drumond.

Consta nas atas que Drumond havia sido presidente da *União* nos anos de 1927 a 1928, portanto, vindo a ser substituído logo após o final de um único mandato – o que não era comum na instituição. Em 1929, Antonio Paraíso (que já havia dirigido a União de 1917 a 1921) retornou ao posto, assumindo-o até 1934. Na análise deste requerimento, percebe-se uma nítida referência, nada

¹¹⁵Ver *Livro de Ata*, 7 de abril de 1935.

¹¹⁶ Por se tratar de um documento polêmico, vale destacar alguns de seus trechos, cujo conteúdo foi exposto nos seguintes termos: “(...). Os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, sentem-se contristados com o que na casa vai se desenvolvendo ultimamente, e, se em tempo não procurou o conselho chamar a atenção da casa para as irregularidades que vai apontar foi porque lhe pareceu que o autor de tantas novidades, estava bem intencionado e procurava – de fato – dotar a sociedade dos melhoramentos que a interessassem na realidade, quando, de tudo isso só tem resultado desordem e anarquia. (...) Considerando o fracasso porque a casa passou há anos, vendo-se na contingência de ser hipotecada, não querendo nós nomear o autor dessa desagradável e comprometedora situação; e prevendo que irá pelo mesmo caminho si nós não a defendermos, chamando a postos os seus dirigentes, para que – na realidade – se acautele seu minguado patrimônio de que ela tanto necessita para sua manutenção material; Considerando que a sociedade segue normalmente o seu humilde programa sem precisar de melhoramentos algum a não ser a conservação do prédio; Considerando ainda que a Assistência aos Necessitados – que tem um regulamento a executar – foi atirada impiedosamente à rua para se instalar despoticamente – arbitrariamente – no seu cômodo (...) uma tipografia para interesses comerciais – parece por isso que, a nossa Revista, em qualquer tipografia pode ser impressa; Considerando, finalmente, que a Diretoria da União é a única responsável pela execução de seu programa social e para zelar do seu patrimônio, como responsável é o Conselho pela fiscalização dos seus atos, vem assim o Conselho (...) requerer (...) anular os Estatutos votados de afogadilho em Assembléia geral em 15 de dezembro de 1934 (...) 1º) Por ter irregularmente tomado parte nela pessoas estranhas (...); 2º) Por ter a assembléia (...) sido presidida por quem não o podia fazer (...) quando a que se tratava foi presidida por um irmão que nem sequer e da diretoria; 3º) Por não ser possível a União manter-se os serviços de que tratam os tais Estatutos, mormente a Caixa Beneficente que, além de precisar ser fiscalizada pelo governo, terá a União sérios compromissos com as quotas a serem pagas as pessoas que, não sendo espíritas, só entram para a sociedade visando o interesse material, sendo assim desvirtuando os fins da nossa doutrina, quando é certo que os auxílios de que carecem os irmãos necessitados – sócios da assistência – já estão previstos no artigo 7º e nos seus parágrafos (...) sem ser preciso a criação de Caixa alguma; 4º) Finalmente, por terem sido feitas propostas como por exemplo a que deu a um irmão a faculdade de presidir sessões quando vier a capital e intervir nos negócios da casa em caso de perturbação social, em desacordo com os Estatutos, que não autorizam semelhante proposta, esdrúxula e extravagante. Assim sendo senhor presidente, pelo amor que temos à casa e a nossa amada doutrina, que vos fazemos esse requerimento (...). (*Livro de Ata*, 7 de abril de 1935).

afetuosa, de Drumond às administrações anteriores. Segundo ele, os erros cometidos por estas administrações justificavam a sua necessidade de intervir para que a casa não enfrentasse problemas parecidos com os quais havia vivenciado no passado. Ao dar-se seqüência a leitura da ata, percebe-se que Drumond e Paraíso discutiram e se acusaram mutuamente, responsabilizando um ao outro sobre o endividamento da *União*, cuja conseqüência teria culminado com a hipoteca do prédio entre os anos de 1914 à 1924.¹¹⁷ Mas, com o prosseguimento da discussão, acabaram, sutilmente, concluindo que – pela época em que o prédio foi hipotecado – o responsável por aquele acontecimento só poderia ter sido o próprio fundador da instituição, isto é, teria sido Antonio Lima. Enfim, se desde o seu retorno até o momento dessa reunião a situação de Lima já não era nada confortável dentro daquela casa, depois dessa discussão, tudo indica que ele se tornou a “válvula de escape” das intrigas e “picuinhas” entre dois ex-presidentes. Desta forma, Lima passou a ser apresentado por alguns como “uma grande ameaça” para o “bem-estar” da instituição.

No decorrer daquela assembléia, de um modo geral, recaiu sobre Lima, especialmente, quatro acusações: 1º) ter presidido uma reunião e ganhado um título sem que os estatutos em vigor naquele momento (15/12/34) assim o permitissem; 2º) ter reformulado o estatuto e implementado uma *Caixa Beneficente*, que não só desagradava por apresentar-se como um trabalho próximo do que já propunha a *Assistência aos Necessitados*, como também, por essa *Caixa* representar, aos olhos dos que o acusava, como uma atividade que traria prejuízos financeiros para a casa, visto que, entre outras desvantagens, teria mais o que pagar do que a receber; 3º) ter tomado um cômodo que era ocupado pela *Assistência* para instalar ali sua tipografia, sendo, ainda por isso acusado de visar lucro monetário com tal oficina; 4º) provocar novo endividamento da *União* por conta da proposta de reforma do seu prédio. Enfim, a partir da discussão em torno, sobretudo dessas questões, consta que essa assembléia conseguiu anular o estatuto de 15 de dezembro de 1934, voltando a vigorar o antigo, elaborado em março de 1923.¹¹⁸

Se levados em consideração os projetos e a atuação de Lima na época em que fundou e presidiu a *União*, é bem provável que, em seu retorno, estivesse realmente preocupado com essa instituição, daí, sua intenção em intervir naquela administração que, certamente, julgava estar à

¹¹⁷ Paraíso defendia-se afirmando que foi justamente em sua gestão (e na gestão do então secretário, José Borges, de 1922 a 1924) que a instituição teria superado a crise, portanto, não aceitava ser apontado como o responsável por ela, e sim, ao contrário, gostaria de ser lembrado como aquele que solucionou os problemas vivenciados pela instituição.

¹¹⁸ Consta nesta ata da assembléia geral de 7 de abril de 1935 que, na votação, 47 votos foram a favor da anulação e da volta do estatuto velho; 9 votos foram para que vigorasse o novo estatuto, porém, que passasse por algumas novas reformulações; 4 votos foram de abstenção.

deriva. Além disso, talvez, também, quisesse que a *União* fosse mais dinâmica, tivesse uma “boa aparência” não só em sua estrutura física, mas, que tivesse o reconhecimento da sociedade quanto ao seu “meritório labor”. Desta maneira, talvez, desejasse que a *União* atingisse os fins para os quais por ele foi criada. É provável que a fundação da *União* tenha sido um de seus maiores projetos no que diz respeito a sua atuação espírita, por isso, Lima não só se via com direito de fazer tais intervenções, como também, diante do título que passou a portar, sentia-se autorizado para tanto.

Mas, ao ver-se tolhido em suas idéias e ações, Lima, num primeiro momento, tentou comover os que o acusavam, dizendo de sua abdicação em deixar sua companheira já idosa na capital federal para estar ali com uma finalidade única: inovar, apresentar propostas e dar impulso à sociedade que fundou e que muito amava. Entre as propostas, apresentou seu intento de ampliar, por sua conta, o cômodo da *Assistência aos Necessitados*. Porém, de nada parecia adiantar seus argumentos e suas tentativas, pois: “foi lhe respondido que a União dispensava tais favores, o que queria era o cômodo que lhe pertencia porque a impressão do Espírita Mineiro pode ser feita em qualquer tipografia”.

Não é possível fazer afirmações seguras sobre qual lembrança, até antes daquele momento, a diretoria da *União* tinha sobre o fundador daquela casa. Mas, a partir desses acontecimentos, é provável que Lima não tenha nem evocado boas lembranças, nem provocado uma boa impressão. Como se pode perceber, a direção da *União* se apresentava para aqueles agentes como um trabalho do qual queriam investir tempo, dedicarem-se e acumularem poder. Enfim, um poder que era disputado, pois, supostamente, dava-lhes prestígio dentro do campo espírita da cidade. No entanto, com receio de verem esse poder esvaír-se de suas mãos e transferir-se novamente para Lima, parte da diretoria sentiu-se ameaçada com aquela presença. Então, acuada, procurou tomar suas providências para afugentar Lima dali. A despeito desse tratamento, possivelmente hostil, Lima ainda não manifestara real interesse de ir embora, de abandonar aquela casa.

Diante desse quadro, os conflitos acabaram por se estender até a reunião seguinte, ocorrida em maio.¹¹⁹ Nesta reunião, foi lida uma circular assinada por Antonio Lima, onde este, por fim,

¹¹⁹ Se na assembléia de abril, a diretoria havia conseguido fazer voltar o velho estatuto, na reunião de diretoria do mês seguinte (em 5 de maio), ela desejava que fosse deliberado sobre a eliminação do título concedido a Lima como “sócio fundador remido” da *União*. Certamente, a fim de corroborar com essa decisão, foi lido um novo requerimento anunciando novas irregularidades de Lima, que estaria “usurpando as atribuições de alguns diretores, dando ordem na casa como se fosse autoridade”. Ao citar várias atitudes consideradas como “arbitrárias”, afirmava que as mais graves teria sido o fato dele ter se apossado da chave da caixa de correspondência e ainda, ter imprimido boletins e expedido-os para os sócios da *União*, em envelope timbrado, “para fazer crer que, de facto, age em nome da sociedade”. Deste modo, esse requerimento concluía que Lima, por ter se tornado um “elemento perturbador”, teria que ter seu título de sócio eliminado.

parecia dar-se por vencido. Ao falar da sua tristeza e contrariedade com aquela casa, comunicava sua decisão de, definitivamente, retirar-se com “a maior brevidade da capital mineira”. Comunicava ainda a suspensão “da oferta feita em ofício de 8 de abril de doar a tipografia a União”. Após a leitura dessa circular, o presidente Sette Câmara alegou não ver necessidade de eliminar tal título concedido a Lima, visto que, com a sua retirada da *União*, e de Belo horizonte, o caso de perturbação à instituição estaria resolvido. Parecia mais cômodo e conveniente ao presidente desta casa, agir com certa moderação, pois assumir uma outra atitude significaria, certamente, dar publicidade aos conflitos que ali vivenciavam.

Agindo assim, possivelmente, o presidente Sette Câmara queria dar a entender que estava adotando a melhor política para a casa, como se o regresso de Lima para o Rio de Janeiro fosse dar fim às disputas de poder existentes há tempos no interior daquela instituição.¹²⁰ Mas, ao contrário, esses problemas tanto continuaram como, com o tempo, foram ganhando novas dimensões, passando a existir não apenas dentro, mas em torno desta instituição, envolvendo todo o campo espírita da capital mineira. O próprio Cícero Pereira (que havia se tornado presidente da instituição em junho de 1937) denunciou essa situação em um artigo exposto no jornal *O Espírita Mineiro*. Nele, ao querer convencer o leitor sobre quais deveriam ser as bases da doutrina espírita, apelou para que atentassem para a necessidade de:

(...).

e) Criação de uma única UNIÃO ESPÍRITA em cada Estado componente do país e, unificação fraterna das acaso existente, para o fim de manter-se, tanto quanto possível, a indispensável unidade de vista e de orientação doutrinária (...).

f) Criação de um único Centro Espírita em cada sede municipal sob os auspícios e orientação da União Espírita Estadual, e criação de maior numero possível de Grupos e Agrupamentos Espíritas (...).

g) (...).

h) (...).

i) Fundação de jornais e revistas, sendo um único para cada União Estadual (...). (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1940).

Por essas notas, não apenas se percebe a existência de divergências no meio espírita belo-horizontino – sugerindo possíveis conflitos – como também, pode-se observar qual era a idéia que Pereira fazia sobre o termo “unificação”: tudo indica que para ele “unificar”, mais do que “união de vistas”, significava a centralização do poder e a normatização das práticas espíritas e das “verdades doutrinárias” sob as mãos de uma única instituição. Indo além, para Pereira, “unificação” parecia

¹²⁰ A partir de 1960, a instituição começou a cultivar a imagem de Antonio Lima. Tanto deu certo esse culto que hoje em dia a instituição também é chamada pelos seus freqüentadores como “Casa de Antonio Lima” (Ver entre outras edições, *O Espírita Mineiro*, junho de 1998).

significar a manutenção da estrutura daquele campo religioso. Daí, obviamente, ele vir a defender os interesses da sua instituição como mandatária, por isso, não via, com bons olhos, o surgimento de outras instituições com a mesma finalidade, visto que essas poderiam provocar uma desestruturação dentro daquele campo.

Para se compreender melhor estes acontecimentos, torna-se necessária a apresentação de alguns dados sobre o quadro que se delineava no campo religioso espírita da capital mineira, no final da década de 30. No entanto, por se encontrarem dispersos na documentação, esses dados apenas fornecem intrigantes pistas, que, ao serem alinhavadas, dão uma idéia de como esse “campo de forças” se encontrava estruturado. Seguindo tais pistas, o que se percebe é o redimensionamento dos jogos e das disputas de poder, pois, neste momento, novas instituições, compostas de outros agentes, entraram em cena. Estes passaram a disputar não apenas a *União*, mas – na impossibilidade de tê-la nas mãos – passaram a disputar com a *União*, a liderança do movimento espírita mineiro.

Em março de 1935, quando *O Espírita Mineiro*, órgão oficial da *União*, voltou a circular, anunciou que conviviam na capital mineira cerca de 9 centros espíritas.¹²¹ Por volta de 1939,¹²² alguns desses centros ainda eram citados nos noticiários desse jornal. Este procurava transmitir a impressão de que havia uma relação de cordialidade entre estes centros e a *União*. Em suas páginas as agremiações mais comentadas eram o *Centro Espírita Oriente*, o *Cenáculo Espírita Tiago Maior* e o *Centro Espírita Luz, Amor e Caridade*. Na análise da documentação, é possível perceber que boa parte dos dirigentes desses grupos era sócia da *União*, e, por isso mesmo, estava sempre à volta desta instituição, fosse participando de sua diretoria, fosse para se opor a ela, ou para disputá-la. Esse era, sobretudo, o caso do *Cenáculo Espírita Tiago Maior*.

Um exemplo emblemático ocorreu na reunião da *Assembléia Geral* de sócios, realizada em 29 de outubro de 1939. Consta que, nesta reunião, Domingos Moutinho (também membro do *Cenáculo Tiago Maior*), juntamente com Noraldino Castro (orador da *União*), havia polemizado a seguinte questão: os estatutos da *União* – modificados em 1936 – não haviam sido registrados em cartório, nem sua ata havia sido devidamente lavrada, portanto, a diretoria daquela casa deveria renunciar para que a situação fosse legalizada e, então, que posteriormente, realizassem nova

¹²¹ Dados que, aliás, se contrapunham àqueles que a *União* apresentava no início do século XX, quando, na gestão de Antonio Lima, por meio do seu jornal, ela, praticamente, apresentava-se como a única instituição espírita de Belo Horizonte. É provável que naquela época existissem outros grupos, mas estes não eram citados, muito menos divulgados, pelo órgão oficial desta instituição.

¹²² Como já comentado, esse jornal circulou de março a julho de 1935. Mas, depois, em novembro de 1936, ele retomou a sua circulação, iniciando o que ele chamou de sua “terceira fase”.

eleição. Ocorrida a renúncia, a eleição deu-se em princípio de novembro, porém, confirmando, praticamente, a mesma diretoria de antes: Cícero Pereira na presidência e Leonardo Baumgratz como vice – quantos aos outros, ou trocaram de cargos entre si, ou foram substituídos.

Possivelmente, este não foi o resultado esperado pelos proponentes dessa eleição. Deste modo, em consequência desses conflitos, é que veio a surgir, em janeiro de 1940, a *União das Sociedades Espíritas Mineira*. Na verdade, tratava de uma instituição que se dispunha a desestabilizar o campo espírita mineiro, uma vez que pretendia fazer concorrência com a *União*, arrogando também para si o papel de representante do movimento espírita em Minas Gerais. Bady Curi, o presidente do *Cenáculo Tiago Maior*, foi também eleito o presidente da *USEM*, e o salão deste centro foi, enquanto essa instituição sobreviveu, a sua sede.

Embora tudo indique que a idéia desta instituição fosse a de concorrer com a *União*, na análise da documentação,¹²³ o que se percebe é que os seus idealizadores (que, por sua vez, também eram sócios da *União*) procuraram pela diretoria desta *Casa Mater* para dela obter a anuência, apoio e um acordo quanto à fundação da *USEM*. Isto é o que se concluiu da leitura deste trecho abaixo, onde consta que uma comissão teria solicitado à *União* que realizasse uma assembléia para que fosse a ela apresentado e discutido o projeto dos estatutos da *USEM*. A *União*, por maioria de votos (com exceção, entre outros, de Domingos Moutinho, que “jurou suspeição”¹²⁴), recusou-se a realizar tal assembléia, escrevendo a Efigênio de Sales – um dos membros dessa comissão – que:

(...). Ficam os autores desta idéia desobrigados do compromisso anterior [apresentarem tal projeto à *União*] e com liberdade de fundarem aquela Sociedade ou agirem como acharem convenientes, a bem da Doutrina. Em nome desta casa, pede-se a fineza de levar esta deliberação ao conhecimento dos demais membros da Comissão elaboradora do referido projeto (*Livro de Ata*, 11 de janeiro de 1940).

Contrariando os interesses de Cícero Pereira – e de alguns outros diretores da *União* – o que se percebe é que foi fundada naquela capital mineira uma instituição de poder paralelo à *União*, sobretudo, por membros do *Cenáculo E. Tiago Maior*. As análises da documentação indicam que a *USEM* sobreviveu até por volta de janeiro de 1944, quando foi sugerido durante a reunião da *Comissão Promotora do Primeiro Congresso Espírita Mineiro*, a fusão dessas duas instituições.¹²⁵

¹²³ Ver *Livro de Ata*, 11 de janeiro de 1940.

¹²⁴ O termo “suspeição”, segundo Holanda, significa: “desconfiança, dúvida, suspeita. Situação expressa em lei, que impede os juízes, representantes do Ministério Público, advogados, serventuários ou qualquer outro auxiliar da justiça de, em certos casos, funcionarem no processo em que ele ocorra, em face da dúvida de que não possam exercer suas funções com a imparcialidade ou independência que lhes competem” (HOLANDA, 1988, p. 619).

¹²⁵ Ver *Livro de Ata*, 14 de janeiro de 1944.

Porém, a documentação trabalhada não fornece dados suficientes para uma análise mais aprofundada sobre a relação entre ambas, mas, para essa pesquisa, esses poucos dados existentes já são bastante consideráveis, visto que, a partir deles podia se constatar uma evidente disputa entre as lideranças da capital pelo poder do movimento espírita mineiro.

Antes de acontecer a fusão dessas instituições, ainda em junho de 1940 – quando ocorreu a eleição para a diretoria da *União* – os dados também revelam algumas intrigas entre aquela velha diretoria e aqueles que há tempos vinham tentando renová-la. Certamente, estava difícil para Pereira manter-se como presidente da *União*, visto que desde 1939 vinha enfrentando forte resistência dos seus opositores. Mas, também, não parecia estar em seus planos abandonar totalmente o poder. Assim, após obtido o resultado das urnas, constatou-se que a direção voltou para as mãos de Rodrigo Antunes, que havia antecedido Pereira e dirigido à *União* de 1936 à 1937. Pereira, havia sido eleito vice-presidente.¹²⁶ Na verdade, tudo parecia continuar como antes, por isso, a insatisfação, as propostas e as esperanças de outros indivíduos de galgarem a direção daquela instituição ainda pairavam sobre os ares da *União*.¹²⁷ Pelo menos, era isso o que demonstrava um folheto que estava circulando pelas mãos dos sócios daquela instituição, fazendo tanto a convocação para a eleição, bem como, propondo uma outra chapa para a tomada do poder daquela casa. Interessante notar que, nesta chapa, era proposto como presidente Bady Curi (como anunciado, seu nome constava na documentação como presidente do *Cenáculo* e da *USEM*). Entre outros, Pereira também foi citado nesta chapa, porém, para o cargo de 2º tesoureiro. Consta na ata desta eleição (em 9 de junho de 1940) que, quando Antunes comentou a existência deste folheto, Pereira teria esbravejado, em sinal de protesto sobre o “uso abusivo do seu nome”. Outro que teria protestado, foi o ex-senador Camilo Chaves (também membro do *Cenáculo*), que tendo seu nome cotado para o cargo de 2º secretário, assim teria se manifestado:

¹²⁶ Quanto aos outros cargos, como pôde-se perceber, tratavam-se de nomes que, de um modo geral, se alternavam no poder: 1º Secretário: Tito Fulgêncio; 2º Secretário: Orlando Pereira; 1º Tesoureiro: José O. Nogueira; 2º Tesoureiro: Gumercinda Santos; Procurador: Álvaro Vale; Bibliotecário: Leonardo Baumgratz; Conselho Fiscal: Álvaro Cavalcanti, José Rodrigues e Gibraltar Souza.

¹²⁷ Certamente, a fim de conter ou, contemplar, alguns anseios da oposição, talvez, visando, deste modo, efetuar uma reestruturação no poder administrativo da instituição, em maio de 1941, foi criado nessa gestão de Antunes e Cícero, o 1º *Conselho Deliberativo* da *União*, formado por 21 membros, sendo 7 eleitos para 9 anos, outros 7 para 6 anos e o restante para 3 anos. Como era previsível, Pereira e Antunes foram eleitos também como membros desse *Conselho*, com mandato de 9 anos de duração. Além desse *Conselho*, foi criada a *Superintendência da Assistência aos Necessitados* e a *Superintendência do Departamento Cultural*. Ainda foi criado o *Departamento Jurídico*, sendo este cargo assumido pelo advogado Noraldino de Mello e Castro, que, na verdade, pela análise das fontes, era um dos mais ferrenhos opositores da dupla Pereira/Antunes. Inclusive, na eleição para o triênio 1942 a 1944, Castro protestou a votação. Amparando-se em alguns artigos do Estatuto, alegou a inconstitucionalidade daquela eleição. Porém, não foi ouvido por seus pares, que votaram pela validade daquela eleição.

(...). A inclusão do meu nome em uma das chapas para a Diretoria da União Espírita Mineira (...) muito me tem preocupado. Nada me aconselha a candidatar-me, ao contrário, tudo contra-indica a minha candidatura. Consta-me que essa eleição se agiganta em apaixonada disputa e toma feição aberrante das boas normas da Doutrina que professamos.

União Espírita!...

Mas isto que aí está é desunião!...

Eu não aspiro a posto nenhum, ao contrário, quero ficar fora (*Livro de Ata*, 9 de junho de 1940).

Pode até ser que, naquele momento, Chaves não aspirasse, como afirmava, a nenhum cargo dentro da *União*. No entanto, se realmente assim pensava, tempos depois, ele mudou sua postura, visto que este ex-senador assumiu, em junho de 1946, o cargo de presidente desta instituição, mantendo-se nele até o instante de sua morte, em fevereiro de 1955.

Por dois anos consecutivos (outubro de 1942 e de 1943) a *União* organizou um evento para, como era de praxe, festejarem o “3 de outubro” – data em que se comemorava o aniversário de Alan Kardec. Pelo que consta, essa instituição teria contado com o apoio dos outros centros da capital. Tendo em vista que *O Espírita Mineiro* não mais circulava, no ano de 1943, a *União* resolveu publicar nesse mês uma edição especial em comemoração a essa data. Nesta, o jornal apresentava a programação da “2º Semana Kardecista de Belo Horizonte”, que propunha um revezamento entre os palestrantes e os centros. Ou seja, ao longo de uma semana, um confrade do *Centro Oriente*, por exemplo, palestraria no *Cenáculo Tiago Maior* e vice-versa.¹²⁸ Depois de analisar essa programação, fica-se a impressão de que a idéia que se queria transmitir era a de que havia uma cordialidade entre aquelas entidades, uma “plena harmonia” dentro do campo espírita belo-horizontino, cujas instituições que o compunham pareciam sempre estar medindo força entre si na disputa pela *União* ou pelo movimento que esta instituição dizia representar.

Consta¹²⁹ ainda nesta documentação que, antes da realização desta “2º Semana Kardecista”, Noraldino Castro e Efigêncio Sales teriam procurado por Rodrigo Antunes para pedirem a este presidente o apoio para a convocação e organização de um congresso espírita. Então, atendendo àquele pedido, Antunes teria resolvido convocar uma reunião, onde teria convidado os dois proponentes, entre outros confrades, para discutirem sobre o assunto. Desta forma, consta também

¹²⁸ Participaram dessa “2º Semana de Kardec” 10 grupos. No entanto, alguns, como era o caso, por exemplo, do *Abrigo Jesus*, da *Agremiação Feminina Casa de Betânia*, e a *Fraternidade Cristã*, tinham como sede o salão da *União Espírita Mineira*. Já a *União das Sociedades Espíritas Mineiras* e a *Sociedade Amparo à Pobreza*, tinham sua sede no *Cenáculo Espírita Tiago Maior*. Já os outros 3 restantes (*C. E. Bitencourt Sampaio*, *C. Oriente* e o *C. E. Luz, Amor e Caridade*), cada qual, tinha sua sede própria. Embora tenha constado apenas essas 10 agremiações como participantes, pela leitura das atas, percebe-se que naquela época existiam também outros grupos espíritas dentro daquela capital.

¹²⁹ Ver *Livro de Ata*, 28 de agosto de 1943.

que, a partir dessa reunião ficou acordado o seguinte: assim que terminassem os festejos de outubro, a *União* iria propor aos demais centros da capital que, em conjunto, elessem a “*Comissão Promotora do Congresso Espírita de Minas Gerais*”. Não há nessa documentação muitos detalhes sobre a organização desse congresso. Porém, entre os poucos dados,¹³⁰ consta que a *FEB* teria enviado uma correspondência à *União*, lamentando não poder tomar parte neste congresso, “devido à circunstância de ser preciso, de acordo com os seus estatutos, ter tempo necessário para resoluções dessa natureza”. Considerando que, nesta época, a *FEB* possuía fama de não se preocupar em realizar congressos, tendo ou não, sido convidada com tempo hábil para participar deste encontro, certamente, sua resposta não foi uma surpresa para essa comissão organizadora.

O *1º Congresso Espírita Mineiro* foi realizado entre os dias 16 a 24 de junho de 1944, na sede da *União*. De acordo com o que foi divulgado pelo jornal *Minas Gerais*,¹³¹ participaram daquele encontro cerca de 150 pessoas, procedentes de vários lugares do estado, apresentando ali suas teses para serem discutidas em prol da doutrina. Afora essa informação, não há na documentação, nenhum dado mais concreto a respeito da realização deste congresso. As atas das reuniões seguintes não chegaram a tecer comentários detalhados sobre esse evento. Essas apenas informaram que algumas instituições, dos mais distantes lugares do Brasil, estavam escrevendo à *União* pedindo a ela notícias sobre o congresso e que enviasse a elas as teses que ali foram apresentadas. Apesar dessa ausência de registros, é interessante destacar que esse congresso ficou bastante marcado nas lembranças desses líderes espíritas, pois, como ainda será demonstrado, foi, por algumas vezes, comentado nos discursos proferidos posteriormente. Discursos que, aliás, sugerem que os conflitos e as disputas pela liderança do movimento espírita mineiro também se fizeram presentes nesse congresso.

Certamente, também foi com o intuito de amenizar a resistência a sua gestão que Antunes e Pereira participaram da criação da *Federação Espírita de Minas Gerais*: instituição fundada logo após o congresso, em julho de 1944, que, como o nome indica, teria como função representar os centros espíritas mineiros e ela filiados. Interessante destacar que, além de propor a mesma função há tempos arrogada pela *União*, o prédio desta instituição também foi, por mais de um ano, a sede desta *Federação*. Embora a diretoria da *FEMG* tenha registrado em um *Livro de Atas* as suas deliberações, por sua vez, essas atas não fornecem detalhes sobre as possíveis intrigas tecidas na fundação desta *Federação*. No entanto, um dos dados, talvez, de maior relevância citado nessa

¹³⁰ Ver *Livro de Ata*, 22 de junho de 1944.

¹³¹ Diga-se de passagem, em uma pequena nota, certamente encomendada, veiculada no dia 20 de junho.

documentação se encontra justamente nos nomes que compuseram as chapas que presidiram esta instituição: de agosto de 1944 até dezembro de 1945 o seu presidente foi Rodrigo Antunes.¹³² Já na eleição ocorrida em 16 de dezembro, na sede do *Centro Espírita Oriente* (que desde novembro de 1945 havia se tornado a nova sede daquela instituição), assumiu esse cargo Bady Curi.¹³³ Logicamente, esses nomes são indícios de que a motivação para a criação desta “nova” instituição foi, mais uma vez, a disputa pelo poder do movimento espírita mineiro entre as lideranças da doutrina espírita daquela capital.

As últimas notícias, que a documentação fornece sobre esta *Federação*, foram registradas nas atas das reuniões de diretoria ocorridas no início de 1946. Nestas atas constam que, na reunião de 19 de janeiro, Osório de Moraes (que estava presente naquela reunião na condição de emissário da *FEMG*) revelou que a nova diretoria desta instituição desejava manter ligações mais “íntimas e mais fraternas” com a *União*. Sem mencionar se a *FEMG* havia vivenciado, ou não, problemas com o *Centro Espírita Oriente*, Moraes dizia que estava ali para pedir que a *União* voltasse a emprestar seu salão para a *FEMG*, para que esta instituição não só pudesse guardar ali seus móveis e material de secretaria, como também, pudesse realizar suas sessões doutrinárias. Após longo debate, a direção da *União* decidiu que a *FEMG* poderia voltar a fazer do salão da *União* a sua sede, desde que acatasse o programa daquela casa. Os indícios levam a crer que, somente na reunião de fevereiro, após longa negociação, é que as diretorias de ambas entraram em um acordo, que garantia a *FEMG* ter como sede o prédio da *União*.

Na reunião de 22 de maio de 1946, é mencionado em ata que esta *Federação* havia agradecido a *União* o tratamento fraterno que essa casa vinha lhe dispensando. Interessante destacar que, nesta mesma ata, menciona-se que foi lida uma correspondência de Rodrigo Antunes, em caráter irrevogável, anunciando a sua demissão do cargo de presidente da *União*. Sem esboçarem nenhum protesto quanto a esse pedido, consta, simplesmente, que iria ser convocado o *Conselho Deliberativo* para que se elegeesse o novo presidente. Essa eleição ocorreu no mês seguinte, sendo escolhido para o cargo o ex-senador Camilo Chaves. Um outro dado interessante a se destacar é que, a partir deste instante, não se percebe mais nessa documentação nenhuma menção a esta *Federação*.

¹³² Não foram fornecidos dados sobre toda a diretoria, a não ser do vice-presidente, Domingos Moutinho, e do 1º secretário, Tito Fulgêncio (que por anos secretariava a *União*) e Virgílio Almeida o 2º secretário. Ainda consta que Cícero Pereira tinha sido eleito como presidente do *Conselho Deliberativo*.

¹³³ A partir desse momento, o livro de atas desta instituição se encerra, sendo possível cogitar que essa instituição não mais registrou suas reuniões, ou, realmente, essas deixaram de ser realizadas.

Na verdade, um possível esclarecimento sobre essa falta de informação pode ser obtido no discurso de posse à presidência da *União*, realizado em fevereiro de 1955 (depois de decorrido quase 10 anos), por Bady Curi. (Diga-se de passagem, em 1948, Curi assumiu a vice-presidência da *União*, após Cícero Pereira ter-se exonerado de seu cargo¹³⁴). Neste discurso, Curi afirmou que, depois que assumiu a presidência da *FEMG* (dezembro de 1945), resolveu, para o bem da doutrina, extingui-la. Diante deste dado, não é impertinente supor que isso ocorreu porque o grupo do qual Curi fazia parte (*Cenáculo Espírita Tiago Maior*) passou a não ver mais sentido em criar uma outra instituição como o mesmo fim que a *União*, uma vez que a diretoria desta instituição se encontrava em poder deste grupo formado por membros do *Cenáculo Espírita Tiago Maior*.

Essa situação merece ainda uma outra observação: por mais que esses grupos de oposição criassem outras instituições com finalidades afins à *União*, essas demonstraram ter tido pouco fôlego, por isso, esmoreceram em pouco tempo. Isso aconteceu, provavelmente, não por falta de lideranças consideradas fortes ao seu lado, mas porque, certamente, não eram elas as “meninas dos olhos” desses líderes. Assim, tudo indica que, quem tinha capital de autoridade dentro daquela sociedade, parecia ser mesmo a *União*. Deste modo, tudo indica também que essa prerrogativa possuía certo peso na luta de poder instalada no campo de atuação daqueles espíritas belo-horizontinos: todos queriam liderar e “unificar” a “família espírita mineira”, entretanto, parecia que, na concepção desses agentes, a legitimidade desta liderança cabia, de fato, a *União*. Por sua vez, isto leva a crer que, para esses indivíduos, essa instituição, fundada no início do século, parecia possuir uma “tradição de trabalho” – representação, como visto, inventada por Antonio Lima. Desta maneira, a impressão que fica é a de que, naquele momento – década de 30 e 40 – estes agentes não estavam apenas endossando a invenção daquela tradição. Mas, mais do que isso, eles estavam cultuando e disputando aquela representação inventada.

¹³⁴ Desde junho de 1945 – momento em que se instalava a sede do *Partido Comunista* na capital mineira – as atas da diretoria da *União* começaram a reprovar atitudes de certos membros da diretoria (a princípio, não citam os nomes desses “membros”), insinuando que esses vinham aceitando convites desse partido para participarem de suas reuniões. Ao longo do ano de 1946 e 1947, as insinuações se tornam mais fortes e passam a recair sobre Cícero Pereira. Inclusive, em ata de 23 de julho de 1947, ao fazerem uma explícita reprovação a Pereira, falam que Rodrigo Antunes deixou o cargo de presidente por situação semelhante, isto é, por se aproximar deste partido e expor a *União* a uma situação, onde corria risco de ser acusada de comunista. Interessante que, em outras atas, chegaram a exigir que Pereira deixasse de participar daquele partido e que também, deixasse de falar de comunismo na tribuna da *União* e que assim continuasse, seria proibido de fazer suas conferências aos domingos, assim como era de costume. A situação parecia ficar cada vez mais delicada, até que, em ata de 31 de março, foi lida uma lista, encabeçada por Pereira, contento nomes de 10 pessoas, inclusive, o de Rodrigo Antunes. Estes estariam pedindo a exclusão de seus nomes do quadro de sócios da *União*.

3.3 NOVAS DISPUTAS, VELHOS PROBLEMAS: LUTAS DE REPRESENTAÇÃO E APROPRIAÇÕES

Em 1947, a capital mineira comemorava seu cinquentenário. Em função dessa data pairava no ar um entusiasmo quanto ao que esse aniversário parecia significar para a cidade: a consolidação de “um processo de contínua ruptura com o passado e a instauração de um novo modo de construir e habitar a cidade” (PASSOS, 1996, p. 15). Em outras palavras, podia-se perceber, sobretudo nos discursos expressos nos jornais (inclusive, usando e abusando das *representações da mineiridade*¹³⁵) um sentimento ultra-ufanista a enaltecer a capital, visto que, na fala de muitos intelectuais mineiros, Belo Horizonte havia conseguido superar suas limitações provincianas e transformar-se em uma “admirável metrópole”. Isto teria acontecido tanto em função do crescimento populacional, como por causa das inovações arquitetônicas na sua paisagem urbana, ocorridas em função dos avanços no setor industrial. Enfim, mudanças que davam a Belo Horizonte um ar de “progresso” e “civilidade”.¹³⁶

Tudo indica que justamente neste espaço urbano – influenciadas, ou não, pelo ritmo desse crescimento – proliferavam-se diversas instituições espíritas.¹³⁷ É provável que tenha sido com a

¹³⁵ Segundo dados fornecidos por Nelson Sena, em um artigo publicado pela *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais*, (1957), Belo Horizonte contava nessa época com aproximadamente 300 mil habitantes e 40 mil edificações. No encerramento do seu artigo, Sena, apropriando das *representações da mineiridade*, ainda afirmou que: - “são também meus votos finais por que e para todo o sempre, no coração da terra montanhosa, permaneça esta Metrópole mineira um relicário da Liberdade e um escrínio de Civilização para maior glória de Minas e do Brasil” (Apud PASSOS, 1996, p. 23).

Entre as várias falas dos jornais da época, era comum assim se referirem a capital:

- “A metrópole admirável, que surgiu como um milagre à entrada do sertão, é hoje um dos grandes marcos do progresso nacional. [...]. Em quarenta anos os mineiros construíram a sua cidade, e é com grande satisfação que assistem a sua transformação num magnífico centro de progresso e de civilização” (*Folha de Minas*, março de 1938, apud PASSOS, 1996, p. 31).

¹³⁶ Segundo Passos, alguns destes intelectuais empenhavam-se em fazer “análises mais explicativas que atribuem o progresso e a transformação da cidade a uma reorientação de seu papel no estado, no sentido de ultrapassar as funções de centro político e cultural e atingir o papel de centro econômico e industrial” (PASSOS, 1996, p. 32).

¹³⁷ Não consta na documentação uma catalogação apresentando um número exato das instituições existentes em Belo Horizonte nesta época. Mas, a julgar pela análise, especialmente, das atas – onde se detecta nomes de vários centros da capital entrando em contato com a *União*, fosse para pedir donativos, ou à filiação, ou fornecendo alguma informação – supõe-se que essa cidade possuía bem mais que 20 instituições, entre entidades assistenciais e centros espíritas. E, dessas, 16 eram filiadas à *União*. Considerando que, em 1935, o número de instituições existentes era aproximadamente 9 (sendo 7 filiadas à *União*), pode-se concluir que, desta época até o cinquentenário de Belo Horizonte, esse número havia, praticamente, duplicado, o que denota um crescimento razoável de entidades espíritas dentro daquela capital.

intenção de se aproximar dessas instituições locais e, então, minar possíveis resistências,¹³⁸ é que a direção da *União Espírita Mineira* resolveu, no início de janeiro de 1947, ampliar o seu *Conselho Deliberativo*: de 22, esse número saltou para 33, sendo que desses, 12 seriam membros eleitos entre os representantes das instituições filiadas.¹³⁹ Apesar dessa estratégia, outras medidas foram tomadas para agregar as instituições, da capital e do interior, em torno de si e conseguir sua filiação: além das cartas convidando-as a se filiarem, também foram realizadas reuniões de confraternização. Essas duas medidas, fosse com maior ou menor frequência, há tempos vinham sendo ali encampadas. Pela análise da documentação, tendo-se em vista os constantes pedidos de filiação que a *União* recebia, ou ainda considerando a maior participação que essas instituições pareciam ter dentro daquela casa (inclusive, com a possibilidade de ocupar suas tribunas para palestrarem¹⁴⁰), é possível que houvesse uma maior aceitação dessas instituições em relação ao papel que a *União* tanto reivindicava para si.

¹³⁸ Na análise das atas e do jornal *O Espírita Mineiro*, é possível verificar que, na década de 30, a *União* fazia constantes apelos aos centros da capital e do interior, para que se filiassem a ela. Inclusive, vale destacar que, por volta de 1931, ao tentar impor seu domínio sobre as “agremiações”, a *União* veiculou pelos centros uma circular com o seguinte conteúdo: - “Nota-se, entretanto, que em Minas, não há o mesmo entusiasmo que há em outros Estados onde a pessoa não tem o menor receio se dizer espírita, enquanto que em Minas, desmentindo-se os focos de civilização de que gozamos, a liberdade de pensar e, de ser a nossa terra a terra da liberdade, muitos de nossos confrades nem se quer falam em espiritismo quanto mais se dizerem espíritas, mesmo que o sejam. (...) Diante do exposto, pedimos aos diretores dessa casa e aos irmãos esparsos pelo território Mineiros os seus bons ofícios, no sentido de patrocinarem a nossa idéia, da união da família espírita mineira, congregando-se todos em torno da nossa tenda de trabalho, uma vez que, embora não seja ela casa espírita mais antiga de Minas, tem como casa principal na Capital do Estado, todas as vistas voltadas para ela. Com o desejo de obter a União filiações, como também ela é à Federação Espírita Brasileira filiada, não quer em hipótese alguma ter predomínio sobre as outras associações, nem que assumam responsabilidade alguma, e sim apenas que sejamos: um por todos e todos por um”. Este documento está anexado no *Livro de Ata da União*, datado de 30 de novembro de 1931. Juntamente com esta carta era encaminhado aos centros uma ficha de filiação, pedindo a sua direção que informasse a *União* vários dados sobre seu histórico e a respeito dos trabalhos desenvolvido pelo centro. O que se pode notar era que nos inícios dos anos 30, a *União*, cobrava dos espíritas deste estado tanto seu comprometimento com a sua causa religiosa, quanto a sua filiação a esta casa. Tal apelo perdurou ao longo desta década. Isto, pelo menos é o que demonstrava o jornal *O Espírita Mineiro*. Este, em sua edição de junho de 1935, apresentou uma relação, constando os nomes dos centros existentes no estado: dos 97 existentes, 47 já haviam nesse momento se filiado a *União*. No que diz respeito aos pedidos de filiação, em um artigo intitulado *Esclarecimentos*, a *União*, com o intuito de dirimir a resistência desses centros, se colocou a disposição para dar explicações aqueles que desejassem a ela se filiar e a receber orientações de “como proceder” nos trabalhos. Na verdade, essa instituição continuava a insistir que não era seu objetivo “ter predomínio sobre nenhuma outra sociedade”. Ao contrário, adotando um discurso moderado, alegava pretender “ser a menor de todas” e assim a receber ensinamentos de quem estivesse “em condições de no-los dar”.

¹³⁹ Na ata de reunião da diretoria da *União*, de 5 de janeiro de 1947, com as sociedades filiadas, que teria comparecido representantes de 16 instituições (desse, apenas 1 era de fora, sendo todo o restante de centros da capital). Eram filiadas à *União* as seguintes instituições belo-horizontinas: *C. E. Luz, amor e Caridade; Fraternidade Feminina Casa de Betânia; C. E. Bitencourt Sampaio; Cenáculo E. Francisco de Assis; C. E. Carvalho de Assis; C. E. Obreiros do Bem; C. E. Amor e Caridade; C. E. Célia Xavier; Cenáculo E. Tiago Maior; C. E. Luz e Humildade; Sociedade de Amparo a Pobreza; C. E. Oriente; C. E. Amor, Verdade e Justiça; Abrigo Jesus; C. E. Lázaro*. Além desses, na ata de 16 de abril de 1947, fala-se da criação do *Grupo Espírita João Batista*, que não só era filiado à *União*, como também tinha como sede as dependências dessa instituição.

¹⁴⁰ Em ata de 14 de julho de 1948, foi aprovada essa antiga prática, permitindo novamente que os centros filiados ocupassem as tribunas da *União* aos domingos para ali realizarem suas palestras.

A questão é que, entre aquelas que ainda resistiam em reconhecer a *União* como liderança dentro do estado, uma, em especial, veio a causar, nessa época, bastante incômodo: tratava-se do *Centro Espírita Bitencourt Sampaio*, cujo órgão oficial, o jornal *O Poder* teria empreendido ferrenha campanha contra os membros que dirigiam à *União*, sendo Camilo Chaves, o seu presidente, o principal alvo dessas críticas. As negociações entre essas duas instituições foram assinadas em novembro de 1949, período em que o diretor deste centro, Felipe Purita, e o responsável pelo jornal, Arlindo Correa, teriam comparecido na sede da *União* para firmarem um acordo de paz.¹⁴¹ Apesar das promessas, o que se sabe é que os atritos entre o *Bitencourt Sampaio* e a *União* permaneceram por mais alguns anos. Na verdade, de acordo com o que consta na documentação (*Livro de Ata*, 2 de abril de 1952), esse centro havia criado nessa época uma outra instituição a fim também de representar o movimento no estado: a *Liga Espírita de Minas Gerais*.

Essa instituição era filiada à *Liga Espírita do Brasil*. Obviamente, assim como a *União*, a *LEMG* também tinha a pretensão de agregar e representar os centros espíritas mineiros. A desavença entre essas duas instituições duraram até por volta de janeiro de 1953, momento em que a *LEMG* veio a ser desintegrada.¹⁴² A documentação não fornece um maior número de dados para que essas tramas e intrigas pudessem ser analisadas mais detidamente. Apesar desse fato, esta ausência não impossibilita perceber que a disputa entre os indivíduos e as instituições a fim de galgarem melhores posições e de lutarem por mais poder, ainda permanecia dentro do campo espírita belo-horizontino. Embora fossem outras disputas, que traziam à tona, outros personagens envolvidos em velhas, ou em novas tramas.

Além deste caso, não se pode afirmar com segurança se outros centros também apresentaram resistência à gestão de Camilo Chaves e Bady Curi, visto que não há na documentação dados claros

¹⁴¹ Pelo que tudo indica as intrigas entre essas duas instituições já vinham se desenrolando há tempos e referia-se a uma série de medidas tomadas pela *União*. Inclusive, uma dessas medidas, por exemplo, tinha a ver com a participação desta instituição no 2º Congresso Pan-Americano, ocorrido no Rio de Janeiro, em outubro de 1949, e a adesão da *União* ao “Pacto Áureo”. Pelo que a documentação demonstra, o *Bitencourt Sampaio* parecia ser bastante próximo da *Liga Espírita do Brasil*, por isso, somente depois desta instituição ter de fato decretado sua adesão ao “pacto” é que esse centro resolver assinar um acordo com a *União*. Mas, a despeito desse acordo de paz, selado entre o *Centro Espírita Bitencourt Sampaio* e a *União*, firmada e lavrada nessa ata, ao certo, o que se pode perceber, é que as atas seguintes continuaram abordando o assunto referente aos atritos entre essas duas instituições. Ver *Livro de Ata*, 26 de novembro de 1949.

¹⁴² Ainda a respeito dessa instituição, consta na ata de 7 de janeiro de 1953, que Moacir Pires de Souza, seu presidente, teria comparecido a reunião de diretoria da *União* para informar a respeito da desintegração desta Liga. Afirmava ele que, pelo bem do movimento espírita mineiro, vinha tentando dissolvê-la há tempos, mas, sempre sem sucesso. Porém, após a realização do 2º Congresso Espírita, ocorrido em outubro de 1952, e patrocinado pela *União*, e que havia contado com o apoio da Liga, seus sócios, por fim, resolveram se ingressar na *União* e então, se dispuseram “a prestarem serviços a que fossem designados”. Pires teria ainda afirmado que essa medida representava um “grande passo para a Unificação do Espiritismo em Minas”. Por conta desse ato, Pires teria sido muito aplaudido pelos membros da *União*.

a esse respeito. Porém, há uma insinuação feita por um dos membros da instituição, dando a entender que essa resistência ocorria por parte de um número bem maior de centros. De um modo geral, o que se pode concluir é que essa direção – que fazia parte de um grupo de oposição à antiga direção da *União* – não passou incólume a esses mesmos problemas, vindo também a enfrentar oposição, inclusive, de indivíduos da própria diretoria.

Exemplificando um desses casos, vale destacar o que ocorreu nas eleições para o biênio de 1951-52 (*Livro de Ata*, 2 de dezembro de 1950). Consta que Noraldino Castro (que, além de ser presidente do *Conselho Deliberativo*, colocava-se como candidato à presidência da *União*) manifestou-se, afirmando que a gestão de Chaves vinha sendo inexpressiva e inoperante. Como se tratava de uma eleição, os dois candidatos à presidência tiveram a chance de subir à tribuna para lerem seus longos discursos (aliás, em parte, já comentados no início deste capítulo) e exporem os motivos pelos quais se colocavam na condição de candidatos ao cargo. Deste modo, assim, discursou Noraldino Castro:

(...). O direito de crítica polida é sagrado direito assegurado pela liberdade, característica dos espíritas que sabem exemplificar o evangelho. (...).

Possuo um passado já longo em prol da União Espírita Mineira. Muitos anos antes, em que nela viessem pontificar o seu atual Presidente, a quem reverencio. Já aqui morejava, sentindo os seus problemas, conhecendo suas necessidades. Tivemos o Congresso Espírita que foi o marco de duas etapas. Antes, havia uma Diretoria que não merecia o nosso apoio, por seu comodismo e estranha apatia à marcha da Doutrina. Depois surgiu a Federação Espírita de Minas Gerais que não atingiu sua finalidade, porque os homens que então governaram essa Casa, viam nos companheiros os “perigosos e inescrupulosos assaltantes”. Se tomassem a direção, poriam todo esse patrimônio, tradicional e sagrado, no mercado do mundo, desbaratando-o. Mas, com a FEMG, após muita incompreensão em que lutara ao lado de Bady Elias Curi, chegamos a um acordo e a União passou a ser dirigida pelo Dr. Camilo Chaves. E com essa direção houve a então temida e terrível invasão – os componentes do Tiago Maior passaram a predominar dela – o que era até então indesejável. E com eles não se realizou o desmoronamento do patrimônio, que era objeto de receio. Principiou, então uma era de esperança novas. Acreditamos que se veria a realizar um trabalho profícuo, ativo de organização social e federativa. Vencida a primeira fase da atual Diretoria, acreditávamos que nada se tinha feito por escassez de tempo. Foi reeleita, sem única voz que se erguesse nesse ou naquele sentido. Decorrido dois anos (...) pusemos-nos a meditar e verificamos que seria, como acreditamos que seja, **desaconselhável a reeleição dessa Diretoria que não corresponde a expectativa, não realiza o programa de trabalho que se traçou. Nada foi feito de positivo, a não ser a transformação dessa Casa, entidade federativa e de âmbito estadual, num Centro Espírita Grande, do Centro da Cidade.** (...).

Vários movimentos se processam no País. Depois de muito custo e de muitas incertezas, **a UEM resolveu comparecer ao Congresso Brasileiro de Unificação Espírita.** Levou duas teses – uma sobre a Unificação e outra propondo a criação de uma Universidade Espírita. **A tese da Unificação logrou aprovação, parte como sugestão, parte como resolução, graças a nossa interferência na Comissão de teses e disso resultou um ano depois o Pacto Áureo.** (...).

A tese da Universidade (...) ficou no tinteiro. Nomeou-se uma Comissão inter-estadual para cuidar do assunto. E fazia sugestão de uma Universidade quem não tem uma escola primária sequer (...). O autor da proposta, o autor da tese [Chaves], deveria ter movimentado o assunto, acionada a questão.

Mas, logo após realizou-se em São Paulo o Congresso de Educação Espírita e a UEM (...) apesar de convidada, ficou indiferente. (...).

Procuramos o Dr. Camilo e sugerimos que ele indicasse dois homens de sua confiança, para substituí-lo, juntamente com o vice-presidente. Eles não reúnem a simpatia de várias associações e não conseguiram unificar sequer a capital. **Respondeu-me que era ‘servo do trabalho’ e que os ‘guias’ impunham a reeleição... ou melhor, sugeriam a reeleição.**

Por estes motivos, em linhas gerais, é que somos contra a reeleição. Acrescentamos, que enquanto se cuida, com muito carinho, das sessões mediúnicas, que consideramos confusas, as sessões domingueiras, de pregação evangélica, têm sido relegadas ao abandono, sem frequência, sem oradores, sem carinho (*Livro de Ata*, 2 de dezembro de 1950. Grifos nossos).

Para se ter uma melhor compreensão das entrelinhas desse discurso, faz-se necessário, antes, conhecer um pouco mais sobre a biografia do seu autor: Noraldino Castro que era advogado e político e, inclusive, chegou a ocupar a cadeira de vereador da câmara municipal de Belo Horizonte no final dos anos 40. Era membro da *União* desde meados da década de 1930. Na gestão de Cícero Pereira, chegou a ocupar, em alguns momentos, os cargos de orador e secretário da instituição. Como já demonstrado, por volta de 1939, começou a questionar a legalidade de Pereira no cargo de presidente, vindo, juntamente, com outros indivíduos, a fazer oposição a essa gestão, sendo um dos que mais trabalhou para a eleição à presidência de Camilo Chaves.

Até 1939, foi também colaborador d’*O Espírita Mineiro*, mas, depois, fundou *O Síntese* – porta voz da *União da Mocidade Espírita Mineira* (instituição, a princípio, ligada à *União*, da qual Castro foi fundador). Em 1946, Castro foi candidato à presidência da *União*, perdendo para Camilo Chaves por uma diferença de 2 votos. Em 1948, ligado à direção da *União* (presidente do *Conselho Deliberativo*) fez veicular (por pouco tempo: de maio de 1948 a dezembro de 1949, porém, com algumas falhas) *O Espírita Mineiro*, no qual declarava sua esperança de ver essa instituição cumprir sua “missão”, que seria contribuir para “a restauração cristã” de Minas e do Brasil (*O Espírita Mineiro*, junho de 1948).

Diante dessa breve biografia, percebe-se o grau de envolvimento de Castro com a *União Espírita Mineira*. Alegando possuir mais tempo de casa do que o próprio presidente, agarrou-se a esse dado como se ele fosse o seu capital religioso acumulado, fruto de seu trabalho dentro daquela instituição. Capital que poderia lhe dar autoridade para garantir a legitimidade do seu discurso. Aliás, ao discursar, Castro assumiu sua oposição à antiga gestão de Pereira, por achá-la improdutiva, daí, sua mudança de lado e, então, seu apoio a Chaves. Entretanto, não se vendo atendido em suas expectativas quanto ao trabalho desta nova gestão, colocou-se como candidato ao cargo de presidente.

Como se pode perceber, Noraldino Castro acusava Camilo Chaves de não se atentar para o papel federativo que a *União*, como entidade estadual, deveria ter. Por isso, Castro alegava que esta instituição ficava presa em atividades pouco significativas, em torno de si mesma e dos centros da capital, sem desenvolver nenhum trabalho em “prol da unificação do movimento espírita de Minas”. Inclusive, no que diz respeito à participação da *União* no movimento de âmbito nacional, praticamente insinuou que essa instituição só participou do congresso ocorrido em outubro de 1948, em São Paulo, por insistência dele. Além disso, afirmou que a tese apresentada por Chaves (a que se referia à criação de uma universidade), não foi à frente, por inércia do seu proponente. Porém, interessante notar que, na época em que o congresso ocorreu, Castro, como redator d’*O Espírita Mineiro*, obviamente, não fez nenhuma crítica nesse sentido a Chaves. Ao contrário, tanto a tese apresentada, quanto a participação deste como presidente do congresso foi bastante elogiada.

No entanto, alguns anos depois, se vendo diante de uma disputa eleitoral, interessado em mudar a estrutura daquele campo, ou melhor, em mudar a sua própria posição ali dentro, Castro apelou para a desqualificação e deslegitimação do seu oponente, inclusive, fazendo insinuações que o desprestigiava diante do movimento nacional. Ao comentar a tese que propôs, obviamente, Castro não só afirmou o êxito desta perante o congresso, como ainda atribuiu a ela a responsabilidade pelo acordo assinado entre algumas lideranças nacionais, em 1949. Castro também se demonstrou interessado em transmitir a impressão de que, como porta-voz da *União*, sua participação naquele congresso havia sido extremamente significativa para apontar os rumos da paz, da ordem, enfim, da “unificação” do movimento espírita brasileiro.

Diante deste discurso, como ressaltado, não é possível afirmar se a *União* – por meio da tese de Castro – foi a única instituição a sugerir a criação de um *Conselho Federativo* para gerir os rumos do movimento nacional. Mas, a questão é que, o fato desta instituição ter feito tal proposta – e as demais instituições federativas terem aceitado e negociado a idéia de criação desse órgão – levou não só Castro, mas também Chaves, como presidente da *União*, a defender o papel da instituição nesta negociação que supostamente pôs fim aos conflitos existentes dentre do tumultuado campo espírita brasileiro. No entanto, ao passo que Castro procurou passar a impressão de que a *União* seria “a responsável” pelo acordo, Chaves apresentou sua instituição como uma das que “cooperou em prol da pacificação”. Porém, dentro da instituição, numa luta de representação com o seu adversário, Chaves tentou arrogar para si, como presidente daquela casa, a responsabilidade de ter levado sua instituição a “cooperar” naquele acordo. Isto pelo menos é o que se pode perceber em

seu discurso, quando apresentou ao *Conselho Deliberativo da União* sua defesa e sua justificativa, informando seu ponto de vista sobre sua reeleição:

(...). Desejaríamos, eu e meus companheiros de Diretoria, aproveitar o ensejo para descansarmos um pouco das lides direcionais desta Casa. A ninguém é possível justificar, de boa fé, o desejo de perpetuação ou, digamos mais atenuadamente, de reeleição a cargos, que nada mais ofereçam materialmente, senão compensações negativas de trabalho gratuito, lutas, incompreensões e maledicência. **Há, porém, uma coisa, que requer mais do que desprendimento, requer o sacrifício integral da liberdade e dos postos na sociedade e a renúncia às seduções da vida: é a defesa do nosso ideal.**

Esta Casa, com quase cinquenta anos de existência **é um repositório de tradições, de esforço no ministério da pregação espírita.**

De quando em vez, em fases de renovação direcional, formam-se correntes de opinião, algumas nem sempre bem inspiradas, que se digladiam nos pleitos eleitorais, para a conquista dos postos de direção, estabelecendo atritos que não se coaduna com o espírito de fraternidade, condicionado aos adeptos da doutrina. Elementos estranhos à sociedade da União Espírita Mineira, declaradamente seus inimigos, açulam-se em demolidoras campanhas de descrédito, de inovações e transformações contrárias às finalidades da instituição. **Propõem-se, por exemplo, a suprimir as sessões mediúnicas públicas, julgadas inconvenientes e condenáveis, quando elas foram instituídas por ordem expressas de Emanuel e dos guias desta Casa (...).**

A demagogia dos díscolos como complemento do programa, passaria a enxotar da Casa os Centros amigos, que realizam nela as suas sessões, na falta de sede própria, assim como a Casa de Betânia (...); o Centro Jesus, Maria e José (...); o Centro João Batista (...); a Mocidade do Precursor (...). As duas escolas de médiuns (...) seriam encerradas (...).

Esses rumores e projetos de propaganda subversiva, que propõe-se a renovar homens e coisas desta Casa, não abalou o ânimo dos espíritas, sócios e freqüentadores desta casa, os quais em movimento coletivo se manifestam pela continuação do programa estabelecido pela Diretoria, a mandado de Emanuel e dos Guias. (...).

Alguns conselheiros alarmados procuraram-me no sentido de obterem a minha aquiescência para a reeleição da diretoria, que tenho a honra de presidir. A ilustrar o seu encarecimento, **apontaram-me o magnífico trabalho realizado e cooperação desta Diretoria em prol da pacificação dos espíritas do Brasil, participando de Congressos e concertando com outras entidades federativas estaduais e a Federação Espírita Brasileira, a formação do Conselho Nacional de Espiritismo, conforme os termos da ata de 5 de outubro de 1949.** A formação deste Conselho, empossado a 1º de Janeiro deste ano, veio marcar o ponto de partida do grande movimento de unificação, cuja elaboração vem se processando com vagar, diante dos óbices e incompreensões que se entulham no caminho. (...). **Insistiam, pois pela continuação da mesma Diretoria, realizadora de importantes acontecimentos históricos na vida do Espiritismo do Brasil e de Minas. (...)** (*Livro de Ata*, 2 de dezembro de 1950. Grifos nossos).

Pelo que consta em sua biografia,¹⁴³ Camilo Chaves, após longos anos de vida parlamentar, por volta de 1935, teria se aposentado junto ao senado estadual mineiro. Além de político, consta que havia sido professor, escritor, e membro do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. A partir dessa época, ele teria se dedicado então à divulgação da doutrina kardecista, vindo a ajudar na fundação e a participar de alguns centros espíritas na capital mineira, inclusive, do *Cenáculo*

¹⁴³ Conferir dados biográficos em *O Espírita Mineiro*, março-abril de 2003.

Espírita Tiago Maior. Como já mencionado, desde 1940, seu nome era cogitado nas eleições como provável candidato para ocupar cargos na diretoria da *União*. No entanto, isto veio a acontecer somente em junho de 1946, quando assumiu a presidência, sendo reeleito em 1948. A partir de março deste ano, quando Cícero Pereira renunciou à vice-presidência, Chaves passou a ter Bady Curi como parceiro nesta diretoria.

Como aludido, segundo Arruda, palavras tais como *sacrifício* e *renúncia* pareciam que há tempos haviam sido internalizadas nas práticas discursivas dos mineiros, sobretudo, dos seus políticos. Estas, quando pronunciadas, pareciam querer evocar características míticas construídas em torno da história deste estado, o que contribuía para a construção das *representações da mineiridade* (ARRUDA, 1990, p. 226).

Possivelmente, acostumado a utilizar tais palavras em seus discursos políticos, Chaves, oportunamente, procurou (res)significá-las de acordo com o campo em que atuava neste momento. Certamente, quis dar a entender que, como “bom mineiro” – portanto, comprometido com os “atos gloriosos” e com a liberdade de ação –, ao assumir a direção da *União*, estava dando provas de grande sacrifício ao renunciar uma causa nobilíssima, que muito o seduzia: sua liberdade de participar dos “postos da sociedade”. (Talvez, aqui estivesse se referindo a sua vida política). Porém, tal renúncia estava sendo feita em nome de uma causa ainda mais nobre: dedicar-se à defesa de sua doutrina religiosa. Deste modo, tratava-se de um comportamento que Chaves, possivelmente, julgava como “natural” de um espírita mineiro.

Mais do que contestar as críticas recebidas, Chaves também pretendia deslegitimar o discurso do seu adversário, portanto, procurou enfatizar a importância da sua gestão e do seu incentivo aos serviços, isto é, dos bens de salvação oferecidos pela *União*.¹⁴⁴ Provavelmente, para Chaves, quanto mais serviços a *União* prestasse, mais ela atenderia à demanda daquele mercado religioso, assim, mais fiéis ela teria em torno de si. Portanto, do seu ponto de vista, os trabalhos

¹⁴⁴ Na análise da documentação é possível perceber que durante a gestão de Camilo Chaves, além das atividades comuns a uma instituição espírita (sessões de evangelização e de desenvolvimento mediúnico), ocorreu a reativação da farmácia homeopática e a reabertura de um antigo consultório dentário. A assistência prestada pela *Casa de Betânia* (fundada em 1943), teve ainda mais atenção e apoio para desenvolver seus trabalhos caritativos com a arrecadação e distribuição, sobretudo, de gêneros alimentícios à população empobrecida da cidade. Em 1949, como já comentado, muitos centros filiados foram convidados a comparecer para “ocupar sua tribuna”, para palestrarem, dando cabo a uma programação, a um “intercambio evangélico”. A partir da década de 50, outros grupos foram se formando dentro da instituição, e foram também assumindo o desenvolvimento dos trabalhos. Deste modo, de acordo com os cronogramas de horários e de trabalhos da *União*, expostos nas páginas do seu jornal, constam que, por exemplo, o recém-formado grupo *João Batista* passou a realizar os trabalhos das segundas e sextas-feiras à noite, com a sessão de evangelização doutrinária, já às terças-feiras à noite eram dedicadas ao trabalho de desenvolvimento dos médiuns, desempenhado pela veterana *Casa de Betânia*.

efetuados pelos vários centros que se alojavam e ocupavam, em diferentes dias, aquela sede, tinham extrema importância, pois, quanto mais bens de salvação oferecidos, mais fiéis a instituição arrebanharia. Ao defender a manutenção dessas atividades, Chaves parecia endossar a representação inventada por Antonio Lima, de que esta instituição possuía uma forte “tradição de trabalho”. Na verdade, parecia que, para Chaves, quanto mais trabalho a casa apresentasse, conseqüentemente, mais capital religioso ela acumularia e, mais reconhecimento e autoridade ela teria perante a sociedade. Ou melhor, perante o mercado do qual ela fazia parte. Certamente, era esse reconhecimento que Chaves buscava para afirmar a sua gestão e, obviamente, a sua reeleição dentro da instituição.

No entanto, provavelmente a fim de minar esse reconhecimento quanto à gestão de seu opositor, Noraldino Castro alegava que um dos problemas da atuação de Chaves era justamente esse: na medida em que permitia que outros centros realizassem, ao longo da semana, sessões mediúnicas em seu interior, a *União*, ao se envolver com tais atividades, esquecia-se de cuidar da organização do movimento, negligenciando sua função federativa. Aliás, como mencionado acima, baseando-se nas alegações de Castro, tudo indica que o pano de fundo para a querela entre ele e Chaves residia nesta acusação da pouca dedicação de Chaves pelas questões relativas à unificação do movimento. Daí, Castro utilizar-se disto para justificar sua oposição eleitoral. Deste modo, nesse momento, Castro questionou também a própria atuação de Chaves durante a realização do congresso nacional ocorrido em 1948, tanto no que se referia à viabilidade da tese proposta por aquele presidente, quanto à possível falta de articulação de Chaves entre as lideranças daquele congresso. Assim, Castro, empreendendo uma luta simbólica, arrogou para si o papel de “verdadeiro representante” da *União*, defendendo, que a sua participação – e não a do seu adversário – teve importância crucial na articulação e concretização do “Pacto Áureo”.

Por sua vez, Chaves, ao se defender das acusações que recaíam sobre sua administração – e, a fim de garantir a manutenção daquela estrutura de poder e assim, sua permanência naquela diretoria – buscou na memória de seus pares as lembranças quanto a sua possível atuação como articulador do tal acordo efetuado entre as lideranças espíritas no âmbito nacional. Deste modo, Chaves ao apelar “para a continuação da mesma Diretoria”, queria convencer aqueles que o ouviam de que, como presidente da *União*, era ele o responsável pela cooperação desta instituição na realização “de importantes acontecimentos históricos na vida do Espiritismo do Brasil e de Minas”.

Enfim, o quadro que se delineava parecia ser o seguinte: diante de uma eleição interna, ambos os candidatos à presidência da *União*, agarraram-se numa provável atuação que aquela

instituição – juntamente com outras instituições estaduais – talvez, tivesse tido dentro do movimento nacional. Diante de uma disputa, ambos arrogaram para si o papel de liderança dentro deste movimento. Desta forma, Chaves, além de querer lembrar e convencer a todos sobre sua atuação no movimento nacional, propôs-se a permanecer com a mesma linha de trabalho, prestando os mesmo serviços, mesmo porque, segundo ele, tratava-se de um trabalho cuja orientação de continuidade vinha do alto, portanto, “superiormente orientado” pelos guias da casa:

(...) podeis estar certo, de que a U.E.M continuará fiel à orientação Kardecista e ao seu programa de atividades já iniciado, de trabalho na pregação evangélica, pela palavra, pelo exemplo, pela prática das sessões públicas mediúnicas, **segundo a recomendação dos guias da casa e do autorizado mentor Emanuel**. Em vez de modificar o programa de ação, propõe-se ampliá-lo (...). (*Livro de Ata*, 2 de dezembro de 1950. Grifos nossos).

O que se percebe é que Chaves – visando manter-se em seu posto e rebater as críticas recebidas – buscava nos “guias espirituais”, o reconhecimento e a legitimidade de suas ações, daí, afirmar que as atividades ali desenvolvidas haviam sido “**instituídas por ordem expressas de Emanuel e dos guias**” daquela casa. Essa justificativa de Chaves foi motivo de polêmica e não ficou sem o contra-ataque de Castro que, demonstrando-se indignado, ironizou, afirmando que:

(...). Se aquelas reuniões [da diretoria] não se realizavam com a habitualidade indispensável, verificamos, de outro lado, que as reuniões mediúnicas, que se processam aqui, sob a direção da UEM, são freqüentes. Os seus Diretores deixam de atender a obrigações de ordem social, de comparecer a conferência de confrades de outras cidades, realizadas em outros Centros, para atender aos freqüentadores dessas reuniões. Até aí, em parte muito justo e louvável. **Mas, o que não se pode compreender é que a Casa Mater do Espiritismo, em Minas, não observou as regras de Allan Kardec, para os seus trabalhos, pois até hoje ninguém logrou dizer ou acrescentar nada àquelas instruções. Os antigos Diretores espirituais dessa Casa, exceção de João Batista, desapareceram e foram substituídos por outros, que se revelaram, na última sexta-feira, em cabos eleitorais...** E, no entanto, são de Allan Kardec os seguintes ensinamentos:

‘Não há outro critério, senão o bom senso, para se aquilatar do valor dos Espíritos. Reconhece-se os Espíritos levianos pela facilidade com que predizem o futuro e precisam os fatos materiais o que não nos é dado ter conhecimento (...)’ (*Livro de Ata*, 2 de dezembro de 1950. Grifos nossos).

Como se pode observar, Castro afirmava que a diretoria vigente priorizava as sessões mediúnicas em detrimento das reuniões deliberativas. Desta maneira, de forma irônica – mas também, pretensiosa – alegava que aquelas sessões práticas somente teriam significado para a *União* se elas contribuíssem para “avançar” os estudos doutrinários produzidos pelo próprio Kardec e não para que os guias espirituais da casa se portassem como “cabos eleitorais” daquela direção. Ao fazer tal troça, fica evidente nesta resposta uma crítica, nada sutil, àquela diretoria que buscava a legitimidade de seus atos via “voz autorizada” dos seus guias. Com essa resposta, parecia que Castro

insinuava, ainda, que tais protetores espirituais da *União* se “renovavam” conforme a conveniência daquela administração. Insinuava também que havia a ocorrência de uma apropriação da direção sobre esses “novos guias”. Além dessa crítica, o que se percebe é que Castro, talvez, estivesse “alfinetando” os médiuns que assinavam suas parcerias com os guias que estavam sendo ouvidos por aquela casa. Considerando que, naquele momento, Emmanuel era apresentado como o espírito protetor do médium Francisco Cândido Xavier e, que, portanto, possuía palavra mais do que autorizada dentro da *União*, tudo indica que o próprio médium, parceiro e protegido por este espírito, fosse também um dos alvos da crítica de Castro.¹⁴⁵

Tendo em vista essa possibilidade, é interessante destacar que, se esse médium estava sendo – nesse momento, dezembro de 1950 – retaliado por Castro, a documentação indica que a consideração de Castro por Xavier já havia, em outros tempos, sido diferente. Ou melhor, é provável que Castro tivesse tido mais consideração e admiração por esse médium. Pelo menos é isso o que demonstra a edição de dezembro de 1948, do jornal *O Espírita Mineiro*, cujo redator era o próprio Noraldino Castro. Nesta edição, veiculava em primeira página uma grande mensagem intitulada “Emmanuel e o Congresso”. Abaixo, vinha uma nota esclarecendo que essa

(...) mensagem [foi] recebida por Francisco Cândido Xavier, em Pedro Leopoldo, em 15 de junho próximo passado, em presença do sr. Antonio Batista Lino, Conselheiro da União Social Espírita, que a solicitara a propósito do Congresso planejado por aquela instituição (*O Espírita Mineiro*, 31 de dezembro de 1948).

Considerando que esta nota foi publicada para “esclarecer” que aquele congresso realizado em São Paulo havia contado com o aval de Emmanuel, como não pensar que, como redator daquele jornal, Castro também não estivesse agindo conforme sua conveniência, visto que, dentro de Minas, ele era um dos grandes interessados na realização e participação da *União* naquele congresso? Deste modo, neste momento, também não estaria ele sendo conivente com a apropriação da parceria Chico Xavier/Emmanuel?

Como demonstrado no capítulo anterior, essa apropriação do capital de autoridade deste médium, e de seu guia espiritual, vinha ocorrendo dentro da *União* desde a época em que Chico Xavier começou a manter seus primeiros contatos com essa instituição, isto é, quando Antonio Lima e Cícero Pereira demonstraram que essa apropriação era interessante aos seus propósitos. Então, se desde meados da década de 1930, essa prática já vinha sendo realizada, o que dizer no final dos anos 40, início dos 50? Neste momento, se Xavier ainda não havia se consolidado, se ainda não era

¹⁴⁵ Essa hipótese é plausível, pois Castro chegou, em outros trechos deste discurso, a citar o nome de Chico Xavier.

considerado pelo meio espírita como um dos médiuns mais importantes do país, no mínimo, o seu nome já era notório e propagado para além do cenário mineiro. Desta maneira, é provável que essa ação de validar atos de sujeitos ou de instituições por meio das “vozes autorizadas” dos guias, já estava sendo internalizada como uma prática dos espíritas mineiros – e “não mineiros” – daquela época. Neste caso, parecia tratar-se de uma apropriação que, certamente, rendia frutos não só para aqueles que a praticavam, mas também (como ainda será analisado), poderia contribuir para a valorização e capitalização da própria autoridade religiosa do médium, demonstrando haver nesse ato uma relação de simbiose e de interesses recíprocos.

Retomando o assunto sobre as eleições para a diretoria da *União*, em dezembro de 1950, intrigas à parte, a questão é que, mais uma vez, Camilo Chaves saiu vitorioso, com 16 votos contra 6 de Noraldino Castro. Após esse momento, o que se observou foi que Castro ficou meio acuado, vindo a se afastar temporariamente, mas, logo retomou os postos de comando daquela instituição.¹⁴⁶ Apesar desses conflitos, este parecia ser um momento mais tranquilo para a *União*, no que diz respeito às disputas de poder – pelo menos, se comparado aos problemas vividos em anos anteriores. Assim, ao longo de toda a década de 50, observou-se que a instituição continuava a vivenciar pequenas disputas, mas nada que levasse o grupo que estava no posto de comando a perder sua posição na estrutura de poder desta instituição religiosa.

Enfim, ao se analisar esse conflito, vivenciado pela *União*, no início dos anos de 1950, teve-se, também como objetivo, situar o contexto em que esta instituição começou a construir e a veicular a representação de que Minas Gerais era a “Usina de Luz” do Brasil. Exatamente em uma época em que a sua diretoria passou a praticar, com mais intensidade, a tentativa de se apropriar do capital de autoridade de Chico Xavier e de seu guia protetor. Ou melhor, naquele momento, essa diretoria, encabeçada por Camilo Chaves e Bady Curi, parecia ter tomado consciência de que Chico Xavier era um “médium mineiro” que possuía muito mais do que notoriedade, daí, ter compreendido que uma real aproximação da *União* com esse médium poderia contribuir para a ampliação do capital de autoridade da própria instituição.

¹⁴⁶ No ano seguinte, na eleição ocorrida em 15 de abril de 1951, para presidente do Conselho, Castro perdeu seu posto. Na ata dessa eleição, Castro leu uma nota que teria feito publicar no jornal *O Poder*, onde afirma que estava apoiando ao novo presidente Ademar Dias Duarte. Dizia ainda que as incompreensões entre ele e a direção da *União* estavam encerradas. Nesta ata, consta ainda que Castro anunciava que, como vereador, havia feito ser aprovado a lei municipal n. 185, que reconhecia a *União*, o Abrigo Jesus, a Casa Transitória e a Sopa dos Pobres como utilidades públicas. Talvez, com este gesto, Castro pretendesse dar a entender que não havia ressentimentos de sua parte com aquela instituição.

3.4 O 2º CONGRESSO ESPÍRITA MINEIRO E A CONSTRUÇÃO DA “MINAS ESPÍRITA”

Foi em meio a um clima de disputas de poder e de lutas de representações – somado ainda ao discurso de que era necessário cumprir a meta estabelecida no *Pacto Áureo* e, assim, contribuir com a “unificação” da “família espírita brasileira” – é que, em Minas, a *União* justificou sua necessidade de dar seqüência à “reflexão” sobre a “unificação espírita” dentro do seu estado. Então, foi nesse contexto que essa instituição encampou (três anos depois desse “pacto” e oito anos depois de patrocinar seu primeiro congresso) a realização do seu 2º Congresso Espírita Mineiro.

Como foi anteriormente ressaltado, o 1º Congresso Espírita Mineiro aconteceu em junho de 1944. Pelo que indica a documentação, talvez, esse tenha sido o primeiro congresso espírita ocorrido no Brasil. Logicamente, essa afirmação era propagada pela direção da *União*, inclusive, em um artigo publicado n’*O Espírita Mineiro*, Leopoldo Machado também endossou essa informação. Aliás, ao fazer um balanço sobre o processo de unificação do espiritismo no país, assim manifestou-se, em um artigo publicado n’*O Espírita Mineiro*, a respeito desse evento:

(...). A idéia da unificação dos Espíritas partiu de Minas Gerais. Partiu do Primeiro Congresso Espírita realizado de 16 a 24 de junho de 1944, a que comparecemos, credenciados por 12 entidades – sociedades espíritas e jornais – cujas credenciais tivemos que substabelecer. (...). Do Congresso saiu a FEMING, Federação Espírita de Minas Gerais que não sobreexistiu. Mas, o ideal, incompreendido por muitos, combatidos por alguns, e animado por diversos – nós, inclusive, – permaneceu de pé. Permaneceu tão de pé, implícita e explicitamente, que se transferiu para São Paulo, (...). Em São Paulo, no Congresso de 5 de novembro de 1948, que de regional alterou-se para nacional – Congresso Brasileiro de Unificação Espírita – o tema foi o mesmo, porque o mesmo era o anseio de todos. (...). **Minas Gerais compareceu representada por digna e heróica representação.** Aliás, a que, juntamente com a do Rio Grande do Sul e de São Paulo, mais teve o que fazer. **E a unificação é, ainda, para mineiros e paulistas, o ideal de hoje e de sempre** (*O Espírita Mineiro*, maio de 1954. Grifos nossos).

Como se pode perceber, esse comentário foi produzido *a posteriori* por Machado, que, por sinal, parecia ser uma pessoa que mantinha com a *União* uma antiga e estreita relação de amizade. Se Machado ouviu esses comentários no próprio interior desta casa e, a partir daí, passou a reproduzi-lo, essa é uma possibilidade que não se pode descartar. Mas, ao certo, as informações que se tem levam a crer que a *União* tinha intenção de propagar a afirmativa de que, com aquele congresso havia se reacendido o interesse de se discutir a unificação espírita no país. Isso é o que se pode constatar, por exemplo, na análise da ata da reunião ocorrida em 15 de outubro de 1949, quando Noraldino Castro, Bady Curi e Osório Morais, comentavam suas participações como representantes no 2º Congresso Espírita Pan-Americano. Nesta ata, ao ser realizado um balanço

sobre aquele evento, foi enfatizado que a campanha para a unificação do espiritismo brasileiro havia começado em Minas, a partir do *1º Congresso Espírita Mineiro*, realizado sob os auspícios da *União*. Assim, propagar essa idéia de que Minas era precursora na realização de congressos com vistas à unificação, parecia ser, aos olhos da *União*, um modo de convencer os seus pares sobre o seu comprometimento e sua responsabilidade com a causa da união da “família espírita brasileira” e, conseqüentemente, demonstrar o seu pioneirismo neste tipo de trabalho.¹⁴⁷ Em síntese, mostrar o seu “dever” com a causa da unificação parecia ser umas das formas de impor a idéia de que existia uma certa “hegemonia” do movimento espírita mineiro perante os demais.

Conforme demonstrado neste trabalho, a representação de que Minas possuía “missão” com as causas da unidade nacional fez parte do imaginário político mineiro, sobretudo, nesta década de 1950, quando livros como o de Alceu Amoroso Lima (1945) e de Bias Fortes (1960) estavam sendo publicados e lançados dentro da literatura brasileira, propagando a representação de que Minas possuía uma “missão” com a nação brasileira. Tentando compreender como essa representação nasceu dentro do imaginário, em suas pesquisas, Arruda (1990) percebeu que a criação dessa representação foi se dando, sobretudo, a partir da prática discursiva dos políticos que governaram as “alterosas”. Esses, desde o império até a república, procuraram explicar “a vocação de Minas para promover a unidade do país”. Assim, alguns discursos, apropriando-se da própria história mitificada do estado, procuravam convencer que os mineiros eram capazes de sacrificarem e renunciarem a própria vida em nome desta “missão salvacionista” (ARRUDA, 1990, p. 223). Já alguns outros, apelavam para

(...) a mediterraneidade do estado dentro do território nacional. Para João Pinheiro, ‘o estado de Minas Gerais, pela sua posição central entre os demais; pela origem da população, vinda em massa, no correr do século XVIII, de todos os pontos povoados do Brasil (...) resume, em seu próprio solo, as belas qualidades do solo da Pátria, e em seu próprio povo as do povo brasileiro’. Minas como que se constitui no país, pois seus limites bordejam todas as regiões, e se coloca como órgão central no corpo da nacionalidade (...). As concepções de que Minas, por sua posição geográfica, contém mais intrinsecamente a nação, criam uma idéia mitificada de espaço, porque geram a ilusão de que se pode

¹⁴⁷ Prestes a realizar o seu *2º Congresso Espírita*, a *União* publicou n’*O Espírita Mineiro* uma longa matéria onde reafirmava essa idéia sobre seu pioneirismo, por conta da realização do *1º Congresso Mineiro*, em junho de 1944: “Há quem, na atualidade, nos pergunte sobre os resultados daquele certame. (...). Assinalou ele, nessa primeira reunião, o marco inicial, de um grande movimento. (...), lançou as bases para a organização federativa no País. Escusado é dizer que houve reação aos pontos de vistas por nós escusados. Mas, o movimento, de que éramos simples executores, foi se irradiando e surgiu o Congresso da Alta Sorocabana, em São Paulo. Mais tarde, realizou-se o certame de igual significado no Rio Grande do Sul. Seguiram-se os de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e as magníficas reuniões nordestinas. (...)” (*O Espírita Mineiro*, Agosto de 1952). Sendo ou não Minas precursora em congressos, a questão é que em 1948, quando *O Espírita Mineiro* voltou a veicular (como já comentado, voltou em maio de 1948, tendo como redator Noraldino Castro, veiculando nesta época até dezembro de 1949), trazia informações de vários congressos que estavam sendo realizados no país, sobretudo, na região sul e sudeste.

encontrar no presente episódios do passado. Ao mesmo tempo, a noção de espaço invariante e incapaz de perder quaisquer das suas partes recria uma forma de pensamento que assume integralmente a permanência do tempo. (...). A partir daí, é possível firmar a simbiose entre Minas e o Brasil. A idéia de nação enseja uma categorização abstrata do tempo e do espaço. Correlatamente, a mitificação de uma época referida a um lugar determinado contém o pressuposto abstrato. Daí acontecer uma homologia de princípios entre concepções de Minas e as de nacionalidade, validando afirmações como: ‘Servir a Minas é servir à nação’ (ARRUDA, 1990, p. 219-221).

Tendo em vista esses pressupostos teóricos, observa-se que essa representação de que “Minas tinha compromisso com a unidade da nação” nasceu, principalmente por meio das práticas discursivas de políticos que procuravam explicar tal missão, ora remetendo-a à própria história (mitificada) de Minas, ora à geografia do estado. A partir dessas representações, tantas outras foram sendo (re)elaboradas.

Diante dessas considerações, é válido questionar até que ponto os espíritas ligados à *União*, não estariam, nesta época, também tentando construir uma representação análoga? Isto é, alegar que Minas possuía compromisso com a “unificação” da “família espírita brasileira” (fosse afirmando seu pioneirismo na realização do 1º congresso; fosse querendo mostrar a ativa participação de Minas nos congressos nacionais) não seria mais um indício de que ocorria uma apropriação dos espíritas quanto a esta *representação da mineiridade*? Mais do que vislumbrar essas questões como uma possibilidade de análise, pretende-se, neste item, problematizá-las a partir de um evento promovido pela *União*, ocorrido em outubro de 1952: tratava-se do 2º *Congresso Espírita Mineiro*.

Quando o jornal *O Espírita Mineiro* voltou a veicular, em março de 1952, em primeira página, anunciou que a *União* estava convocando os dirigentes espíritas do estado para a realização deste 2º congresso e que as comissões para a sua organização estavam sendo formadas.¹⁴⁸ A partir daí, a cada edição, o jornal anunciava as novidades sobre o andamento do evento, justificando sempre que a sua realização seria com o objetivo de aproximar os dirigentes dos “centros esparsos no vasto território do Estado (...) Outrossim, acelerar o movimento de unificação de acordo com os princípios estabelecidos no Pacto (...)” (*O Espírita Mineiro*, maio de 1952).

¹⁴⁸ A idéia de se realizar um outro congresso vinha sendo cogitada pelo presidente da *União* há alguns anos. Na reunião da diretoria de janeiro de 1948, por exemplo, Chaves havia exposto seu desejo de comemorar, em grande estilo, os 40 anos daquela instituição espírita, daí, seu plano de vir a realizar naquela data o 2º *Congresso Espírita Mineiro*. Porém, nas reuniões dos meses seguintes, sua idéia nem foi cogitada. Anos depois, em abril de 1951, Chaves afirmou, em uma reunião da diretoria, que realizaria esse congresso em outubro daquele ano. Mas, o que se sabe é que tal proposta também não se concretizou.

A realização desse congresso foi divulgada também durante um encontro ocorrido em maio deste ano de 1952, em Lavras, na região do Sul de Minas.¹⁴⁹ Esse encontro estava sendo organizado pela segunda vez nessa cidade, com o apoio de Moacir Pires, diretor da *Liga Espírita de Minas Gerais* – entidade recém-criada, com sede em Belo Horizonte e que, como já comentado neste capítulo, também reivindicava o mesmo papel da *União*: liderar e representar o movimento espírita do estado.

No que diz respeito à realização de encontros espíritas dentro de Minas, vale assinalar que, além dessa *Concentração* em Lavras, uma outra estava prevista para acontecer no final de 1952, na região do Vale do Rio Doce e Zona da Mata Mineira. Diante desses dados, fica-se a impressão de que, além da vontade de realizar um novo congresso, o presidente da *União* enxergava na realização deste uma necessidade premente. Assim, a informação de que Chaves teria comparecido, naquele encontro em Lavras, para convidar os participantes para a realização de um novo congresso, leva a pensar que, possivelmente, com receio de que esses centros do interior (apoiados pela *Liga*), o realizassem, provocando possíveis mudanças na estrutura do campo espírita mineiro, Chaves teria tomado à frente e assumido a organização do mesmo para garantir o posto de liderança da *União* dentro do movimento estadual.¹⁵⁰

Deste modo, o 2º *Congresso Espírita Mineiro* estava previsto para ser realizado entre os dias 3 a 5 de outubro de 1952 (data que, como ainda será demonstrado, não teve uma escolha aleatória). Ao comunicar a referida data aos leitores, o jornal procurou esclarecer como seria o funcionamento do “grande certame”: inspirados em um temário previamente definido e escolhido pela comissão organizadora, os representantes dos centros participantes, filiados ou não à *União*, deveriam enviar a essa instituição as teses que julgassem necessárias e válidas para atingirem a finalidade máxima do congresso que, segundo anunciava-se, seria a tomada de decisões em “prol da unificação da família espírita mineira”. Essas teses seriam pré-selecionadas. Durante o evento, estava previsto que caberia à comissão organizadora, juntamente com os “legítimos representantes” dos centros, debaterem e

¹⁴⁹ Segundo consta, trata-se do 2º *Concentração de Centros do Sul e do Oeste de Minas*, ocorrido em 1 a 4 de maio de 1952.

¹⁵⁰ Consta que os dirigentes dos centros da capital foram convidados para participar de uma reunião que ocorreria na sede da *União* em 18 de maio. Nesta seriam, então, formadas algumas comissões responsáveis pela organização do evento. De acordo com esses registros pôde-se perceber que, obviamente, os cargos de maior responsabilidade foram formados pelos dirigentes da *União*. Inclusive, o próprio presidente da instituição foi nomeado também como Presidente de Honra do referido congresso. Já os presidentes dos centros que compareceram nessa reunião (sendo todos eles da capital) foram incorporados como membros integrantes da comissão de finanças, que foi presidida por Oscar Coelho dos Santos, que também era membro da diretoria da *União*. Enfim, como era de se esperar, os cargos de maior confiança, ou seja, a direção do congresso ficou sob os cuidados da própria *União*.

votarem tais teses. Aquelas que fossem aprovadas comporiam as *Resoluções do Congresso*. Essas seriam aplicadas na organização e unificação do movimento.

Por várias vezes, esse jornal fez questão de enfatizar que a realização desse congresso estava se dando em cumprimento ao que havia sido acordado entre as instituições estaduais e a *FEB*, em 5 de outubro de 1949. Aliás, como porta-voz da *União*, esse jornal sempre procurava dar a entender que, em nenhum momento, essa instituição estivera em desacordo ou em conflito com a *FEB*. Deste modo, parecia importante aos olhos da *União*, deixar claro que a *FEB* já havia se manifestado e, portanto:

(...) aprovando, calorosamente, a iniciativa da convocação do Segundo Congresso Espírita de Minas Gerais, prontificando-se a participar do mesmo por meio de importante Comissão, chefiada pelo prestigioso confrade Dr. Wantuil de Freitas, presidente do Conselho Nacional e da FEB (*O Espírita Mineiro*, julho de 1952).

A preocupação em mostrar essa aprovação da *FEB*, talvez, tenha sido, principalmente, para desfazer um possível mal estar que deve ter se instalado no ar em função do desligamento da *União* à *FEB*, durante o ano de 1948 a 1949, quando esta *Federação* a puniu pela sua participação no congresso em São Paulo. Estando novamente filiada a *FEB*, parecia haver uma grande preocupação, por parte da *União*, em mostrar tal aprovação, sobretudo, ao movimento que ela pretendia liderar. Além desta questão, o fato da *FEB* sempre desaprovar as realizações dos congressos espíritas (como ocorreu com o primeiro que a própria *União* realizou em 1944), fazia dessa aprovação um dado importante. Inclusive, essa preocupação pode ser analisada pelo viés apresentado por Bourdieu, quando este autor demonstra que a busca pela legitimidade de um evento, ou melhor, de um ritual, passa pela questão do reconhecimento deste por aquele que se diz autorizado e habilitado para reconhecer tal legitimidade. Isto porque,

(...). Para que o ritual funcione e opere, primeiro é preciso que ele se apresente e seja percebido como legítimo, pois o simbolismo estereotipado contribui exatamente para evidenciar que o agente age na qualidade de depositário provido de um mandato e não em seu próprio nome ou de sua própria autoridade (BOURDIEU, 1996, p. 93).

Nesta perspectiva, a *União*, ao propor a realização desse congresso, para que ele fosse reconhecido pelos futuros congressistas como legítimo, antes ela julgou necessário mostrar a esses participantes que ela, como instituição filiada à *FEB*, estava apenas cumprindo um compromisso em nome daquilo que ambas – pelo menos em discurso – tanto prezavam: a unificação do espiritismo nas terras brasileiras. Por isso, a *União*, como a verdadeira instituição federativa do estado (e não a *Liga Espírita de Minas Gerais* ou, nenhuma outra), estava contando não só com a aprovação, mas,

com o incentivo da *Casa Mater* espírita do Brasil, o que demonstrava que ela estava autorizada e investida de poder para realizar um evento de “tamanho grandeza”.

Tendo em vista que a alegação para a realização deste 2º Congresso era a “unificação da família espírita mineira”, faz-se necessário refletir sobre a idéia de “unificação” que a *União* parecia conceber. Ao longo dos anos,¹⁵¹ a *União* demonstrou que, para ela, “unificar” significava manter a estrutura de poder do campo espírita mineiro intacta. Uma estrutura em que ela tivesse capital de autoridade suficiente para ser reconhecida como a única liderança dentro deste campo religioso, onde ela pudesse manter sob o seu poder a centralização do movimento espírita mineiro, impondo a filiação como um modo eficaz de homogeneizar os “pontos de vista e de condutas”, e assim, “contribuir” para a “obra da unificação” preconizada dentro do movimento nacional. Desta maneira, tudo indica que, para a *União*, o movimento espírita de seu estado estaria “unificado”, quando todos os centros, espalhados pela capital e interior, estivessem ligados a ela por meio da filiação. Portanto, devidamente regulamentados e normatizados, não só a reconhecessem como liderança, mas, sobretudo, que a obedecessem, inclusive, no que diz respeito a sua “orientação” sobre os procedimentos da prática espírita.

Diante desta possível concepção, tudo leva a crer também que a *União* buscava na “unificação” uma liderança que, possivelmente, ela não possuía, por isso ela passou a fazer desta proposta de “unificar o movimento” uma “missão”. Assim, desde o 1º Congresso, a discussão passou a girar em torno desta meta. Neste 2º Congresso, o objetivo não era outro senão o mesmo de sempre: propor um plano para atingirem essa tão decantada “unificação”. Parecia prevalecer a esperança de que Minas, por meio deste congresso, viria a se tornar um “modelo”, aquele que mostrava o caminho de como atingir tal meta. Em suma, essa parecia ser a missão da “família espírita mineira”: dar o exemplo de conduta e apontar os rumos para a “família espírita brasileira” atingir a sua “unificação”.

Retomando a questão da *União* em querer demonstrar a aprovação da *FEB* como um recurso para conseguir uma maior adesão dos centros ao congresso que ela estava organizando,¹⁵² na edição de setembro – faltando apenas um mês para a sua realização – o jornal trazia estampado na primeira

¹⁵¹ Essa possibilidade de análise se baseia numa atenciosa leitura da documentação (jornais e atas da instituição) referente ao período de 1908 a 1912, como também, de 1934 a 1949.

¹⁵² Neste momento, a *União* apresentava, novamente, uma necessidade de ressaltar sua filiação à *FEB* como um exemplo, para, possivelmente, assim também ser reconhecida tanto como liderança pelos centros espíritas do seu estado, quanto como modelo de instituição federativa estadual pelas instituições “co-irmãs”.

página uma queixa significativa: até aquele momento poucos centros haviam se inscrito para participar daquele “certame”. Daí o apelo para que se pronunciassem com rapidez:

(...). A demora na resposta prejudicará sensivelmente a organização do certame, que, esperamos em Deus, seja coroado de pleno êxito. Não se vê motivo para a demora na resposta das entidades conclamadas.

Esse retardamento estava como que nos induzido ao esmorecimento, mas a palavra confortadora de Emmanuel veio de nos dar novo alento. Estamos convicto (sic) de que ela repercutirá de maneira indiscutível e decisiva junto ao coração de cada espírita. Já tínhamos a certeza de que o movimento era superiormente inspirado. A confirmação de nossa crença íntima, através da palavra escrita do grande mentor espiritual faz com que não nos receemos e prossigamos.

(...). Diante, porém, das instruções espirituais recebidas, realizaremos o Congresso com qualquer número de organizações que apareça, convencidos de que cumprimos o nosso dever.

Aquela oportunidade esperamos também as visitas de Carlos Lomba, representante da Federação Espírita Brasileira, de Carlos Imbassahy, e de um representante da Liga Espírita do Distrito Federal. Francisco Cândido Xavier estará também presente (*O Espírita Mineiro*, setembro de 1952).

Como se pode perceber, a atitude de se buscar o incentivo da *FEB* para a realização deste congresso, continuava por parte da *União*. Mas, uma vez deixando transparecer que esse apoio não estava sendo suficiente, numa ação estratégica, a *União* apelou para o apoio da parceria Chico Xavier e Emmanuel. Essa atitude de buscar pela ajuda desses dois nomes – não só para a anuência dos seus atos, mas, sobretudo, para dotá-los de capital de autoridade – havia se tornado uma prática dentro da *União*. Uma prática recorrente e que, portanto, parecia dar resultado a essa instituição.

Mas, quem era Emmanuel? Como já aludido no capítulo anterior, segundo Francisco Cândido Xavier, tratava-se de seu guia espiritual, a quem atribuía à autoria de muitos de seus livros, tais como: *A caminho da Luz*, *Há dois mil anos*, *50 anos depois*, *O consolador* e outros – inclusive, todos eles autorizados e publicados pela *FEB*. Interessante notar que esse guia, numa *relação de intertextualidade*, além de assinar seus próprios livros, também havia assinado o prefácio de alguns livros psicografados por Xavier, mas, atribuídos a outros espíritos; além disso, também tinha prefaciado outras “obras psicografadas por outros médiuns ou simplesmente escritas por *autores encarnados*” (LEWGOY, 2000, p. 140). Deste modo, naquele momento, possivelmente, o nome de Emmanuel soava como um dos mais renomados guias espirituais do Brasil. Diante disso, é possível supor que, em 1952, esse espírito possuía mais do que “palavra autorizada” e reconhecida pelos espíritas brasileiros, por isso, para aqueles organizadores, certamente, ele seria capaz de contribuir para a legitimação daquele encontro.

Desta forma, considerando que os livros de Emmanuel eram bastante lidos, pode-se indagar também até que ponto o reconhecimento da *União* quanto à “palavra autorizada” deste guia não se devia ao reconhecimento da autoridade do próprio médium Chico Xavier? Lewgoy, ao desenvolver

uma análise sobre a relação entre a autoridade dos médiuns e dos autores espirituais, afirma que, de fato, para se compreendê-la, torna-se necessário levar em conta a *interautoria* estabelecida entre ambos. Desta maneira, seria plausível pensar que:

(...) [se] o público leitor procura uma certa obra de um certo autor, chancelada pela credibilidade do médium. (...). [Isto porque,] Se um médium pouco conhecido publicasse uma obra psicografada de André Luiz, certamente o meio espírita poria em dúvida sua credibilidade. Da mesma forma, se um autor espiritual desconhecido aparecesse (...) em textos psicografados por Chico Xavier ele imediatamente tornar-se-ia reconhecido, alcançando o estrelato. A obra espiritual não tem autonomia plena em relação ao médium, é este que empresta o seu carisma de modo a marcar a individualidade, o valor e a notoriedade do autor espiritual (LEWGOY, 2000, p. 144).

Tendo em vista esses apontamentos de Lewgoy, somada a análise desenvolvida no capítulo anterior sobre a importância que Xavier teria para essa instituição neste momento, concluiu-se que, provavelmente, no início da década de 1950, a *União* estava começando a conceber Chico Xavier como um valioso bem simbólico. Deste modo, certamente, foi apostando na possibilidade de que essa parceria entre Chico Xavier e Emmanuel poderia ter êxito, vindo a legitimar aquele evento, é que a comissão organizadora deve ter apelado para o nome de ambos. Daí, publicar uma mensagem assinada por Emmanuel e também, anunciar que Chico Xavier se faria presente naquele “certame”, e, assim, fazer o apelo ao leitor para que aderisse àquele “abençoado empreendimento” (*O Espírita Mineiro*, setembro de 1952).

Uma vez anunciado que com, ou sem quorum, o congresso seria realizado, não foi surpresa perceber que a edição seguinte, de outubro de 1952, foi toda dedicada a noticiar tal evento. Mesmo porque, como era de se esperar, o jornal *O Espírita Mineiro* foi indicado para ser o porta-voz oficial desse encontro, ficando responsável não só por noticiá-lo, como também, por elaborar e distribuir os *Anais do 2º Congresso*.

A matéria da primeira página estampava título chamativo: “Uma Apoteose o 2º Congresso Espírita de Minas”.¹⁵³ Nessa matéria, foi anunciado que o congresso – que a princípio estava previsto para ocorrer entre os dias 3 a 5 – se estendeu, encerrando-se, então, no dia 6 de outubro, com um público, segundo esse jornal, de “três mil confrades”. Desta maneira, de acordo com essa

¹⁵³ A forma como essa edição foi formatada, e ainda, a maneira também chamativa como esse evento foi anunciado pelo jornal leigo, *O Diário de Minas*, fazia lembrar a ocorrência de um outro congresso religioso realizado em setembro de 1936, nessa capital: o 2º Congresso Eucarístico Nacional. Como já foi aludido, para Da Mata, teria sido com a realização desse congresso que teria se consolidado a representação da imagem da “Minas Católica”. Representação que havia sido projetada e reforçada no imaginário mineiro por meio dos discursos das elites políticas e clericais (1996: 109). Levando em consideração os discursos pronunciados nesse evento e publicados no jornal da *União* – que, aliás, diga-se de passagem, também atuou como porta-voz do congresso – talvez não seja impertinente supor que essa imagem da “Minas Católica” tivesse incomodado profundamente aos espíritas desta capital, sendo este momento de um certo revanche.

reportagem, esse encontro, logicamente, havia sido “inspirado pelas espiritualidades”, por isso, teria se tornado na “mais importante e grandiosa reunião espiritualista” realizada naquela capital.

Ainda, segundo dados deste jornal, este congresso teria contado com a presença de lideranças de aproximadamente 180 centros espíritas mineiros; além da presença de representantes de algumas das instituições que também haviam comparecido ao congresso de São Paulo, em 1948, tais como a *Federação Espírita do Paraná* e a *Federação Espírita do Rio Grande do Sul*. Também teria contado com um representante da *FEB*, da *Liga Espírita do Distrito Federal*, entre outros. Tendo em vista o número de delegações citadas, a impressão que fica é a de que, possivelmente, compareceu um número expressivo de instituições.¹⁵⁴ Daí, talvez, poder-se considerar que esse evento tenha tido a repercussão esperada pela *União Espírita Mineira*.

Consta que, na tarde do dia 3, ocorreu a composição da Mesa Diretora do congresso, para dar início às assembléias deliberativas. Foi indicado como “Presidentes de Honra”, o representante da *FEB*, Carlos Lomba; o representante das delegações do Rio de Janeiro, Miranda Ludolf, o representante da *Federação Espírita do Paraná*, Carlos Imbassahy e ainda Francisco Cândido Xavier – que, embora ficando de comparecer pessoalmente apenas no dia 5, havia informado por telegrama que estaria presente durante todo o congresso, porém, em “espírito”.

A posse da mesa se fez acompanhar de um ritual interessante: Carlos Lomba, como legítimo representante da *FEB* – e, também, como Presidente de Honra do congresso – foi quem fez a posse de Camilo Chaves, investindo-o do cargo de Presidente Executivo. Esse, por sua vez, fez a investidura dos demais, empossando-os à Mesa Diretora.¹⁵⁵ Parecia ocorrer naquele ato um *ritual de*

¹⁵⁴ Para representar as respectivas instituições teriam comparecido:

Pela *FEB*: Carlos Lomba; pela *Confederação Espírita Pan-Americana*, pelo *Conselho Federativo Nacional* e pela *Liga Espírita do Distrito Federal*: Miranda Ludoff; pela *União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo*: Luiz Monteiro de Barros e Emílio Manso Vieira; pela *Federação Espírita do Paraná* e pelos centros da cidade de Niterói: Carlos Imbassahy; pela *Federação Espírita do Rio Grande do Sul*: Yvonne Pitta Ellwanger; pela *Casa de Lázaro*, do Rio de Janeiro: Rute Santana; pela *União dos Discípulos de Jesus* e pelo programa *Seleções Espiritualista*, da Rádio Guanabara: Nelson Batista de Azevedo; pelo jornal *A Nova Era*, de Franca, São Paulo: Geraldo Nogueira; pelo programa *A Hora Espiritualista*, da Rádio Tupi, São Paulo: Eurípedes de Castro; pela revista *A Centelha*, e pelo jornal *Mensageiro dos Órfãos*, de São Paulo: Domingos D’Angelo Neto; pelo *Centro de Estudo Psíquicos*, de Sorocaba, São Paulo: Ivan Santos de Albuquerque e Lauro dos Santos Albuquerque; pelo *Centro Espírita de Baixo Gandú*, Espírito Santo: Arnaldo J. Faria.

¹⁵⁵ Interessante notar que os nomes dos outros membros que compuseram a Mesa Diretora e ou já faziam parte da comissão organizadora do evento, portanto, membros da *União*, ou pertenciam às delegações vindas de fora do estado, como as de São Paulo e do Rio de Janeiro. Isto poderia denotar certo prestígio dessas delegações em detrimento das próprias delegações mineiras. Tanto é que, pode-se observar que o único nome que não pertencia a *União Espírita Mineira*, mas fazia parte de uma delegação do interior de Minas, vinda de Juiz de Fora, eram os nomes do major Lorival Barriga Guimarães e José Carvalho, que, aliás, representavam a *União Espírita de Juiz de Fora*. Aliás, consta que o restante da Mesa Diretora foi assim constituído: vice-presidente: major Lorival Barriga (*União Espírita de Juiz de Fora*), Antonio Loreto Flores (*União Espírita Mineira*), general Berzelius Veloso (*UEM*) e J. Abrantes Junior (*UEJF*).

instituição, do qual fala Bourdieu (1996, p. 97), pois, na medida em que o representante da *União* era empossado e consagrado por um representante da *FEB*, diante daquele plenário, ocorria ali um rito de investidura: uma instituição com autoridade para tanto, investia poder à outra, para que essa outra realizasse aquele evento. No entanto, tudo ali se desenrolava sob o olhar atento do plenário, que, na verdade, era quem reconhecia e permitia a sua legitimidade. Daí, a eficácia simbólica daquele ritual e, provavelmente, daquele congresso.

De acordo com a descrição fornecida por esta edição d'*O Espírita Mineiro*, é possível perceber que durante esses três dias, o procedimento adotado nas assembléias para a deliberação das teses foi praticamente o mesmo: reunidos todos no auditório da *União* – depois dos ritos litúrgicos de praxe – compunha-se à mesa a diretoria e a comissão de teses. Estas eram lidas pelo proponente, e debatidas pelo mesmo, acompanhado pela comissão e, às vezes, por alguns membros do plenário (composto apenas por representantes dos centros espíritas). Por fim, a comissão de tese lia seu parecer, aprovando-a ou rejeitando-a. Desse modo, ao contrário do que havia sido anunciado anteriormente pelos organizadores, o plenário não manifestava seu voto. Apenas aplaudia e consentia a tomada de decisão da comissão de teses.

A primeira tese apresentada para abrir o congresso – possivelmente, em respeito à hierarquia imposta pelo movimento – foi proposta pelo presidente da *União*: Camilo Chaves. Nela, Chaves recomendava que fosse prioridade do movimento pensar na criação de educandários espíritas para cursos primários e secundários dentro do estado. Inclusive, informou aos presentes que a *União* estava prestes a instalar, naquela capital, o seu próprio Ginásio. Obviamente, essa tese foi aprovada pela comissão. Vale ressaltar que essa proposta de Chaves, certamente, tinha relação com a sua vivência no campo político, pois, pelo que consta, como deputado estadual, trabalhou para a instalação de Ginásios na região do Triângulo Mineiro.¹⁵⁶ Como presidente da *União*, desde 1947 Chaves mencionava seu desejo de criar um “Parque Educacional Espírita” dentro de Minas. Em

Para Diretores do Congresso foram escolhidos naquela plenária: Bady Elias Curi (*UEM*), Ademar Dias Duarte (*UEM*) e Moacir Pires de Souza (*UEM*). Para Secretários: Raul Pompéia (*UEM*) e Martins Peralva (*UEM*). Para Assessor Técnico: César Burnier (*UEM*). Para secretária geral: Noraldino de Melo e Castro (*UEM*). Comissão de teses do plenário: Kruger Matos (*UEM*), Carlos Imbassahy (*Federação Espírita do Paraná*), Rubens Romanelli (*UEM*), Emílio Manso Vieira (*União das Sociedades Espíritas de São Paulo*), José Carvalho (*UEJF*). Comissão de redação de teses: Noraldino Castro, César Burnier e Maria Filomena Aluoto Berutto (todos da *UEM*) (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1952).

¹⁵⁶ Segundo consta em seus dados biográficos, Chaves teria sido um dos responsáveis pela instalação do Ginásio Mineiro de Uberlândia. Ver *O Espírita Mineiro*, março-abril de 2003.

1948, no congresso de São Paulo, apresentou esse projeto como proposta de tese, para ser encampada em âmbito nacional. Embora aprovada, o projeto não foi concretizado.¹⁵⁷

Dentre todas as propostas apresentadas, a que a *União* mais pareceu ter anseios para validar foi, justamente, a que ela anunciou, talvez, estrategicamente, na abertura da assembléia do dia 5 de outubro: tratava-se da tese intitulada “Da necessidade de Diretivas para a Unificação”. Ao descrever o procedimento de sua apresentação, *O Espírita Mineiro* afirmou que o seu redator, Ademar Duarte, após realizar “um estudo histórico das bases da unidade direcional, dos planos nacional e estadual”, propôs, em obediência as designações do *Pacto Áureo* – e, a fim de promoverem a “unificação espírita” em Minas – que todos observassem que:

a) (...).

b) **se deve encarecer às organizações municipais a necessidade da filiação ao “Templo de João Batista” para a concretização final, do “Pacto Áureo” em Minas Gerais.**

c) (...).

Propomos em nome da União Espírita Mineira, aos prezados companheiros deste certame, dignos representantes das maiores organizações espíritas do Estado, que o 2º Congresso aprove como Resoluções e encareça às Sociedades municipais, a necessidade de:

1º) que elas examinem as diretivas para a unidade direcional do Espiritismo em Minas, constantes dos capítulos IX e X, dos atuais Estatutos da União Espírita Mineira, registrados em 7/8/52;

2º) **que sejam consideradas filiadas à União Espírita as Sociedades presentes que ainda não o forem;**

3º) que as organizações municipais considerem as bases de unificação do “Pacto Áureo” e estudem as possibilidades de moldar seus Estatutos em concordância com as mesmas. (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1952. Grifos nosso).

Na análise desta proposta, percebe-se que seu maior objetivo se encontrava exposto no tópico 2º da letra c: “que sejam consideradas filiadas à União Espírita as Sociedades presentes que ainda não o forem”. Em outras palavras, pode-se compreender a leitura desta tese também da seguinte forma: para que Minas viesse realmente a “contribuir” concretamente com o *Pacto Áureo*,

¹⁵⁷ A segunda tese a ser apresentada, provinha da delegação da *União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo*, e, a pedido do representante desta, Luiz Monteiro de Barros, essa tese tratava-se de uma questão de ordem. Deste modo, deveria tornar-se prioridade daquele congresso endossar a seguinte afirmativa: o espiritismo tratava-se da verdadeira religião cristã. Daí, a necessidade de se dar ênfase ao seu caráter religioso e, daí, a necessidade dele ser reconhecido não como “uma religião”, mas como “a única religião” possível a ser professada por um cristão. Como já ressaltou Giumbelli (1997, p. 253), naquela época, não se negava a “validade científica” do espiritismo, mas, por vários motivos, o movimento espírita brasileiro já sinalizava que a sua prioridade era, de fato, ressaltar o aspecto religioso de sua doutrina. No entanto, certamente, essa idéia ainda estava sendo processada por esse movimento, daí, então, a necessidade dessa ser levada para os congressos a fim de ser divulgada, aceita e legitimada. Tanto é possível essa análise, que, Noraldino Castro, que estava como secretário geral do congresso – logo em seguida apresentou uma proposição: que os centros espíritas reformulassem seus estatutos, criando um artigo para inclusão dessa tese. De um modo geral, todas as teses aprovadas neste congresso foram condensadas nas *Resoluções do 2º Congresso Espírita Mineiro*.

isto é, com a “unificação da família espírita,” antes era necessário que todos os centros espíritas existentes no estado se filiassem à *União*. Ou melhor, para que esse congresso viesse a demonstrar seu compromisso e sua responsabilidade com este *Pacto*, essa tese decretava todos os centros espíritas ali presentes – e não filiados à *União* – a partir de então, automaticamente, “adesos” à *Casa Mater* mineira.

Como numa jogada estratégica, esta proposição procurava cooptar os centros que se faziam presentes àquele congresso, impondo-lhes, de forma um tanto arbitrária, a filiação e o reconhecimento da *União* como sua representante no estado. Em contrapartida, certamente com o intuito de amenizar este efeito, esta tese também apresentava no 1º tópico desta mesma letra c, uma outra proposição aparentemente mais democrática do que a anterior. Isto porque essa proposição fazia menção aos capítulos IX e X dos estatutos da *União*. Ao citá-los e ao pedir que fossem examinados, alegava que a unidade direcional do espiritismo em Minas dependia do conhecimento desses capítulos pelas sociedades espíritas do estado.

Embora essa tese não explicitasse o conteúdo desses, a questão é que nesses capítulos citados, a *União* solicitava aos representantes dos centros espíritas para que – caso seu município contasse com um número igual ou superior a três instituições – viessem a criar, cada qual em sua cidade, uma associação denominada *Aliança Municipal Espírita*.¹⁵⁸ A idéia era que a *Aliança* contasse com a filiação dos centros espíritas da cidade em que foi criada. Por sua vez, ela seria uma instituição filiada a *União*, e que proporcionaria a filiação daquelas instituições municipais à *União Espírita Mineira*. Ainda nesses capítulos IX e X, a *União* também solicitava que, uma vez criadas as *Alianças*, que estas indicassem um confrade da capital para representar a sua região no *Conselho Estadual Espírita* – órgão que seria, futuramente, criado e subordinado à *União* para deliberar sobre o movimento no estado.

A partir da análise desses dados, acredita-se que, talvez, a *União* pretendesse convencer aos centros de que a criação dessas *Alianças Municipais* iria democratizar a política do movimento espírita mineiro, visto que estes, ao se reunirem numa associação, além de se fortalecerem, viriam a ter voz ativa dentro do movimento. Partindo desta perspectiva, de fato, a criação dessas associações acenava para uma possível descentralização do poder da *União*. Isto é, indicava uma mudança na estrutura do campo espírita mineiro, onde os indivíduos que compunham esses centros poderiam

¹⁵⁸ Essa proposta de estruturação do movimento parecia tratar-se de um modelo inspirado na proposta de São Paulo, visto que essa era a forma adotada e sugerida pela *USE – União das Sociedades Espíritas* para estruturar o movimento espírita paulista.

galgar uma melhor posição nessa estrutura, vindo, por exemplo, a participar da direção destas *Alianças*.

Por outro lado, não se pode deixar de ver na formação dessas *Alianças*, uma forma de controle por parte da *União*, pois, como num jogo político, caso essas mudanças ocorressem, elas também poderiam ser positivas para a *União*. Isto porque, essa nova situação poderia criar uma rede, onde os centros, do interior e da capital, tornar-se-iam interligados entre si e a ela por meio da filiação a essas *Alianças*. Assim, ela continuaria a manter sua posição de liderança dentro desta estrutura hierárquica. Ainda, embora tivesse a possibilidade de dividir seu poder com associações representativas dos municípios (o que poderia gerar a idéia de ameaça de seu poder), pode ser que a expectativa da *União* fosse de que essas *Alianças* contribuíssem para que ela viesse a ser respeitada e reconhecida como uma verdadeira líder do movimento espírita do estado.

Em síntese, por meio dessas associações, a *União* poderia vislumbrar a possibilidade de melhor regulamentar e impor a normatização da doutrina, uma vez que poderia contar com o apoio dessas *Alianças* para a execução deste controle. Desta maneira, é provável que a *União*, por meio desta mudança, esperasse ter um movimento em que prevalecesse a “união de vistas”, mantendo-o sob seu domínio, estabelecendo o ritmo e a dinâmica deste movimento, procurando fazer com que ele fosse praticado de acordo com as normas estabelecidas por ela própria.

Apesar destas possíveis “vantagens” tanto para a *União*, quanto para os centros, a questão é que se essas mudanças ocorressem, sem dúvida, ela se daria a partir de um processo lento, moroso, pois, necessitaria de um amadurecimento e de uma organização que o movimento ainda não apresentava. Tudo indica que não foi fácil implantar essas *Alianças*, tanto é que, a própria capital mineira só veio a inaugurar (provisoriamente) a sua em abril de 1954, sendo, inclusive, sendo a terceira a ser implantada dentro do estado. E, considerando que a criação do *Conselho Estadual Espírita* somente se daria depois de implantado certo número de *Alianças*, para que, a partir delas fossem indicados os representantes das regiões mineiras, isso leva a crer que toda essa mudança não se faria em pouco tempo. Ao contrário, o processo pareceu ter sido longo e, possivelmente, bem conveniente à *União*. Conveniente, pois, se essas mudanças ocorressem quanto mais vagarosas elas fossem, mais controle a *União* poderia ter sobre o mesmo.

Mas, independente delas virem a ocorrer ou não, de forma rápida ou lentamente, parecia ser oportuno anunciá-la naquele congresso, uma vez que, ao sinalizar para uma descentralização do poder – e para a reestruturação daquele campo religioso – esse dado poderia abrandar a resistência que os centros apresentavam em relação ao papel da *União*.

Interessante notar que, somente depois de procurar quebrar a resistência e propor que os centros tivessem voz ativa dentro do movimento, é que a *União*, estrategicamente, lançava sua principal proposição que, como já demonstrado, parecia partir do seguinte princípio: tendo em vista que todos os presentes iriam um dia participar ativamente da organização política do movimento – tendo a *União* como sua “condigna representante” – que todos os centros então, desde aquele congresso, reconhecessem sua autoridade, tornando-se todos, por decreto, filiados à *União*.

A partir desta proposição, pode-se supor que, apesar dessa medida se apresentar como uma proposta inovadora para que ocorresse a “unificação da família mineira”, na verdade, tratava-se de uma nova tática da *União* para garantir sua autoridade dentro do campo espírita mineiro e assim, legitimar a subordinação dos centros espíritas do estado a sua liderança. Deste modo, ao expor nesta tese seu interesse em promover algumas mudanças por meio de seu estatuto, talvez, fosse esperança da *União*, agradar aqueles que, possivelmente, questionavam essa liderança a fim de fazê-los reconhecer sua condição de representante daquela “família”.

Enfim, essa tese de Ademar Duarte era, no mínimo, intrigante, pois, embora tentasse lembrar a todos os presentes que a *União* “concederia” a eles o direito de participarem da política do movimento espírita por meio da criação de um *Conselho Estadual* (que seria formado a partir da instalação das *Alianças Municipais*), ao mesmo tempo, dava a entender que, enquanto esse *Conselho* não fosse criado, o caminho mais rápido para se ter uma melhor organização seria “aderindo” à tese das *Diretivas para a Unificação*. Desta forma, ao impor a filiação dos centros representados naquele congresso, procurava convencê-los de que assim estariam contribuindo para o “bom andamento” e “unidade” do movimento espírita mineiro.

Uma vez obtendo a “aceitação” dos centros, em se filiarem e “contribuírem” para tal “unificação” (independentemente dessas propostas serem ou não implantadas), desde aquele momento, a *União* demonstrava seu interesse em divulgar a tão almejada representação: a “família espírita mineira” estava acorde com o novo modelo de unificação proposto pelo *Pacto Áureo*, uma vez que também estava unificada por meio daquelas filiações e pela “aceitação” da liderança da *União Espírita Mineira*. Aceitação que, segundo queria convencer, teria acontecido num clima “harmônico” e sem conflitos. Indo além, seu interesse parecia ser o de divulgar que “Minas Espírita” havia demonstrado sua responsabilidade, visto que havia conseguido concretizar, em tão pouco tempo, as determinações firmadas naquele acordo de 1949. Portanto, por ter cumprido sua “missão”, o movimento mineiro tornava-se um modelo exemplar, não apenas para ser admirado, mas, sobretudo, para ser reconhecido e seguido pelos demais movimentos brasileiros.

Um outro dado interessante a ser destacado era que a leitura e aprovação dessa tese ocorreram exatamente no dia em que o *Pacto Áureo* completava 3 anos. Obviamente, *O Espírita Mineiro* insistiu na construção da idéia de que se tratava de uma “coincidência”, procurando fazer desse “acontecimento” um “fato histórico” memorável:

(...). O dr. Monteiro de Barros à propósito, comenta a necessidade do contacto direto da Casa Mater e trava-se interessante debate entre o autor da tese [Ademar Dias], o major Lourival Barriga Guimarães, Bady E. Curi, Ubaldo Gonzales e Antonio Flores. **E a tese da UNIFICAÇÃO EM MINAS GERAIS é aprovada na íntegra, como RESOLUÇÃO do Congresso, sob palmas, com a assistência de pé, enquanto o seu autor [Ademar Dias] e o major Lourival B. Guimarães se abraçam fraternalmente.** Circunstância extraordinária, de inspiração do Alto ocorreu ao importante acontecimento: eis MINAS ESPÍRITA UNIFICADA, no “Dia da Confraternização”, 5 de Outubro de 1952, terceiro aniversário do memorável “PACTO ÁUREO”, documento unificador de âmbito nacional! (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1952. Grifos nossos).

Ao se observar tal descrição, depreende-se que este jornal queria criar a impressão de que essa tese havia sido aprovada com a anuência e com o reconhecimento de todos, pondo fim a possíveis conflitos. Mas, todos quem? Consta no próprio relatório exposto nesta folha que, das 180 instituições mineiras presentes, aproximadamente a metade não era filiada à *União*. Então, estando os representantes dessas instituições, até então não filiadas, presentes naquele plenário (praticamente, não tendo, tais representantes, participado dos debates; não tendo, ainda, opinado sobre essa tese, muito menos terem tido o direito de votar, pois somente a comissão de tese é que participava da votação), teriam eles reconhecido a sua legitimidade? Como demonstra Bourdieu (1996, p. 53-54), para que um discurso seja aceito, faz-se necessário que o seu receptor reconheça a autoridade do enunciador, sendo então esse reconhecimento – e não a sua compreensão – o que torna esse discurso legítimo. Deste modo, compreendendo ou não o que se passava, o plenário acabou cumprindo ali uma só função: endossar e oficializar aquela tomada de decisão da *União Espírita Mineira*.

Um outro dado também digno de nota, trata-se da data escolhida para a realização do congresso. Na verdade, “3 de outubro” – dia em que os organizadores mineiros escolheram para dar início ao congresso – também era o dia em que os espíritas comemoravam o aniversário de Kardec. Portanto, tratava-se de uma data há tempos festejada pelos espíritas brasileiros e tradicionalmente escolhida para realizarem seus eventos.¹⁵⁹ Inclusive, quando os organizadores do 2º Congresso Pan-

¹⁵⁹ Em 1904, por exemplo, quando a *FEB* realizou uma reunião com alguns representantes dos estados brasileiros e juntos assinaram o documento intitulado *Bases da Organização Espírita*, a data escolhida também foi a primeira semana de outubro. Em 1908 a *União* também chegou a comemorar essa data realizando conferências ao longo dessa semana. Na década de 40, como já demonstrado, também costumava comemorar a “Semana de Kardec”. Outros

Americano escolheram essa data para o seu congresso de 1949, logicamente, foi com o intuito de comemorar esse aniversário.

Quando *O Espírita Mineiro* divulgou que a aprovação da tese da *Diretiva da Unificação* havia se dado no dia “5 de outubro”, procurou ressaltar que havia ocorrido uma “coincidência”: essa tese havia sido assinada no mesmo dia que também havia ocorrido a assinatura do *Pacto Áureo*. Para fazer valer tal idéia, o órgão oficial da *União* buscou nas palavras autorizadas de seus entrevistados o endosso de suas intenções. Miranda Ludolf – que era o representante de Minas no *Conselho Federativo Nacional* –, ao ser entrevistado, foi um dos que chamou a atenção para esse fato, porém, alegou que ele nem deveria ser concebido como uma “coincidência”, mas sim, como uma ação previamente planejada pela “providência divina” (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1952). Já Carlos Lomba – representante da *FEB* nesse congresso – endossava a idéia de “coincidência”. Aliás, ao ser entrevistado, procurou ressaltar como essa “coincidência” seria concebida pela *FEB*, demonstrando o seu reconhecimento sobre o significado daquela aprovação, como também, o seu reconhecimento sobre a “coincidência” dela ter sido assinada naquela data:

(...). A Casa de Ismael e o seu órgão – o Conselho Federativo Nacional – receberão amorosamente a expressiva e monumental grandeza dessa unificação, com as mais sentidas e emocionantes preces de agradecimento ao Alto. (...) **E já reparou, meu querido jornalista, no ‘ACASO’ que fez coincidir o 5 de outubro mineiro com o histórico e memorável 5 de outubro de 1949, unificador da imensa Família Espírita Nacional? É curioso e significativo, pois que Minas Gerais, coerente com a sua tradição de honra e dignidade, saberá consolidar aquele ‘ACORDO’, apenas com 3 anos de idade e que precisa de seiva para o seu agigantado crescimento de força e de poder aglutinador** (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1952).

Diante das palavras de Lomba, pode-se concluir que, fosse essa “coincidência” forjada, ou não, a questão que se coloca como primordial, é que havia a possibilidade da *União* ter tido a intenção de projetar para o imaginário espírita a data de “5 de outubro de 1952” como sendo um marco na “história do espiritismo brasileiro”. Isto porque, *O Espírita Mineiro* procurou divulgar a representação de que, justamente, no dia do aniversário de assinatura do *Pacto Áureo* a *União* havia realizado um “acontecimento memorável”: naquele dia, a “família espírita mineira”, ao se “unificar”, havia dado seu exemplo, servindo-se de modelo para a “família espírita nacional”. Assim, naquele dia, os mineiros não só estavam cientes de sua “tradição de honra”, como também,

exemplos podem ser demonstrados com os congressos aqui já citados, em 1948 e 1949. Enfim, a primeira semana de outubro tratava-se de uma data normalmente comemorada no meio espírita.

cumpriram seu dever e sua responsabilidade com o acordo que apaziguou a “pátria espírita brasileira”.

Assim, diante da “palavra autorizada” de Lomba, a impressão que fica é que, aos olhos da *União*, estava decretado o reconhecimento da *FEB* de que Minas havia cumprido sua “missão”. Não é propósito deste trabalho, investigar se essa instituição conseguiu, ou não, a projeção deste porte dentro do imaginário espírita brasileiro. Porém, independente desta representação ter se constituído, pode-se cogitar a possibilidade de que o movimento mineiro chegou a alcançar, naquele momento, certo destaque perante o movimento nacional.

Logo após a aprovação dessa tese, Noraldino Castro apresentou uma proposta que, de certa forma, não só vinha na esteira da tese de Ademar Duarte, como também, propunha algo já previsto nos estatutos da *União*: sua tese sugeria que as cidades que possuíssem três ou mais instituições espíritas criassem uma *Aliança Municipal*. Assim como foi demonstrado, a idéia era que esta *Aliança* contasse com a filiação dos centros e, por sua vez, que também viesse a se filiar à *União*. Portanto, esta serviria de intermediária, fazendo a conexão entre a instituição representante do espiritismo no estado e os centros de sua cidade.¹⁶⁰

Em contrapartida à tese de Castro foi apresentada foi apresentada uma outra proposta pelo major Lourival Barriga – representante da *União Espírita de Juiz de Fora*. Por ter sido empossado vice-presidente da Mesa Diretora do congresso, e, pelo espaço que parecia ter, pode-se deduzir que Barriga fosse uma referência também importante do espiritismo, talvez, não só de Juiz de Fora, mas, de um modo geral, de Minas. Em sua tese, ao invés da *Aliança Municipal*, esse major propunha que se criasse a *Aliança Regional*. Ou seja, na possibilidade de reestruturar aquele campo religioso, sugeria que o poder não se centralizasse nas cidades do interior em direção à capital e sim, que a representatividade fosse catalisada apenas em algumas cidades, representando um pólo regional.

Certamente, ao expor essa tese, Lourival Barriga deve ter pensado em sua cidade como uma provável representante da região da Zona da Mata Mineira. Assim, na possibilidade de serem sede de uma *Aliança Regional*, os espíritas de Juiz de Fora teriam a chance de ter um poder representativo mais amplo, não se restringindo apenas à esfera municipal, mas, que contemplasse toda a região.

¹⁶⁰ Vale lembrar que, no congresso em São Paulo, em 1948, Castro propôs a criação do *Conselho Nacional Federativo*. Percebe-se, então, que essa tese que ele apresentou no referido congresso mineiro se aproximava – mas não muito – daquela proposta de descentralização da liderança espírita em âmbito nacional. Na verdade, se fosse para buscar coerência baseando-se em sua proposta anterior, seria de se esperar que Castro também propusesse, neste momento, a criação de um *Conselho Estadual Federativo* – inclusive, também previsto no estatuto da *União*. Um *Conselho* que fosse autônomo e que estivesse acima da *União*. No entanto, neste momento, não era essa sua proposta.

No entanto, é provável que o receio da *União* residisse exatamente nesse ponto. Apesar de seu estatuto prever a criação de um *Conselho Estadual Espírita*, de acordo com a *União*, este só seria estabelecido depois que o movimento contasse com um número significativo de *Alianças Municipais*. Como foi ressaltado, para a *União*, essas *Alianças* apenas indicariam um confrade da capital para representar sua região no *Conselho*. Desta maneira, não parecia estar nos planos da *União* abrir mão dessas associações municipais para substituí-las por associações regionais. Talvez, existisse o medo de que – numa disputa de poder com os espíritas juiz-foranos, ou com outros – ocorresse uma real e significativa reestruturação do poder dentro do campo espírita mineiro. Ou melhor, se isso ocorresse, talvez, a direção da *União* tivesse receio de ter que medir forças com os “confrades” de alguma região forte, tendo que disputar com eles a liderança do movimento.

Embora essa pesquisa não tenha dados mais substanciais para fundamentar essa análise, pode-se supor que o que estava em jogo era a possibilidade da *União Mineira* vir – ao dividir seu poder com algumas poucas regiões – a correr o risco de ver alguma região fortalecer-se e concorrer à liderança do movimento no estado. Daí ser possível pensar na aflição da *União* ao ver-se tendo que dividir seu poder representativo com Juiz de Fora, na condição de sede de um possível pólo na região da Zona da Mata. Assim, por mais que a *União* propunha, inclusive, nos seus estatutos, certa descentralização como uma forma de reorganização do movimento, uma vez se vendo diante de uma possibilidade de dividir seu poder com uma outra região, ou instituição, criou empecilhos para que tal proposta da criação de *Alianças Regionais* fosse aprovada.

Diante dessas duas teses, obviamente, não seria surpresa constatar que prevaleceu a proposta de Noraldino Castro. Inclusive, vale destacar a maneira como *O Espírita Mineiro* descreveu o instante em que ocorreram o debate e a aprovação da mesma:

(...). Animam-se os debates e participam dele os dois autores [Noraldino Castro e Lorival Barriga], Monteiro de Barros, Vicente Pífano, sra. Maria F. A. Berutto, Bady E. Curi e Ademar Dias Duarte. Em esclarecimento falam os drs. Carlos Lomba, Miranda Ludoff e Raul Pompéia. Submetidas à votos **é aprovada a tese das “Alianças Municipais”, tendo o major Barriga, num ato muito aplaudido, comunicado ao plenário, que concordava com a deliberação da maioria, ocasião em que se abraçaram os autores das referidas teses** (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1952. Grifos nossos).¹⁶¹

Fica evidente neste relato, a tentativa deste jornal em criar uma cena harmônica em cima de uma luta de poder travada entre os representantes da *União Espírita Mineira* e da *União Espírita de*

¹⁶¹ Lourival Barriga teria apresentado mais outra tese sobre a disseminação do espiritismo entre crianças e jovens, que teria sido aprovadas. Ainda de Juiz de Fora, o Centro Espírita Frederico Júnior teria aprovado a tese “Deus existe”. Esta estava inserida no rol das teses que foram classificadas de “doutrinárias”.

Juiz de Fora. Talvez, tratasse-se de uma luta constituída por desavenças não muito recentes, nem de fáceis acordos, mas que a *União* fazia questão de amenizar, tentando dar a entender de que com a realização daquele congresso havia se restabelecido a paz dentro daquele campo de forças. Aliás, não só neste, mas em outros momentos, ao descrever o clima da aprovação de outras teses, percebe-se que a idéia de que este congresso havia trazido a concórdia para os espíritas mineiros, esteve subentendida nas entrelinhas deste jornal. Deste modo, é plausível supor que a *União* quisesse estabelecer ainda uma outra relação deste congresso com o *Pacto Áureo*: se este “Pacto” havia apaziguado o movimento brasileiro, este congresso também estava fazendo o mesmo pelos espíritas mineiros. Assim, se antes havia conflitos, a partir da aprovação daquelas teses, estes estavam sendo resolvidos e suprimidos dentro daquele movimento.

De um modo geral, numa leitura atenta às entrelinhas do que foi relatado pel’*O Espírita Mineiro*, ao descrever a votação de cada tese,¹⁶² é possível se obter informações preciosas: quem a propunha, quem havia participado do debate, a noção do tempo de sua duração, o “clima” ameno, ou caloroso dos debatedores e o seu veredicto final. Diante desses dados, pode-se constatar que realmente o assunto referente à idéia de “unificação” foi tratado como a prioridade do congresso. Pode-se também observar que as delegações das instituições federadas que compareceram (sobretudo, de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) possuíram “voz autorizada” e, portanto, a respeitabilidade da comissão organizadora – ao contrário de outras tantas instituições, sobretudo, mineiras, que pareciam estar ali apenas para fazer valer aquele ritual.¹⁶³

¹⁶² A *União* propôs um total de seis teses, sendo então, a instituição que mais teses apresentou: 1º) Sobre a criação de Educandários Espíritas; 2º) A proposição para que os centros incluíssem em seus estatutos um artigo definindo o espiritismo como sendo uma religião; 3º) A sugestão para que os centros criassem grupos femininos de trabalhos assistenciais; 4º) A necessidade da criação de diretivas para a unificação do espiritismo em Minas Gerais; 5º) A necessidade da criação de Alianças Municipais; 6º) Abstenção da criação de órgãos doutrinários de pequena circulação. Dessas teses, justamente essa última foi recusada pela plenária. Dos centros espíritas da capital foram apresentadas quatro teses. Dos centros do interior, foram apresentadas um total de sete, porém, quatro provindas de Juiz de Fora e três de outras cidades (Uberaba, São Lourenço e Barbacena). Curiosamente, duas teses foram propostas pelas delegações do estado de São Paulo.

¹⁶³ Reforça esse argumento o fato de que, embora não seja citado o número de teses rejeitadas na pré-seleção, foi informado que apenas quatro centros do interior, sendo um de Uberaba, de Barbacena, São Lourenço e Juiz de Fora, tiveram suas teses rapidamente apresentadas e aprovadas. Essas possuíam teor doutrinário, e pela forma como foram tratadas, dá para constatar que, obviamente, não só tratava-se de um assunto periférico, como também, é possível verificar que os representantes desses centros não pareciam ser pessoas tidas como “sumidades” dentro do movimento espírita nacional. Interessante ainda observar o caso de duas teses de dois centros da capital. Essas só foram aprovadas depois de um acordo firmado: teriam que submetê-las aos cuidados da *União*, sob o argumento que precisavam ser “melhor estudadas”. Daí, perceber-se a ocorrência de negociações entre esses congressistas. Certamente, a *União Espírita de Juiz de Fora* também tenha negociado a rejeição de sua tese sobre as *Alianças Regionais*. Enfim, o que se pode de fato ter, a partir desses e de outros dados, são suposições das possíveis predileções, das negociações, ou imposições, ocorridas naquele congresso.

Essas deliberações ocorriam durante o dia. Já as noites foram reservadas às “sessões solenes”. Na verdade, tratava-se de um momento de descontração e de sociabilidade, em que, certamente, os congressistas dedicavam-se as suas “confraternizações”, visto que ali ocorria o encontro de velhos conhecidos, ou se selavam novas amizades. Era o momento também reservado às palestras, onde se proferiam os discursos e se apresentavam os “números de arte”.

A última sessão ocorrida justamente na noite do dia 5, contou com a presença de um “ilustre”: por convite do vereador e sócio da *União*, Valdemar Dias Henrique,¹⁶⁴ compareceu o prefeito da capital, Américo Giannetti, que não só foi convidado para compor e dirigir a mesa, como também, foi indicado para fazer o discurso de encerramento do congresso. Certamente, na busca pelo reconhecimento do poder público, esse convite contribuía para reforçar os “ares” de legitimidade que aquele evento se empenhava para ter diante da comunidade espírita ali presente, bem como, de toda a sociedade belo-horizontina.

Uma outra presença registrada nesta mesma noite e divulgada com muita reverência foi, obviamente, a do médium Francisco Cândido Xavier. Consta que Xavier teria composto a mesa junto aos demais e psicografado algumas mensagens que foram publicadas também nesta edição d’*O Espírita Mineiro*. Essas eram direcionadas aos congressistas, daí, terem como títulos: *Emmanuel aos Congressistas*, ou *Unificação*. Tendo em vista que a comissão organizadora havia tentado se apropriar do capital de autoridade deste médium e do seu guia, parecia interessante demonstrar que Emmanuel, por ter sido atendido em seu apelo – visto que o comparecimento daquela platéia parecia satisfatório – agora estava ali a agradecer e a confirmar

(...) perante o Segundo Congresso Espírita do Estado de Minas Gerais, que o Espiritismo é a Religião do Amor Universal, sob a inspiração de Nosso Senhor Jesus Cristo, restabelecendo a Verdade em seus fundamentos divinos (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1952).

É possível que essa comissão organizadora acreditasse na possibilidade de que a “palavra autorizada” de Emmanuel, mais uma vez, poderia fortalecer o reconhecimento de todos quanto ao significado daquele congresso, portanto, contar com suas mensagens naquela noite, parecia ser a melhor maneira para encerrar o 2º Congresso Espírita Mineiro com chave de ouro.

¹⁶⁴ Em ata da diretoria, do dia 10 de dezembro de 1952, consta que, por intermédio deste vereador, a *União* havia recebido da Câmara Municipal o auxílio de 25 mil cruzeiros para ajudar na realização daquele congresso. Para se ter uma noção deste montante, pode-se fazer a seguinte relação: considerando que o jornal *O Espírita Mineiro* avulso custava 2 cruzeiros e a sua assinatura 25 cruzeiros, pode-se concluir que o valor dessa ajuda de custo correspondia a mil assinaturas d’*O Espírita Mineiro*, sendo, portanto, possível afirmar que se tratava de uma ajuda, relativamente, significativa.

Embora essa mensagem tenha a sua importância, ainda na edição de outubro foi publicada, na primeira página d'*O Espírita Mineiro*, uma outra, intitulada *Mensagem de amor aos espíritas de Minas*, que teria sido psicografada por um médium de nome até então não citado na documentação: Severo Grace. A autoria foi atribuída ao espírito de Bispo Anastácio, cujo nome, também, até então, não havia sido mencionado na documentação.

Lewgoy (2000, p. 144), ao discutir sobre a credibilidade do meio espírita em relação às mensagens psicografadas, afirma que essa credibilidade é medida pelo grau de reconhecimento dado ao médium. Ou seja, é este quem empresta à mensagem o seu carisma, é ele quem pode dar a ela o valor que essa viria a possuir. Esse apontamento é bastante pertinente, mas, é provável que essa mensagem – que foi assinada por um médium, pelo que tudo indicava, de nome pouco conhecido – não tenha passado despercebida dentro daquele meio. Inclusive, para este trabalho, a publicação desta mensagem foi de grande importância, visto que ela apresenta um conteúdo extremamente significativo. Dizia ela:

(...). Denodados obreiros da Seara Santa

(...). Eu vos saúdo, espíritas de Minas Gerais.

O vosso Congresso, ou aquilo que anunciastes aos homens como obra de homens, foi, irmãos, uma congênere dos Congressos Espirituais sobre as camadas bem acima do vosso plano. (...).

O 'vosso' Congresso, irmãos encarnados nas montanhas de Minas, foi o 'nosso' Congresso. Não foi para que vos unissem, mas para que nos uníssemos ainda mais convosco, porque o vosso arrojo já ultrapassou as possibilidades humanas, e requer mais franco apóio das Potencias do Céu.

Irmãos mineiros:

Por certo fizestes um Congresso, mas essa reunião de trabalhadores visíveis foi um pálido, muito pálido reflexo da reunião dos que vos vêm sem que sejam vistos, senão pelo vosso sentimento.

Avante, irmãos de Minas. Nesta Altitude, onde há menos ar e mais luz, menos embaraço às grandes determinações e mais demorado senso de responsabilidade, se congregam convosco as Legiões do Pai.

São Paulo é a grande oficina. Minas é o campo de batalha (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1952. Grifos nossos).

Embora, possivelmente, o nome do médium não tivesse notoriedade, a mensagem que apresentou possuía um valor simbólico inestimável. Tendo em vista que ela foi publicada com destaque na primeira página d'*O Espírita Mineiro*, pode-se supor que ela obteve uma boa recepção pela comissão organizadora daquele congresso, daí, poder interpretar essa publicação como sinal deste reconhecimento.

Antes de se proceder à análise desta mensagem, faz-se necessário remeter-se, novamente, à discussão sobre a construção discursiva das *representações da mineiridade*, proposta no primeiro capítulo deste trabalho. Conforme ressaltado, foi na década de 40 que se deu a publicação do livro

Voz de Minas, do carioca Alceu Lima. Neste livro, Lima apresentou o mineiro como um povo habilidoso, de bom-senso, justo, fiel e capaz de renunciar sua própria liberdade em nome do bem estar geral. Um povo que inspirava confiança, também por ser equilibrado, concentrado, sóbrio e moderado, portanto, com uma capacidade nata para conciliar interesses divergentes. Na verdade, Lima naturalizou essas, e outras tantas características, como se elas pertencessem a “psicologia mineira”.

Tendo em vista estas características – e, de um modo geral, tendo em vista toda a história de Minas – Lima concebeu o mineiro como um povo responsável e comprometido com as causas políticas, portanto, possuidor de missão dentro da nação brasileira: servi-la, trabalhando pela unidade e pela ordem de sua pátria. Em outras palavras, o estado de Minas Gerais – considerado por Lima como a “Voz do Centro” – deveria ser um modelo para a nação, visto que era sua “missão” equilibrar e apontar os rumos da política brasileira. Deste modo, em seu livro, Lima, mais do que endossar, fez uma defesa ferrenha desta representação. Não há, neste trabalho, o interesse de analisar se (na época em que foi lançado) esse livro foi bastante ou pouco lido pelo público deste estado; ou, qual foi a repercussão desta leitura dentro, ou fora, de Minas. A questão é que a sua publicação já dá a idéia de que, possivelmente, esta representação de que “Minas possuía um compromisso missionário com a nação” se encontrava, na década de 1950, constituída e disseminada para além do imaginário mineiro.

Essa suposição ganha forças se exemplificada com as atitudes de políticos, tais como Juscelino Kubitschek e Trancredo Neves. Como demonstrou Arruda (1990), nesse período, esses políticos procuraram construir suas biografias pautadas em discursos e atitudes que buscavam “comprovar” que Minas não só possuía essa missão, como também, que havia um “jeito mineiro” de governar. Nos discursos, sobretudo destes dois políticos, era comum divulgarem a idéia de que o povo do seu estado tinha por lema sofrer, sacrificar-se e renunciar sua própria vida em nome de sua pátria (ARRUDA, 1990, p. 213-233).

Arruda (1990) também observou que, alguns desses políticos, ao fazerem referência ao compromisso de Minas com a unidade da nação, procuraram associar esse suposto compromisso com as características geográficas do estado, destacando, sobretudo, as suas montanhas e a sua localização. A centralidade deste estado, por exemplo, foi anunciada em alguns discursos, como um fator de integração, visto que, ao fazer fronteiras com outros estados e, ao interligá-los, Minas teria o poder de uni-los entre si e ao resto do país, promovendo, assim, a unidade nacional. Esta idéia de “centro” também foi associada com o suposto bom-senso, ponderação e equilíbrio do mineiro,

provindo daí o seu senso de responsabilidade, associado à idéia de que este senso levava ao seu compromisso com a unidade do país. Algumas vezes, o destaque dado às montanhas, era no sentido de criar a idéia de que, por meio delas Minas pudesse enxergar além do horizonte, daí também o seu bom-senso, sua capacidade de ver além, e apontar os rumos da política do país.¹⁶⁵

Faz-se necessário esclarecer que a retomada desta análise, abordando essa construção discursiva, foi realizada com o intuito de lembrar que, na década de 50, o estado de Minas Gerais se encontrava imerso em um clima em que predominavam *as representações da mineiridade*. Como se pode verificar, tanto os discursos políticos,¹⁶⁶ quanto as produções literárias, apropriavam-se, em demasia, dessas representações. Assim, foi neste contexto que ocorreu a publicação da mensagem psicografada e intitulada *Mensagem de amor aos espíritas de Minas* (atribuída à parceria de Severo Grace e Bispo Anastácio).

Ao se fazer uma leitura atenta desta mensagem – e, com o intuito de se obter uma melhor compreensão sobre a mesma – acredita-se na necessidade de se levar em consideração esse contexto em que foi produzida, haja vista que ela também apresentava sinais de apropriação destas *representações da mineiridade*.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Segundo Arruda, em alguns desses discursos, “Minas desponta[va] (...) como o eixo do equilíbrio brasileiro, reivindicando ‘a honrosa missão de mediadora entre as forças políticas que se desavieram em contendas acidentais’. [No discurso de Bias fortes, por exemplo] A centralidade geográfica de Minas corresponde, no plano da política, o equilíbrio. (...). [Isso também ocorre no discurso de Milton Campos:] ‘Dessa condição de centro geográfico é natural que decorram muitas conseqüências, não apenas de ordem física e econômica, mas também de ordem humana e política. O centro é, por definição, ponto de convergência e nucleação, dando a idéia de síntese (...). O equilíbrio, eis o traço característico da índole mineira e que é, ao mesmo tempo, sua glória e seu drama (...)’. Desse longo trecho [de Milton Campo] surgem as características mais típicas atribuídas ao gênio político dos mineiros. Acrescentaram-se novos elementos às determinações geográficas responsáveis pela criação do espírito moderado dos mineiros, uma vez que o relevo permite a ampliação do alcance do olhar. Minas é o equilíbrio porque pode enxergar mais longe, a sua visão abrange todo o horizonte. Essa capacidade superior dos mineiros, expressa na moderação, é trabalhada, todavia, no prisma da renúncia à liberdade. (...). O discurso de Milton Campos enfatiza, de um lado, a transcendência de Minas sobre as outras regiões; de outro, alude ao sacrifício que a posição de superioridade exige” (ARRUDA, 1990, p. 221-222).

¹⁶⁶ Inclusive, há de se lembrar que em 1960, Bias Fortes publicou seu livro de discursos, intitulado *Vocação de Minas*.

¹⁶⁷ Além dessa mensagem, nos próprios discursos proferidos pelos congressistas, mineiros e “não mineiros”, pode-se constatar exemplos dessas apropriações. Inclusive, é emblemático o discurso que foi pronunciado pelo representante da FEB, Carlos Lomba. Ao reforçar a idéia de hospitalidade do povo mineiro, ele teria dito que: “O ambiente espírita de Belo Horizonte deixou-me saturado das mais inefáveis emoções de amor cristão. Foi uma demonstração palpitante de solidariedade que jamais se apagará do meu espírito. (...) folgo em acentuar que a União Espírita Mineira reflete a exuberância da terra boa representada pelos corações amoráveis de seus componentes, terra casa onde fertiliza o bom pão para aumentar o celeiro espiritual do Brasil” (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1952). Ainda nesse evento, porém, na edição de novembro e dezembro de 52, esse mesmo senhor, também fazendo uso das *representações da mineiridade*, assim havia se manifestado ao referir-se aquele congresso mineiro: “(...) Sr. Presidente e ilustres representantes, neste brilhante Congresso da vultuosa Família Espírita mineira, eis-me deslumbrado e acolhido generosamente no vosso amável convívio e a sentir-me, confessadamente, como o faço, o menos digno e o mais humilde de quantos têm recebido a incumbência de representar a *Federação Espírita Brasileira* em solenidades como esta, grandiosa pelos fins que colima e tão superiormente concebida, articulada e orientada pela sabedoria, respeitável experiência e supervisão cristã

Como o próprio título anunciava, esta mensagem apresentava um incentivo aos organizadores daquele 2º Congresso. Considerando que, do ponto de vista da doutrina kardecista, essa mensagem foi atribuída ao espírito de um Bispo de nome Anastácio, este parecia fornecer aos organizadores uma noção sobre a dimensão daquele congresso. Logo de início, Bispo Anastácio fez então uma revelação: antes daquele encontro ter sido projetado pelos homens na terra, ele já havia sido planejado pelos espíritos no céu. E, ao passo em que ele ocorreu nos orbes terrestres, ele também foi realizado no plano celestial. Desta forma, apesar de todo o arrojo dos mineiros para levar à frente aquele congresso, sua organização, de fato, coube às “Potências do Céu”.

Mas, diante de tal esclarecimento, algumas perguntas poderiam se lançadas: por que aquele congresso havia sido planejado para ocorrer em Minas? Ou melhor, por que as “Potências do Céu” haviam escolhido logo este estado para sediar tamanho acontecimento? A essas perguntas, o Bispo Anastácio não deixou sem respostas: numa menção à história de Minas (e, sua relação com São Paulo, provavelmente, fazendo referência ao povoamento de Minas pelos bandeirantes paulistas, ou ao papel destes dois estados na independência do país), o mineiro foi por ele apontado como um povo arrojado, responsável, consciente e determinado a cumprir seus deveres. Certamente nesta perspectiva, essas características não só distinguiam esse povo dos demais, como também se tratavam de atributos concedidos aos mineiros pelo plano celestial.

Assim, essa concessão teria sido feita para que os mineiros tivessem êxito no cumprimento da missão que a eles havia sido destinada. Neste sentido, se no plano terrestre este estado era dotado de “menos embaraço às grandes determinações e mais demorado senso de responsabilidade”; no plano espiritual a sua história não era diferente. Na verdade, a “história espiritual” deste estado parecia transcender aos acontecimentos humanos. Inclusive, o fato do povo mineiro ter nascido em meio às montanhas não era um dado em vão: as montanhas proporcionava uma maior aproximação com a luz solar, que (res)significada, era comparada com a uma “luz espiritual”. Portanto, sob Minas, pairavam luzes em abundância e que transcendiam aos raios solares. Aliás, ainda nesta perspectiva, provavelmente, tudo em Minas era transcendente, visto que existia um clima – tanto no espaço terrestre, quanto nas esferas espirituais – mais do que propício, que vinha ao encontro dos interesses das “Legiões Celestiais” para que ali fosse realizado aquele “magno congresso”. Por tudo

dos nossos iluminados e muitos queridos Confrades Diretores da UNIÃO ESPÍRITA MINEIRA. Deslumbrado, sim, pela grandeza e privilegio desta missão que me foi imposta e aturdido por me sentir ciente e consciente de que, no **‘berço das idéias liberais, na formosa província de Minas’**, eu me viria defrontar, apagado e pequenino, com a exuberante e formosa intelectualidade dos mineiros espíritas” (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1952. Grifos nossos).

isso é que, em meio às montanhas mineiras, essas legiões encontraram as condições necessárias para a concretização daquele *2º Congresso Espírita Mineiro*.

É a partir desta análise que se vislumbra a possibilidade de se ver nesta mensagem a apropriação das *representações da mineiridade*. Acredita-se que, por meio dessa apropriação, esses líderes espíritas pretenderam passar a impressão de que também possuíam uma “missão” com a “política espiritual” do Brasil. Assim, talvez a idéia que quiseram transmitir foi de que o movimento espírita mineiro, liderado pela *União* – aos moldes do que se supunha ocorrer no campo político humano – também tinha a responsabilidade de direcionar os rumos do espiritismo, servindo-se de modelo quanto ao processo de unificação dessa doutrina dentro do país. Então, ciente de sua responsabilidade é que a *União* realizou o seu *2º Congresso Espírita Mineiro*. Assim, o êxito desta missão foi alcançado, porque ela foi inspirada e planejada pelo alto, pelas “Potências do Céu”. Em outras palavras, os líderes espíritas da *União*, numa parceria com as legiões celestiais, cumpriram a “missão” de Minas. Nesta perspectiva, tendo em vista que Minas era o “campo da luta”, certamente, a idéia era apresentar a realização desse congresso como uma “grande batalha” em prol do “equilíbrio”, da “ordem” e da “unidade” da nação espírita brasileira.

Em suma, para consolidar – ainda que perante os seus próprios olhos – a representação de que a “unificação mineira” não só havia ocorrido, como também era um modelo para todo o Brasil, esses líderes espíritas lançaram mão das *representações da mineiridade*, (res)significando-as conforme a conveniência. Deste modo, a partir do *2º Congresso* (e, como será demonstrado, também durante toda a década de 50), não foram poucas as vezes que esses líderes passaram a reforçar e a divulgar a representação de que Minas possuía “missão espírita” dentro do país. Como meio de propaganda, utilizaram o próprio órgão oficial da instituição: o jornal *O Espírita Mineiro*. Nele, procuraram (re)elaborar e propagar, pelo menos diante de seus leitores, essa representação missionária de Minas.

Para reforçar essa representação, a diretoria da *União* lançou mão também de um valiosíssimo bem simbólico: o médium Chico Xavier. Na verdade, a partir de então, essa diretoria tentou se apropriar cada vez mais do capital de autoridade religiosa deste médium, passando a considerá-lo como o “bem” mais importante que a *União* poderia ter nas mãos, capaz de contribuir para que essa instituição viesse a ter êxito também na realização de outros projetos. Ou melhor, na aquisição de outros bens, vindo a ampliar seu próprio capital religioso. Além disso, a *União* passou a ser apresentada pelo seu órgão oficial como uma “instituição exemplar”, um modelo de liderança, pois havia conseguido promover a “hegemonia” do movimento espírita mineiro perante os demais

movimentos espíritas estaduais. Enfim, foi neste contexto que a *União* passou a impor a representação de que “Minas Espírita” era uma “Usina de Luz”, cujos raios celestiais, de tão intensos, irradiavam-se, levando o espiritismo para além das fronteiras do país.



Figura 1. Vista parcial da sessão solene do encerramento do 2º Congresso Espírita Mineiro.

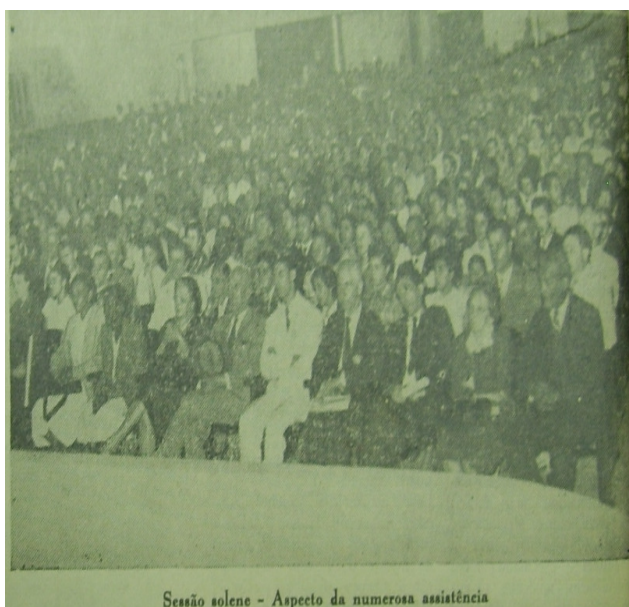


Figura 2. Tribuna na sessão do encerramento do 2º Congresso Espírita Mineiro.

4. A OFERTA DE BENS E DE SERVIÇOS RELIGIOSOS E O FORTALECIMENTO DA “MINAS ESPÍRITA”

Francisco Cândido Xavier é o expoente do Espiritismo na ‘Pátria do Evangelho’ e Usina de Luz de Pedro Leopoldo, por sua sábia idoneidade, é uma voz autorizada da Terceira Revelação no consenso universal. A nossa homenagem, pois, se dirige à pessoa reverenciada por todos os espíritas do Brasil por seu elevadíssimo teor de trabalho e eficiência na propagação do Evangelho de Jesus Cristo. Arauto das mais sublimadas mensagens, como instrumento magnífico de intercomunicação dos dois mundos, Francisco Cândido Xavier centralizou na pequena cidade de Pedro Leopoldo a atenção de todo o Espiritismo brasileiro, que ali vai em preito de dedicação, receber o bálsamo de consoladoras graças espirituais.

O Espírita Mineiro

Minas Gerais, em cujo solo abençoado fulgura Pedro Leopoldo – USINA DE LUZ do Coração do Mundo e da Pátria do Evangelho – não podia faltar à bendita campanha da redenção educacional! E ao toque de chamada, doravante, Minas Gerais, Cérebro da Pátria do Evangelho, responderá pela voz da Associação Cristã Educadora: – Minas Gerais – Presente: Ginásio ‘O Precursor’.

Ademar Duarte

4.1 O ESPÍRITA MINEIRO E A SUPERVALORIZAÇÃO DE CHICO XAVIER COMO UM BEM SIMBÓLICO NACIONAL

Como demonstrado no capítulo 2, foi na década de 1930, que Francisco Cândido Xavier iniciou sua carreira como médium, portanto, naquela época, seu capital religioso se acumulava na medida em que ampliava seu trabalho mediúnico, o que conseqüentemente, promovia a fama do seu nome. Fama provocada então pelo rápido público de leitores que passou a se formar em torno de seus livros; pela curiosidade que aguçava nas pessoas, atraindo-as dos mais recônditos lugares; ou, pelas polêmicas nas quais se envolvia. Estas, por sua vez, foram motivos para muitos jornais e revistas de circulação nacional estamparem em suas páginas longas matérias discutindo a mediunidade de Xavier.¹⁶⁸

Se na década de 30 o nome de Chico Xavier veiculava na imprensa leiga como motivo de chacota, curiosidade, ou exaltação, sendo aclamado ou criticado, nas páginas d'*O Espírita Mineiro*, o nome deste médium aparecia, quase que somente para assinar as “mensagens psicografadas” que eram publicadas neste jornal. Apesar do *frenesi* que, provavelmente, Xavier provocava em Pedro Leopoldo, certamente, aos olhos da *União*, este médium ainda se encontrava em início de sua carreira religiosa. Assim, o porta-voz desta instituição não só não dava a ele tanto destaque nas páginas do seu jornal, como também não tecia comentários sobre a fama que havia adquirido em função dos atendimentos que realizava no *Centro Espírita Luís Gonzaga*. Obviamente, também não mencionava as polêmicas que envolviam o seu nome, tais como os casos de dúvida que gerava em muitos intelectuais da época, que, por colocarem em xeque a sua mediunidade, discutiam, por meio da imprensa, a veracidade, ou não, da sua psicografia.¹⁶⁹ Às vezes, era citada sua presença na casa, como um “querido amigo” que estava ali para psicografar suas mensagens. Eram citadas, ainda, as visitas feitas a Xavier, acompanhando algum visitante da *União* que, geralmente, manifestava interesse em ir ao encontro do médium, em Pedro Leopoldo.

Também como já demonstrado, nesta época, Xavier parecia circular com certa familiaridade dentro da *União*. Em função dessa proximidade, quando lhe era conveniente, esta instituição apropriava-se da “voz autorizada” do seu guia espiritual, ou seja, procurava apropriar-se do capital de autoridade religiosa deste médium. Nos anos de 40, embora Chico Xavier já figurasse como um

¹⁶⁸ Sendo este o caso do jornal *O Globo*, em 1935 e da revista *O Cruzeiro*, em 1944. Rever capítulo 2.

¹⁶⁹ Nesta época, o único comentário registrado, mencionando alguma polêmica, foi quando, na edição extra de outubro de 1944, o jornal comentou a publicação do livro *O caso Humberto de Campos*, do advogado da FEB, Miguel Timponi, relatando e expondo a documentação utilizada neste processo que deu ganho à FEB e a Chico Xavier.

bem simbólico para esta instituição, este médium ainda não possuía um valor extremado, não era um bem raro, nem inacessível. Assim, parecia tratar-se de um bem que ainda figurava como uma promessa para um futuro vindouro. A plausibilidade desta análise pode ser fundamentada em um artigo veiculado pel’*O Espírito Mineiro*, em maio de 1948, quando, em homenagem ao médium Eurípedes Barsanulfo,¹⁷⁰ assim se manifestou a respeito de Chico Xavier e da médium Zilda Gama:

Minas Gerais tem a felicidade de ser mãe generosa de três das maiores expressões mediúnicas nas plagas do Cruzeiro.

Zilda Gama e Francisco Candido Xavier enriqueceram e, sem dúvida, ainda enriquecerão a literatura espírita, para alegria do mundo.

Eurípedes Barsanulfo, a primeira das gloriosas mediunidades, foi o dileto companheiro de Bezerra de Menezes e, sem alarde, sem reclamo, suportando perseguições, processos, polêmicas públicas, em repto, nunca perdeu a dignidade, mantendo-se ereto e soberbo no seu apostolado.

Invincível pela fé e pelo amor, semeou o bem, operou milagres...

E o seu nome, à medida que o tempo avança, cresce na admiração coletiva, avulta-se aureolado de admiração e de respeito. O 1º de maio veria transcorrer o seu natalício.

Que Deus o inspire e o ilumine! (*O Espírita Mineiro*, maio de 1948. Grifos nossos).

Neste artigo, embora Chico Xavier fosse apresentado como uma “expressão mediúnica”, um ilustre filho de Minas Gerais – decantada como “mãe generosa” – os trabalhos desse médium ainda eram apresentados como uma promessa. No entanto, se em 1948 esse médium era assim apresentado por essa instituição, quatro anos depois a situação já era outra: a *União* passou a apresentar o médium como uma “Usina de Luz”, bem como passou a divulgar que “Minas Espírita” tratava-se de uma terra onde o espiritismo, em parte, por conta da presença de Chico Xavier, havia sido “unificado”.

Quando *O Espírita Mineiro* voltou a circular, em março de 1952, este jornal já apresentava outros sinais no que diz respeito a sua relação com Chico Xavier.¹⁷¹ Já na edição de abril, apresentou em primeira página, uma mensagem de Emmanuel incentivando e parabenizando o retorno deste jornal. Ao apresentar tal mensagem, assim a anunciou:

¹⁷⁰ Eurípedes Barsanulfo nasceu em Sacramento, na região do Triângulo Mineiro, em 1880, convertendo-se ao espiritismo por volta de 1905. Em 1907, fundou na cidade o Colégio Allan Kardec, causando com isso muita polêmica em toda a região. Além de fazer fama como educador, também ficou famoso como médium receitista, atribuindo as suas receitas ao espírito do médico Bezerra de Menezes, falecido em 1900. Para consultar outros dados biográficos deste médium, ver Novelino (1997).

¹⁷¹ Na primeira página dessa edição de março, por exemplo, o jornal comentou a realização de uma filmagem sobre as passagens da vida do médium e o encontro dele com o cientista italiano Pietro Ubaldí, em Pedro Leopoldo. Não há dados muito precisos sobre essa filmagem, visto que essa reportagem apenas afirmava que o redator do jornal foi convidado para assistir uma filmagem na casa do conselheiro da *União*, Cesar Burnier.

(...). Com vibrações de público espiritual, transcrevemos em nossas colunas a maravilhosa **mensagem** que a misericórdia do Pai permitiu que nos fosse **enviada como roteiro e estímulo na palavra abençoada de Emmanuel**.

A bênção recebida, por sua grandiosidade, fez transbordar de nossos corações, afluvios de verdadeira alegria cristã. A palavra de ordem, bússola de incontestável segurança, veio do alto, **na voz autorizada de Emmanuel, por intermédio da Usina de Luz de Pedro Leopoldo (...)** (*O Espírita Mineiro*, abril de 1952. Grifos nossos).

Como de hábito, ao tentar se apropriar do capital de autoridade do médium e do seu guia, essa instituição buscou, mais uma vez, a anuência destes para mais um ato da *União*: neste caso, a retomada do seu projeto jornalístico. Além dessa prática, neste momento, *O Espírita Mineiro* iniciava um outro costume: passava a se referir ao médium como a “Usina de Luz” de Pedro Leopoldo. Ainda nessa edição, pela primeira vez, o jornal publicou uma pequena nota homenageando o médium por seu aniversário, lembrando de quão badalada havia sido aquela data. Na verdade, essa nota tratava-se do marco inicial de uma série de homenagens que esse jornal passaria a lhe render:

(...). **No dia 2 do corrente mês fez anos o nosso querido Chico Xavier, tendo a cidade de Pedro Leopoldo vivido um dia bastante movimentado, dado o grande número de confrades que para lá se transportaram no desejo de abraçar Chico Xavier**. Na festiva data, nosso jornal enviou efusivas felicitações ao aniversariante, rogando ao Pai abençoar o bom e humilde semeador, **na sua grandiosa missão** de espalhar luzes, esclarecer consciências, consolar corações (*O Espírita Mineiro*, abril de 1952. Grifos nossos).

Demonstrou-se no capítulo anterior que, na época do 2º Congresso, a *União* – ao recear pelo fracasso desse evento – lançou mão da “palavra autorizada” de Emmanuel, por intermédio de Xavier, para atrair os congressistas e, então, tentar legitimar a realização daquele evento. Uma vez tido a adesão de um número aparentemente expressivo de pessoas (número esse que parecia superar suas expectativas), a *União* passou a atribuir o seu resultado positivo a esse recurso que adotou. A partir do resultado que obteve com a realização do congresso, obviamente não foi surpresa perceber que essa instituição e o seu porta-voz passaram a supervalorizar o trabalho mediúnico de Chico Xavier. Diante desse dado, a impressão que fica é que a *União* e o seu jornal haviam tomado consciência de que Chico Xavier já havia, por meio de seu trabalho mediúnico, acumulado capital religioso suficiente para obter o reconhecimento de sua autoridade pelo público que compareceu naquele congresso. Público que, talvez, tivesse por esse médium extrema consideração, concebendo-o como um bem simbólico valiosíssimo, raro e quase inacessível.

A impressão que também fica é que, ao se tomar consciência disso, o porta-voz da *União* começou a reforçar o valor do médium, como já dito, comparando-o, metaforicamente, a uma

“Usina de Luz”. Daí passou a ressaltar, sobretudo, seu trabalho missionário. Um trabalho que, diga-se de passagem, esse jornal fazia questão de enfatizar que “partia de Minas para o mundo”. Em virtude deste valor dado ao médium, é provável que esse jornal pretendia mostrar ao seu público leitor a proximidade e a familiaridade que a instituição possuía com esse bem simbólico.

Enfim, possivelmente, com o objetivo de ampliar o capital de autoridade da *União, O Espírita Mineiro* mostrava uma intimidade com o médium, procurando transmitir a idéia de que, por parte da *União*, além de reconhecimento, havia grande acessibilidade a este bem. Aliás, a partir de então, esse jornal fazia questão de demonstrar que Xavier tratava-se de um bem raro, inatingível, mas que a ele a *União* tinha acesso fácil e garantido. Essa análise pode ser exemplificada com o artigo publicado na edição do mês de novembro-dezembro de 1952, quando o jornal, ainda comentando sobre o congresso, assim se manifestou a respeito deste médium:

(...). No presente número, com imensa satisfação, ‘O Espírita Mineiro’ abre uma especial exceção em suas diretivas para tributar carinhosa homenagem ao querido e valoroso companheiro **Francisco Cândido Xavier**. Mais do que oportuna, ela se faz necessária e inadiável pelo muito que temos recebido – a ‘Casa Mater’ e o nosso órgão – do inolvidável confrade, de seus Guias Espirituais e, por excelência, do maravilhoso missionário Emmanuel.

Nossas palavras, cuidamos, por inexpressivas, não poderão traduzir, jamais, o calor de nosso sentimento de gratidão, as vibrações coloridas de nosso amor, o grito altissonante de nosso entusiasmo e as alegrias cristãs de nossa admiração, às beneméritas entidades que compõem a eterna sinfonia de sabedoria e de bondade, para o aprendizado universal, no aperfeiçoado instrumento ultra-sensível do estimado irmão Francisco Cândido Xavier.

Mercê de sua exemplificação cristã, de sua vida essencialmente pura e dos virtuosos atributos que exortam o seu caráter, **Francisco Cândido Xavier é o expoente do Espiritismo na ‘Pátria do Evangelho’ e Usina de Luz de Pedro Leopoldo, por sua sábia idoneidade, é uma voz autorizada da Terceira Revelação no consenso universal.**

A nossa homenagem, pois, se dirige à pessoa reverenciada por todos os espíritas do Brasil por seu elevadíssimo teor de trabalho e eficiência na propagação do Evangelho de Jesus Cristo.

Arauto das mais sublimadas mensagens, como instrumento magnífico de intercomunicação dos dois mundos, **Francisco Cândido Xavier centralizou na pequena cidade de Pedro Leopoldo a atenção de todo o Espiritismo brasileiro, que ali vai em preito de dedicação, receber o bálsamo de consoladora graças espirituais.**

Por ocasião do recente Congresso Espírita Mineiro, do qual foi Presidente de Honra, a sua palavra de estimção se fez sentir, bem como a de seus Guias Espirituais, através da magia do seu lápis, como emprazamento aos espíritas para a vitoriosa concentração.

No nosso reconhecimento, nada podemos oferecer-lhe de valioso pela sua dedicação humilde à causa da confraternização da família espírita, mas lançamos a idéia de, **com a participação de todos os espíritas, se oferecer uma dádiva de Natal ao querido trabalhador da seara e os seus Guias.** Assim, na Noite-Santa, quando se reunirem os espíritas em oração, que todos dirijam ao Divino Mestre uma fervorosa prece por Francisco Cândido Xavier e os seus amigos Espirituais. É o apelo que endereçamos aos irmãos em Cristo, certos de sua ressonância em seus amoráveis corações. (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1952. Grifos nossos).

Como se pode perceber, o artigo acima é emblemático, pois nele constata-se que essa folha espírita passou a reconhecer e a supervalorizar o significado simbólico deste médium, impondo-o

como um precioso bem, não só perante o movimento espírita mineiro, mas, de um modo geral, para todo o movimento nacional. A partir de então, este jornal não só veiculou a idéia de que Chico Xavier era uma verdadeira “Usina de Luz”, mas estendeu este *status*, ora ao centro em que o médium trabalhava, ora a cidade de Pedro Leopoldo.¹⁷² Parecia que, aos olhos dos líderes da *União*, a proximidade de Xavier da capital mineira elevava, esta cidade, bem como todo o estado de Minas, à condição de “Centro Irradiador da Luz Espírita” do Brasil. Isso contribuía ainda mais para reforçar a representação missionária de Minas, construída e divulgada a partir do 2º *Congresso Espírita Mineiro*. Um exemplo bastante interessante para fundamentar essa análise se encontra na publicação de uma outra homenagem feita a Chico Xavier: uma prece veiculada na edição de novembro-dezembro de 1953. Ao rogar por proteção ao médium, assim dizia a prece:

(...). A nosso **Chico Xavier**, não somente como simples e **aperfeiçoado médium, de renome e projeção universal, mas ao Chico como irmão e confrade, nosso amigo espírita cristão**, em quem dele se aproxima sente logo a criatura boa, simples, amorosa, afetiva, caridosa e carinhosa, realmente espírita, junto do qual todo mundo se sente bem, porque ele irradia (...) **só o homem, a criatura, transformada e renovada pelos evangelhos, pode dar e irradiar de si mesmo.** (...).

Concede, pois Jesus que por teu intermédio neste instante supliquemos (...) **amparo e bênçãos sobre nosso Chico, sobre Pedro Leopoldo, sobre aquela oficina magnífica de Luzes e Roteiros que é o Centro Espírita Luiz Gonzaga e que assim, em uníssono a União Espírita Mineira**, nesta prece-dávica a Chico Xavier, imploramos ainda de Deus nosso Pai em favor de todas as associações espíritas cristã, de Minas, do Brasil e do Planeta, entre elas, com especial carinho, e fervor, em benefício do Hospital Espírita André Luiz e do Ginásio ‘O Precursor’, ainda em fase inicial em **Belo Horizonte, coração de Minas, Minas, coração do Brasil e Brasil, coração do Mundo, Pátria do Evangelho.**

Assim seja (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1953. Grifos nossos).

Nesta prece fica evidente uma questão já comentada: a necessidade deste jornal mostrar a intimidade estabelecida entre a *União* e o médium, o qual, mais do que um amigo, era apresentado como um irmão, com quem a *União* compartilhava de sua “luz irradiante”. Mais uma vez se percebe uma necessidade de supervalorizar o trabalho e o capital religioso acumulado por este médium, daí, atribuir-lhe inúmeras qualidades mais que humanas, na verdade, qualidades quase de um “homem santo”.

Ainda nesta prece, o local de trabalho do médium, o *Centro Espírita Luiz Gonzaga*, ganhava *status* de “oficina de luz”. Ao lembrar de pedir também para todas as instituições espíritas,

¹⁷² Um exemplo no que se refere à cidade pode ser dado com um artigo publicado na edição d’*O Espírita Mineiro*, de janeiro de 1955. Dizia ele: “No dia 29 de dezembro do ano próximo findo, em visita ao nosso estimado irmão Francisco Cândido Xavier e ao Centro Espírita Luiz Gonzaga, esteve em Pedro Leopoldo uma caravana de Diretores da União Espírita Mineira, do Ginásio O Precursor, da Casa de Betânia e do nosso jornal (...). Como habitualmente acontece com as caravanas que vão em visita a Chico Xavier, fomos amavelmente recebidos em Pedro Leopoldo, “Usina de Luz” do Brasil (...)”.

essa prece, em especial, pedia proteção para aquelas que estavam sendo encampadas pelos espíritas de Belo Horizonte – inclusive, para o ginásio *O Precursor* que pertencia à *União*. Deste modo, esta prece acabava por pedir pela valorização dos bens de salvação, ofertados não só por Pedro Leopoldo, mas também, pelos bens da própria capital e de todo o estado mineiro.

Aliás, nesta prece, este estado, definitivamente, foi elevado à condição de “coração” do Brasil. Logicamente, essa idéia parecia partir da referência que a grande maioria dos espíritas fazia – e ainda faz – da condição espiritual do país. Nesta perspectiva, se o Brasil (por possuir, do ponto de vista espírita, uma história singular) foi escolhido pelos “Espíritos Celestiais” para ser a “Pátria do Evangelho”, e assim, o “coração do mundo” (de onde, imensa “Luz” pulsa e irradia-se); então, nada mais justo que conceber Minas como o “coração do Brasil”. Isto porque, Minas (que também era um estado missionário, haja vista que era a “mãe generosa” de expressões mediúnicas do porte de Chico Xavier, “Usina de Luz” do Brasil) era um centro de referência da doutrina espírita, pois, por meio da sua “Oficina”, ou melhor, da sua “Usina”, irradiava a “Luz Espiritual” para além das fronteiras do país. Uma “luz” que, ao partir de Minas, possuía capacidade para iluminar todo o mundo.

Nesta mesma edição de novembro-dezembro de 1953, em que foi publicada essa prece, havia ainda uma nota fazendo referência ao artigo do ano anterior, em que o jornal pedia aos leitores que orassem por Chico Xavier. Nesta nota, o jornal não só lembrava o pedido que havia feito aos seus leitores, mas, em função da aproximação do natal, refazia novamente seu pedido:

(...). Aquelas nossas expressões, embora alentadas pelo calor do sentimento de gratidão e pelas vibrações sinceras de nosso entusiasmo, não traduziram, entretanto, a intensa admiração e o profundo contentamento que, permanentemente, nos vai na alma, diante das sublimadas Mensagens de Emmanuel, e do magnífico instrumento da comunicação dos dois mundos: Francisco Cândido Xavier. E porque não encontramos expressões que refletissem a intensidade do reconhecimento de todos os confrades, lançamos a idéia de, com a participação de todos os espíritas, se oferecer uma dádiva de Natal ao querido trabalhador da Seara e aos seus guias: uma PRECE! Aproxima-se o Natal e reiteramos, com satisfação, o nosso apelo do ano passado.(...) (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1953).

Nesta nota, ao afirmar que não tinha palavras para expressar sua gratidão a Chico Xavier, esse jornal dava uma idéia de quão satisfeitos estavam os dirigentes da *União* visto que demonstravam ter consciência do significado simbólico que esse médium poderia ter para aquela instituição. Assim, a cada edição podia-se observar a publicação de longas mensagens assinadas pela parceria Chico Xavier e Emmanuel, inclusive, algumas delas, ainda com o intuito de anuir e legitimar os atos daquela casa. A partir de então, também em toda edição do mês de abril, esse jornal passou a publicar artigos com conteúdo cada vez mais lisonjeador, parabenizando o médium pelo

seu aniversário (que ocorria em 2 de abril), reforçando a idéia da familiaridade entre Xavier e a *União*.

Interessante destacar que, embora Chico Xavier continuasse comparecendo em alguns eventos promovidos por aquela instituição, ou, publicando suas mensagens n' *O Espírita Mineiro*, na década de 1950, a análise da documentação leva a crer que este médium não circulava com tanta freqüência por aquela casa, visto que já não participava de sua diretoria, nem de suas reuniões; enfim, não mais parecia ser um bem tão ao alcance das mãos da *União Espírita Mineira*.

Para Baczko (1985, p. 310), quanto mais raro e inatingível se torna um bem simbólico, maior o valor que esse bem passará a ter para aqueles que dele quer ter acesso. Projetando essa análise para a situação que se delineava entre Chico Xavier e a *União*, tudo leva a crer que, na medida em que esse médium foi se tornando famoso, foi também se tornando inacessível à *União*. Nesse descompasso, obviamente, mais estima *O Espírita Mineiro* demonstrava ter por Xavier. Inclusive, foi na edição de abril de 54 que, definitivamente, esse jornal promoveu Francisco Cândido Xavier ao patamar máximo que ele poderia atingir na sua condição de médium. Em tom extremamente eloqüente, *O Espírita Mineiro* afirmou:

(...). No dia 2 de abril transcorreu o aniversário do querido confrade **Chico Xavier**, mui justamente considerado **o maior médium do mundo!** Não há exagero na afirmativa. **As vozes mais autorizadas do Espiritismo nacional assim opinam e, no estrangeiro, os confrades conhecem o nosso roteiro religioso, através da maravilhosa instrumentalidade de Francisco Cândido Xavier. Seu nome já transpôs as fronteiras da 'Pátria do Evangelho'**, por intermédio de suas obras psicográficas que correm o mundo.

(...). Ninguém jamais regressou de Pedro Leopoldo, sem uma palavra de fé e de consolação! (...) (*O Espírita Mineiro*, abril de 1954. Grifos Nossos).

Perante tal entusiasmo, o que poderia significar para a *União* ser o estado mineiro a terra natal daquele que estava sendo considerado, pelas “vozes autorizadas” do espiritismo, como o “maior médium do mundo”? Diante da análise exposta até o momento, é possível avaliar o quanto a *União* parecia se felicitar com tais rumores. Certamente, essa instituição acreditava que esses rumores contribuíssem definitivamente para que ela – na condição de legítima líder do movimento no estado – capitalizasse e ampliasse seu poder religioso. Daí, a *União* não só se dispôs a fazer coro a essa afirmativa, mas também, a divulgá-la por todos os cantos do país. Assim, a partir deste momento, essa representação foi endossada e reforçada nas edições seguintes. Inclusive, um exemplo interessante ocorreu na edição de maio de 54, quando o jornal, ao comentar o recebimento de um exemplar dos *Anais do II Congresso Espírita Mineiro de Unificação*, anunciou que a segunda página de rosto destes *Anais* apresentava a foto de Chico com a imagem de Emmanuel. Novamente

Xavier foi lembrado como “o maior médium do Brasil e do mundo”. Vale destacar ainda que, segundo esse jornal, a capa dos *Anais* apresentava:

(...) um grande sol projetando raios que envolvem a designação do livro. O sol sai de detras de montanhas, em fundo amarelo. Seus raios são verdes. As cores nacionais, portanto (*O Espírita Mineiro*, maio de 1954).

A partir da criação desta arte gráfica exposta nesta capa, explorando a força imagética das montanhas de Minas, as luzes dos raios solares e as cores da bandeira nacional, evocando símbolos e sentimentos patrióticos, percebe-se uma provável intenção da *União*: tanto criar uma fusão entre a crença espírita e a identidade nacional; quanto consolidar a representação de que a partir daquele 2º Congresso, “Minas Espírita” entrava para a história do espiritismo como o estado que havia cumprido sua missão por ter se tornado um “modelo de unificação”, portanto, um exemplo de conduta espírita para todo o Brasil.

Mas, Minas havia se transformado também em uma “Usina da Luz Espírita”. Uma transformação que atribuíam a Chico Xavier e a Emmanuel. Assim, essa “Usina” possuía luzes esverdeadas, pois tal cor refletia a missão de Minas com o Brasil. Uma missão, não só no campo da política, mas, sobretudo, no campo da religião – diga-se de passagem, espírita. Nesta perspectiva, é plausível enxergar nesta imagem, uma mensagem subliminar procurando reforçar e reelaborar a representação construída na época do 2º Congresso: depois da tomada de consciência da *União* sobre o real valor de Chico Xavier, “Minas Espírita” (que, a partir daquele congresso, havia se unificado e se transformado em um modelo a ser seguido pela “Pátria do Evangelho”), havia se transformado também no centro desta pátria. Uma centralização que extrapolava o sentido geográfico e apontava para a idéia de “centro de referência” do espiritismo, visto que se concentrava neste estado, centro do Brasil, uma usina de luz espiritual de espetacular grandeza, cujos raios tinham capacidade de iluminar e irradiar-se para além das fronteiras do país. Enfim, tudo indica que a representação que se queria construir era de que Minas fosse reconhecida como “Centro Irradiador da Luz Espírita”.

Um outro artigo digno de nota, também publicado pel’*O Espírita Mineiro*, encontra-se na edição de agosto de 1954. Trata-se de um artigo bastante ilustrativo por demonstrar como a *União* propagava não só a legitimidade de sua condição de líder do movimento mineiro, mas, principalmente, como consolidava a representação de que esse movimento era missionário, contendo um importante papel a cumprir em relação à doutrina espírita. Transcrito do jornal *União* (órgão de propriedade do governo do estado da Paraíba) este artigo – intitulado *Caravana Espírita*

de Minas – foi republicado a fim de reafirmar a conduta da *União Espírita Mineira* em criar caravanas para realizar a difusão espírita:

(...). Compreendemos ser este o melhor modo de se difundir o Espiritismo Cristão, dentro da Pátria do Evangelho, que é o Brasil, conhecido hoje em dia, pelos espíritas, como sendo o Coração do Mundo. **Minas que teve a sorte de acolher em seu seio o grande médium Francisco Cândido Xavier, já dispõe de numerosas organizações juvenis, as quais estão desenvolvendo ação intensíssima a prol da difusão das verdades evangélicas** (*União* apud *O Espírita Mineiro*, agosto de 1954).

Além da aparente intenção de informar seus leitores sobre a repercussão dessa visita, possivelmente, *O Espírita Mineiro* transcreveu este artigo, também, com outro intuito: **transmitir a impressão** de que, sendo o estado mineiro a “terra natal” do “grande médium” Chico Xavier (um *bem simbólico* não apenas deste estado, mas que, neste momento, já extrapolava a esfera nacional), este fato tornava o movimento espírita que a *União* liderava não só singular, mas, principalmente, reconhecido em todo o país como um movimento “missionário”, “hegemônico”. Daí, a *União*, mais do que se felicitar, procurar divulgar tal reconhecimento, proveniente de um órgão não religioso, visto que o jornal mencionado era porta-voz oficial do governo paraibano.

De um modo geral, a análise da documentação leva a crer que depois do 2º *Congresso Espírita Mineiro* (e, ao longo de toda a década de 1950), a *União*, sobretudo, por meio do seu órgão oficial, procurou associar a sua imagem à imagem de Chico Xavier. Então, por anos a fio (visto que nas décadas seguintes esta instituição tentou dar continuidade a essa prática), a *União* apropriou-se do capital de autoridade religiosa produzido por Xavier, com a finalidade de potencializar seu próprio capital religioso e sua autoridade institucional, visando com isso ganhar reconhecimento sobre os mesmos, dentro e fora, do seu estado; dentro e fora do seu campo de atuação.

4.2 A IMPOSIÇÃO DA “PALAVRA AUTORIZADA” DE EMMANUEL NO CAMPO ESPÍRITA NACIONAL

Camilo Chaves, que presidia a *União Espírita Mineira* desde 1946, faleceu em fevereiro de 1955. Em seu lugar, foi eleito pelo *Conselho Deliberativo* da casa o novo presidente: Bady Curi,¹⁷³ que, na verdade, havia sido vice-presidente durante toda a gestão de Chaves, portanto, candidato natural àquele cargo. Em seu discurso de posse, Curi afirmou seu propósito de dar continuidade à política adotada por seu antecessor, enfim, dar cabo aos empreendimentos em andamento (que serão analisados a seguir) e, também, prosseguimento ao que chamavam de “programa de unificação”.¹⁷⁴ Uma outra prática que, pelo que tudo indica, também foi continuada nessa nova gestão foi a tentativa de apropriar-se e de impor o capital de autoridade religiosa produzido pelo médium Chico Xavier, visando reforçar também sua própria autoridade religiosa, bem como, reforçar e divulgar ainda mais a idéia de que o movimento espírita de Minas fosse “hegemônico”.

Um exemplo significativo desta imposição ocorreu na reunião da *FEB* com as entidades federativas. Após o acordo denominado *Pacto Áureo*, até o ano de 1955, ainda não havia ocorrido nenhum outro encontro entre as lideranças das entidades estaduais espíritas junto à *FEB* e também, junto ao próprio *Conselho Federativo Nacional*.¹⁷⁵ Em função disso – segundo relatos d’*O Espírita*

¹⁷³ Consta em seus dados biográficos que Bady Curi era libanês, mudando-se para o Brasil em 1913, aos 10 anos de idade. Iniciou seu envolvimento com o espiritismo por volta dos seus 18 anos, em Barra do Piraí, RJ. Anos depois, mudou-se para Belo Horizonte, onde atuou no comércio de tecidos. Na capital mineira, continuou suas atividades espíritas, sendo um dos fundadores do *Cenáculo Espírita Tiago Maior*. Foi presidente da *Sopa dos Pobres* e do *Centro Espírita Luz, Amor e Caridade*. Consta ainda que ajudou a fundar nesse centro a *Escola Primária Pascoal Commanacci*, em meados da década de 40. Nessa mesma época, participou junto com Chaves dos Congressos ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro, inclusive do *Pacto Áureo (O Espírita Mineiro, 1º trimestre de 1962)*. Foi eleito como vice-presidente dessa instituição em 1948. A partir de março de 1955, ao assumir a presidência desta casa, passou o cargo de vice para Oscar Santos. Durante a gestão de Curi o funcionamento da *União* não diferia muito da época de Chaves. O trabalho de evangelização, o atendimento mediúnico com passes e a doutrinação aos “espíritos” eram repartidos em dois grupos: a *Casa de Betânia*, que trabalhava e atendia nas noites de terças-feiras à noite e o *Grupo de João Batista*, que atendia nas segundas e sextas-feiras à noite. De um modo geral, a *União* continuava a oferecer o *Atendimento aos Necessitados*, que era, na verdade, a distribuição de gêneros alimentícios e donativos diversos àqueles que procuravam pela ajuda; e, ainda forneciam atendimento dentário, através de um gabinete e um profissional que se dispunha a esse fim. Percebe-se, pelos relatórios anuais o fechamento da farmácia homeopática, certamente, não havendo, o atendimento mediúnico com o fim de distribuir receitas e remédios. Ver a esse respeito o *Relatório Anual 1955/1956*, exposto na edição d’*O Espírita Mineiro*, maio e junho de 1956.

¹⁷⁴ Na verdade, tratava-se da reestruturação do espiritismo mineiro. Foi, justamente, com esse fim que foi realizado na sua gestão o *3º Congresso Espírita Mineiro*, que será analisado no último item deste capítulo.

¹⁷⁵ Como demonstrado no terceiro capítulo, este *Conselho* tratava-se do órgão representativo das entidades estaduais federadas, criado com a finalidade de por fim aos problemas ocasionados pelas constantes disputas de poder vivenciadas pelas lideranças espíritas de todo o país com a *FEB*, que se auto-intitulava *Casa Mater* do espiritismo brasileiro. Na

Mineiro – por volta de junho daquele ano, o presidente da *FEB*, Antonio Wantuil de Freitas, teria convocado os diretores das entidades federativas estaduais, para participarem de uma reunião entre os dias 27 a 29 de agosto do referido ano, para tratarem de assuntos relativos à organização do movimento espírita nacional. Com antecedência, teria apresentado doze itens para que os líderes dessas entidades não só se inteirassem do temário a ser discutido, como também, viessem a se manifestar com possíveis sugestões. A idéia parecia ser a de que nesse encontro debatessem um conjunto de teses previamente apresentado pela *FEB*, com o propósito de deliberarem sobre questões concernentes à doutrina e ao movimento, visando, ao menos teoricamente, dar seqüência, em esfera nacional, à consolidação da “unificação” desse movimento.

Ainda segundo o relato deste jornal, antes de Bady Curi e Ademar Duarte¹⁷⁶ partirem de viagem para participarem dessa reunião, teriam comparecido na noite do dia 22 de julho, ao *Centro Espírita Meimei*, na cidade de Pedro Leopoldo. Consta que lá, Chico Xavier teria promovido um encontro com a finalidade de submeter aqueles itens à análise da “voz autorizada” de Emmanuel, adotando o seguinte procedimento:

(...) para cada item lido por Chico Xavier, um dos companheiros abria o Evangelho e o próprio médium escolhia, na página aberta, o versículo que correspondesse ao item, e o transcrevia. Depois de escolhidos, psicograficamente, por intermédio de Francisco Cândido Xavier, veio o pronunciamento autorizado de Emmanuel, em lições iluminativas que sempre correspondiam ao versículo, indicando roteiros e abrindo clareiras ao trabalho evangélico dos responsáveis pela concretização do “Pacto Áureo” de Unificação, no “Coração do Mundo – Pátria do Evangelho”. (*O Espírita Mineiro*, julho-agosto de 1955).

Ao se fazer a leitura analítica destes itens, observa-se que, de um modo geral, eles davam a idéia dos problemas que o movimento espírita ainda apresentava e que, provavelmente, incomodavam à *FEB*, ou às entidades estaduais. Desta maneira, ao convocar essa reunião, a *FEB* demonstrava, sobretudo, a sua preocupação em manter a legitimidade de sua liderança dentro daquele campo religioso. Além disso, possivelmente, para o presidente da *FEB*, fazia-se necessário organizar essa reunião, antes que outra instituição a propusesse em seu lugar.

Para a *União*, atender àquela convocação, muito mais do que um compromisso, era um cumprimento de um dever. Mas, parecia ser, também, uma forma de se impor, por meio de uma luta de representação, às demais instituições estaduais, pois sendo ela a “condigna representante” do estado onde havia nascido e onde morava Chico Xavier – apresentado, principalmente, por ela como

década de 50, o representante de Minas neste *Conselho* foi o carioca Miranda Ludolf. A documentação indica que esse *Conselho* se reunia mensalmente. Inclusive, *O Espírita Mineiro* fazia questão de publicar todo mês a ata da sua reunião.

¹⁷⁶ Respectivamente presidente da *União* e do *Conselho Deliberativo* dessa casa.

“o maior médium do mundo” – como, então, não destacar essa sua posição perante aquele “conclave”? Isto é, como não demarcar seu território dentro do campo espírita nacional?

Como foi anteriormente ressaltado, para Bourdieu (1996, p. 57), a eficácia de um discurso, mais do que nas palavras e na compreensão dessas, está na autoridade de quem o pronuncia, ou, de quem o autoriza a ser pronunciado. Daí, certamente, a pretensão da *União* – ao apelar para a “voz autorizada” de Emmanuel e ao impô-la àquela reunião – não ter sido outra senão a de legitimar sua condição de porta-voz daquele guia e, por fim, tentar capitalizar sua autoridade religiosa dentro daquele campo. Afirma-se isto porque, ao se fazer a análise dos “Comentários de Emmanuel”, fica evidente que tanto os versículos escolhidos por Chico Xavier, quanto os comentários atribuídos ao seu guia, forçavam uma interpretação que, na verdade, pouco tinha a ver com a pauta proposta pelos itens apresentados pela *FEB*, visto que esses “comentários” se apresentavam na forma de mensagens evangélicas generalizando o assunto que seria posto em discussão.

Bourdieu (1996, p. 91) afirma que, em se tratando da imposição de um discurso, o que parece importante não é se suas palavras fazem sentido, se elas são ou não compreendidas, mas sim, se o discurso é reconhecido como legítimo. Considerando a pertinência dessa análise, acredita-se que fosse esse o propósito da *União* ao apresentar tais “comentários”: contar tanto com o reconhecimento deste pronunciamento pelos seus receptores, quanto com o reconhecimento sobre o seu papel como porta-voz de “um dos mais importantes guias espirituais do Brasil”.

Além dos interesses da *União*, ao se pensar na disposição de Chico Xavier em desenvolver este trabalho, é plausível supor que também para o médium, este representava, em primeiro lugar, uma forma de investimento em si próprio, ou melhor, essa parecia ser uma forma do médium investir no acúmulo do seu próprio capital religioso. Isto porque, obviamente, na medida em que ele impunha uma interpretação doutrinária de seu guia espiritual – visando o reconhecimento dos líderes sobre a autoridade religiosa do mesmo –, na condição de intermediário, valorizava ainda mais o seu trabalho mediúnico. Assim, a mensagem subliminar transmitida por Chico Xavier parecia ser clara: quem tinha capital de autoridade para “analisar” aqueles pontos propostos para serem discutidos por aquela cúpula era o mentor espiritual do “maior médium do mundo”.

Em segundo lugar, investir tempo e dedicação neste trabalho, talvez, também fosse uma forma de Xavier demonstrar seu apoio ao trabalho da *FEB*. Como já foi apontado em capítulos anteriores, ao se fazer uma análise sobre as mensagens psicográficas que se encontram expostas nas páginas d’*O Espírita Mineiro* dessa época, constata-se que boa parte delas era assinada pela parceria Chico Xavier/Emmanuel. E, a grande maioria apresentava um conteúdo que, de um modo geral,

ainda fazia coro à campanha de “unificação do movimento espírita brasileiro”. Mas, essas mensagens endossavam também que, assim como acordado no *Pacto Áureo*, caberia à *FEB* – e não a outra instituição com pretensões de âmbito nacional, como a *USE*, por exemplo – a responsabilidade por buscar um consenso quanto ao discurso e a prática disciplinar para a normatização da doutrina espírita; bem como, cabia a *FEB*, a tarefa de dar continuidade a política da unificação dessa doutrina no Brasil. Há de se lembrar que esse apoio dado à *FEB* por Chico Xavier, talvez, fosse em função da relação de amizade e de parceria há anos estabelecida entre o médium e esta instituição. Inclusive, este médium não só devia à editora da *FEB* a publicação do seu primeiro livro mediúnico, como, até essa época, devia a ela a publicação de quase toda a sua produção psicografica.¹⁷⁷

Portanto, é plausível supor que esta amizade e parceria tenha sido um outro fator que motivou Chico Xavier não só a apoiar a idéia da *FEB* em realizar aquela reunião, como também, empenhar-se e desenvolver este trabalho de interpretação das teses, como se esta fosse uma maneira de contribuir para o êxito daquela reunião. Deste modo, parecia haver entre Chico Xavier e a *União* uma simbiose recíproca de interesses quanto à realização desta reunião: esta parecia se apresentar como uma grande chance tanto para o médium, quanto para essa instituição mineira projetarem-se para obterem reconhecimento, destaque e fortalecimento do capital de autoridade religiosa de ambos dentro do campo espírita nacional.

Conforme informado, essa reunião ocorreu no Rio de Janeiro, em agosto de 1955. Assim, a edição de julho e agosto d’*O Espírita Mineiro* foi quase toda dedicada a divulgar, em detalhes, a reunião e a participação da *União* nesse evento. Logicamente que, muito mais do que apenas divulgar esses detalhes, esse jornal teve como intuito dar a entender que a iniciativa da *União* e do médium teve o resultado que desejavam:

(...). As páginas de Emmanuel sobre o temário mereceram intensa e simpática acolhida dos dirigentes das organizações estaduais presentes ao conclave. Tal foi o interesse despertado que, a pedido dos congressistas, as páginas foram transformados em folhetos e distribuídas em profusão. Transcrevemos, em seguida, o Temário, **com a preciosa orientação da “Usina de Luz”, de Pedro Leopoldo** (*O Espírita Mineiro*, julho-agosto de 1955. Grifos nossos).

Mais uma vez, Ademar Duarte – que era o redator d’*O Espírita Mineiro* – não perdeu a oportunidade de referir-se a Chico Xavier, como a “Usina de Luz” de Pedro Leopoldo. O uso recorrente desse termo, obviamente, parecia ter como objetivo fazer com que essa representação se

¹⁷⁷ Para consultar a tabela de livros publicados até essa época por Chico Xavier, ver anexo 1.

impregnasse não só no imaginário religioso mineiro, mas também no nacional. No que diz respeito à receptividade deste “parecer de Emmanuel”, não é possível avaliar, ao certo, até que ponto houve, de fato, a acolhida informada pelo *O Espírita Mineiro*. Mas, a julgar pelo que foi relatado na ata elaborada pela *Federação Espírita Brasileira*, e reproduzida por esse jornal, é provável que tenha havido certa consideração com esse parecer, visto que:

(...) antes dos debates dessas reuniões são lidas as palavras de Emmanuel e os trabalhos estão ocorrendo com a mais fraterna compreensão, sem manifestações de personalismo que pudessem tisonar as finalidades superiores das assembléias fraternas da Casa de Ismael. Não há nos debates vencedores nem vencidos, mas unicamente pontos melhor esclarecidos que ficam, cordialmente aceitos por todos, formando princípios orientadores para homens de boa vontade que sabem colocar muito alto os seus ideais de unificação (Ata de Reunião da FEB apud *O Espírita Mineiro*, julho-agosto de 1955. Grifos nossos).

No entanto, não há menção, nessa mesma ata, de que esse parecer tenha influenciado nas discussões e tomadas de decisões a respeito de cada item apresentado e deliberado. De acordo com o que foi afirmado, sua possível contribuição estaria na “harmonização” do clima entre os debatedores. Porém, a despeito dessa afirmação, nas entrelinhas deste discurso, fica evidenciado que as “manifestações de personalismo” não deixaram de se fazer presentes, visto que as rusgas entre os representantes da *Federação Espírita Brasileira* e da *União Sociedades Espíritas* de São Paulo, apesar do “pacto”, ainda pareciam render calorosos debates:

(...). A letra “g” do Temário foi objeto de animada troca de ideais que projetou muita luz sobre o assunto. Por um lado, **a F. E. B. demonstrou, com base na experiência de mais de meio século, as dificuldades em se realizarem as reuniões dos Presidentes de Entidades Estaduais. Declarou que nunca se reuniu número apreciável de Presidentes, apesar dos esforços que a F. E. B. tem envidado nesse sentido, desde 1904, quando foi convocada uma reunião comemorativa do primeiro centenário do nascimento de Allan Kardec.** Disse que mesmo a esta interessante reunião não compareceram todos os Presidentes, e sabe que alguns dos presentes fizeram grande sacrifício para comparecer. **Contestando esses dados, o Vice-Presidente da USE considera que o futuro não poderá ser decalcado no pretérito.** Considera de grande utilidade estas permutas de idéias, estas discussões fraternas de muitos assuntos, e acha que o sacrifício é necessário e deve ser feito. Depois de bem debatido o assunto, formularem-se três propostas para serem votadas (...).(*O Espírita Mineiro*, julho-agosto de 1955. Grifos nossos).

A partir desta leitura, percebe-se a possibilidade de ter ocorrido alguns atritos entre os participantes daquela reunião. Talvez, as relações de conflitos ainda permanecessem naquele meio, evidenciando não apenas que os dissabores de outrora ainda vinham à tona, mas, principalmente, que a tão decantada “unificação de idéias e de vistas” – apesar do acordo de 1949 – parecia ser algo ainda difícil de ser alcançado por aquelas lideranças espíritas. Ainda ficava evidente que todos

pareciam estar ali para defender interesses que julgavam convenientes as suas instituições estaduais. Ou melhor, ficava claro que aquele era um campo onde as lutas e as disputas de poder ainda se faziam presentes. Ao menos, foi isso que declarou o próprio presidente da *União*, em um relatório de prestação de contas, em junho de 1956, ao informar sobre a “Importante Reunião das Sociedades Federativas no Rio”:

(...) defendemos com felicidade, os pontos de vistas desta Casa, em relação às reuniões mediúnicas e outros pontos do Temário previamente elaborada pela direção do conclave, para serem debatidos em plenário. Mais uma vez a Misericórdia Divina nos amparou em nossa missão, pois, com permissão do Alto, o luminoso espírito de Emmanuel respondeu, item por item, a todo o temário, por intermédio de nosso querido Chico Xavier. E essa magnífica revelação do excelso Guia, que impressionou vivamente a todos os confrades presentes à reunião, era a melhor credencial que poderíamos apresentar, em abono da pureza de nossas intenções e elevação de nossos propósitos, permitindo-nos bom êxito em nossa missão (O Espírita Mineiro, junho de 1956).

Baseando-se nessa declaração, pode-se supor que (da mesma forma que a *União* tentava impor tanto sua compreensão da doutrina, quanto sua posição de liderança, a fim de fazer valer seu ponto de vista e obter reconhecimento de uma suposta hegemonia do espiritismo mineiro) talvez, outras instituições também assim procedessem. Talvez, por isso, muitas instituições tenham participado daquela reunião, principalmente, para defenderem os interesses de suas casas e se destacarem dentro do movimento espírita nacional. Daí, a possibilidade de iminentes conflitos entre aquelas lideranças.

Essa declaração de Bady Curi é emblemática ainda por outros motivos. Curi, mais do que assumir a defesa sobre os pontos que julgava importante para a *União*, assumiu, abertamente, sua posição a respeito de uma certa “missão” da sua instituição, como representante de Minas: por ser a *União* a “digna representante” do estado mineiro naquele “conclave” e, visto que se considerava líder de um movimento de destaque (especialmente, por ser portador da “Usina de Luz” do mundo), certamente, acreditava no papel missionário da sua instituição naquela reunião. Desta forma, foi justamente nos comentários autorizados do “mais importante guia espiritual do país”, que a *União* foi buscar o reconhecimento desta sua missão. Neste sentido, possivelmente, ela acreditou – ou, pelo menos, quis transmitir a impressão de que acreditava – que seriam esses comentários que lhe forneceria a credencial que lhe instituiria de autoridade para impor-se perante todos, garantindo-lhe o reconhecimento de seu “elevado propósito” e a legitimidade de sua “excelsa missão”. No entanto, possivelmente, ela esperava por um reconhecimento que durasse não somente até aquela reunião, mas que perdurasse, estendendo-se dali para frente, para todo o sempre.

4.3 GINÁSIO O PRECURSOR: UM BEM DE SALVAÇÃO PARA O MERCADO RELIGIOSO MINEIRO?

Na biografia de Camilo Chaves (presidente da *União Espírita Mineira* entre 1946 a 1955), conforme mencionado anteriormente, consta que, como político, uma de suas ações na vida pública foi, justamente, na área educacional. Como exemplo de atuação nessa área, na condição de deputado estadual, teria sido ele um dos responsáveis pela instalação do *Ginásio Mineiro*, na década de 1920, na cidade de Uberlândia, na região do Triângulo (*O Espírita Mineiro*, março-abril de 2003). Se, de fato, a educação foi uma de suas grandes preocupações como homem público, certamente, essa foi também uma de suas prioridades como líder espírita, visto que, como demonstrado, quando participou do congresso em 1948, em São Paulo, apresentou tese propondo a criação de uma Universidade Espírita.

No entanto, antes mesmo deste congresso em São Paulo, numa reunião de diretoria da *União*, em 1947, Chaves falava do seu desejo de fundar, em Belo Horizonte, a primeira Universidade Espírita do Brasil. Apesar de manifestar esse desejo desde a década de 1940, foi somente nos anos 1950 que, de fato, Chaves conseguiu realizar parte deste seu sonho, fundando, sob “os auspícios da *União*”, o *Ginásio O Precursor*.¹⁷⁸

¹⁷⁸ O envolvimento dos espíritas com educação foi estimulada pelo próprio Kardec, educador, seguidor das idéias de Pestalozzi. No Brasil, segundo Giumbelli, desde 1902, a *FEB* já previa em seus estatutos a abertura de cursos escolares gratuitos. Esses cursos faziam parte da política assistencialista desta instituição, que concebia a educação como um “ato de caridade”. Deste modo, inserida nas ações da *Assistência aos Necessitados*, a *FEB* inaugurou em outubro de 1904, (durante a festa de comemoração ao aniversário de Kardec, momento em que também foi assinado as *Bases de Organização Espírita*, que incentivava os centros a dedicarem-se a instrução escolar) o seu *Curso de Humanidades* (GIUMBELLI, 1996, p. 181-182). Foi, inclusive, aderindo a esse apelo que a *União Espírita Mineira* não só afirmou tal compromisso em seus estatutos, como também, em 1912, veio a criar sua primeira escola, mantida dentro da própria *União*, voltada para o ensino primário, ressaltando que sua atitude exemplificava um “ato de caridade”. Ainda em Minas, também em Uberaba, há registros de uma escola que foi fundada em 1910, pelo *Centro Espírita Uberabense* com compromisso semelhante. Em Sacramento, também nessa época, o médium espírita Eurípedes Barasanulfo também dirigia uma escola (SILVA, 2002, p. 87). Enfim, esses dados indicam que essas escolas, em boa parte, dedicavam-se às aulas de instruções primárias, ministradas dentro dos próprios centros, como parte de um trabalho filantrópico. No entanto, ainda de acordo com Giumbelli, foram nas décadas de 1920 e 1930 que, de fato, multiplicaram-se as iniciativas caritativas promovidas pelos espíritas, sobretudo no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, encampando empreendimentos tais como asilos, orfanatos, hospitais e, também, escolas. Assim, nessa época, a *União* criou, como já comentado, o *Abrigo Jesus*, em 1937. Ainda por parte das mulheres espíritas desta casa, foi criado, em 1943, a *Casa de Betânia*. Já no início da década de 50, foi criado na capital mineira, também por sócios da *União*, o *Hospital André Luiz*. Segundo Giumbelli, no que diz respeito às instituições de ensino, “na década de 30, em uma estratégia de contraposição à investida católica sobre o ensino público, a *FEB* estimul[ou] a criação de escolas pelos grupos espíritas, chegando a subvencionar, a partir de 1937, aqueles que o fizessem” (GIUMBELLI, 1996, p. 247). Não foi sob a subvenção da *FEB*, mas, certamente, foi imbuído desse estímulo que a *União* fundou nessa época, sua segunda escola, o *Instituto Educacional Leopoldo Machado*, que teve vida curta nesta instituição. Ainda na capital, há indícios da existência de outras escolas fundadas por outros centros espíritas, como é o caso da *Escola Primária Paschoal Commanducci*, sob os

Este colégio foi implantado por volta de abril de 1952 e até 1954, funcionou nas dependências da *União*, oferecendo apenas o curso de admissão. Somente em 1955, com sede própria, é que, de fato, veio a dar início ao curso primário e ginásial. Sua sede foi adquirida pela *Associação Cristã Educadora LTDA*.¹⁷⁹ Uma associação composta de sócios da *União* e que tinha como finalidade levantar recursos para ser investido nesse empreendimento educacional. Embora não demonstrasse ter finalidade de acumular lucros, não se tratava de um educandário filantrópico, visto que não era gratuito.¹⁸⁰

A inauguração deste Ginásio ocorreu em 16 de novembro de 1954. Quando Chaves o inaugurou, em seu discurso, não só relembrou a tese que havia apresentado naquele congresso, em São Paulo, como também alegou que, embora a idéia tivesse sido bem acolhida pelos congressistas, ela não foi concretizada pelas lideranças espíritas do país. Provavelmente, em função disso, Chaves acalentou o sonho de criar em Minas essa “Universidade Espírita”, pois desejava ver os mineiros se incumbindo da “missão” de capacitar professores para que esses pudessem contribuir para a criação e o alastramento de suas escolas espíritas por todo o estado:

(...). **Julgo necessário irmos nós os espíritas mineiros preparando um grupo de escolas, que nos satisfaçam as necessidades imediatas**, como uma escola de Educação para preparar professoras de curso primário e outra de filosofia, formadora de professores para o curso secundário, que nos tornem capazes de estender a outros municípios a ação educativa (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1954. Grifos nossos).

Este trecho faz parte do discurso pronunciado por Chaves na inauguração do *Ginásio O Precursor*, em 16 de novembro de 1954. Como se pode avaliar, tudo indica que Chaves possuía um projeto pessoal ligado à educação. Um projeto que concebia a formação de professores e a criação e a disseminação de escolas espíritas como uma responsabilidade dos mineiros. Assim, além da missão com a “unificação”, a educação se apresentava como uma outra causa missionária que também deveria ser levada à frente pelos espíritas do seu estado. Mas, se a fundação desse ginásio significou a concretização de um projeto de Camilo Chaves, em seu discurso na noite da

cuidados do *Centro Espírita Luz, Amor e Caridade* e inscrita na secretaria da educação desde 1945 (*O Espírita Mineiro*, março de 1955).

¹⁷⁹ Consta que essa associação realizou a compra de um prédio onde havia funcionado, por 3 anos, o *Ginásio Presidente Roosevelt*, portanto, com uma estrutura adequada ao funcionamento de um estabelecimento de ensino. Localizava-se na avenida Olegário Maciel, no bairro Lourdes (*O Espírita Mineiro*, agosto de 1955).

¹⁸⁰ Para se manter, esse ginásio também contava com a venda de cotas aos sócios que se interessassem em ajudar na manutenção desse colégio. Essas cotas eram oferecidas pel’*O Espírita Mineiro* aos “confrades” espíritas. Este colégio sobreviveu até por volta de 1996, quando foi desativado pela diretoria da *União*.

inauguração, este presidente da *União* ainda deixou claro que suas intenções iam além da criação de um único educandário:

(...). Não penseis, caríssimos irmãos, que esteja encerrada a nossa campanha; ainda há muito que fazer. Não basta o externato; é preciso que façamos o internato para receber os filhos dos espíritas do interior. No Congresso de Unificação Espírita, reunido em São Paulo, em 1949, lancei a idéia de se fundar a Universidade Espírita do Brasil. Conquanto bem acolhida não teve execução. (...) **Para isso, caríssimos irmãos, a União Espírita Mineira fundou a Associação Cristã Educadora Limitada, com a finalidade única de incrementar e presidir à execução deste programa.** (...) (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro, de 1954. Grifos nossos).

Embora esta tarefa tenha sido anunciada por Chaves como uma “responsabilidade dos mineiros”, conforme apontado acima, ela parecia se tratar de um projeto pessoal deste presidente da *União*. Talvez Chaves tivesse insistido para que a *União* encampasse um projeto¹⁸¹ que lhe pertencia, voltado para área educacional. Mas, certamente, não se tratava de um projeto imposto, mas sim, que se interagiu e convergiu com os projetos dos outros indivíduos que também dirigiam a instituição. Por isso, foi encampado e planejado por uma associação (*Associação Cristã Educadora Ltda*) criada especificamente para concretizá-lo.

Assim, como foi destacado acima, tudo indica também que este ginásio fazia parte de um projeto ambicioso, que tinha a intenção de disseminar a sua criação para os outros municípios do estado, bem como, fundar uma universidade espírita em Minas. Em suma, talvez, foi pensando em um dia chegar a esse patamar, que, a princípio, essa associação iniciou seu projeto com a fundação de um ginásio na capital mineira.

Ainda neste discurso da noite de inauguração, ao agradecer o excesso de honrarias feitas a ele (por conta de sua iniciativa de levar em frente à idéia da construção de tal ginásio), Chaves procurou dividir os *louros* dessa vitória com os companheiros da recém-criada *Associação Cristã Educadora Ltda* e pelos guias espirituais da *União*:

(...). Como presidente da União Espírita Mineira, declaro recebida a simbólica oferta à família espírita da magnífica realização da Associação Cristã Educadora Ltda.
Se não compreendesse o empenho dos promotores dessa solenidade de exaltar e homenagear a União Espírita Mineira na pessoa de seu presidente, estaria eu orgulhoso de tantas honrarias. (...).

¹⁸¹ Tendo em vista que o termo *projeto* pode ser concebido como uma categoria de análise, será aqui compreendido como algo não “abstratamente racional”, mas sim, como “resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias (...) em que está inserido o sujeito” (VELHO, 2003, p. 103). Porém, faz-se considerar que, certamente, Chaves não estava sozinho e sim acompanhado por um grupo. Deste modo, há de se considerar também que “Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhadas por universos específicos. Por isso são complexos e os indivíduos podem, em princípio, ser portadores de projetos diferentes e até contraditórios. Sua pertinência e relevância serão definidos contextualmente” (DITZEL, 2004, p. 16).

Ao agradecer ao Dr. Ademar Dias Duarte, que glorificou meu nome à porta deste estabelecimento, inaugurando a placa comemorativa; ao agradecer ao dr. Rubens Romanellí, escolhido Reitor deste novo estabelecimento, as exaltadoras palavras que proferiu ao pé do meu retrato, quero tornar explícito que os encômios se estendem aos meus esforçados companheiros. O expressivo e simbólico gesto do presidente da Associação Cristã Educadora Ltda, entregando-me, neste ato inaugural, a chave do Ginásio “O Precursor”, foi ditado pela intenção de render homenagens a todos os espíritas, sintetizados na pessoa do presidente da União Espírita Mineira, o que muito me comove e agradeço, não tanto pela honra conferida a mim, como pela homenagem consagrada do primado da União Espírita na comunidade dos sequazes da Terceira Revelação, neste Estado de Minas Gerais. (...). (...). Não reclamemos as honras exclusivas desta realização, que outra cooperação mais eficaz veio de cima, como dádiva da liberalidade dos guias da União Espírita Mineira. Desde minha eleição para presidente desta casa, há bons oito anos, me foi prometido este presente da graça divina. **Devemo-lo à bondade de Jesus, veiculado pelos guias da Casa, isto é, por João Batista, o Precursor, pelo espírito de Inês de Castro, seu preposto na Direção da União, e pelos demais guias auxiliares** (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1954. Grifos nossos).

Por meio da leitura desses trechos, pode-se supor também o quanto para esse presidente, presenciar a inauguração daquele colégio parecia ser a realização de um sonho, a concretização de um projeto: fundar, sob a inspiração e os cuidados de uma “plêiade espiritual”, o primeiro ginásio espírita da capital mineira. Este não poderia receber nome mais sugestivo do que senão *O Precursor*. Numa homenagem ao “patrono espiritual” da *União*, este nome, possivelmente, tinha como proposta fazer alusão ao significado bíblico dado a João Batista: precursor de Cristo. Deste modo, numa analogia à condição missionária deste profeta, como sendo aquele que veio trazer a “Boa Nova”, esse educandário tinha a pretensão de apresentar-se como a primeira escola a oferecer às famílias, não só de Belo Horizonte, um ensino diferenciado:

(...). Sob as bênçãos de Jesus, abriram-se, a 16 de novembro de 1954, **para acolher as crianças e os jovens de todo o Brasil**, as portas do Ginásio Espírita “O Precursor”. (...) (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro, de 1954. Grifos nossos).

(...). O Ginásio O Precursor **é colocado à disposição daqueles que preferam encaminhar os filhos dentro de normas liberais da razão, livres das atitudes compulsórias, baseadas em dogmas de estreito sectarismo** (...) (*O Espírita Mineiro*, agosto de 1954. Grifos nossos).

A idéia parecia ser a de que o ensino oferecido pela *União* também estivesse em consonância com o discurso da *FEB*, para quem educar era um ato de caridade – aliás, a caridade era uma das máximas do evangelho espírita. Daí, a *União*, por meio de seu porta-voz, justificava sua opção pela fundação daquele ginásio, afirmando que:

(...). **A virtude máxima do Espiritismo (...) é a caridade. (...). Mas, não basta o socorro ao infortúnio. Impõe-se também aquela fórmula de caridade que aprimora os espíritos e as inteligências através da do ensino e da educação.**

A União Espírita Mineira compenetrada dessa sua alevantada missão, está lançando neste momento, o primeiro ‘Ginásio Espírita’ nesta capital de Minas Gerais, **destinado a instrução e educação da juventude dentro da orientação cimentada nos princípios filosóficos da Terceira Revelação, sem caráter sectário ou impositivo.** (...) (*O Espírita Mineiro*, agosto de 1954. Grifos nossos).

Esses trechos deixam claro que, na medida em que este ginásio foi sendo concretizado, o projeto educacional da *União* passou a ser concebido tanto como um ato de caridade, quanto como uma missão. Mas, não só uma missão desta instituição, e sim de todos os espíritas mineiros. Porém, mais uma vez, não se tratava de uma missão dos mineiros apenas consigo, mas destes com todo o povo brasileiro. Na verdade, a intenção parecia ser também a de se comparar a missão deste colégio com a missão do espiritismo na terra, especialmente, nas “Plagas do Cruzeiro”: se o espiritismo tinha no Brasil a missão de consolar, ensinar, esclarecer este povo sobre as “verdades” deste e do “outro mundo”; uma vez sendo Minas, uma “Usina da Luz Espiritual”, certamente, a partir de então, dedicar-se à educação deveria ser a maior missão de “Minas Espírita” com a “Pátria do Evangelho”.

Enfim, pode-se se supor que este ginásio foi criado a partir de um projeto salvacionista, visto que pretendia “libertar” seus futuros alunos dos dogmas católicos, e assim, apresentar uma outra proposta educacional aos filhos da família espírita e não espírita, não só da capital ou do estado mineiro, mas de todo o Brasil. Porém, uma proposta que viesse a oferecer naquele mercado um novo bem de salvação. Nesta perspectiva, certamente, a idéia era de que esse novo “bem” pudesse contribuir para que se fosse criado em Belo Horizonte – e, em todo o estado de Minas – um *habitus* religioso espírita.

Nesse sentido, esse *habitus* deveria moldar e homogeneizar os pensamentos e as práticas dos filhos dos espíritas. daquelas crianças que não fossem espíritas, talvez, a esperança fosse de que passassem a ter valores, atitudes e ações condizente com a doutrina professada por aquele ginásio. Assim, ao incutir-lhes uma nova visão de vida e de mundo, possivelmente, esperava-se uma conversão e, conseqüentemente, a ampliação da “família espírita”.

Certamente, para a direção deste ginásio, o aumento do número de pessoas que passassem a adotar esse novo comportamento e essa nova crença religiosa, criaria uma demanda, justificando a necessidade desse bem de salvação que estava sendo oferecido pela *União*. Por sua vez, tanto essa demanda, quanto esse bem fortaleceriam o capital de autoridade desta doutrina dentro do campo religioso brasileiro. Ao se buscar respaldo em Bourdieu, percebe-se que para esse autor,

(...) o capital de autoridade propriamente religiosa de que dispõe uma instância religiosa depende da força material e simbólica dos grupos ou classes que ele pode mobilizar oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses religiosos, sendo que a natureza destes bens e serviços depende, por sua vez, do capital de autoridade religiosa de que dispõe levando-se em conta a medição operada pela posição da instância produtora na estrutura do campo religioso (BOURDIEU, 1999, p. 58).

Tendo em vista esses pressupostos, o que se concluiu é que depois de seu 2º Congresso, acreditando que sua primeira missão (seu dever com a “unificação”) estava cumprida, a *União*, então, passou a se empenhar para acumular seu capital religioso por meio da oferta e da gestão dos bens de salvação. Assim, uma vez se sentindo segura da posição que ocupava dentro do seu campo de atuação, a *União* passou a se preocupar em não só se manter nesta posição, mas, acima de tudo, procurou fortalecer seu poder e sua autoridade religiosa, ampliando sua área de atuação.

Embora este colégio pertencesse a *União*, para que ele viesse a ser fundado foi criada uma associação jurídica para esse fim. Embora não seja interesse desta pesquisa realizar um estudo mais investigativo no que se refere aos recursos levantados pela *União* para a construção desse ginásio, de fato, não se pode negar que a sua liderança parecia possuir certa força política e econômica ao ponto de construir um estabelecimento da dimensão daquele ginásio. Bady Cury, vice-presidente da *União*, foi nomeado presidente em exercício dessa associação. Em seu discurso na noite desta inauguração, ao explicar a finalidade da *ACEL*, expôs os planos da *União* quanto ao futuro desta:

(...). A Associação Cristã Educadora Ltda, se propõe, de fato a promover o ensino no Estado de Minas Gerais, segundo a forma tríplice de educação moral, intelectual e física.

É sociedade de estruturação comercial de capital crescente e ilimitado, que conta receber ajuda financeira de todos os espíritas que queiram subscrever quotas. Há menos de dois anos foi ela promovida, e hoje, organizada, apresenta o primeiro fruto do trabalho dos seus fundadores, o Ginásio ‘O Precursor’. **Entretanto, muito há o que fazer. Temos aqui o Ginásio ‘O Precursor’, externato destinado à juventude belorizontina. Vamos iniciar uma batalha para a construção do internato, destinado a receber a juventude de Minas Gerais e do Brasil. Depois, pretendemos fazer uma Escola de Formação para professoras primárias. E, também, uma Escola de Filosofia, destinada à formação de professores de curso secundário. Assim, estaremos habilitados a prover a fundação de escolas e ginásios nos municípios do interior** (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1954. Grifos nossos).

Este discurso evidenciava que os projetos de Camilo Chaves realmente pareciam ter sido bem aceitos pela instituição que dirigia, vindo a ser encampados por aquela associação que, por sua vez, também visava abrir outras escolas de ensino primário, secundário e, pelo que tudo indicava, tinha a intenção de até mesmo investir no ensino superior, a fim de formar professores para suprir a demanda que se pretendia criar. Considerando tais intenções, talvez, não seja impertinente supor que a pretensão de criar tantas escolas, mais do que visar a difusão e o fortalecimento da crença espírita,

tinha como intuito fortalecer a *União* como instituição federativa, garantindo, assim, a posição de destaque que esta instituição julgava ter dentro das estruturas do campo espírita brasileiro. Além disso, uma vez acumulando seu capital religioso por meio desses serviços, poderia continuar portando-se como se tivesse autoridade e poder de direcionar os rumos da política espírita – e, a partir de então, também educacional – do seu país.

Em seu discurso, Camilo Chaves declarou também que **“O Ginásio ‘O precursor’ é, pois, um agente do trabalho de unificação dos espíritas em torno do Evangelho de Jesus”** (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1954). Esse discurso sinalizava a esperança de que este colégio se tornasse em mais um “agente” da “unificação espírita” em Minas. Ou seja, a sua implantação também poderia continuar ajudando na representação de que “Minas Espírita” continuava “unificada”, dando mais uma prova de que continuava trabalhando “em prol da unificação”. Certamente, visava-se com isso o fortalecimento da representação sobre a “hegemonia” do movimento espírita mineiro. Enfim, talvez, esperava-se que *O Precursor* – mais do que um bem de salvação – se tornasse um bem simbólico. Ou melhor, em um instrumento que, ao servir para “unificar” (disciplinar, normatizar) a prática espírita, serviria para a divulgação e conversão à doutrina. Assim, poderia contribuir para o fortalecimento daquele movimento, cujo poder de liderança estava nas mãos daquela que sempre lutou para ser sua legítima representante: a *União Espírita Mineira*.

Ainda no que diz respeito à concretização deste projeto de Chaves, também não se pode deixar de considerar que esse desejo de criar escolas, possivelmente, condizia com o anseio de outras tantas lideranças espíritas espalhadas pelo Brasil. Numa breve investigação sobre esse assunto, observa-se que, nesta época, outros estados também ofertavam seus serviços nesta área da educação, investindo nesse mercado de salvação: em 1952, em Salvador, BA, Divaldo Pereira Franco, médium de renome, havia fundado a *Mansão do Caminho*. Segundo entrevista do próprio Pereira Franco, não se tratava de uma escola propriamente dita, mas de um abrigo para menores de ambos os sexos, que oferecia a tradicional alfabetização e também cursos profissionalizantes (*O Espírita Mineiro*, outubro de 1953). Anos antes, em 1944, na cidade de Franca, SP, Tomaz Novelino¹⁸² havia fundado o *Educandário Pestalozzi*. Segundo Incontri, Novelino era comprometido com a “pedagogia espírita”, ou seja, acreditava tanto na relação afetiva entre

¹⁸² Segundo Dora Incontri, esse líder espírita estudou primeiramente no asilo Anália Franco, depois no colégio Allan Kardec, de Eurípedes Barsanulfo. Assim, sua experiência escolar teria influenciado na sua formação pedagógica (INCONTRI, 1996, p. 235-247).

professor e aluno, quanto na abolição de métodos punitivos, adotando a prática do diálogo. Consta que seu método era parecido com o de Eurípedes Barsanulfo que, entre outros métodos que o diferenciava da educação tradicional, procurava ofertar aulas ao ar livre, ensino da música e cursos profissionalizantes. Por volta de 1963, a *Federação Espírita do Paraná* também fundava o *Instituto Educacional Lins de Vasconcelos*, visando oferecer uma proposta educacional diferenciada, isto é, baseada numa “pedagogia espírita”, propondo a abolição de alguns métodos e modelos avaliativos da educação tradicional (INCONTRI, 1996, p. 235-247).¹⁸³

Nesse sentido, interessante observar que, embora os líderes da *União* alegassem que o seu ginásio ofertaria aos alunos também uma pedagogia diferenciada, condizente com os princípios da “educação espírita”, afora aulas de “trabalhos manuais” (que configuravam como cursos profissionalizantes), a programação curricular e a proposta pedagógica deste educandário não apresentava “inovações”. Vale informar que, tanto a metodologia das aulas, quanto a grade curricular das disciplinas¹⁸⁴ e o sistema de avaliação, não pareciam se distinguir muito dos colégios convencionais. Isto sinalizava para uma prática pedagógica bastante semelhante ao modelo tradicional. Inclusive, apesar de se dizer não sectário, ministrava aulas de “religião cristã”. Apesar dos indícios mostrarem que o *Ginásio O Precursor* estava longe de praticar o que se esperava de uma “educação espírita”, logo passou a ser recorrente nos discursos dos líderes da *União* a afirmação de que esse ginásio representava o “alicerce da Universidade Espírita do futuro”.¹⁸⁵ Isto

¹⁸³ Em seus trabalhos, Dora Incontri (pedagoga e defensora dessa prática) afirma que a “pedagogia espírita” era um assunto muito em voga naquele momento pelo meio espírita, inclusive, vindo a ser tema discutido em dois congressos: em 1947, a revelia da *FEB*, a *USE* realizou o *I Congresso Educacional Espírita Paulista*. Em 1952, organizou o seu *II Congresso*. A *FEB* teria orientado aos espíritas para boicotassem tais congressos (INCONTRI, 1996, p. 235-247). Já Souza afirma que “A culminância da escalada da educação espírita no país parece ter sido alcançada na década de 70, com a abertura de três faculdades em Marília, interior de São Paulo: Direito, Administração de Empresas e Ciências Contábeis” (SOUZA, 2001, p. 160). Não é intenção desta pesquisa, enveredar para a análise da “educação espírita”, mas torna-se interessante, pelo menos, informar que, embora alegasse não ser sectária, tratava-se, obviamente, de uma pedagogia comprometida com princípios da doutrina espírita. No caso do colégio de Franca, por exemplo, oferecia aulas optativas de espiritismo. Já na escola Lins Vasconcelos, no Paraná, existia a *Casa de Oração*, um espaço ecumênico para a oração e a meditação espiritual. Segundo Souza, um dos raros pesquisadores que aborda, em parte esse assunto, o que se tem de notícias sobre essa prática pedagógica são, geralmente, estudos produzidos pelos próprios fiéis espíritas a fim de registrar e defender os trabalhos realizados em seus centros, sendo este o caso de Dora Incontri, que em suas pesquisas sobre a *educação espírita*, apresenta alguns dados sobre essas escolas. Mas, o que tudo indica é que ainda não se formou no Brasil uma área de pesquisa científica que ofereça dados mais concretos sobre o surgimento dessas escolas pelo país (SOUZA, 2001).

¹⁸⁴ Constava que o currículo do curso ginásial seria composto das seguintes disciplinas: Geografia Geral e do Brasil, Matemática, Francês, Educação Moral, Português, Latim, História Geral e do Brasil, canto, aulas de trabalhos manuais, aulas de religião (*O Espírita Mineiro*, março de 1955).

¹⁸⁵ Segundo *O Espírita Mineiro*, essa frase teria sido pronunciada pelo espírito de Camilo Chaves, por intermédio do médium Francisco Xavier, em 4 de junho de 1955, quatro meses após seu falecimento (*O Espírita Mineiro*, maio de 1955).

porque, do ponto de vista da *União*, este colégio atendia aos “requisitos básicos” do que deveria, de fato, ser uma “verdadeira instituição educacional espírita”. Portanto, para a *União*, tal ginásio tratava-se de um modelo, uma referência da “educação espírita” para todo o Brasil:

(...). Instalado (...) em Belo Horizonte, em prédio que possui todos os requisitos exigidos pela pedagogia moderna, **o Ginásio ‘O Precursor’ é mais um instituto de educação espírita que se abre no ‘Coração do Mundo’, inaugurando na Pátria do Cruzeiro uma nova etapa na vida educacional** (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1954. Grifos nossos).

Sem dúvida, a inauguração desse colégio poderia suscitar inúmeros outros questionamentos, mas, afora as questões expostas, foi intuito deste trabalho – ao problematizar os discursos proferidos nesta inauguração – demonstrar a intenção da *União* em concorrer, não só dentro do seu estado, mas com todo o país, para ter um papel missionário também na área da educação, uma vez que esse papel já vinha sendo desenvolvido em outros estados, por outras entidades espíritas. Deste modo, visto que essa instituição estava sempre a pleitear um reconhecimento sobre si e sobre o seu movimento perante o movimento nacional, certamente, ela não concebia a idéia de não se ver encampando um empreendimento daquele porte.

Mas, além dessa análise, há ainda uma outra observação também importante para se fazer. Essa, diz respeito à associação que se pretendeu construir entre a inauguração deste ginásio, ocorrida na noite de 16 de novembro de 1954, com o 2º Congresso, ocorrido justamente há dois anos antes. Na verdade, isso é o que se pode deduzir a partir das páginas d’*O Espírita Mineiro*, visto que, na edição de novembro de 54, de forma ufanista esse jornal afirmou que:

(...). **É mais um marco de luz que se finca, gloriosamente, na trajetória do Espiritismo Brasileiro, ensejando à juventude da Pátria do Evangelho, caminhos de esperança e de redenção.** (...).

Seria demasiado afirmar o regozijo que envolveu os corações dos confrades ao ensejo do magno acontecimento. As sociedades espíritas de todos os bairros de Belo Horizonte ali se concentraram (...) levando o calor do seu entusiasmo e a expressão mais viva de sua solidariedade aos dirigentes do novel estabelecimento de educação.

A festiva instalação do Ginásio ‘O Precursor’ ultrapassou a expectativa mais promissora, equiparando-se pelo seu cunho de alta espiritualidade e brilhantismo, ao maior conclave espírita já realizado na Capital mineira – o 2º Congresso Espírita Mineiro! (...) (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1954. Grifos nossos).

Ao comparar a noite da inauguração deste ginásio ao evento ocorrido em outubro de 1952, esse jornal parecia ter como intenção, não apenas querer remeter o seu leitor às lembranças daquele “conclave espírita”, mas, principalmente, procurar estabelecer em sua memória uma relação entre os supostos frutos colhidos pela *União* naquele congresso com os que ela esperava vir a colher com a

inauguração daquele colégio. Daí, a possibilidade desse jornal considerar que, em virtude do 2º Congresso, havia se consolidado a representação de que “Minas Espírita” possuía um movimento espírita com a “missão” de ser um exemplo de unificação, conduta que deveria ser seguida pelo movimento nacional, fato que havia contribuído para fazer o movimento mineiro se tornar hegemônico, vindo a marcar a “trajetória do Espiritismo brasileiro”.

Considerando que a *União* acreditava que tal representação se encontrava consolidada, provavelmente, a partir da inauguração daquele colégio, quis relacionar esse evento da inauguração com o 2º Congresso a fim de construir uma outra representação: a de que “Minas Espírita” também possuía um outro dever, ou melhor, possuía uma missão ainda maior, desta vez, relacionada com a salvação e com a redenção da “família espírita brasileira”. Por isso, este empreendimento tratava-se de “mais um marco de luz” que Minas encampava com o intuito de iluminar consciências e libertá-las dos grilhões da ignorância, trazendo-lhes a sabedoria e a verdade, ascendo-lhes sua “luz espiritual”.

Essa representação, por sua vez, parecia também estar associada à idéia de que Minas era um “Centro de Luz”. Para se entender essa relação há de se lembrar que, nas análises realizadas anteriormente, inferiu-se que a *União* e o seu jornal lançaram mão do capital de autoridade religiosa de Chico Xavier (e da “palavra autorizada” de Emmanuel) na véspera do 2º congresso. Este fato fez com que os líderes desta instituição percebessem a força desse recurso, visto que atribuíram a ele o sucesso daquele evento. A partir de então, passaram a supervalorizar a presença desse médium naquela casa, procurando apresentá-lo como um valiosíssimo bem simbólico. Daí, provavelmente, o motivo de sempre fazerem questão de destacar a presença deste médium quando este visitava a *União*. Deste modo, naquela noite da inauguração não foi diferente:¹⁸⁶

(...). Como **nota de destaque**, salientamos, principalmente, **a prestigiosa presença do querido irmão Francisco Cândido Xavier** que compareceu em companhia da Diretoria do Centro Espírita ‘Luiz Gonzaga’ e do confrade Arnaldo Rocha (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1954. Grifos nossos).

Como era de se esperar, *O Espírita Mineiro* divulgou com entusiasmo e com intimidade a presença de Chico Xavier naquele novo evento. Conforme ressaltado anteriormente, esse médium

¹⁸⁶ Com o intuito de demonstrar o prestígio da *União* perante a força militar do estado, o jornal informou também que além de contar com a presença de militares de alta patente, aquela inauguração contou ainda com um show executado pela banda de música militar. Assim se referiu a esse show: “Abrilhou o ato inaugural, executando marchas e dobrados à porta do estabelecimento, a magnífica Banda de Música do Departamento de Instrução da Força Militar do Estado, gentilmente cedida pelo Cel. Nélio Cerqueira, Comandante da Corporação” (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1954).

passou a ser tratado por essa instituição como um bem simbólico de extremado valor, um ícone do espiritismo brasileiro. Por conta do peso desta presença no estado mineiro – e, obviamente, a fim de beneficiar-se dela – a *União* passou a cobrar de si uma responsabilidade ainda maior a respeito do papel que julgava ter dentro do movimento nacional. A impressão que fica é que a *União* pretendia capitalizar essa presença com o intuito de fortalecer sua autoridade e seu prestígio diante da sociedade espírita e não-espírita. Aliás, tudo indica que isto foi o que pretendeu o secretário da *ACEL*, Ademar Dias Duarte (que também era presidente do *Conselho Deliberativo* da *União*). Pelo menos, foi isso o que ele sugeriu quando (na noite de inauguração d’*O Precursor*) explicou os motivos que levaram a *União* a fundar o ginásio:

(...). O movimento educacional espírita, iniciado sob a égide imperecível do Evangelho, já desfraldou 9 maravilhosos estandartes, pela Terra eleita do Senhor, dourada habitação da luz. Em pleno funcionamento, 9 estabelecimentos espíritas estão distribuídos pelos Estados de São Paulo, Paraná, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Estado do Rio.

Minas Gerais, em cujo solo abençoado fulgura Pedro Leopoldo – USINA DE LUZ do Coração do Mundo e da Pátria do Evangelho – não podia faltar à bendita campanha da redenção educacional! E ao toque de chamada, doravante, **Minas Gerais, Cérebro da Pátria do Evangelho**, responderá pela voz da Associação Cristã Educadora: –

Minas Gerais – Presente: Ginásio ‘O Precursor’ (*O Espírita Mineiro*, novembro-dezembro de 1954. Grifos nossos).

Neste discurso percebe-se a tentativa deste membro da diretoria da *União* em relacionar a presença do médium no estado e a responsabilidade que essa instituição dizia ter com a educação. Inclusive, ao mencionar tal presença, Ademar Duarte, mais uma vez, elevou Pedro Leopoldo – e, por extensão, todo o território mineiro – a condição de “Usina de Luz”. Assim, a idéia que se pretendia transmitir parecia ser a seguinte: o estado de Minas, por meio das obras psicográficas de Chico Xavier, irradiava para todos os cantos do mundo, uma intensa luz. Com ela, levava o conhecimento e o discernimento ao cristão, indicando e orientando-lhe o caminho da verdadeira redenção. Nesta perspectiva, Minas estava sendo elevada à condição de “Centro Gerador” dessa luz espiritual. Deste modo, se o Brasil era o “Coração do Mundo”, Minas Gerais era o “Cérebro”, aquele órgão que comandava e irradiava luz para todas as partes do corpo planetário.

Se a intenção, de fato, foi criar essa representação, como supor que, justamente o estado mineiro – que contava com a presença Chico Xavier e que, por isso, era uma “Usina de Luz” – pudesse não se fazer presente nesta “bendita campanha da redenção educacional”? Além disso, se tantos outros estados vinham desenvolvendo trabalhos voltados para a “educação espírita”, como a *União* poderia não se envolver nessa “missão”? Logo ela, que se considerava líder de um movimento unificado, exemplar e liderado por um ex-político comprometido com a causa

educacional? Possivelmente, foi considerando tais questões que a *União* se envolveu com essa “missão”, numa imperiosa luta simbólica com todas as outras instituições que já estavam comprometidas com essa causa. Daí, a alegação de que um dos motivos que justificaria o empenho da *União* na fundação daquele colégio fosse o de fazer jus à condição de Minas como “terra natal” de Chico Xavier.

No início do mês de fevereiro de 55, faleceu o presidente da *União*, Camilo Chaves. Obviamente, a edição de fevereiro d’*O Espírita Mineiro* desse ano foi toda dedicada a esse acontecimento.¹⁸⁷ Três meses depois, na edição de maio, foi publicada uma mensagem para a *União*, psicografada por Chico Xavier, em Pedro Leopoldo e atribuída ao espírito do falecido Camilo Chaves. Nesta mensagem Chaves teria dito que se encontrava mais fortalecido e que sua responsabilidade com essa instituição tinha se dobrado, por isso, mesmo do alto, continuaria a zelar por aquela casa. Assim, essa mensagem sugeria que Chaves, mesmo depois de sua morte, continuaria a zelar por aquele colégio e, assim, continuaria a cumprir com sua “missão” com a “educação espírita”.



Figura 3. Fachada do prédio do *Ginásio O Precursor*.

¹⁸⁷ Pelo que consta, Camilo Chaves, além de escritor, foi um homem que teve importantes cargos políticos, por isso, quando de sua morte, foi bastante homenageado, inclusive pela *Assembléia Legislativa* e pela *Academia Mineira de Letras*. Várias notas sobre seu falecimento foram publicadas pelos jornais *O Diário de Minas* e o *Minas Gerais*, *O Diário* (católico), e o *Estado de Minas*. Nas edições seguintes, *O Espírita Mineiro* continuou informando sobre as homenagens rendidas a ele. Na edição de abril, por exemplo, uma nota comunicava que o governo do estado havia homenageado o falecido Camilo Chaves, dando o seu nome em um grupo escolar de Ituiutaba, sua cidade natal, no Triângulo Mineiro.



Figura 4. Mesa diretora na instalação do *Ginásio O Precursor*. A direita de Chico Xavier: Camilo Chaves, Bady Curi e Ademar Duarte.



Figura 5. Mesa que instalou o *Ginásio O Precursor*. Chico Xavier lê mensagens psicografadas.



Figura 6. Camilo Chaves discursando na inauguração do *Ginásio O Precursor*.

4.4 A COMEMORAÇÃO DO 99º ANO D’O LIVRO DOS ESPÍRITOS E A NOVA SEDE DA UNIÃO: ESTRATÉGIAS PARA O RECONHECIMENTO DA “HEGEMONIA” ESPÍRITA MINEIRA

Um acontecimento bastante emblemático que demonstrava certa pretensão da *União* em obter o reconhecimento dos centros espíritas do estado – como também das outras instituições federativas – quanto à suposta hegemonia do movimento espírita mineiro, ocorreu durante a comemoração do 99º aniversário de publicação do primeiro livro publicado por Allan Kardec: *O Livro dos Espíritos*,¹⁸⁸ realizada em 18 de abril de 1956. Aliás, essa comemoração ocorreu em meio a uma outra festa: a inauguração da nova sede da *União Espírita Mineira*.¹⁸⁹

No que diz respeito a essa construção, desde que ela começou a ser planejada, em abril de 1953,¹⁹⁰ *O Espírita Mineiro* se dispôs a informar sobre cada passo, sempre enaltecendo a iniciativa da diretoria, ressaltando as dificuldades que estava enfrentando para realizar empreendimento de tal

¹⁸⁸ No imaginário religioso europeu do século XIX pululavam inúmeras teorias teósoficas, esotéricas, religiosas e místicas, que deram origem a um movimento que ficou conhecido como *Espiritualista*. Foi na esteira deste que surgiu o *espiritismo francês*, com o pedagogo Hipolyte Léon Denizard Rivail, – por ser um estudioso dos assuntos relacionados a magnetização – por volta de 1850, passou a se interessar pelo mais novo advento em voga nas reuniões festivas dos grandes e requintados salões europeus: o mistério das “mesas girantes e falantes”. Deste modo, foi a partir daí que Rivail desenvolveu sua pesquisa e criou uma teoria que, de acordo com seus propósitos, procurava conciliar ciência, filosofia e religião. Enfim, foi a partir daí que escreveu seu primeiro livro sobre o assunto, intitulado *O Livro dos Espíritos*. Obra, cuja autoria assinou com o pseudônimo de Allan Kardec. A publicação deste livro se deu em 18 de abril de 1857. Depois deste, Rivail publicou vários outros que deram origem ao que ficou conhecido no universo espírita como o *Pentateuco kardecista* (SILVA, 2002, p. 50-56).

¹⁸⁹ A respeito da antiga sede, pode-se constatar que, desde a década de 30, os dirigentes da *União* já reclamavam da sua falta de espaço, cogitando a possibilidade de ampliarem-na. Também reclamavam da sua fachada, alegando a necessidade de retoques, pois, sua aparência não condizia com uma “condigna representação pública” do espiritismo mineiro (*O Espírita Mineiro*, abril de 1938). Na década de 50, as reclamações não só continuaram como também, ganharam mais consistência. Neste momento, alegava-se que a antiga sede havia ficado inconveniente, visto que incomodava o andamento dos trabalhos. Quando essa sede foi construída, em 1908, a capital mineira possuía apenas 11 anos. A localização tinha sido estrategicamente planejada, pois se pretendia que ela estivesse no centro, na área urbana, no “coração da cidade”, próximo aos principais órgãos de poder. Obviamente, quase meio século depois, a cidade já havia crescido, portanto, aquela sede já se tratava de uma construção considerada antiga para aqueles novos tempos (*O Espírita Mineiro*, abril de 1953).

¹⁹⁰ Apesar de ser inaugurada em 1956, a primeira providência realmente efetiva para a construção dessa nova sede foi tomada em abril de 1953, ainda na gestão de Camilo Chaves, quando o *Conselho Deliberativo* aprovou a transação de um negócio junto a uma empresa que compraria a antiga sede e lhe venderia um terreno onde seria construída as novas instalações da *União*. A empresa que negociou com a *União* foi a Vidarte (empresa de vidros e molduras), que era sua inquilina e havia oferecido uma proposta de compra do imóvel por 5 milhões, sendo 2.500 milhões em dinheiro e o restante, na permuta de um terreno no valor equivalente ao restante. Consta que esse terreno possuía uma área de 19,25m de frente por 31m de fundo, localizado na rua Guarani, também no centro da cidade. Como a *União* não abria mão da “boa localização”, esse jornal, explicava que: “O novo Templo fica situado a dois quarteirões apenas da atual sede, zona urbana e, portanto, na parte central de Belo-Horizonte” (*O Espírita Mineiro*, setembro de 1954).

porte.¹⁹¹ Por algumas vezes, o jornal chegou a cogitar datas de inauguração da sede, mas, sem sucesso em suas previsões, até que, em fevereiro de 1956, *O Espírita Mineiro* afirmou sobre a data precisa em que se daria aquele acontecimento, informando também sobre as comissões organizadoras e seus preparativos, anunciando como seria a programação daquela festa:

(...). Devidamente autorizados, podemos informar aos leitores que a nova sede da União Espírita Mineira, a rua Guarani, 315, será **solenemente inaugurada** dia 18 de abril, data em que o Livro dos Espíritos” completa 99 anos de seu aparecimento (*O Espírita Mineiro*, fevereiro de 1956. Grifos nossos).

Ao informar esta data, *O Espírita Mineiro* parecia não querer deixar dúvida de que aquele seria mais um “evento solene” realizado pela *União*, visto que naquele “18 de abril de 1956”, essa instituição realizaria uma dupla comemoração: o aniversário de 99º anos do lançamento do *Livro dos Espíritos* e a inauguração da sua nova sede. Diante da opção por este dia, pela comissão organizadora, é possível pensar que tenha se tratado de uma escolha estratégica: aproveitariam o clima propiciado por aquela data (que, em virtude do seu significado, certamente, seria festejada em todo o meio espírita nacional) para convidarem as lideranças espíritas de todo o país a comemorarem o “18 de abril” na *União*, onde, então, também inaugurariam sua nova sede. Deste modo, quanto maior o número de pessoas “ilustres” e “renomadas” comparecessem naquele evento, mais chances a *União* teria, não só de ostentar seu feito perante todos, mas, principalmente, de confirmar o seu poder religioso e seu prestígio como “condigna representante” do movimento espírita mineiro, tentando reforçar ainda mais a idéia de “hegemonia” deste movimento perante o movimento espírita nacional.

Estratégia ou não, a questão é que essa comemoração que ocorreu entre 16 a 18 de abril, de acordo com o que foi relatado, teria contado com a presença de um número expressivo de pessoas: mais de 110 entidades espíritas, não só de Minas, teriam presenciado aquele “certame”. Do Rio de Janeiro, consta que compareceu uma comitiva composta por representantes do *Conselho* da *FEB* e do *Conselho Federativo Nacional*. Esses membros, por sua vez, representaram algumas instituições federativas estaduais. Além dessa comitiva, consta que compareceram representantes de algumas cidades fluminenses, paulistas e de outros estados. De Minas, teriam comparecido representantes de

¹⁹¹ Segundo *O Espírita Mineiro*, a nova sede pretendia oferecer melhor comodidade aos trabalhos da casa: “A futura sede da Casa terá três andares. Na parte térrea, estão localizados dois amplos salões que, alugados, darão boa renda à Sociedade. Nos primeiro e segundo andares serão alojados todos os atuais departamentos da *União* e um imenso salão para sessões mediúnicas, evangélicas e sociais, com capacidade para 700 pessoas, confortavelmente sentadas. O edifício será servido por rampas ao invés de escadas. A planta e as exigências legais sobre acústica, arejamento e acomodação dos assistentes, foram tecnicamente estudadas e todos esses elementos já estão aprovados pela Prefeitura desta Capital” (*O Espírita Mineiro*, setembro de 1954).

Juiz de Fora, João Monlevade, Uberaba, São João Del Rei, Governador Valadares, entre outras cidades. De Belo Horizonte, é citado o nome de inúmeros confrades espíritas que teriam comparecido não só representando a sua instituição local, como também, algumas instituições federativas de outros estados. Mas, entre todos os convidados, a presença do próprio presidente da *FEB*, Antonio Wantuil de Freitas – sendo esta a primeira vez que a *União* recebia a visita de um presidente daquela que era tida como sendo a *Casa Mater* do espiritismo no Brasil – transmitia a impressão de que, realmente, aquele se tratava de um importante evento, prestigiado, reconhecido e confirmado por tal presidente.

Todos esses dados foram apresentados na edição d'*O Espírita Mineiro* de março-abril de 1956, que – como era de se esperar – foi toda dedicada à exaltação desse evento. As fotos, tanto da nova sede, como da realização do evento, ocupavam boa parte do espaço dessa edição. Aliás, nesta edição, a primeira informação foi justamente sobre a chegada de Wantuil de Freitas, no sábado, em 14 de abril. Consta que, no domingo, acompanhado do presidente da *União* e do redator deste jornal, teriam ido para a casa de Chico Xavier, em Pedro Leopoldo. Essa visita teria se repetido no dia seguinte, pois:

(...). O programa comemorativo teve início na segunda-feira, dia 16, com a visita ao Centro Espírita “Luis Gonzaga”, e ao médium Francisco Cândido Xavier, em Pedro Leopoldo, tendo participado, além das delegações presentes às solenidades, centenas de confrades belorizontinos. Na noite de 16 partiram de Belo Horizonte, com destino a Pedro Leopoldo, 12 automóveis, conduzindo os representantes de outros Estados e quatro ônibus superlotados, constituindo a reunião no C.E. “Luis Gonzaga” um acontecimento deslumbrante. Foi uma bela página de confraternização escrita auspiciosamente nos anais do Espiritismo (*O Espírita Mineiro* de março-abril de 1956).

Esse turismo religioso, sobretudo, de Belo Horizonte até Pedro Leopoldo, já havia se tornado uma prática estimulada pela *União Espírita*, daí, a cada evento que essa instituição realizava, ocorria, como se fosse de praxe, a tradicional visita ao “famoso médium” de Pedro Leopoldo, ou melhor, realizava uma visita ao maior bem simbólico que a *União* portava e fazia questão de exhibir a seus visitantes. Para o médium, ficar disponível a essas visitas, parecia não ser apenas uma forma de corresponder às expectativas da *União*, ou daqueles que ela levava para visitá-lo. Mas, essa, talvez, fosse uma das maneiras de contribuir para a construção e fortalecimento de sua própria autoridade religiosa. Daí, a insistência deste trabalho na idéia de que possivelmente existia uma simbiose recíproca de interesses quanto à projeção de ambos, inclusive, estimulada com essas visitas.

Na noite do dia 17, ocorreu a primeira reunião na nova sede, que foi aberta com palavras de saudação do presidente da *União*, Bady Curi, que logo em seguida, passou a condução dos trabalhos daquela noite para Wantuil de Freitas. Então, foi sob a direção deste que se deu logo em seguida, a instalação¹⁹² do núcleo belo-horizontino da *Cruzada dos Militares Espíritas* daquela nova sede. Certamente, por este motivo, destacava-se naquela noite a presença de militares de alta patente,¹⁹³ sendo o discurso de instalação ficado ao encargo do general Berzelius Veloso Figueira, presidente deste núcleo que estava ali sendo instalado.¹⁹⁴

A inauguração oficial da nova sede da *União* somente ocorreu na noite seguinte. Ao longo do dia 18 de abril, havia decorrido algumas atividades, inclusive, entre elas, iniciava-se naquele dia, em comemoração ao aniversário d'*O Livro dos Espíritos*, uma exposição¹⁹⁵ de revistas, jornais e livros doutrinários. É importante ressaltar que esta exposição e um discurso pronunciado nesta noite, a respeito do aniversário do livro de Kardec, foram as duas únicas atividades dedicadas a esse acontecimento, cuja comemoração parecia ser tão cara à comunidade espírita. Mas, ainda em relação à noite da inauguração do dia 18, para *O Espírita Mineiro*, aquele seria o momento em que as solenidades atingiriam seu “ponto culminante”. Vale destacar, o relato realizado por esse jornal, sobre os primeiros instantes desta noite, quando ocorreu a composição de sua mesa de trabalho:

(...). Inicialmente, foi designada uma comissão composta dos confrades Oscar Coelho dos Santos, Gen. Berzelius Veloso Figueira e Osório de Moraes para conduzirem à mesa os confrades Wantuil de Freitas, Francisco Cândido Xavier, Bady Elias Curi e o Major Jôfre Lelis, êste representante do Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais. Sob estrondosa salva de palmas e com grandes dificuldades, porque superlotado o salão, conseguiram os referidos companheiros chegar até a mesa (*O Espírita Mineiro* de março-abril de 1956).

¹⁹² Após, ocorreu ainda a instalação de um Curso Básico de Espiritismo, com aulas que iam desde evangelização, desenvolvimento mediúnico, até aulas de Português, Matemática, Biologia, História, entre outras disciplinas. Alegava-se que a idéia era dar bagagem cultural aos alunos. Na verdade, tinha-se como objetivo, preparar doutrinadores, evangelizadores, enfim, trabalhadores para os centros espíritas da capital. Essa noite foi encerrada com a apresentação de números artísticos.

¹⁹³ São citadas as presenças, entre outros do general Newton O' Reilly de Souza, do major Amaury Barroso e do capitão Milton Bento de Faria (*O Espírita Mineiro*, março-abril de 1956).

¹⁹⁴ A relação dos militares com o espiritismo vem desde a proclamação da república, tendo muitos deles vindo a ocupar cargos da presidência da *FEB*, como Ewerton Quadros. Mas, foi na década de 1940 que se criou a *Cruzada Militar Espírita*. Em Juiz de Fora já existia esse núcleo, e há tempos os militares reclamavam a criação de um núcleo em Belo Horizonte.

¹⁹⁵ Essa exposição ocorria numa galeria do Edifício Dantes, espaço cedido pelo empresário Osvaldo Dantes – e se estenderia por dez dias, vindo a não só expor uma mostra, como também, realizar a distribuição de livros espíritas (*O Espírita Mineiro*, março-abril de 1956).

Diante dessa descrição, constata-se que, como num ritual de investidura, aqueles considerados como os principais convidados da noite, não só eram os primeiros a serem chamados para compor a mesa, como, especialmente, contaram com a condução de outros para chegarem até a mesma. Obviamente, neste rol de prestigiados estava o presidente da *União*, da *FEB* e claro, Chico Xavier.

De acordo com o que se pode observar também nas fotografias ilustrando as páginas deste jornal, a mesma hierarquia se repetia na exposição das cadeiras: ao centro, Wantiul de Freitas; do seu lado direito, sentou-se Bady Curi e, do seu lado esquerdo, acomodou-se Francisco Cândido Xavier. Nessas mesmas fotografias, é possível ainda se observar que, outros três lugares foram ocupados na mesa: ao lado esquerdo de Chico Xavier, foi convidado para sentar-se Jôfre Lelis, representante do governador do estado de Minas Gerais. Já à direita de Bady Curi, sentaram-se, primeiramente, o redator deste jornal e também presidente do *Conselho Deliberativo* da *União*, Ademar Duarte e, por último, o vice-presidente desta casa, Oscar Coelho. Assim, a partir da composição desta mesa supõem-se que a ordem de prestígio aplicada estava relacionada com a ocupação daqueles lugares. Aliás, no que diz respeito às demais cadeiras para o assento dos convidados, consta ainda que outros 88 lugares foram reservados para os demais convidados que também compuseram o entorno da mesa:

(...). Em prosseguimento, foram chamados para tomarem assento em torno da mesa o Cel. João Tavares, comandante do 12º Regimento de Infantaria sediado em Belo Horizonte, o Cel. Bragança, chefe da 11ª Circunscrição de Recrutamento; o sr. Paulo Ximenes, representante do Exmo. Sr. Secretário da Viação do Estado; o dr. José Carvalho, Juiz Municipal da Comarca; o deputado Valdomiro Lobo, dr. Newton de Paiva Ferreira, dos “Diários Associados”; dr. Waldemar Pequeno, delegado de Polícia, escritor e poeta; Coronel Berzelius Veloso Figueira, Presidente do Núcleo da Cruzada dos Militares Espíritas de B. Horizonte; o sr. Waldemar Dinis Henriques, presidente da COAP; dr. Agnelo Antunes, ex-presidente da União Espírita Mineira; o professor Pedro de Castro; os srs. representantes da Federação Espírita Amazonense; da Federação Espírita do Rio Grande do Sul; da Federação Espírita do Paraná; da Faculdade Brasileira de Estudos Psíquicos; da Liga Espírita do Distrito Federal; da União Espírita de Goiás; da União Espírita Cearense; da União Espírita Sergipana; da Federação Espírita do Espírito Santo; da Federação Espírita Catarinense; da Federação Espírita do Estado do Piauí; os membros do Conselho Superior da Federação Espírita Brasileira (...) e do Conselho Federativo Nacional (...), além de representantes e presidentes das Sociedades Espíritas desta Capital, do interior do Estado, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Estado de Goiás. As representações das sociedades atingiram o elevado número de 121 e tendo sido reservado 88 lugares em torno da mesa, um dos diretores da União apresentou desculpas por não ser mais possível prosseguir ao convite das demais delegações presentes na festividade (*O Espírita Mineiro* de março-abril de 1956).

Ao se analisar essa citação percebe-se que foram convidados para sentarem-se à mesa indivíduos que tinham prestígio dentro e fora do meio espírita, fosse de Belo Horizonte ou de outros

lugares. Diante desse dado, acredita-se que, possivelmente, aquele convite para sentar-se ali, fosse feito pelo grau de prestígio que esses indivíduos, ou, as entidades que representavam, tinham perante a *União*. De modo geral, o comparecimento de todos os presentes naquela noite de inauguração foi compreendido pel’*O Espírita Mineiro* como um sinal de consideração com a *Casa Mater* mineira, portanto, como um momento propício para realizarem uma grande festa de “confraternização espírita”:

(...). Foi uma dessas reuniões de deslumbramento, em que sentimos mais intensa a vibração da falange de benfeitores espirituais que nos assiste. Ao calor do entusiasmo dos corações encarnados, aqueles que já foram para os planos espirituais vieram juntar a alegria de suas almas compreensivas, trazendo a mensagem viva de seu carinho e de seu entendimento. A par da alegria imensa que a inauguração da nova sede a U.E.M. nos oferecia, ressaltava o fato eloqüente da confraternização geral dos espíritas da Capital, que compareceram em número avultado, prestigiando a Casa Mater e não regateando aplausos aos companheiros que promoveram a construção do novo templo de João Batista (*O Espírita Mineiro* de março-abril de 1956).

Ao longo desta noite, vários foram os discursos proferidos, mas, assim que os trabalhos foram abertos, ritualisticamente, como ocorrido na noite anterior, em sinal de respeito à autoridade que estava ao seu lado, Bady Curi logo passou a palavra ao presidente da *FEB* – e também presidente da mesa, Wantuil de Freitas – cujo discurso vale destacar o seguinte trecho:

(...). Com incedível alegria, retorno a essas montanhas onde Deus me permitiu a ventura de nascer. Não podeis compreender, meus amigos, a felicidade do todo o meio espírita brasileiro, que ora represento em nome da Federação Espírita Brasileira, pela inauguração desta Casa. Não pela grandiosidade da obra arquitetônica de engenharia. Absolutamente. Esta outros homens poderão construir. Mas, exatamente por sentirmos e sabermos e vos poderemos afirmar, que **desta Casa continuarão a irradiar luzes que transportarão os limites deste Estado, atingindo os Estados vizinhos, abrangendo todo o território nacional.** (...). Assistir à vossa festividade, sentado nesta cadeira pela qual passaram espíritas de real valor, homens que nos parecem dizer da sua grande alegria pela obra que realizastes. E maior alegria, ainda, por me sentir rodeado de todos vós, deste grande trabalhador que se encontra a minha direita e **desta luz que nos vem através de Francisco Cândido Xavier. Dessa fonte de luz** que nos vem alimentando a fé que Allan Kardec e outros missionários nos colocaram no coração. **Que possamos, portanto, compreender bastante, compreender o máximo a nossa responsabilidade, levando a todo o território brasileiro, as luzes que nos vieram através das obras psicografadas,** para que, dessa forma, aumentando o número de colaboradores que venham colocar as mãos no arado ao nosso lado, possamos novas e maiores obras de assistência social levantar na Pátria do Evangelho. Amigos e irmãos, (...), deveis também compreender a minha intensa emoção. **Há 30 anos não venho a Capital do meu Estado. Assisti, portanto, o progresso que ela realizou nesse período. Vejo, também, o progresso espiritual realizado nessa Terra que tanto amo.** E deveis compreender a minha grande emoção, ao mesmo tempo que minha grande alegria. E como de hábito em todas nossas reuniões (...) nos não podemos esquecer de levantar aos céus os nossos pensamentos em prece. E, por isso (...), convido o nosso companheiro, representante do C.F.N., confrade Luis Montorfano, para proceder a prece com que daremos por iniciada essa reunião desta noite (*O Espírita Mineiro*, março-abril de 1956. Grifos Nossos).

Wantuil iniciava seu discurso se declarando mineiro: um privilegiado, por Deus ter lhe permitido “a ventura de nascer” neste estado. Aliás, um mineiro que presidia a *FEB*: instituição que, ao menos em tese, norteava os rumos políticos do movimento espírita nacional, portanto, possivelmente considerada por aquela platéia, como a representante máxima do espiritismo brasileiro. Então, era nesta condição que estava ali, a prestar, em nome do movimento nacional, sua homenagem àquele “auspicioso” empreendimento duplo da *União Espírita Mineira*: inaugurar sua nova sede e comemorar o 99º aniversário do lançamento do *Livro dos Espíritos*.

Assim, era nessa condição de presidente da *FEB*, e de mineiro (portanto, como alguém que, de certa forma, também pertencia e se via representado naquela casa) é que estava ali endossando o discurso há tempos defendido pela *União* (o que, de certa forma, sugeria um certo reconhecimento de sua parte sobre a hegemonia do movimento espírita daquele estado): da *União* partiam luzes que se irradiavam para além daquela capital, daquele estado e do país. E, o motivo de tanta luminosidade espiritual (demonstrando o quanto aquela instituição tinha abençoada missão dentro do país) não estava apenas no trabalho daqueles que a ergueram, mas, sobretudo, estava ali, bem ao seu lado esquerdo, presenciando e anuindo aquele ato. Isto é, estava em Chico Xavier, considerado o “maior médium do mundo” em virtude do capital de autoridade religiosa que havia acumulado por conta de seu “missionário” trabalho mediúnico.

Na verdade, esse discurso de Wantuil parecia ter sido elaborado sob encomenda, pois, a impressão que fica é que ele estava em consonância com os interesses daqueles que compunham a mesa, visto que tanto a *União*, quanto o médium se encontravam nele contemplados: a *União* recebia da *FEB* o cetro que lhe garantia o reconhecimento sobre a sua importância (dentro e fora do estado) como “instituição modelo” e, que liderava um movimento também exemplar, sobretudo, por contar com a presença do médium Chico Xavier. Deste modo, Xavier também obtinha mais do que reconhecimento sobre seu trabalho missionário. Quanto à *FEB*, esta não estava ali apenas para investir a todos de seus respectivos cetros. Nesta cerimônia ritualística, ela também era contemplada, visto que o seu poder de investidura era apresentado como legítimo.

De um modo geral, Wantuil parecia estender a ação missionária espírita a todos os mineiros que já haviam passado por aquela casa ou que estavam ali, compondo aquela mesa: enfim, a ele, como dirigente da *Casa Mater* brasileira, aos dirigentes da *União Espírita Mineira* e a Chico Xavier, uma vez que tinham a responsabilidade de iluminar o país com “as luzes” que vinham, especialmente, dos livros psicografados por este médium.

Em suma, esse discurso pronunciado por Wantuil parecia atender a jogos de interesses recíprocos entre *FEB*, *União* e Chico Xavier, possibilitando que *O Espírita Mineiro*, ao divulgá-lo, procurasse endossar a seguinte representação: na inauguração daquela nova sede (onde também se comemorava o aniversário d’*O Livro dos Espíritos*) o presidente da *FEB* (por sinal, um mineiro) proporcionava à *União* o reconhecimento da sua condição de “instituição exemplar”. Isto, em função da sua capacidade de construir tal sede, pela audaciosa comemoração do livro de Kardec proposta para aquela noite, e ainda, por ser ela a líder legítima de um movimento que tinha o privilégio de possuir como bem simbólico mundial Chico Xavier, que irradiava a doutrina espírita por meio de seus livros. Desta maneira, Minas, em virtude do trabalho missionário dos seus filhos, possuía a missão de irradiar a doutrina espírita para além da “Pátria do Evangelho”. Assim, a *União*, ao contar com a presença deste médium em sua casa, e, ao apoiar seu trabalho, estava contribuindo para Minas cumprir o seu “papel missionário” com o Brasil. Esta “pátria”, representada ali pelo presidente da *FEB*, reconhecia e anuía essa “missão de Minas”. Enfim, essa parecia ser a representação que *O Espírita Mineiro* pretendia construir e divulgar em cima deste discurso pronunciado pelo presidente da *FEB*, naquela “noite solene” de 18 de abril de 1956.



Figura 7. Fachada da sede da *União Espírita Mineira* inaugurada em abril de 1956.



Figura 8. Antonio Wantuil de Freitas palestrando na inauguração da sede.



Figura 9. Tribuna da sessão solene na instalação da sede da *União*.



Figura 10. Mesa diretora de instalação da sede. No centro Wantui de Freitas, a sua direita: Bady Curi, Ademar Duarte e Oscar Coelho. A sua esquerda: Chico Xavier e Jôfre Lelis.

4.5 O CENTENÁRIO D’O LIVRO DOS ESPÍRITOS: NOVAS ESTRATÉGIAS PARA IMPOR O RECONHECIMENTO DA “HEGEMONIA” ESPÍRITA MINEIRA

Na edição de maio-junho de 1956, *O Espírita Mineiro* estampava na sua primeira página manchete anunciando o “1º Centenário da Codificação do Espiritismo”. Abaixo, em uma longa matéria, o jornal informava sobre as providências que estavam sendo tomadas tanto pela *FEB*, quanto pela *União* para a comemoração dos 100 anos da publicação d’*O Livro dos Espíritos*. Também, desde então, o presidente da *União*, Bady Curi, e o redator d’*O Espírita Mineiro*, Ademar Duarte, já convidavam, por meio de uma circular, as diretorias das instituições espíritas mineiras para, juntos, programarem os eventos que deveriam ocorrer no mês de abril, porém, do ano seguinte. Assim, o que se pode perceber é que desde meados de 1956, a *FEB* e, por sua vez, a *União*, já estavam mobilizando-se e, portanto, procurando chamar a atenção dos espíritas para a necessidade de comemorarem com magnitude aquela data.¹⁹⁶ A sugestão era para que os centros de todo o país constituíssem comissões para programarem o ano de 1957. Lembravam da necessidade de iniciarem, desde janeiro, uma forte campanha, com a distribuição de cartazes e folhetos, contendo dados “biográficos, bibliográficos e históricos de Allan Kardec, a fim de facilitar o trabalho de oradores, de jornalistas, radialistas e outros” (*O Espírita Mineiro*, maio-junho de 1956).

Paralelamente a esse trabalho, deveriam realizar as “palestras esclarecedoras”, ressaltando a vida de Kardec e a importância de suas obras, dando maior ênfase, é claro, ao livro que seria o motivo de tal festejo. Já especificamente para o mês de abril, a idéia, a princípio, era a de que todos contribuíssem para realização de um *Congresso Nacional de Unificação*, que teria como objetivo reunir o movimento espírita de todo o país. Depois desse anúncio, não se comentou mais nada sobre esse congresso, o que indica que ele não ocorreu. Para a semana que antevia o dia 18 de abril, a sugestão era para que os centros realizassem uma programação específica, previamente planejada pela *FEB*. Inclusive, quanto às entidades federativas de âmbito estadual, a orientação era para que promovessem “nas capitais de seus respectivos Estados solenidades públicas, em locais centrais,

¹⁹⁶ Como também já ressaltado no capítulo 3, Silva (1997) demonstra que, no Brasil, a leitura destes livros de Kardec tornou-se um hábito, sobretudo nas rodas dos intelectuais de origem francesa. A tradução dessas obras para o português contribuiu para a disseminação e popularização da prática espírita. Assim, nas terras brasileiras, *O Pentateuco Kardecista* se tornou uma das principais referências teóricas do movimento espírita brasileiro. Portanto, diante desse fato, como imaginar a atitude justamente da *FEB* – que divulgava que o Brasil era a “pátria do evangelho espírita”, portanto, o “coração do mundo” – e da *União*, entidade subordinada e representativa do espiritismo em Minas Geras, perante o 18 de abril de 1957, data que comemoraria o centenário da primeira obra publicada por Kardec?

adequados, no dia do encerramento das comemorações do centenário” (*O Espírita Mineiro*, maio-junho de 1956).

Para reforçar o significado simbólico que essa data parecia ter dentro do cenário espírita do país, além dessa mobilização descrita acima, a *FEB* tomou ainda uma outra providência: conseguiu junto ao poder público a permissão para a emissão de um selo que, a partir do dia 18 de abril, passaria a compor o rol dos selos oficiais do *Departamento dos Correios e Telégrafos do Brasil*. Essa informação vinha sendo veiculada pelo *O Espírita Mineiro* desde sua edição de março de 1957, mas, foi na edição especial de abril, inteiramente dedicada ao centenário, que esse jornal se manifestou com mais clareza sobre esse acontecimento:

(...). Nesta oportunidade, podemos anunciar aos espíritas que a intolerância manifestada de maneira intensa, por parte de um grupo religioso contra a emissão de estampa espírita não vingou. O Poder Executivo da República manteve a autorização que determinou a emissão do 1º SÊLO ESPÍRITA DO MUNDO. A propósito do assunto, é bom (sic) se esclareça que este é o 32º selo comemorativo religioso, visto (sic) o Brasil já ter emitido 28 selos com motivos católicos e 3 protestantes. (...).

A emissão do SÊLO DO CENTENÁRIO DO ESPIRITISMO é uma prova bastante evidente que o Governo do País oferece às Nações do mundo sobre a existência da liberdade religiosa do Brasil – ‘Coração do Mundo, Pátria do Evangelho’. A importante deliberação (...) demonstra, outrossim, que o Brasil se orgulha de estar cumprindo as recomendações das Nações Unidas (ONU) e a sua própria Constituição com respeito aos direitos das minorias religiosas.

Se o Governo nacional está de parabéns pelo cumprimento de seu dever, não nos esqueçamos que a nobre iniciativa da emissão do SÊLO coube à FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA que se houve com prestígio, zelo e dedicação.

O SÊLO é um atestado do que pode realizar os espíritas quando integrados de fato na obra de sua Unificação.

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA soube plantar em meio aos inúmeros obstáculos a afirmação serena do seu valor, exemplo claro de sua destinação como condutora de um movimento religioso que lançará na Terra as sementes de uma nova civilização (*O Espírita Mineiro*, abril de 1957).

Levando-se em conta o contexto em que esse acontecimento se deu e, considerando a importância simbólica que um selo poderia ter (visto que, naquela época, a correspondência remetida pelo sistema de Correios era o meio mais usual de se estabelecer uma comunicação) fica claro que a *FEB* muito lutou para conseguir a circulação deste selo. Certamente, era sua intenção comemorar essa data em grande estilo, de forma a torná-la um marco na história do espiritismo brasileiro. No entanto, numa luta de representação mais ampla, talvez, o objetivo da *FEB* fosse o de obter o reconhecimento da importância deste fato não apenas dentro da história do espiritismo do país, mas, do mundo, pois, segundo anunciado pelo *O Espírita Mineiro*, tratava-se do primeiro selo com motivo espírita a circular dentro do cenário mundial.

Enfim, talvez, a *FEB* tivesse intenção de demonstrar que tal acontecimento não só possuía importante significado dentro do Brasil, como também, que o reconhecimento deste significado ia além do campo religioso nacional. Aliás, no que diz respeito ao campo religioso brasileiro, como este trecho acima revela, ao lançar mão de um recurso há tempos adotado no país, por outras religiões, a *FEB*, também numa luta de representação, procurou obter o mesmo prestígio que as demais religiões obtiveram do poder público, demarcando e garantindo seu espaço dentro deste campo.

O *Espírita Mineiro*, ao divulgar essa conquista da *FEB*, logicamente, aproveitou a oportunidade para mostrar o acatamento da *União* àquela instituição da qual respeitava como entidade filiada e subalterna. Obviamente, também aproveitou para enaltecer esse feito do governo federal, cujo presidente era o mineiro Juscelino Kubitschek. Na verdade, esse jornal enalteceu aquilo que ele entendia como sendo um sinal de respeito aos direitos de liberdade religiosa garantido pela Constituição.

Na esteira da divulgação deste selo, este jornal aproveitou também para divulgar, em primeira mão, uma realização da própria *União*: a confecção de um hino de louvor e homenagem ao centenário,¹⁹⁷ cuja intenção, segundo alegava, seria tornar aquela comemoração ainda mais “reluzente”:

¹⁹⁷ O hino possuía letra de Ismael Ramos e música de Pedro de Castro, que era diretor do *Conservatório Mineiro de Música* e membro da *Comissão do Movimento Artístico da União* que estava cuidando dos números artísticos que seriam apresentados pela *União* durante as comemorações. A letra era a seguinte:

Quando a sombra da descrença
Espalhava a escuridão
E a dor profunda e imensa
Torturava o coração,
Das mansões de harmonia
De Jesus de Nazaré
Veio a luz de um novo dia
Restaurando a nossa fé!
Entoemos nesse dia,
Um louvor ao Missionário,
A mensagem de alegria,
Do Primeiro Centenário!
Foi Kardec o mensageiro
Da luz do Consolador
Desdobrando ao mundo inteiro
A promessa do Senhor!
Salve o ‘Livro dos Espíritos’
Chave de amor e verdade
Que abre a porta do Infinito
P’ra salvar a humanidade!

(...). Esta é a significativa contribuição da Casa Mater do Espiritismo de Minas para o brilho das comemorações do CENTENÁRIO DO LIVRO DOS ESPÍRITOS. (...).

O hino está sendo impresso para distribuição às Sociedades Espíritas do Brasil, a fim de que seja cantado ou executado pelos grupos artísticos, durante as cerimônias a serem realizadas por ocasião do PRIMEIRO CENTENÁRIO.

Para facilitar a divulgação da mensagem musical que partirá das Alterosas para todo o Brasil, a UNIÃO ESPÍRITA MINEIRA deliberou ainda mandar gravá-la para farta distribuição (*O Espírita Mineiro*, abril de 1957. Grifo nosso).

Diante do que já foi analisado até o momento em relação ao posicionamento da *União*, é plausível supor que – mais do que uma homenagem ao codificador, ou, mais do que pretender contribuir com o brilho daqueles festejos – fosse interesse desta instituição destacar, em âmbito nacional, a participação mineira naquela comemoração. Isto porque, por meio da produção e divulgação do hino (da qual ela assumia a distribuição gratuita de folhetos com a letra e música cifrada, além de se propor a produção de um disco), essa instituição parecia querer que sua participação fosse bem mais que vista e sentida. Na verdade, tudo indica que a *União* pretendia que o “hino mineiro” fosse ouvido e cantado pelos quatro cantos do país. Como o próprio jornal fazia questão de anunciar: que seu canto e a sua voz fossem entoadas das “Alterosas para todo o Brasil”.

No que se refere à gravação de um disco de vinil, somente nas edições seguintes é que esse jornal anunciou a sua produção e venda, divulgando que ele se encontrava nas lojas especializadas para ser comercializado. De acordo com esse noticiário, este estava sendo confeccionado pela gravadora *Discos Copacabana* e, além da execução do hino, contaria ainda com a participação de Chico Xavier. Ou melhor, o disco teria a voz do médium, numa leitura de um texto que seria de autoria de Emmanuel, intitulado, *Jesus e Kardec*. Ainda destacava que essa era a primeira vez que este médium permitia que sua voz fosse gravada. De um modo geral, esse jornal ressaltou que essa iniciativa estava sendo a “homenagem de Minas Espírita ao inolvidável missionário ALLAN KARDEC, Codificador da Doutrina Consoladora” (*O Espírita Mineiro*, setembro-outubro de 1957).

Tendo em vista o que foi analisado, o que se pode concluir dessa parceria entre a *União* e Chico Xavier? Mais uma vez, o que se percebe com essa nova sociedade entre ambos é uma simbiose recíproca de interesses: a *União* se apropriava do trabalho e do capital de autoridade do médium para garantir e alavancar tanto a venda desse disco, quanto à projeção da sua instituição e do movimento espírita mineiro dentro do movimento nacional. Por outro lado, é provável que Chico Xavier, na mesma medida, conscientemente ou não, também estivesse vendo neste trabalho uma forma de continuar acumulando seu capital religioso, enfim, investindo na projeção de sua carreira.

Ainda no que diz respeito à participação deste médium nesta comemoração (que, por recomendação da *FEB* deveria acontecer em todo o país entre os dias 13 à 18 de abril daquele ano), há uma observação interessante a se fazer: com exceção de um único comparecimento numa exposição de livros organizados pela *União*,¹⁹⁸ ao longo das solenidades ocorridas nas noites daquela respectiva semana, não consta que Xavier tivesse comparecido a Belo Horizonte para prestigiar a *União*, ou qualquer outro centro espírita da capital, para ali, como era seu costume, deixar uma mensagem psicografada por algum guia espiritual. Mas, isso não significou a não manifestação de Emmanuel, por meio da psicografia deste médium, sobre a comemoração que estava sendo realizada em torno de Kardec. Pelo menos, isso foi o que o jornal demonstrou na medida em que publicou na edição de abril duas mensagens: uma com o título *Reafirmação do Centenário* que, segundo constava, teria sido psicografada por Xavier, na noite do dia 8 de abril de 1957, no *Centro Espírita Luiz Gonzaga*, em Pedro Leopoldo. A outra, intitulada *Ante o Centenário*, também de autoria de Emmanuel, tratava-se um prefácio do livro *Ação e Reação*, que seria ainda publicado naquele ano, cujo autor espiritual era André Luís. Enfim, independentemente do motivo de Chico Xavier não ter se feito presente nas noites de comemorações, que foram organizadas pela *União*, a questão é que, de um modo ou de outro, seu capital de autoridade religiosa foi apropriado e associado às realizações da *União Espírita Mineira*.

Quanto à mobilização da *União* em torno desta comemoração do centenário, essa instituição demonstrou que, mais do que acatar as sugestões da *FEB*, era seu intuito tanto empolgar os centros espíritas mineiros para que realizassem uma programação diferenciada, como também, pretendeu oferecer aos espíritas da capital uma semana digna de destaque. Por meio de uma comissão formada no ano anterior, consta que a *União* visitou e palestrou nos centros da capital e do interior, com o intuito de lembrá-los da data que se aproximava e do significado que ela representava para a doutrina que professavam. Além disso, teria enviado a esses centros, circulares com dados e sugestões de programação. Ainda, para contribuir com os recursos materiais, teria enviado também cartazes, flâmulas, e uma nova edição d'*O Livro dos Espíritos*, confeccionado justamente para ser distribuído, inclusive, na exposição de livros¹⁹⁹ que organizou para tornar a comemoração ainda mais badalada.

¹⁹⁸ Essa exposição ocorreu entre os dias 10 de março a 30 de abril, em um cômodo comercial, localizado no centro da capital e cedido por um membro do seu *Conselho Deliberativo* da *União*. Consta que no dia do encerramento, em 30 de abril de 1957, Chico Xavier prestigiou essa exposição com a sua presença (*O Espírita Mineiro*, maio-junho de 1957).

¹⁹⁹ No que diz respeito a essa distribuição de material, um dado interessante que também consta é que a *União* teria remetido a uma comissão cubana mais de 50 livros psicografados e autografados por Chico Xavier, além do material

No que diz respeito especificamente a sua programação durante a semana comemorativa, o que se percebe é que a *União*, possivelmente, com o intuito de causar um impacto, trouxe convidados com certo renome no movimento, para participarem das festividades. A abertura ocorreu na noite de 13 de abril, em pleno sábado, com a palestra de José Augusto Miranda Ludolf que, na época, era o representante de Minas Gerais no *Conselho Federativo Nacional*. Segundo anunciado, Ludolf teria vindo “especialmente do Rio de Janeiro inaugurar as solenidades” patrocinadas pela *União*. A noite seguinte,²⁰⁰ contou com um orador da própria região: travava-se de José Flaviano Machado, da cidade de Pedro Leopoldo, presidente do *Centro Espírita Luiz Gonzaga*, fundado por Chico Xavier e seus familiares. Apesar da presença do presidente deste centro, como já informado, Xavier não compareceu para prestigiar aquela comemoração. Na noite de 15 de abril, o palestrante foi Luis Maria Neto, um confrade do estado de São Paulo. Em todas as noites, o hino ao centenário foi executado pelo coral *João Batista*, formado por membros da *União*. Consta que, de um modo geral, todos estes palestrantes teriam versado sobre o tema em voga: biografia de Kardec, suas obras, seus feitos.

Na noite de encerramento, em 18 de abril, o orador foi o próprio presidente da *União*, Bady Curi, acompanhado de outros confrades, membros da casa e representantes de alguns centros da capital.²⁰¹ Afirmando sua satisfação quanto ao resultado daquela programação, assim se pronunciou *O Espírita Mineiro* a respeito desta “solene noite”:

(...). O entusiasmo e a alegria dos espíritas belorizontinos atingiram o clímax na memorável data do 1º Centenário do Livro dos Espíritos. Os amplos salões da União acolheram considerável assistência. Quase todos os presidentes das Sociedades Espíritas dessa Capital estiveram presentes, colaborando

confeccionado para a comemoração do centenário. Ao publicarem a carta de agradecimento dessa comissão, a União, como era de costume, procurou ressaltar tal reconhecimento do exterior sobre a importância do movimento espírita mineiro (*O Espírita Mineiro*, maio-junho de 1957).

²⁰⁰ Na manhã deste domingo, a *União* teria aproveitado para convidar todos os centros da capital e que ministravam aulas às crianças de *Evangelização Cristã*, para levarem seus alunos até a sede da União, para juntas participarem de uma apresentação com números artísticos voltados para a temática que estava sendo comemorada: o centenário d’*O Livro dos Espíritos*. Ainda nesta manhã, aproveitando o ensejo, a *União* inaugurou sua aparelhagem cinematográfica, o que a possibilitaria, a partir daquele momento, passar a filmar os eventos realizados naquela casa. Uma outra inauguração que também estava agendada para acontecer naquela manhã se referia ao ambulatório do Hospital Espírita André Luís, que estava sendo fundado por vários espíritas da capital, inclusive, sendo boa parte deles eram sócios e diretores da *União* (*O Espírita Mineiro*, maio-junho de 1957).

²⁰¹ Dando a entender de que havia certa interação entre a *União* e alguns centros da capital quanto àquela programação, o jornal anunciou que na quarta-feira, 17 de abril, a comemoração ocorreu na sede da *Fraternidade de Paulo de Tarso*. Já nos dias 19 à 21, dando prosseguimento aos festejos, a semana comemorativa teria sido fechada com as apresentações e palestras ocorridas no *Centro Espírita Célia Xavier*. Como palestrantes ainda nesta noite de 18 de abril, consta que discursam Noraldino Castro, em nome do jornal *Síntese* e da *Casa dos Cirineus* e Domingos Moutinho, representando o *Cenáculo Espírita Tiago Maior* e a *Sopa dos Pobres*.

fraternalmente para o maior brilho de festividade que se destacou com o mais intenso movimento de divulgação da obra kardequiana já realizado na Capital do Estado.

Ao noticiar a inesquecível comemoração, cumpre-nos registrar, também, que vários videntes observaram no recinto a presença de elevadas entidades Espirituais e tão intensa era a sua luz no templo de João Batista que alguns médiuns não puderam acompanhar a grandiosa homenagem que a espiritualidade prestava ao emérito Codificador que, ao ensejo, recebia a glorificação da Terra e do Céu (*O Espírita Mineiro*, maio-junho de 1957).

Uma leitura mais atenta deste trecho leva a pensar que *O Espírita Mineiro* pretendia transmitir a idéia de que, não só essa noite de encerramento, mas todas as outras, tiveram grande repercussão no meio espírita da capital. Na perspectiva deste jornal, a programação efetuada pela *União* teria sido reluzente, a altura de toda a mobilização e propaganda realizada pela sua comissão organizadora, atingindo, então, sua finalidade que era a de abrilhantar aquela data comemorativa. No entanto, ao se analisar mais detidamente a reportagem que noticiava essa programação, a impressão que também fica é a de que, apesar da presença de alguns palestrantes de fora (porém, há tempos conhecidos pela casa e que apresentaram em sua retórica um assunto que já vinha sendo bastante discutido), essas “noites solenes” não pareciam ter tido uma programação muito inusitada.²⁰² Mas, inusitadas ou não, se foram significativas para o público que as assistiram, ou se tiveram êxito e atingiram a expectativa esperada pela *União*, esses são questionamentos dos quais não se tem a intenção de discutir, pois o que se pretende com essa observação é apenas insistir em uma possibilidade de análise que vem sendo defendida desde o início deste trabalho: a *União* parecia se empenhar para obter destaque e reconhecimento perante o movimento nacional, quanto ao papel modelar de sua instituição e do movimento que ela liderava. Assim, se esse evento teve ou não a repercussão esperada, o que parecia importante, aos olhos deste jornal, era convencer que esse acontecimento havia alcançado tal êxito.

Considerando, então, que a *União* era uma instituição que sempre procurava obter reconhecimento tanto entre os centros do seu estado, quanto das instituições federativas do país, a despeito desta luta de representação, é plausível supor que ela tenha tido na comemoração deste centenário, um desempenho semelhante, ou talvez, até menor que boa parte das demais instituições estaduais com as quais procurava concorrer. Porém, independente de ter sido menor, igual ou maior

²⁰² Tomando como exemplo a programação do dia 18 de abril, as fotografias estampavam o salão repleto de pessoas comuns dispostas a assistirem a uma sessão. O jornal ressaltava também a participação dos dirigentes de outras casas, estando ali a fim de confraternizarem e comemorarem aquela data. Afora os discursos de Bady Curi, presidente da *União* e de Ademar Duarte, presidente da comissão organizadora, de mais significativo essa noite contou apenas com a execução do hino do centenário e de algumas outras peças musicais tocadas ao piano. (Ao longo dessa programação, ocorreu também, a realização de peças de teatro e de outras peças artísticas, porém, essas foram apresentadas nos dias que se seguiram, realizados no *Centro Espírita Célia Xavier*, executadas, sobretudo por um grupo vindo de fora, que compunham uma caravana dos centros de Formiga, MG).

o seu desempenho, este jornal usou de uma interessante estratégia para destacar os “feitos” de sua instituição: amparado em suas crenças, procurou ressaltar a magnitude das homenagens que também haviam sido feitas ali, a Kardec, pelas “elevadas entidades Espirituais”. Assim, no plano espiritual, os guias daquela casa (em consonância com o trabalho desenvolvido pela comissão organizadora daquele evento), ao projetarem suas luzes sobre aquele templo, em virtude da intensa irradiação, completaram o brilho das homenagens feitas pela *União* ao Codificador. Nesta perspectiva, *O Espírita Mineiro* procurava transmitir a idéia de que Kardec, “ao ensejo, recebia a glorificação da Terra e do Céu”. Isto é, o Codificador esteve ali para receber e reconhecer as homenagens feitas a ele por esta instituição e pelos seus guias.

Deste modo, se esta homenagem havia contado com a presença e com o reconhecimento do próprio Kardec, quem mais precisava reconhecer o trabalho desenvolvido pela *União* ao longo daquela comemoração? Considerando a possibilidade de se ter insinuado esta questão, esse jornal parecia sugerir que aquela comemoração não havia deixado dúvidas sobre o “memorável” desempenho da *União*, e do movimento que ela liderava, na festa do centenário da codificação kardequiana.



Figura 11. Acima: Miranda Ludolf, representante da *União* no *Conselho Federativo*. Abaixo: Bady Curi, presidente da *União*, na noite de 18 de abril de 1957.

4.6 PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS ENTRE A *UNIÃO*, O MOVIMENTO ESPÍRITA MINEIRO E CHICO XAVIER NO FINAL DOS ANOS 50

O ano de 1958 mal havia começado e o órgão oficial da *União* estampava em sua primeira edição, manchete anunciando que, em comemoração ao cinquentenário daquela casa, seria realizado de 22 a 24 de junho, o 3º *Congresso Espírita Mineiro*, onde seria tratado assuntos “de relevância nos setores da organização estadual-federativa, doutrinária e mormente os problemas relacionados com a instrução intelectual e evangélica da criança e da mocidade” (*O Espírita Mineiro*, janeiro-fevereiro de 1958). Apesar de anunciar um temário amplo, tudo indica que esse congresso estava sendo planejado, principalmente, para dar prosseguimento a uma velha discussão: a unificação do movimento espírita mineiro. Pelo menos, era isso o que afirmava a coluna *Diretriz*:

(...). Nosso periódico, por vezes, tem repetido que a Unificação preconizada no ‘Pacto Áureo’, requer, para a sua efetivação integral de Minas, coordenação do sistema estadual-federativo com base no Conselho Federativo Estadual, a ser instalado pela União Espírita Mineira, após a organização das Ligas Espíritas Municipais. (...).

Os anais do Segundo Congresso Espírita Mineiro testemunham a grandeza do que foi esse importante empreendimento promovido pela União Espírita Mineira, com a eficiente cooperação dos Centros e das Organizações Espíritas do Estado. A apoteose alcançada naquela assembléia ainda perdura e os seus resultados promissores dão motivo, nos dias atuais, a que a Diretoria da União promova a realização do Terceiro Congresso Espírita Mineiro. (...). (*O Espírita Mineiro*, janeiro-fevereiro de 1958).

Embora o redator dessa coluna tenha afirmado que esse jornal vinha há tempos preconizando a necessidade de se criar em Minas um *Conselho Federativo Estadual*, esse assunto, realmente, foi bastante comentado nessas páginas quando Camilo Chaves presidiu a *União*. Nesta época, fez veicular em seu órgão oficial, uma circular onde solicitava aos centros que criassem em suas cidades as *Alianças Municipais*, para que, a partir daí, pudessem constituir no estado o referido *Conselho*. Porém, após o falecimento de Chaves, esse assunto arrefeceu-se nas páginas d’*O Espírita Mineiro*. No entanto, na véspera da realização deste novo congresso, a discussão em torno da “unificação” estava voltando à tona. Ao retomá-lo, esse jornal atrelou esse assunto ao 2º *Congresso*, ocorrido em 1952. Obviamente, procurou relembrar ao leitor do quão “apoteótico” havia sido aquele acontecimento, visto que, na perspectiva desse jornal, a partir dele “Minas Espírita” tinha praticamente atingido seu ponto culminante: a “unificação” do seu movimento.

Como mencionado anteriormente, para a *União*, o movimento espírita mineiro estaria “unificado” quando os centros existentes no estado estivessem regulamentados e interligados entre

si e a ela própria por meio da filiação. Em suma, para ela, “unificar” tinha a ver com o seu poder de centralizar e representar esses centros. No entanto, a partir do 2º Congresso, essa instituição passou a defender a idéia de se criar dentro do estado as *Alianças Municipais* como um meio de “aperfeiçoar” essa unificação. Daí, quando o movimento contasse com um número significativo de *Alianças*, então, seria criado um *Conselho Espírita Estadual*, constituído por representantes das diversas regiões, indicados por essas *Alianças*. Na época em que as resoluções do 2º Congresso foram publicadas, a *União*, sutilmente, chegou a reconhecer que somente quando o movimento atingisse esse grau de organização é que, de fato, ele estaria estruturado. Mas, a simples existência dessa proposta – e ainda, a “adesão”, um tanto forçada, dos centros presentes naquele congresso à *União* – foram suficientes para que essa instituição propagasse a representação de que o movimento espírita mineiro era um “modelo exemplar” visto que “Minas Espírita” já se encontrava unificada.

Diante desses dados faz-se necessário questionar o seguinte: se perante os olhos da *União*, o movimento espírita em Minas – mesmo que em tese – estava unificado, o que, então, justificaria a realização de um novo congresso? Seria apenas para planejar melhor a forma de executar as resoluções do congresso anterior, uma vez que, em 1958, o número de alianças implantadas ainda não era significativo?²⁰³ Ou, seria para repensar as propostas de reestruturação do movimento? Na busca por respostas para essas questões, o que se pode observar é que se o 3º Congresso estava sendo proposto, não era apenas para se discutir a execução do que já havia sido resolvido, mas, sobretudo, para que fosse repensada a estrutura e a organização do campo espírita de Minas Gerais. Isto porque, pelo que tudo indica, para algumas lideranças mineiras, as resoluções do 2º Congresso se apresentavam como uma proposta limitada e mal estruturada.

É possível que alguns líderes do movimento – principalmente, aqueles ligados à *União* – defendessem que, para que houvesse a “plena unificação” do espiritismo em Minas Gerais, bastaria que planejassem melhor os meios de execução das antigas resoluções. Talvez, tivessem receio do que outras “novas propostas” pudessem vir a significar. Ou, talvez, até receassem pelas mudanças propostas nessas resoluções deliberadas no 2º Congresso, visto que, com a criação das *Alianças* ou de um *Conselho* – apesar desses órgãos poderem ser concebidas como uma forma de controle – existia também a possibilidade de serem concebidos como uma ameaça para a *União*.

²⁰³ Pelo que consta, as duas primeiras *Alianças Municipais Espíritas* surgidas no estado foram a de Juiz de Fora e, depois, a de Barbacena. Não há na documentação dados exatos sobre a data de fundação das mesmas. Já a terceira, teria sido a da capital, fundada em abril de 1954. Deste momento até 1958, esse jornal não mencionou a fundação de nenhuma outra *Aliança*.

No entanto, é bem provável que, para outros líderes, aquelas resoluções – além de não terem saído do papel – ainda não correspondiam ao que, de fato, esperavam da tão decantada “unificação do movimento espírita mineiro”. Este parecia ser o caso do capitão Felipe Soares (membro da *Cruzada dos Militares* do núcleo de Belo Horizonte, com sede na *União*, e também membro da comissão organizadora do congresso), que assim se posicionou sobre esse assunto:

(...). Segundo ficou deliberado nas reuniões preparatórias do III C. E. M. que estão sendo levadas a efeito dos domingos, na sede da Mentora Estadual, pela Comissão Promotora do Congresso, a realização desse movimento espírita, não virá de modo algum desfazer ou anular as ‘Decisões Finais’ do II Congresso realizado em 1952. Vem sim, verificar o que foi posto em prática até o presente momento e o que não pôde ser concretizado, por falta de meios ou carência de tempo, atualizando-o ou acompanhando-o, caso necessário. (...)

Sempre fui de opinião que uma Federação, União ou Liga para realmente cumprir com as altas finalidades devem ter constante intercâmbio com as entidades filiadas. Mas o Estado de Minas possui território imenso e a União Espírita Mineira vem lutando com falta de ‘verbas’ e de pessoas que disponham de tempo a fim de visitarem as inúmeras instituições espíritas espalhadas pelo interior Mineiro. (...). Surge então o magno problema: como ir ao encontro dessas instituições? Com que meios? Como solucionar tal problema? Julgo que a melhor solução para o problema, na atualidade, seja: a)_ dividir o Estado em Regiões, dotando-as de ‘Ligas Municipais’; b)_ instituir ‘Conselhos Regionais’, constituídos de todos os presidentes das Ligas espíritas da Região. (...) (*O Espírita Mineiro*, abril-maio de 1958).

Como se pode constatar, este artigo confirmava que existia, por parte de alguns membros da *União*, certo temor sobre os “avanços” que um novo congresso poderia trazer. Deste modo, é muito provável que esses temores fossem realmente indícios de que alguns membros receassem que essas mudanças viessem a alterar a estrutura do campo espírita mineiro, vindo, assim, a alterar a posição ocupada pela *União* neste campo. No entanto – fosse em virtude de alguma pressão externa, ou, por qualquer outro motivo –, a questão era que novas propostas estavam surgindo e, o órgão oficial da *União* era quem vinha anunciando a necessidade de se repensar à estruturação do movimento.

Desta forma, a exemplo do que foi mencionado acima, a idéia mais recorrente anunciada nas páginas desse jornal era a respeito da divisão do estado em regiões. Dizia *O Espírita Mineiro* que a *União* reconhecia que essa divisão iria facilitar o esforço federativo e o intercâmbio entre essa instituição e os centros do interior. Assim, pedia a adesão e o comparecimento dos representantes de todas as instituições espíritas àquele “certame”, para manifestarem-se, por meio do voto, sobre tais decisões. Afirmava-se, ainda que, ao fazê-la, necessitariam escolher as cidades que seriam apontadas como sedes desses núcleos regionais. Escolha que, conforme se alegava, deveria levar em conta não só as condições geográficas, mas também, suas condições “espíritistas”. Enfim, tudo indicava que essas escolhas suscitariam novas disputas dentro daquele campo espírita.

A respeito dessa proposta de divisão do estado em núcleos regionais, há de se lembrar que, como demonstrado no capítulo 3, esta idéia foi lançada ao movimento mineiro pela *União Espírita de Juiz de Fora*, durante o 2º Congresso, mas, foi rejeitada pela comissão de teses. Na análise desenvolvida no capítulo 3 deste trabalho, compreendeu-se que essa rejeição, talvez, tratasse de um receio da *União* em ver nesta proposta, a possibilidade de dividir poder com alguma instituição que viesse a ganhar força e destaque dentro do movimento. Talvez ela receasse que a *União Espírita de Juiz de Fora* viesse a se prosperar e a lhe fazer concorrência, ameaçando a seu papel de líder dentro deste campo religioso. Entretanto, interessante notar que, apesar de na época *O Espírita Mineiro* ter concordado com o parecer da comissão de teses, na véspera deste 3º Congresso, fazia em suas páginas a defesa de uma proposta que se aproximava daquela tese abortada.

Apesar desta rejeição, é possível que a idéia da divisão em regiões tenha permanecido e se alastrado, ganhado adeptos dentro da própria *União*. Deste modo, é provável que alguns líderes desta instituição passaram a acreditar que o momento era de se pensar e aceitar a descentralização e a reestruturação daquele campo como uma proposta que, de fato, corresponderia a um movimento federativo. Assim como também é possível que alguns outros acreditassem que seria melhor executá-la do que deixarem seus opositores realizarem essa reestruturação.

No afã de contar com a adesão de um número significativo de associações espíritas do estado quanto a esse novo “certame”, *O Espírita Mineiro* lançou mão dos mesmos recursos utilizados no congresso anterior: procurou deixar claro que nesse evento contaria novamente com o apoio e reconhecimento da *FEB* – tanto é que Antonio Wantuil de Freitas, presidente desta instituição, seria o Presidente de Honra deste congresso.²⁰⁴ Francisco Cândido Xavier, que compareceria somente na noite de encerramento, assim como no congresso anterior, também foi aclamado Presidente de Honra. Aliás, como era de praxe, a *União* apelou ainda para a repercussão que a parceria de Chico Xavier e Emmanuel poderia vir a proporcionar, estampando na primeira página da edição de março-maio, chamativa manchete: “Espiritualidade superior convoca espíritas para o 3º Congresso”.²⁰⁵ O recado era explícito: Emmanuel não estaria apenas dando sua anuência para a realização daquele congresso, mas, convocando a todos para dele participar. Considerando que *O Espírita Mineiro*

²⁰⁴ A fim de representar a *FEB*, esse congresso contou com a presença de Armando de Oliveira Assis, vice-presidente desta instituição.

²⁰⁵ Abaixo, trazia a mensagem atribuída intitulada *Reunamo-nos!*

atribuía o êxito do congresso anterior ao chamado deste guia espiritual, tudo indica que nesse momento, o propósito fosse o mesmo.

Ainda, no que diz respeito à tentativa de apropriação do capital de autoridade de Chico Xavier, *O Espírita Mineiro* também anunciou que iria fazer parte da programação, a realização de uma visita ao *Centro Espírita Luís Gonzaga*, onde os congressistas iriam ser recebidos pelo “maior médium do mundo”.²⁰⁶ Como analisado, neste momento, aos olhos da *União*, mais do que um médium famoso, Xavier era considerado como um bem simbólico raro, aliás, o mais valioso que Minas Gerais poderia ter. Sendo assim, como esperar que a *União* não se empenhasse para transformar “Chico Xavier” em um bem simbólico nacional? Ou ainda, como se surpreender com o empenho desta instituição em querer mostrar a sua acessibilidade a esse médium?

Conforme foi muitas vezes demonstrado neste trabalho, essa atitude da *União* em levar seus visitantes até este médium, havia se tornado uma prática dentro desta instituição. Talvez, contribuísse para isso a proximidade entre a capital mineira e a cidade de Pedro Leopoldo. Por se tratar de um recurso que os líderes da *União*, certamente, julgavam como “precioso”, é provável que o anúncio prévio dessa visita, tivesse como intuito atrair participantes para aquele evento. Desta maneira, a finalidade parecia ser clara: como de hábito, procurava-se associar o nome da *União* ao nome do médium e assim apropriar-se do capital de autoridade deste médium. Com isso, parecia que se pretendia capitalizar o poder religioso da instituição, ganhando crédito e reconhecimento quanto à realização daquele evento.

Quanto ao andamento do congresso, tendo como pretexto a comemoração do cinquentenário da *União*, essa data não deixou de ser lembrada e saudada na fala daqueles que subiram nas tribunas para fazerem seus discursos. Mas, como era de se esperar, a programação deste evento priorizou a discussão a respeito da organização e da “unificação” do movimento.²⁰⁷ Essa discussão foi conduzida, sobretudo, pelas lideranças de Belo Horizonte e de Juiz de Fora. Assim, embora alguns

²⁰⁶ Como programado, o 3º Congresso Espírita Mineiro ocorreu entre os dias 22 a 24 de junho de 1958. Consta que no dia 23 à noite partiram 4 ônibus cheios e alguns carros em direção a Pedro Leopoldo. Consta ainda que lá, obviamente, o médium teria psicografado mensagem atribuída a Emmanuel dirigida aos congressistas. Além dessa visita, como era de praxe, a *União* também programou outras visitas dos congressistas as instituições ligadas a ela, como o *Abrigo Jesus*, o *Ginásio O Precursor*, e o *Hospital André Luís*. Pelo que se percebe, essas entidades também eram apresentadas como importantes bens simbólicos que a instituição possuía, daí, sua intenção de mostrar, divulgar e demonstrar o valor de cada bem e assim, a sua importância como portadora destes bens.

²⁰⁷ Embora os assuntos referentes à doutrina e à educação espírita de crianças e jovens também fizessem parte do temário – e apesar de algumas teses terem sido propostas nesse sentido –, tudo indica que elas configuraram como assuntos periféricos, fazendo parte da resolução, mas, o assunto de peso era ainda aqueles que diziam respeito à “unificação do movimento espírita mineiro.”

representantes das cidades de Barbacena, Uberaba, entre outras, tenham sido citados como líderes que compuseram a mesa diretora e a comissão de pareceres, o que se observa é que a apresentação das teses consideradas importantes foi feita pelos líderes da *União Espírita Mineira* e da *União Espírita de Juiz de Fora*. A partir da análise da documentação, o que se conclui é que essas duas instituições não só mediram forças entre si, como também, nortearam o rumo daquele congresso. Já as lideranças das outras cidades pareciam estar ali como mediadores na deliberação das teses e da negociação entre essas duas instituições, para que se chegasse a um consenso quanto às propostas para a “Unificação Administrativa do Espiritismo no Estado”.

Numa análise das teses apresentadas por essas duas instituições, percebe-se que ambas propunham a criação de novos órgãos e ainda, a divisão regional do estado. Em outras palavras, ambas propunham uma organização baseada na federalização do movimento, o que, de certa forma, levaria a uma certa descentralização do poder da *União Espírita Mineira*, podendo vir a ocasionar uma alteração, ou melhor, uma reestruturação do campo espírita deste estado. Diante desse dado, vale questionar que, se ao longo de sua existência, a *União* sempre empreendeu suas lutas – mesmo que simbólicas – para manter a centralização do movimento, o que a levaria, naquele momento, a sugerir a descentralização? Indo além – afora as diferenças nas nomenclaturas – onde, de fato, residiam as diferenças nas propostas dessas duas instituições?

No que se refere à concordância da *União Mineira* com uma descentralização mais significativa dentro deste campo, como foi comentado, talvez essa idéia não agradasse a alguns dos diretores ou membros daquela casa. No entanto, se essa mudança de postura estava se dando, talvez, fosse porque estavam se sentindo pressionados; ou, porque existiam aqueles que viam nessas novas propostas um modelo mais apropriado para a organização do movimento, ou, mais condizente com as decisões que foram anunciadas no acordo entre as lideranças nacionais em 1949, denominado *Pacto Áureo*.

A tese da *União Mineira* – ao sugerir a criação de órgãos dentro do movimento – previa que isso aconteceria por meio de um processo paulatino, sendo que a criação de um, dependeria do surgimento do outro. Exemplificando melhor, a *União* propunha que o movimento espírita no estado fosse constituído dos seguintes órgãos: um único *Conselho Espírita Federativo Estadual*; e ainda, dos *Conselhos Espíritas Regionais* e dos *Conselhos Municipais Espíritas*. O *CEFE* (que seria um órgão da *União Espírita Mineira*) somente seria constituído após a constituição dos *CERs*. Estes, por sua vez, somente viriam a se formar após a formação dos *CEMs*, visto que seus componentes seriam indicados por esses conselhos municipais. Enfim, nas entrelinhas, a *União* parecia sugerir

que esse modelo de unificação deveria se dar de forma morosa e gradual. Ou melhor, a unificação federativa seria implantada, porém, por meio de um sistema burocrático e hierárquico, onde ela – ao exigir o respeito e acatamento de todos os outros órgãos ao *CEFE* – tentaria garantir a sua liderança e a sua posição de *Casa Mater* dentro do campo espírita mineiro.

Deste modo, além de sugerir a criação paulatina desses órgãos regionais e municipais, a *União* apontou quais seriam os seus deveres: “colaborarem” com os centros espíritas que estivessem localizados em sua jurisdição, prestando-lhes a assistência que fosse necessária. A *União* apontou também como dever, sobretudo, dos *Conselhos Regionais*, o envio de relatórios semestrais, para que esses lhes prestassem contas do trabalho que estivessem desenvolvendo em sua região, bem como os nomes, endereços e outros dados dos centros que estivessem sobre sua proteção. Tudo leva a crer que esta foi a forma que a *União* encontrou de cobrar o controle e a vigilância desses órgãos sobre o andamento do movimento espírita das diversas regiões mineiras. Além dessas exigências, a *União* quis vetar, por exemplo, o direito destes órgãos organizarem encontros ou congressos sem o “assentimento expresso” do também futuro *Conselho Federativo*, isto é, sem o seu consentimento. Diante dessas exigências, o que se conclui é que, apesar de propor uma descentralização com a criação destes órgãos, a *União* procurou formas de não perder as rédeas do movimento estadual, procurando deixar claro sua pretensão: o controle deste deveria continuar em suas mãos.

Em contrapartida a essa proposta, a *União de Juiz de Fora* também apresentou a sua tese. Na análise desta, percebe-se que se tratava de uma proposta semelhante àquela lançada pela *União Mineira*, uma vez que também propunha a criação dos mesmos órgãos dentro do movimento espírita – apesar de sugerir uma nomenclatura um pouco diferente para esses órgãos. Aliás, os líderes espíritas de Juiz de Fora deixaram claro que suas intenções eram bastante diferentes daquelas apresentadas pelos líderes de Belo Horizonte. Embora a *União de Juiz de Fora* reconhecesse a representatividade da *União Mineira* dentro do movimento, parecia que sua intenção era limitar o papel de liderança desta instituição. Assim, não só não apresentou nenhuma exigência a esses órgãos que seriam criados; como também, defendeu que durante aquele congresso fosse implantado o *Conselho Federativo Espírita de Minas Gerais*. Além disso, apresentou um modelo prévio de divisão regional, e, ainda, pediu para que as cidades-sedes fossem ali mesmo nomeadas. Com isso, é provável que a *União Espírita de Juiz de Fora* estivesse interessada em agilizar a consolidação daquele organograma proposto para organizar o movimento espírita no estado mineiro. Diga-se de passagem, é bem provável também que houvesse algum receio, por parte destes líderes de Juiz de Fora que aquelas teses – assim como havia ocorrido no 2º Congresso – não saíssem do papel.

Entre suas propostas, a *União Espírita de Juiz de Fora* até conseguiu que fossem nomeadas, naquele congresso, as cidades indicadas para serem as sedes dos futuros *Conselhos Regionais*, porém, não conseguiu um outro importante intento: constituir ali a formação do *Conselho Federativo de Minas Gerais*. Diante de um impasse entre os líderes espíritas de Juiz de Fora e de Belo Horizonte, ambos chegaram a um acordo: este *Conselho* seria constituído na reunião que discutiria os anteprojetos de regulamento e regimentos desses órgãos, que deveriam ser apresentados pela *União Mineira*. Desta forma, os líderes de Juiz de Fora conseguiram então determinar uma data para que ocorresse a primeira reunião entre os dirigentes espíritas do estado: meados de novembro de 1958. Entretanto, na análise da documentação, o que se observa é que essa reunião não aconteceu nesta data prevista, mas somente alguns anos depois, já na década de 60.

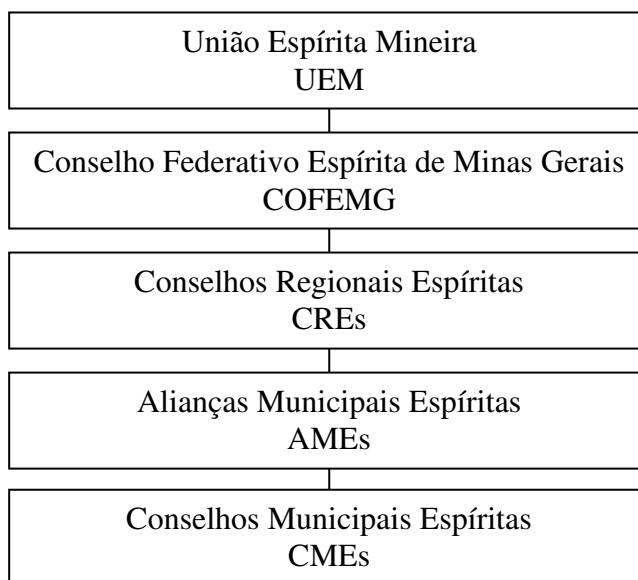
Em suma, enquanto para a *União Mineira* as decisões tomadas no 3º Congresso deveriam levar certo tempo para serem amadurecidas e implantadas, para a *União de Juiz de Fora*, essas medidas deveriam ser imediatamente colocadas em prática. Nessa luta simbólica, é possível que essa falta de pressa da *União Mineira* tenha sido interpretada por alguns líderes, sobretudo, de Juiz de Fora, como uma falta de vontade política desta instituição para agilizar a descentralização do movimento. Considerando a possibilidade de haver dentro da *União Mineira* aqueles que recebiam por mudanças, não é impertinente supor que a intenção desta instituição fosse, realmente, a de agir devagar, de forma moderada, tentando controlar o ritmo dessa reestruturação que tendia a descentralizar o seu poder, podendo vir a alterar sua posição neste campo religioso.

Ainda a respeito do 3º Congresso, como era de se esperar, a edição de junho-julho d’*O Espírita Mineiro* foi toda dedicada à cobertura desse evento. Também como era de se esperar, a manchete desta edição trazia texto em caixa alta anunciando de forma efusiva que: “Alcançou grande êxito o 3º Congresso Espírita Mineiro”. Obviamente, mais do que enaltecer este evento, essa edição procurou transmitir a idéia de que com ele o movimento mineiro havia atingido seu ápice, visto que a “unificação” em Minas, finalmente, havia sido planejada – mesmo que fosse para ser executada ao longo dos anos.

Consta na documentação que as teses da “unificação” foram as primeiras a serem apresentadas, abrindo a reunião deliberativa que se iniciou na tarde do dia 22 de junho. Desta maneira, teria sido “em virtude do alto interesse despertado no plenário [que essas duas teses, da *União de Juiz de Fora* e da *União Espírita Mineira*] mereceram prolongados debates”. Isto é, debates que, de tão intensos – e, certamente, calorosos – só se encerraram na tarde do dia seguinte,

depois de muitas emendas condensando uma tese à outra, de muitas intervenções da comissão de teses, quando, finalmente, o plenário chegou a um consenso sobre as mesmas.

Tendo em vista esse relato – observando o tempo despendido nessa discussão e a forma sutil e polida como esse jornal procurou retratar o clima dessas reuniões – é possível presumir que, ao longo dessas negociações, deve ter surgido acordos e concessões, de ambas as partes. Enfim, devem ter sido feitas muitas negociações para que se chegassem às deliberações que deram corpo às *Resoluções Finais* deste 3º Congresso Espírita Mineiro. Aliás, ao se fazer uma breve análise dessas *Resoluções*, o que mais chama a atenção, sem dúvida, é o organograma que se formou para representar a reestruturação do campo espírita no estado, o qual, de acordo com essa proposta, passaria a apresentar a seguinte constituição:



Como mencionado, a proposta deste organograma sugeria que na medida em que os centros espíritas criassem em suas cidades as *Alianças Municipais*, essas associações (que passariam a contar com a filiação desses centros) implantariam os seus *Conselhos Municipais*. Uma vez constituídos certo número de *Alianças*, essas constituiriam também o seu *Conselho Regional*. Por sua vez, estes seriam submetidos ao comando do *Conselho Federativo Espírita de Minas Gerais* – órgão da *União*, formado por representantes dos diversos núcleos regionais (que a princípio foram divididos em 14 regiões).

Na análise da documentação, percebe-se que foi somente na década de 1960 que, de fato, ocorreu o alastramento dessas *Alianças Municipais* dentro do estado.²⁰⁸ Assim, teria sido por volta de outubro e novembro de 1964 – quando o movimento contava com 21 *Alianças* – é que surgiram os primeiros *Conselhos Regionais*.²⁰⁹ Foi diante de um cenário, certamente, considerado pela *União Espírita Mineira* como “favorável” (em dezembro do ano de 1964), é que essa instituição realizou o encontro onde, definitivamente, implantou o seu *Conselho Federativo Espírita de Minas Gerais*.²¹⁰ Deste modo, pelo que se pode constatar, aquele organograma proposto nas *Resoluções Finais* do 3º Congresso levou mais de 7 anos para ser constituído dentro do campo espírita mineiro. Portanto, tudo indica que a efetivação deste organograma se deu de forma lenta e gradual e sob o controle da *União Espírita Mineira*, visto que seu intuito sempre pareceu ser o de não deixar aquela reestruturação alterar sua posição de comando dentro do campo espírita de Minas Gerais.

Não é intenção deste trabalho se ater a uma análise detalhada sobre a execução deste organograma no estado, ou avaliar sua eficácia dentro do movimento; ou ainda, analisar as disputas e conflitos surgidos em decorrência da sua execução – mesmo porque um dos principais objetivos deste trabalho foi realizar uma análise enfocando as questões concernentes às práticas discursivas e as representações construídas em torno da idéia da hegemonia do espiritismo mineiro, próprias da década de 50. Desta forma, não foi intuito deste estudo analisar a tentativa de implantação desse sistema, ocorrida a partir dos anos 60. Na verdade, enveredar por esses caminhos demandaria uma nova pesquisa. Mas, embora ciente de seu objetivo, esta pesquisa considerou importante, ao menos, assinalar algumas observações pertinentes à execução deste sistema.

Assim, vale destacar que a partir deste encontro ocorrido em dezembro de 1964 (onde se implantou o *COFEMG*), os líderes espíritas mineiros (sobretudo aqueles ligados a direção da

²⁰⁸ Na edição de janeiro de 1964, *O Espírita Mineiro* afirmava que já existiam 17 *AMEs* constituídas dentro do estado. Embora o jornal não informasse o ano em que cada *Aliança* havia sido fundada, de acordo com o que se percebe, a ordem numérica correspondia à ordem cronológica da implantação das mesmas nas seguintes cidades: 1º Juiz de Fora; 2º Barbacena; 3º Belo Horizonte; 4º Uberaba; 5º Varginha; 6º Uberlândia; 7º Passos; 8º Araguari; 9º Divinópolis; 10º Lavras; 11º Formiga; 12º Cataguases; 13º Monte Carmelo; 14º Poços de Caldas; 15º Araxá; 16º Bicas; 17º Além Paraíba. Já na edição de fevereiro-março do ano seguinte esse jornal comentou a fundação de mais 4 *Alianças* nas seguintes cidades: 18º Ituiutaba; 19º Pedro Leopoldo; 20º Tupaciguara; 21º Conselheiro Lafaiete.

²⁰⁹ Na edição de fevereiro-março de 1965, *O Espírita Mineiro* informou que entre os meses de outubro e novembro de 1964, havia ocorrido a instalação dos 4 primeiros *Conselhos Regionais*. Eram eles: o da região do Triângulo Mineiro, norte, com sede em Uberlândia; do Triângulo Mineiro, sul, com sede em Uberaba, da região da Mantiqueira, com sede em Barbacena; e da região da Zona Metalúrgica, com sede em Belo Horizonte.

²¹⁰ Neste encontro, além da implantação deste órgão, os líderes espíritas de Minas também discutiram os regulamentos e os regimentos dos *Conselhos Regionais* e ainda decidiram sobre a permanência e a mudanças de algumas cidades-sedes, além de escolherem os representantes regionais que constituiriam este *Conselho Federativo*.

União) continuavam envolvidos e comprometidos com a idéia de “unificar” a “Minas Espírita”. Portanto, continuaram trabalhando para que esse organograma – ou melhor, para que esse modelo de unificação apresentado pelas *Resoluções do 3º Congresso Espírita Mineiro* – fosse implantado. Deste modo, outros *Conselhos Regionais* foram se formando, assim, como também, outros encontros reunindo os representantes do *COFEMG* foram sendo realizados, ora na capital, ora nas cidades do interior, a fim de discutirem a organização e a federalização do movimento. Logicamente, essas reuniões continuavam sendo assunto de destaque das páginas d’*O Espírita Mineiro*, que, por meio de chamativas manchetes, anunciava que “Desenvolve-se em Minas o esquema da Unificação” (*O Espírita Mineiro*, junho-agosto de 1968). Enfim, continuavam anunciando que a “Unificação [continuava] em Marcha” dentro do movimento espírita mineiro (*O Espírita Mineiro*, julho-setembro de 1979).²¹¹

Como ressaltado, não foi interesse desta pesquisa elaborar uma análise sobre esse assunto, sendo assim, não se tem a intenção de questionar até que ponto, depois de 1960, a *União* conseguiu ou não controlar a execução deste organograma proposto no *3º Congresso*; ou ainda, se o processo desta federalização continuou gerando conflitos entre as lideranças que compunham o movimento espírita mineiro. Porém, numa análise prévia da documentação que trata destes assuntos, foi possível perceber que algumas atitudes tornaram-se hábitos dentro deste movimento; algumas intenções parecem ter permanecido, sobretudo, entre os membros da diretoria da *União Espírita Mineira*. Desta maneira, observou-se que as reuniões do *Conselho Federativo* entraram para a história deste movimento como um acontecimento que passou a fazer parte do seu calendário anual, sendo tratado como um momento em que importantes decisões são tomadas dentro do movimento. Inclusive, como se pode ler abaixo, teria sido na reunião do *COFEMG* de 2006 que:

(...) num clima de muita fraternidade e emoção, (...) foi sugerida a realização de um grande evento que marcasse as comemorações do Centenário da União Espírita Mineira. Congresso como parte.

²¹¹ Em agosto de 1968, o *COFEMG* realizou sua 8ª reunião, sediada em Uberlândia (*O Espírita Mineiro*, agosto-setembro de 1968). Já no ano seguinte, a 9ª reunião deste *Conselho* ocorreu em outubro, na capital mineira (*O Espírita Mineiro*, setembro-novembro de 1969). Neste ano 1969, também ocorreu a formação de alguns outros *Conselhos Regionais*, como por exemplo, os que foram sediados em Guaxupé, Ponte Nova e ainda, em Juiz de Fora (*O Espírita Mineiro*, setembro-novembro de 1969). Obviamente que essas informações eram uma prioridade para *O Espírita Mineiro*, que em suas edições, ora ou outra, trazia uma coluna com o título “Unificação em Marcha”. (Exemplos disso podem ser observados nas edições de setembro-dezembro de 1978, ou de julho-setembro de 1988). Enfim, ao longo dos anos, *O Espírita Mineiro* continuou demonstrando que a “unificação” ainda era uma preocupação preponderante deste movimento. Na edição de agosto-setembro de 1994, por exemplo, o jornal informava em uma manchete sobre a realização do “Primeiro Encontro Estadual de Unificação”. Em uma outra edição, de novembro-dezembro de 2000, um artigo discutia a “Natureza e [a] finalidade do trabalho federativo”. Enfim, como se pode perceber, a discussão do movimento era uma prática sempre em voga entre as lideranças deste movimento, sendo essa preocupação, também, sempre estampada nas páginas d’*O Espírita Mineiro*.

Certamente, sob a amável influência dos Espíritos Superiores, foi decidida a organização do IV Congresso Espírita Mineiro, relembrando também os 50 anos de realização do III Congresso, em 1958 (*O Espírita Mineiro*, março-abril de 2008).

Apesar dos tempos serem outros – podendo ser outros indivíduos os novos líderes do movimento espírita mineiro, ou da diretoria da *União* – o que ainda se pode constatar, por meio de uma rápida leitura de edições mais recentes d'*O Espírita Mineiro*, é que, no interior desta instituição, alguns hábitos que foram registrados como próprios do recorte temporal deste trabalho, parecem ter permanecido até a contemporaneidade. Ou melhor, o que se pode observar é que este jornal, na condição de porta-voz desta instituição, continua apresentando uma linha editorial bastante semelhante àquela adotada no período aqui estudado. Entre outros exemplos, este jornal continua alimentando a representação de que Minas é “mãe generosa” de “renomados médiuns”, bem como, ainda reforça a representação de que este estado é possuidor de um “movimento espírita singular”, liderado por uma “prestigiosa instituição”. Enfim, o que se percebe é que *O Espírita Mineiro* continua apresentando o seu estado como uma terra dotada de certos atributos que o torna um “modelo exemplar” dentro do campo espírita brasileiro. Desta forma, tudo indica que, para este jornal – e, para a instituição de quem é porta-voz – esse reconhecimento já foi legitimado dentro deste campo, sendo, porém, necessário ritualizá-lo para que ele não seja esquecido.

Nesta perspectiva, acredita-se que a comemoração dos 100 anos da *União* foi concebida como uma oportunidade desta instituição para realizar um novo ritual onde, entre outros objetivos, pudesse ser reafirmado o reconhecimento público das representações descritas acima. Na verdade, acredita-se que, por se tratar de uma data significativa para essa instituição, sua diretoria – juntamente com os líderes dos *Conselhos Regionais* – optou pela organização de um novo congresso. Este seria realizado, nem tanto para discutirem a organização do movimento (visto que isso era discutido nas reuniões do *COFEMG*), mas para que novamente fosse reafirmada a suposta “hegemonia” do movimento mineiro perante o movimento nacional. Assim, após dois anos de trabalho, realizaram, em abril de 2008, o 4º *Congresso Espírita Mineiro*, cuja logomarca era a seguinte:



Como se observa, a imagem desta logomarca fala por si mesma, portanto, a idéia que se pretende transmitir parece clara: do estado de Minas continuam partindo luzes esclarecedoras, como se Minas, em função da sua produção de livros espíritas, ainda fosse uma “Usina de Luz”. Deles se projeta uma luz que parte em direção ao infinito. Certamente, a idéia é a de reafirmar a “profícua produção e missão mediúnica dos médiuns mineiros”. Desta maneira, é bem provável que esse congresso teve como principal intuito reafirmar as várias representações mencionadas ao longo deste trabalho, para que elas, ao serem divulgadas e fortalecidas, se tornassem cada vez mais conhecidas e assim reconhecidas pelo “meio espírita de todo o país”. Enfim, esta parece ter sido a intenção da *União*, e do seu jornal, visto que, ao anunciar a realização deste 4º Congresso, apresentou como manchete de primeira página o seguinte título: “O movimento espírita do Brasil se reúne nas alterosas para o enaltecimento do Espiritismo com Jesus” (*O Espírita Mineiro*, março-abril de 2008). Abaixo, apresentou o texto a seguir:

(...). **Confrades de todo os Estados do País** e representantes de todas as regiões de Minas Gerais congregam-se em evento que celebra o Centenário da União Espírita Mineira – um marco que representa a consolidação do trabalho espírita na Pátria do Cruzeiro, para conforto e orientação dos corações humanos.

O trabalho de Unificação que se estriba na união responsável e consciente dos espíritas-cristãos, com Jesus Cristo e Allan Kardec, **alcança, com os 100 anos da Federativa Mineira, a sua maturidade organizacional** e de cooperação fraterna entre os adeptos sinceros da Doutrina Espírita no Estado. **A harmonia de propósitos é sentida pelo Movimento que ostenta a mesma bandeira de fraternidade e trabalho persistente em favor da divulgação séria**, tendo por base de realização e valorização das obras genuinamente espíritas, capazes de promover a transformação moral da sociedade humana com vistas à regeneração.

No fecundo Estado que recebeu Eurípedes Barsanulfo e Chico Xavier como filhos abençoados e que contou com os testemunhos de Yvonne do Amaral Pereira por tantos anos, além de outras estrelas da abnegação e da caridade, igualmente nascidas aqui para os labores sublimantes do Consolador, **o Brasil-Espírita se reúne para reafirmar seu compromisso com a Verdade e sua vocação para o Divino Amor** (*O Espírita Mineiro*, março-abril de 2008. Grifos nossos).

Diante deste texto – e ainda desta logomarca apresentada acima, como também de algumas edições d’*O Espírita Mineiro* anteriores a esse evento – é possível supor que esse congresso de 2008

tenha sido organizado atendendo a objetivos bastantes semelhantes àquele realizado em 1958, quando a *União Espírita Mineira* também fez de uma significativa data de aniversário – seus 50 anos de vida – um pretexto para realizar um “grandioso evento”. Em ambos os casos, esses congressos foram apresentados como importantes “marcos históricos”. Porém, há de se considerar algumas diferenças: em 1958, por exemplo, a preocupação que predominava dizia respeito às questões concernentes à “unificação” do movimento. Já em 2008 – a julgar, tanto pelo que foi descrito no trecho acima, como também por uma análise sobre o desenvolvimento deste congresso²¹² – pode-se concluir que, 50 anos depois, as lideranças da *União* consideravam que esta unificação em Minas já estava consolidada. Portanto, ao que tudo indica, este novo congresso não foi realizado para se discutir o movimento, mas, assim como num ritual, parece que ele foi realizado, sobretudo, para manter vivas algumas representações.

Deste modo, analisando o texto acima, acredita-se que a pretensão da *União* era a de que seu discurso fosse lido e compreendido pelos leitores do seu jornal da seguinte forma: neste congresso, “confrades espíritas de todo o país” reunir-se-iam na capital mineira para juntos celebrarem o centenário daquela instituição exemplar – a *União Espírita Mineira*. Esta era uma instituição exemplar, em virtude da sua total dedicação à doutrina de Kardec e também, por conta do seu trabalho incessante em prol da “união da família espírita brasileira”. Esse trabalho levou o movimento da “unificação” atingir seu ápice em Minas, visto que neste estado ele já havia adquirido a sua “maturidade organizacional”. Então, seria em virtude da existência desta instituição que Minas continuava a servir ao país como modelo de conduta espírita a ser seguido pelos demais estados brasileiros. Mas, a prova cabal de que Minas era, de fato, uma terra generosa e modelar estava, principalmente, nos seus renomados médiuns, “filhos abençoados”, que tanto trabalharam – e ainda trabalham – em prol desta doutrina. Entre eles, o destaque era, especialmente, concedido a Francisco Cândido Xavier, ainda considerado por esta instituição não só como o maior bem simbólico deste estado, mas do país e do mundo.²¹³

²¹² Fotos, notícias, discursos, mensagens psicografadas e outros detalhes sobre esse congresso se encontram nas edições de março-abril e de maio-junho do jornal *O Espírita Mineiro* disponíveis em: <http://www.uemmg.org.br> Acesso em 9/07/08. Embora não se tenha aqui a intenção de realizar uma análise mais consistente sobre este evento, faz-se necessário informar que ele ocorreu entre os dias 3 a 6 de abril de 2008, no salão do Centro de Convenções do Minascentro e contou com a presença, entre outros, do presidente da FEB, Nestor João Massoti, que fez a abertura no congresso e, ainda, com a presença do médium baiano Divaldo Pereira Franco, que fez a palestra de encerramento do mesmo.

²¹³ Aliás, segundo um outro artigo veiculado também nesta edição de março-abril, esse médium era ainda anunciado como “O eterno benfeitor da União Espírita Mineira” (*O Espírita Mineiro*, março-abril de 2008). Já uma outra edição deste jornal, trazia um artigo também intrigante, intitulado: “Chico Xavier, o maior brasileiro” (*O Espírita Mineiro*,

Em suma, é muito provável que essa fosse a leitura que a *União* pretendia que fosse feita sobre esse congresso de 2008. Ou melhor, é muito provável que a representação que se pretendia divulgar fosse a mesma de outras épocas: Minas deveria continuar sendo aclamada como portadora de um movimento espírita hegemônico perante os demais movimentos nacionais. Desta maneira, por este e, por todos os outros motivos já mencionados, não havia outro lugar para os “confrades de todo o país” se reunirem, senão na terra mineira: um “estado fecundo”, um lugar singular, de onde a luz espírita surgia e espargia em direção ao infinito. Então, um lugar ideal para que fosse reafirmada a verdadeira vocação e condição do Brasil como “Pátria do Evangelho Espírita”.

Vale ressaltar que, no que diz respeito a Chico Xavier, falecido em junho de 2002, segundo anunciado pela *União Espírita Mineira*, neste congresso de 2008, ele também teria se feito presente, obviamente, em espírito. Isto é, por meio do médium Wagner Gomes da Paixão, Xavier teria deixado aos congressistas sua palavra de apoio e satisfação quanto à realização daquele evento.²¹⁴ Deste modo, considerando que essa prática provém de uma instituição religiosa que professa a crença espírita (portanto, que dentro de seu universo simbólico, crê e naturaliza o contato entre vivos e mortos por meio da psicografia); considerando também que essa prática de buscar nas palavras de Chico Xavier a anuência para os seus atos foi efetuada por esta instituição durante toda a carreira deste médium; então, não há com o que se surpreender quanto à divulgação sobre tal manifestação do espírito de Chico Xavier neste congresso.²¹⁵

novembro-dezembro de 2006). Afora esses, inúmeros outros artigos, em edições (que, inclusive podem ser consultadas na página oficial desta instituição na internet, disponível em: <http://www.uemmg.org.br>), demonstram que os assuntos referentes a esse médium continuam sendo uma prioridade da linha editorial deste jornal.

²¹⁴ Segundo anunciado pela *União Espírita Mineira*, tanto Xavier quanto Emmanuel teriam transmitido mensagens aos congressistas por meio da psicografia, inclusive, Xavier, teria dito aos congressistas: “Quantas dádivas colhidas da Misericórdia de Nosso Pai durante estes dias de reflexão e espiritualidade! Certamente, muitos se sacrificaram em esforços de superação e tolerância na preparação deste sublime evento nas Alterosas. (...)Renunciar, meus irmãos, é uma atitude que requer, de nossa parte, o esquecimento de nós próprios, de nossos desejos que, ante as necessidades do Orbe, dos semelhantes, tornam-se secundários (...).Aqui com este evento respeitoso e fraternal, encontramos a base de projeção dos valores legitimamente cristãos, porque, na atualidade, a Doutrina dos Espíritos, representando as ‘Vozes do Céu’, oferece chaves que libertam o Evangelho das grades constringentes em que fora encarcerado (...). A dificuldade e as dores nos emolduram a beleza dos testemunhos. (...)Recebam, da parte de todos os amigos espirituais presentes, o amplexo de fraternidade e ternura. (...)”. (Disponível em: <http://www.uemmg.org.br>). Numa análise prévia das edições de 2002 até 2008, pode-se observar que as mensagens dita psicografadas e assinadas pelo médium Wagner Gomes têm ganhado as páginas d’*O Espírita Mineiro*. Curiosamente, tratam-se de mensagens assinadas, na maioria das vezes, pelos nomes dos mesmos espíritos que Chico Xavier também dizia psicografar em vida, tais como Emmanuel, André Luis e Irmão X.

²¹⁵ Apesar de instigante, não foi proposta deste trabalho, analisar a relação entre Chico Xavier, a *União* e o movimento espírita mineiro, após o 3º Congresso. Isto porque, trata-se de uma relação que, pelo que tudo indica, ganhou contornos diferentes daqueles que vinham sendo traçados até a década de 50. Apenas para citar um exemplo observado numa análise prévia da documentação, percebe-se que, embora depois dos anos 60 a *União* tenha continuado sua tentativa de se apropriar do capital de autoridade deste médium, a impressão que fica é que na medida em que Xavier foi

Enfim, o que se observa é que, mesmo depois de morto, Chico Xavier continuava possuindo capital de autoridade para validar os feitos da *União*. Por sua vez, esta instituição não só continua se apropriando deste capital deixado por Xavier, como, mais do que isso, ainda continua tentando fortalecê-lo, a fim de fortalecer também o seu próprio poder religioso para, assim, continuar reafirmando a suposta “hegemonia” do movimento espírita mineiro perante o movimento nacional.

consolidando sua carreira religiosa, foi também, distanciando-se da *União*. Desta maneira, se até os anos 50, Chico Xavier parecia vivenciar uma relação de simbiose recíproca de interesses com a *União*; a partir de 1959, quando resolveu mudar-se de sua cidade natal, provavelmente, essa situação também mudou. Ou seja, enquanto Xavier morou em Pedro Leopoldo a *União Espírita Mineira* tentou associar sua imagem ao nome deste médium. Mas, depois que Xavier se transferiu para Uberaba, interior de Minas, a distância da *União* pareceu dificultar, naturalmente, a tentativa dessa associação por parte desta instituição. Assim, é muito provável que um dos principais motivos que levou Chico Xavier a distanciar-se da *União* tenha sido, de fato, a sua saída de sua cidade, visto que, ao transferir-se para Uberaba, afastou-se da capital mineira por mais de 500 km. Por poucas vezes ele retornou a Pedro Leopoldo, ou mesmo, a Belo Horizonte. Apesar da *União* tentar inúmeras formas para manter seu contato com Chico Xavier, esse parecia cada vez mais difícil fosse pela distância, ou pelas novas condições de trabalho que esse médium se propôs a vivenciar. Obviamente que com a distância a *União* encerrou sua atividade de levar seus visitantes até o médium. Esse fato parecia impossibilitar que essa instituição continuasse a tratar Chico Xavier como um bem simbólico de fácil acesso, pois esse já não parecia estar ao alcance de suas mãos. Mas, pelo que a documentação demonstra, isto não a impediu de continuar tentando se apropriar do capital de autoridade acumulado por este médium, pois devido ao empenho de Maria Philomena de Aluotto Biruttu (que assumiu a presidência desta instituição a partir de 1962, ficando nela até 1995) a *União* procurou manter um forte elo com Chico Xavier em Uberaba. Enfim, em virtude de inúmeros acontecimentos, a continuidade desta análise demandaria uma nova pesquisa.



Figura 12. Acima: Ademar Duarte expondo tese da “Unificação” no 3º Congresso Espírita Mineiro. Abaixo: Líderes discutindo a aprovação desta tese.



Figura 13. Acima: Bady Curi, presidente da União, na abertura do 3º Congresso Espírita Mineiro. A sua esquerda, Armando de Assis, vice-presidente da FEB. Abaixo: dirigentes de sessão plenária discutindo teses.



Flagrante fotográfico de congressistas na 2ª sessão plenária, na sede da União, dia 22 de Junho

Figura 14. Tribuna da 2ª sessão plenária, acompanhando a discussão e aprovação das teses.



Figura 15. Congressistas na abertura do 4º Congresso Espírita Mineiro.



Figura 16. Vista parcial da tribuna no 4º Congresso Espírita Mineira.

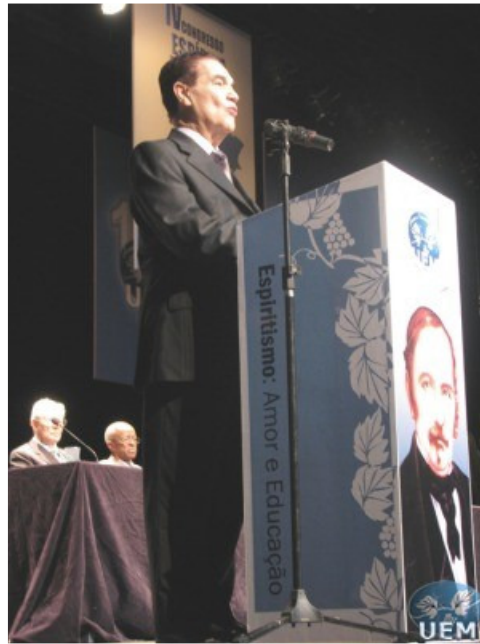


Figura 17. Divaldo Pereira Franco palestrando no do 4º Congresso Espírita Mineira.



Figura 18. Palestra de abertura com Nestor João Massoti, presidente da *FEB*. Na mesa, Divaldo Pereira Franco, Marivaldo Veloso Matos, presidente da *União*, Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça de MG e Pedro Valente, ex-presidente da *União*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira metade do século XX, ganhavam forças, dentro do imaginário mineiro, algumas *representações* que, de uma forma geral, procuravam elevar Minas à condição de “estado missionário”. Como se pretendeu demonstrar a partir da análise realizada no primeiro capítulo, tais representações eram frutos de práticas discursivas que tiveram como processo embrionário a própria formação deste estado e suas tragédias vivenciadas na época da “Inconfidência”. Deste modo, essas práticas respaldavam-se nessas histórias e, ao mitificá-la, mitificavam também algumas das possíveis características identitárias do povo e do estado mineiro. Ao longo do século XIX, essas práticas discursivas foram sendo (re)elaboradas e articuladas pela sociedade, mas, ao maior interessada parecia ser a classe política que encontrou nestas práticas uma forma de impor o “papel” e a “missão” de Minas dentro do cenário político brasileiro. Assim, observou-se que desde o início do século XX, essas práticas pareciam já se encontrar internalizadas no *habitus* deste povo, atingindo seu auge na década de 1950.

Mediante este estudo, considerando então que essas práticas discursivas foram apropriadas pelos diversos setores da sociedade mineira, é que se elegeu como objeto de estudo os sujeitos sociais ligados à religião espírita, visto que alguns desses pareciam ter internalizado tais práticas em seu próprio *habitus*. Assim, tomando como exemplo o médium Francisco Cândido Xavier, observou-se, no segundo capítulo, que no início da sua carreira religiosa (por volta da década de 1930), este médium demonstrou que seu discurso autobiográfico se encontrava imbuído de algumas das representações próprias do imaginário político mineiro. Ao (res)significá-las, tornou o “sacrifício”, a “renúncia” e o “sofrimento” palavras de ordem deste seu discurso, enfim, da sua biografia. Essas palavras apontavam para a idéia de que ele, como médium, possuía uma missão que, obviamente, não estava relacionada apenas com seu compromisso com a psicografia e com a produção de seus livros. Mas, que ia além, na medida em que parecia também estar relacionada com sua condição de “médium mineiro”. Ou seja, sua história de vida se entranhava e se fundia com a história de seu estado, visto que, nas entrelinhas, parecia querer transmitir a impressão de que ambos possuíam uma “excelsa missão” com a pátria brasileira. Esta representação de que Minas também tinha compromisso com a “pátria do evangelho” ficou nítida em sua obra psicográfica intitulada “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, no capítulo específico sobre a “Inconfidência Mineira”, onde verificou-se um evidente endosso à várias *representações da*

mineiridade. Representações (res)significadas que reafirmavam a importância missionária de Minas na história – terrena e espiritual – do país.

Na seqüência deste estudo, constatou-se que outros sujeitos sociais ligados à doutrina espírita mineira, também pareciam apresentar essas práticas internalizadas em seu *habitus*. Na verdade, o principal intuito deste trabalho foi compreender a prática discursiva adotada pelos líderes da *União Espírita Mineira* (instituição que arrogava para si o posto de liderança do movimento no estado), especialmente, por volta dos anos 1940 e 1950. Desta maneira, no terceiro capítulo, tentou-se demonstrar que, nesta época, estes líderes procuravam construir e divulgar em seus discursos algumas representações que gravitavam em torno da idéia de “hegemonia” do seu movimento perante o movimento espírita nacional. Assim, observou-se que, quando aconteceu o primeiro congresso nacional, em 1949, em função de sua ativa participação, a diretoria da *União* tentou criar a representação de que Minas tinha sido a principal responsável por um acordo firmado e assinado entre as principais lideranças espíritas do país. Esse acordo, que entrou para a história do espiritismo com o nome de *Pacto Áureo*, propôs uma reestruturação do campo espírita brasileiro – o que, em tese, teria promovido a solução e a paz aos conflitos vivenciados dentro deste campo.

Em suma, esse acordo foi considerado pelo movimento nacional, como o marco da “unificação espírita brasileira”. Diante deste cenário, os líderes da *União* também quiseram mostrar que Minas estava acorde com aqueles acontecimentos, daí, ao realizarem o seu 2º *Congresso Espírita*, passaram a divulgar a representação de que “Minas Espírita” também estava “unificada”. Na verdade, pareciam querer demonstrar que este estado teria dado seu exemplo, teria servido de modelo para os demais movimentos estaduais. Além disso, atribuíram o sucesso de público deste congresso ao “chamado” feito por Emmanuel (guia protetor de Chico Xavier). Ao que tudo indica, depois deste congresso, passaram a se conscientizar de que Xavier já figurava no cenário nacional como um valiosíssimo bem simbólico daí, compreenderem a importância que esse médium poderia representar para esta instituição e para o prestígio do movimento que lideravam. Enfim, a partir daí, passaram a criar a representação de que Chico Xavier era a “Usina de Luz” de Pedro Leopoldo e de Minas Gerais. Em pouco tempo, Minas também ganhou esse *status*, ou seja, passaram a divulgar a representação que elevava Minas à condição de “Usina de Luz” do país e do mundo.

Assim, como demonstrado no quarto capítulo, ao longo da década de 1950, sobretudo, em função da proximidade com Chico Xavier, os líderes da *União* passaram a se apropriar cada vez mais do capital de autoridade deste médium, como também, passaram a valorizá-lo e impô-lo ao movimento espírita nacional. Exemplificando, ao participarem de uma reunião organizada pela *FEB*,

levaram a “palavra autorizada” de Emmanuel para interpretar a pauta de reunião proposta. Ao fundarem um ginásio espírita, alegaram que Minas, por conta da presença do médium, não podia “faltar a campanha bendita da redenção educacional”. Ao criarem um hino para comemorarem o centenário d’*O Livro dos Espíritos*, lançaram o LP em vinil com a participação de Chico Xavier. Certamente, objetivava-se alavancar a venda e a divulgação deste hino em todo o país. Na medida em que foram oferecendo seus serviços, ou criando outros bens, esses líderes procuraram associar seu trabalho ao capital de autoridade de Chico Xavier, certamente, com o intuito de acumular também o poder religioso da sua instituição.

Vale ressaltar que, embora o recorte temporal desta pesquisa se limite até a década de 1950, numa breve análise da documentação que avança tais limites (como as imagens e discursos proferidos no congresso de 2008, por exemplo), observou-se que essa prática discursiva que cria representações tais como a que aponta Minas como “modelo de unificação” – entre outras tantas representações – permanecem até a contemporaneidade no *habitus* das lideranças da *União Espírita Mineira*. Assim como permanece também, a prática de se apropriar do capital de autoridade deixado por Chico Xavier, falecido em 2002. Porém, no que diz respeito a essa prática, tudo indica que a partir dos anos 60 do século XX, ocorreram algumas mudanças provocadas pela transferência de cidade deste médium. Ou seja, uma vez que este optou por deixar Pedro Leopoldo e mudar-se para Uberaba, acabou dificultando seu acesso pelos líderes da *União*. Não que esses líderes não tenham se empenhado nesse trabalho e continuado a se apropriar do capital de autoridade deste médium, mas, as novas condições pareciam não favorecer esta apropriação.

Na verdade, para se obter uma análise mais segura sobre este assunto, faz-se necessária a realização de uma outra pesquisa. Desta maneira, essa questão que trata da nova relação estabelecida entre Chico Xavier e a *União* (ou outras questões, tais como as lutas de representação empreendidas pelas cidades de Pedro Leopoldo e Uberaba pela disputa deste médium) configuram-se como sugestões instigantes e pertinentes para pesquisas futuras. Assim, espera-se que esse trabalho que ora se encerra, tenha dado sua contribuição para outros tantos que estão por vir e que pretendem enveredar suas investigações para as representações e disputas de poder dentro do campo espírita mineiro.

FONTES

Literatura espírita

- ARANTES, Hércio Marcos Cintra. *Notáveis reportagens com Chico Xavier*. Araras: IDE, 2002.
- BARBOSA, Elias. *No mundo de Chico Xavier*. São Paulo: Calvário, 1968.
- BÉRNI, D. L. *Brasil, Mais Além!*, FEB, 1994.
- CUNHA, P. V. *A história da União Espírita Mineira*. Belo Horizonte: UEM, 2001.
- FERRREIRA, Inácio. *Subsídio para a história de Eurípedes Barsanulfo*. Uberaba, 1962.
- GAMA, Ramiro. *Lindos casos de Chico*. São Paulo: Lake, 1995.
- KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Araras: IDE, 1988.
- _____. *O Livro dos Médiuns*. Araras: IDE, 1991.
- LUCENA, Antonio S. *Pioneiros de uma nova era*. Espíritas do Brasil. Rio de Janeiro: CELD, 1997.
- MACHADO, Ubiratan. *Chico Xavier: uma vida de amor*. Araras: IDE, 1998.
- MAIOR, Marcel .S. *As vidas de Chico Xavier*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MATTOS, Divaldinho. *Chico Xavier em Pedro Leopoldo*. Votuporanga: Editora Espírita Pierre-Paul Didier, 2000.
- NOVELINO, Corina. *Eurípedes: O Homem e a missão*. Araras: IDE, 1997.
- OLIVEIRA, W. M. *Chico Xavier: Casos Inéditos*. Goiânia. FEEG: 1998.
- RANIERI, R.A. *Chico Xavier: o santo dos nossos dias*. Rio de Janeiro: Editora ECO, 1973.
- RODRIGUES, O. (org.) *A Destinação do Brasil*. Franca: IDEFRAN, 2000.
- SOUZA, J. B. *Escoço Histórico da Federação Espírita Brasileira – Aspectos marcantes de sua trajetória*. Rio de Janeiro: FEB, 1984.
- TAVARES, Clovis. *Trinta anos com Chico Xavier*. Araras: IDE, 1967.
- TIMPONI, M. *A Psicografia ante os Tribunais*. Rio de Janeiro: FEB, 1978.
- UNIAO ESPÍRITA MINEIRA. *Chico Xavier: mandado de amor*. Belo Horizonte: UEM, 1992.

XAVIER, Francisco C. *Brasil Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*. Rio de Janeiro: FEB, [1938] 1990.

_____. *Parnaso Além Túmulo*. Rio de Janeiro: FEB, [1932] 1934.

_____. *Cartas de uma morta*. São Paulo, LAKE, [1935] 1995.

Jornais

Leigos

Minas Gerais
Estado de Minas
Folha de Minas
Diário da Tarde
Diário de Minas

Religiosos

O Diário (Católico)
A Reforma (Espírita)
O Espírita Mineiro

Arquivo da União Espírita Mineira

Livros de Atas
Boletins
Estatutos

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Glória, M. V. *Grupo espírita familiar: a religião na intimidade*. São Paulo: PUC, 1993. (Dissertação de Mestrado).

ALMEIDA, Marcelina das Graças. *Fé na modernidade e tradição na fé: a catedral da Boa Viagem e a capital*. Belo Horizonte: UFMG, 1993. (Dissertação de Mestrado).

ARRUDA, Maria Arminda N. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AZZI, Riolando. Igreja e Estado em Minas Gerais: crítica institucional. In: *Síntese*, n. 38, p. 23-52, 1986.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Enaudi-Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BIAS FORTES, José Francisco. *Vocação de Minas (Discursos)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960.

BOMENY, Helena. *Guardiães da Razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.) *Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CAMPOS, Adalgisa. A. *A vivência da morte na capitania das Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 1986. (Dissertação de Mestrado).

CAMURÇA, Marcelo. A. A modernidade do espiritismo face ao conservadorismo católico nas primeiras décadas do século em Juiz de Fora. In: *Rhema*, v. 4, n.16, p. 199-233, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O Bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CHAUÍ, Marilena S. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Persel Abramo, 2004.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo: matizes do vocabulário político e social*. Campinas: Editora Unicamp, Vozes, 1979.

DA MATA, Sérgio R. *A fortaleza do catolicismo: identidades católicas e políticas na Belo Horizonte dos anos 60*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. (Dissertação de Mestrado).

DAMAZIO, Silvia. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. *Fontes Históricas*. PINSKY, Carla Bassanezi (orga). São Paulo: Contexto, 2005.

DIAS, Fernando Correia. *A imagem de Minas: ensaios de uma sociologia regional*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

_____. *Mineiridade*. Mimeografo. UFMG, 1986.

DITZEL, Carmecita de Holleben Mello. *Manifestações autoritárias: o integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)*. Florianópolis: UFSC, 2004. (Tese de Doutorado).

DULCI, Otávio S. *As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia*. In. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Editora Cortez, 1984.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologias das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, M. O. *Luiz Olímpio de Menezes: os primeiros momentos da Edição Kardecista no Brasil*. São Paulo: USP, 1993. (Dissertação de Mestrado).

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GIUMBELLI, Emerson Alessandro. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Aurélio B. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

ISAIA, Artur. C. Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de Umbanda no Brasil da primeira metade do século XX. In: *Anos 90*, Porto alegre, n.11, v. 11, p. 97-120, 1999.

_____. Trabalho e conciliação social na obra dos intelectuais da umbanda. In: *Estudos de História*. Franca, v. 7, n. 1, p. 149-159, 2000,

_____. Espiritismo, utopia e conciliação social. *Cadernos do CEOM*. Chapecó, v. 04, n. 13, p. 183 – 214, 2001.

_____. Hierarquia católica e religiões mediúnicas no Brasil da primeira metade do século XX. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 30, p. 67-80, 2001.

_____. A Hierarquia Católica Brasileira e o Passado Português. In: SZESZ, Christiane M. et. al. (orgs.) *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru: EDUSC, 2003.

_____. Allan Kardec e João do Rio: os jogos do discurso. In: MACHADO, M. C.; PATRIOTA, R. (orgs.) *Historia e Historiografia: perspectiva contemporânea de investigação*. Uberlândia: Edufu, 2003.

_____. O catolicismo pré-conciliar brasileiro e as religiões mediúnicas: a recorrência ao saber médico-psiquiátrico. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 26, p. 599-622, 2005.

LAPLANTINE, François; AUBRÉE, Marion. *La table, le livre et les Esprits*. Paris: J. c. Lattes, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEWGOY, Bernardo. *Os espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre a cultura e oralidade no espiritismo kardecista*. São Paulo: USP, 2000. (Tese de Doutorado).

LIMA, Alceu A. *Voz de Minas: ensaio de sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

MACHADO, Maria Clara T. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada*. (Uberlândia, 1965-1980). São Paulo: USP, 1990. (Dissertação de Mestrado).

_____. *Cultura Popular e desenvolvimento em MG: caminhos cruzados de um mesmo tempo*. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado).

MAGGIE, Yvone. *O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

PASSOS, Luis Mauro C. *A metrópole cinqüentenária: fundamentos do saber arquitetônico e imaginário social da cidade de belo Horizonte (1897-1947)*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, José L. *Espiritismo: uma religião brasileira*. São Paulo: Moderna, 1997.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia. *Sortilégio de saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros*. São Paulo: USP, 1994. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Eliane Moura. *Vida e morte: o homem no labirinto da eternidade*. Campinas: Unicamp, 1993. (Tese de Doutorado).

SILVA, Fábio L. *Espiritismo, História e Poder*. (1938-1949). Eduel: Londrina, 2005.

SILVA, Raquel. M. *Chico Xavier: imaginário e representações simbólicas no interior das Gerais*. Uberlândia: UFU, 2002. (Dissertação de Mestrado).

_____. *A regulamentação da norma na “comunicação com os mortos”*: uma análise sobre a disciplinarização da prática mediúnica. In. *Esboços*, n. 13, p. 187-202, Florianópolis: USFC, 2004.

SOUZA, Marco Antônio. Em direção a um novo amanhã: Vicentinos e Espíritas cuidam da pobreza – 1930-1970. In. *Anais de Comunicações Coordenadas*, ANPUH, 1998.

_____. *As estratégias da pedagogia do assistencialismo em educação e caridade*. Belo Horizonte – 1930-1990. Belo Horizonte: UFMG, 2001. (Tese de Doutorado).

SOUZA, Vera Lúcia. P. Internatos. In: *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia: UFU, v. 1, n. 1, 1994.

STOLL, Sandra J. A apropriação cultural do espiritismo no Brasil. In. *Revista História: questões e debates*. Curitiba, Editora da UFPR, Ano 15 (28), 1998.

_____. *Entre dois mundos: o espiritismo da França e no Brasil*. São Paulo: USP, 1999. (Tese de Doutorado).

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

ANEXO 1

Seleção de livros psicografados por Chico Xavier (1932 a 1955):

Romances e dissertações históricas:				
N.	Título	Editora	Autor espiritual	Ano
1.	Brasil, Coração do mundo, pátria do evangelho	FEB	Humberto de Campos	1938
2.	A caminho da luz	FEB	Emmanuel	1938
3.	Há dois mil anos	FEB	Emmanuel	1939
4.	50 anos depois	FEB	Emmanuel	1940
5.	O consolador	FEB	Emmanuel	1941
6.	Paulo e Estevão	FEB	Emmanuel	1942
7.	Renúncia	FEB	Emmanuel	1942
8.	Caminho, verdade e vida	FEB	Emmanuel	1942
9.	Ave, Cristo	FEB	Emmanuel	1953

Memórias romanceadas:				
N.	Título	Editora	Autor espiritual	Ano
10.	Nosso lar	FEB	André Luiz	1944
11.	Os mensageiros	FEB	André Luiz	1944
12.	Missionários da luz	FEB	André Luiz	1945
13.	Obreiros da vida eterna	FEB	André Luiz	1946
14.	No mundo maior	FEB	André Luiz	1948
15.	Voltei	FEB	Irmão Jacob	1949
16.	Libertação	FEB	André Luiz	1949
17.	Entre a Terra e o Céu	FEB	André Luiz	1954
18.	Nos domínios da mediunidade	FEB	André Luiz	1955

Contos, prosas e poesias dedicadas a literatura infantil:				
N.	Título	Editora	Autor espiritual	Ano
19.	O caminho oculto	FEB	Veneranda	1947
20.	Os filhos do grande rei	FEB	Veneranda	1947
21.	Mensagem do pequeno morto	FEB	Neio Lúcio	1947
22.	História de Maricota	FEB	Casimiro Cunha	1947
23.	Jardim da infância	FEB	João de Deus	1947

Mensagens e dissertações doutrinárias em formas de epistolários, contos, prosas, crônicas, poesias e entrevistas com caráter evangelizador:				
	Título	Editora	Autor espiritual	Ano
24.	Parnaso do além túmulo	FEB	Esp. Diversos	1932
25.	Cartas de uma morta	FEB	Maria João de Deus	1935
26.	Palavras do infinito	LAKE	Esp. diversos	1936
27.	Crônicas de além tumulo	FEB	Humberto de Campos	1936
28.	Emmanuel	FEB	Emmanuel	1938
29.	Lira imortal	LAKE	Esp. Diversos	1938
30.	Novas mensagens	FEB	Humberto de Campos	1940
31.	Cartas do evangelho	LAKE	Casimiro Cunha	1941
32.	Boa Nova	FEB	Humberto de Campos	1941
33.	Reportagens de além túmulo	FEB	Humberto de Campos	1943
34.	Cartilha da natureza	FEB	Casimiro Cunha	1944
35.	Coletânea do além	FEESP	Esp. Diversos	1945
36.	Lázaro redivivo	FEB	Irmão X	1945
37.	Volta Bocage	FEB	Manuel B. Bocage	1947
38.	Agenda cristã	FEB	André Luiz	1948
39.	Luz acima	FEB	Irmão X	1948
40.	Alvorada cristã	FEB	Neio Lúcio	1948
41.	Jesus no lar	FEB	Neio Lúcio	1950
42.	Pão nosso	FEB	Emmanuel	1950
43.	Nosso livro	LAKE	Esp. Diversos	1950
44.	Pontos e contos	FEB	Irmão X	1951
45.	Falando a Terra	FEB	Esp. Diversos	1951
46.	Páginas do coração	LAKE	Irmã Candoca	1951
47.	Vinha de luz	FEB	Emmanuel	1952
48.	Pérolas do além	FEB	Emmanuel	1952
49.	Roteiro	FEB	Emmanuel	1952
50.	Pai nosso	FEB	Meimei	1952
51.	Cartas do coração	LAKE	Esp. Diversos	1952
52.	Gotas de luz	FEB	Casimiro Cunha	1953
53.	Palavras de Emmanuel	FEB	Emmanuel	1954